

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM LETRAS**

LUCIMAR SIMON

**OS CAPITÃES DA AREIA COMO AGENTES DA RESISTÊNCIA AO PROJETO
BIOPOLÍTICO DE ANIQUILAÇÃO DOS OUTROS**

VITÓRIA/ES

2023

LUCIMAR SIMON

**OS CAPITÃES DA AREIA COMO AGENTES DA RESISTÊNCIA AO PROJETO
BIOPOLÍTICO DE ANIQUILAÇÃO DOS OUTROS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras na área de concentração Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Literatura: Alteridade e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Cei Santos.

VITÓRIA

2023

ESPAÇO RESERVADO PARA FICHA CATALOGRÁFICA

LUCIMAR SIMON

**OS CAPITÃES DA AREIA COMO AGENTES DA RESISTÊNCIA AO PROJETO
BIOPOLÍTICO DE ANIQUILAÇÃO DOS OUTROS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 20 de outubro de 2023, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Letras.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Vitor Cei Santos
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
Orientador e Presidente da Banca.

Prof. Dr. João Claudio Arendt
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
Examinador titular interno.

Prof. Dr. Jorge Luiz do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
Examinador titular interno.

Prof.^a Dr.^a Sarah Maria Forte Diogo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Examinadora titular externa.

Prof. Dr. Eduardo Ortiz
Rede Marista de Ensino (RS)
Examinador titular interno.

Prof. Dr. Gaspar Leal Paz
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
Examinador Suplente interno.

Prof.^a Dr.^a Aline Santos de Brito Nascimento
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Examinadora suplente externa.

AGRADEÇO

Ao meu orientador, Professor Dr. Vitor Cei Santos, pelas aulas, conversas, reuniões, projetos e indicações de leituras que impulsionaram a pesquisa e a escrita desta Tese;

à Prof.^a Dr.^a Aline Santos de Brito Nascimento, pelas indicações de fontes e pela leitura atenciosa para a revisão gramatical e redacional desta Tese;

à UFES, pela oportunidade de realizar meus sonhos, de firmar amizades, pelos risos e por ser minha casa, minha vida durante todos estes anos de prazeres, dores, alegrias, tristezas e muito aprendizado;

aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e do curso de Graduação em Letras da UFES que contribuíram imensamente para a minha formação acadêmica;

aos colegas de curso do PPGL, pelas discussões, aprendizados e trocas de informações nos corredores, nas salas de aulas, nas reuniões, nas cantinas e nos bares;

à minha orientadora na Graduação e Mestrado em Letras, Professora Doutora Jurema José de Oliveira (*in memoriam*), que carinhosamente me orientou para esta trajetória acadêmica;

à minha querida mãe, Nazinha Soares de Araújo (*in memoriam*), com todo amor e carinho;

à minha companheira, Diana Carla, pelo incentivo, companheirismo e carinho;

ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que em seus anos de governo elaborou políticas públicas que tornassem possível um filho de pais trabalhadores analfabetos acessar uma Universidade Pública e realizar o sonho de ser Doutor.

RESUMO

O romance *Capitães da Areia* (1937) apresenta o cotidiano de um grupo de crianças em situação de rua na cidade de Salvador (BA). O objetivo desta tese é apresentar argumentos teóricos-críticos que expliquem como a literatura e o grupo Capitães da Areia, personagens da ficcionalidade de Jorge Amado, podem ser considerados agentes da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros. A partir de fundamentação teórica em Adorno, Foucault, Mbembe, Ariès, Del Priore e outros, argumentamos que um grupo de crianças em situação de rua, que são consideradas infortúnios, estigmas sociais e indesejáveis em uma sociedade, se tornam uma força de resistência contra representantes da burguesia e instituições governamentais do Estado e da Imprensa para não ser extirpado por um projeto biopolítico de aniquilação em curso na sociedade baiana a partir da década de 1930. Família, Estado, Imprensa e Igreja são as instituições sociais que formam a base reguladora de um conjunto quadripartite de correlações de forças e suas representações geram as ideias-forças que estão no cerne da composição textual e que seguem permeando todo o desenvolvimento do romance.

Palavras-chave: Jorge Amado. Capitães da Areia. Estado de Exceção. Biopolítica. Resistência.

ABSTRACT

The novel *Captains of the Sands* (1937), by Jorge Amado, presents the daily life of a group of abandoned minors in the city of Salvador. This thesis aims to present theoretical-critical arguments that explain how Amado's literature and the "Captains of the Sands" gang can be considered agents of resistance to the biopolitical project of annihilation of others. Based on theoretical foundations in Adorno, Foucault, Mbembe, Ariès, Del Priore and others, we argue that the group of street children, who are considered misfortunes, social stigmas, and undesirable in society, become a resistance force against representatives of the bourgeoisie and government institutions of the State and the Press in order not to be extirpated by a biopolitical project of ongoing annihilation in Brazilian society from the 1930s onwards. Family, State, Press, and Church are the social institutions that form the regulatory base of a quadripartite set of correlations of forces and their representations generate the ideas and forces that are at the core of textual composition, and which continue to permeate the entire development of the novel.

Keywords: Jorge Amado. Captains of the Sands. State of Exception. Biopolitics. Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 UMA HISTORIOGRAFIA DA CRIANÇA E INFÂNCIA BRASILEIRA.....	19
1.1 A família patriarcal na Bahia dos anos 1930	29
1.2 A família em <i>Capitães da Areia</i>	38
1.3 A criança em <i>Capitães da Areia</i>	44
1.4 A geração de 1930: a literatura crítica e o realismo político-social em Jorge Amado ...	49
2 O PROJETO BIOPOLÍTICO DE ANIQUILAÇÃO DOS OUTROS EM <i>CAPITÃES DA AREIA</i>	57
2.1 O conceito de biopolítica em <i>Capitães da Areia</i>	70
2.2 O conceito de estigma em <i>Capitães da Areia</i>	86
2.3 O conceito de aniquilação em <i>Capitães da Areia</i>	93
2.4 O Estado em <i>Capitães da Areia</i>	99
2.5 A Imprensa em <i>Capitães da Areia</i>	108
2.6 Os Capitães da Areia reproduzindo o projeto biopolítico de aniquilação dos outros ...	117
3 A RESISTÊNCIA AO PROJETO BIOPOLÍTICO DE ANIQUILAÇÃO DOS OUTROS EM <i>CAPITÃES DA AREIA</i>	123
3.1 O conceito de resistência em <i>Capitães da Areia</i>	127
3.3 Pedro Bala, Sem-Pernas e Volta Seca: a violência como resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros em <i>Capitães da Areia</i>	143
3.4 Dora: o amor como resistência em <i>Capitães da Areia</i>	157
3.5 Professor: a educação e a leitura como resistência em <i>Capitães da Areia</i>	161
3.6 Os Capitães da Areia podem ser considerados agentes da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros?	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS.....	176

INTRODUÇÃO

Nesta tese apresentamos uma análise do romance *Capitães da Areia* (1937), do escritor brasileiro Jorge Amado, com o objetivo principal de explicar como e por que o grupo de crianças em situação de rua, os Capitães da Areia, pode ser considerado agente da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros, instituído e praticado por segmentos sociais elitistas e burgueses apoiados por instituições jornalísticas e governamentais em todo o país e particularmente na capital baiana, a cidade de Salvador.

A pesquisa e sua metodologia foram desenvolvidas transdisciplinarmente, nas áreas de conhecimentos da história, da literatura e da filosofia, com o objetivo de analisar como se processam as correlações de poder e resistência de grupos sociais para resistir ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros em *Capitães da Areia*.

Para a composição textual desta pesquisa, utilizamos como base o texto de Jorge Amado, *Capitães da Areia*. Também revisitamos textos literários que têm como temas a criança e/ou a infância. Pela teoria crítica-literária, buscamos os estudos de Antonio Candido e Alfredo Bosi. Como base teórica-filosófica, apresentamos os conceitos de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Michel Foucault. Sobre as teorias críticas e as relações de poder, são apresentados Jacob Burckhardt, Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe. Sobre a história da família, da criança e da infância, Philippe Ariès, Mary Del Priore, Marcos Cezar de Freitas, Irene Rizzini e Gilberto Freyre.

A literatura é um elemento social que pode, em suas criações, revelar os acontecimentos de uma sociedade em seu tempo histórico. Mesmo que esses acontecimentos sejam ficcionalizados, ela se manifesta e registra com verossimilhanças um determinado momento histórico. Em *Vários escritos* (2017), mais especificamente no artigo “O direito à literatura”, Antonio Candido, aludindo sobre o que seja literatura, afirma: “Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação” (Candido, 2017a, p. 176).

Na literatura de Jorge Amado, permanecem em evidência as condições sociais do povo brasileiro, em particular, a sociedade baiana. Salvador e outras capitais do país são caracterizadas por uma sociedade urbana elitizada que imprime nela mesma suas ideologias aristocráticas e burguesas que já se intensificavam desde o final do século XIX e início do século XX. É neste cenário político-social-econômico-cultural-religioso que Jorge Amado apresenta ao leitor um mundo social carregado de verossimilhanças.

Em *Identidade e resistência afro-brasileira na obra de Jorge Amado* (2022), Aline Santos de Brito Nascimento, pesquisadora e estudiosa sobre as questões de cunho político-sociais inerentes à obra literária de Jorge Amado, traça algumas das principais características da literatura amadiana. “No bojo dessa discussão acerca do excluído, do marginalizado, do desautorizado, trago à tona o reconhecimento de quem são os produtores de literatura, e sobre o que esses produtores falam” (Nascimento, 2022, p. 79).

A obra *Capitães da Areia*, que foi produzida por Jorge Amado, escritor brasileiro que, por reconhecimento mundial é de fato um “produtor de literatura”, é exatamente o produto de um autor que apresenta a questão do excluído, do marginalizado, do desautorizado e que, por conseguinte produz a discussão de que fala a pesquisadora Aline de Brito Nascimento:

Saliento que a ligação entre o caráter nacional e insubordinado da literatura colabora para a formação de um novo tipo de nacionalidade [...]. Assim, pondero que a insubordinação que Jorge Amado muito utiliza para tematizar suas obras colabora para a criação de um modelo próprio de literatura nacional, que ‘faz escola’, e constrói uma brasilidade ou nacionalidade particular (Nascimento, 2022, p. 80-81).

Capitães de Areia foi publicado pela Livraria José Olympio Editora em novembro de 1937, na mesma época do golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo. Nesse contexto, o governo de Getúlio Vargas ordenou a prisão de Jorge Amado e a censura de seus livros, que foram queimados em uma praça pública da cidade de Salvador. Essa perseguição ao produtor Jorge Amado e ao produto *Capitães da Areia* tem suas motivações explicadas. Em *Tradição, tradução, hibridismo e resistência da identidade afro-brasileira na literatura amadiana* (2017), tese de doutorado, Aline Nascimento nos faz compreender que Jorge Amado é preso e as suas obras, principalmente *Capitães da Areia*, são censuradas e queimadas, “justamente por seu conteúdo insubordinado e de inconformidade com as instituições que oficialmente deveriam ‘organizar’ o país” (Nascimento, 2017, p. 84).

A narrativa mostra não apenas a criminalidade, os assaltos e as atitudes violentas das crianças e de suas vidas bestializadas, mas também as aspirações e os pensamentos ingênuos, comuns a qualquer criança daquela época, naquela idade. A criança em situação de rua em *Capitães da Areia* tem uma atuação de protagonismo. Ela é elevada a um patamar central, “de destaque, bem diferente do que comumente se constata na sociedade elitizada, seja em telejornais, seja em muitas obras literárias de outros autores” (Nascimento, 2017, p. 85).

Nas primeiras páginas, *Capitães da Areia* exibe uma série de notícias jornalísticas que dão conta da existência de um grupo de menores abandonados que aterrorizam a cidade de

Salvador e é conhecido por Capitães da Areia. O grupo ocupa um trapiche abandonado na praia e é formado por quase uma centena de crianças descritas como moleques atrevidos, malandros, espertos, famintos, ladrões, agressivos, falsos, soltos de língua, carentes de afetos, de instrução e de comida: “Hoje a noite é alva em frente ao trapiche. É que na sua frente se estende agora o areal do cais do porto. Por baixo da ponte não há mais rumor de ondas. A areia invadiu tudo e fez o mar recuar de muitos metros. Aos poucos, lentamente, a areia foi conquistando a frente do trapiche” (Amado, 2008, p. 27).

O livro é dividido em três partes, onde a primeira, intitulada, “Sob a lua, num velho trapiche abandonado”, é subdividida em 11 subtítulos e apresenta o local onde as crianças dormem: “Antigamente aqui era o mar. Nas grandes e negras pedras dos alicerces do trapiche as ondas ora se rebentavam fragorosas, ora vinham se bater mansamente. A água passava por baixo da ponte sob a qual muitas crianças repousam agora iluminadas por réstia amarela de lua” (Amado, 2008, p. 27).

Antes dela, no entanto, temos uma sequência de textos ficcionais composta por 5 cartas, uma nota e uma reportagem publicadas no “Jornal da tarde”, que os caracterizam e apresentam diferentes visões e opiniões sobre um caso de assalto e sobre os menores abandonados. “Já por várias vezes o nosso jornal, que é sem dúvida o órgão das mais legítimas aspirações da população baiana, tem trazido notícias sobre as atividades criminosas dos Capitães da Areia”. (Amado, 2008, p. 11).

A segunda parte, intitulada “Noite da grande paz, da grande paz dos teus olhos”, está dividida em 8 subtítulos e é onde surge uma história de amor entre Pedro Bala e Dora. Após a epidemia de varíola e a morte de seus pais, uma menina, Dora, e seu irmão mais novo, Zé Fuinha, entram para o grupo de meninos em situação de rua e vivem grandes aventuras até que são presos pela polícia e Pedro Bala é levado para o reformatório e Dora para um orfanato para meninas. Os jornais noticiaram: “Uma menina no grupo, a sua história, recolhida ao orfanato. O chefe dos Capitães da Areia é filho de um grevista. Os outros conseguem fugir. ‘O reformatório o endireitará’, nos afirma o diretor” (Amado, 2008, p. 196).

A terceira parte, intitulada “Canção da Bahia, Canção da liberdade”, que está subdividida também em 8 subtítulos, mostra o processo de dispersão dos líderes do grupo Capitães da Areia. Alguns desfechos finalizam caminhos, enquanto outros demarcam novas trajetórias. Acontecimentos como a morte, a prisão, a superação e a revolução encerram a participação dos principais líderes do grupo de crianças em situação de rua conhecido como Capitães da Areia. “De punhos levantados, as crianças saúdam Pedro Bala, que parte para mudar o destino de

outras crianças. Barandão grita na frente de todos, ele agora é o novo chefe. De longe, Pedro Bala vê os Capitães da Areia” (Amado, 2008, p. 269).

Percebe-se, na composição textual de Jorge Amado, que o grupo de crianças em situação de rua é considerado pela elite da cidade de Salvador, pelas instituições governamentais e imprensa como um estigma social, um infortúnio, uma categoria de indivíduos com atributos depreciativos e indesejáveis e que, portanto, deve ser extirpado da sociedade baiana. Partindo deste princípio, espera-se chegar à conclusão da pesquisa com a comprovação de que o grupo de crianças em situação de rua, os Capitães da Areia, apresentado na obra de Jorge Amado, pode ser considerado um agente da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros.

As condições sociais do grupo de crianças em situação de rua que propomos apresentar a partir do romance em estudo estão intimamente circundadas pelas práticas advindas das correlações de poderes que existem entre as forças que são compostas pelas seguintes instituições: Estado, Escola, Reformatório, Lazareto, Polícia, Família, Igreja e Imprensa. Elas atuam como dispositivos de controle para a composição e manutenção dos valores patriarcais nos campos político, econômico, social, cultural e religioso já alicerçados naquela sociedade.

Em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2014), Michel Foucault afirma que elas são instituições disciplinares e de sequestro que operam dentro da sociedade com funções específicas para garantir o controle dentro do engendramento do aparelho governamental do Estado moderno: “As instituições disciplinares produziram uma maquinaria perfeita de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento” (Foucault, 2014, p. 170).

Analisando o *corpus* desta pesquisa, capturamos e interpretamos sentimentos conscientes e inconscientes que atravessam a tradução do autor acerca da realidade social. Esses sentimentos são políticos, pois demarcam a leitura e a posição do autor em relação à sociedade brasileira apresentada na narrativa. Junto a isso temos uma representação da categoria criança em situação de rua e dos discursos das elites aristocrática/burguesa e das instituições disseminadoras e mantedoras das relações de poder; Estado, Família, Igreja e Imprensa em relação às crianças marginalizadas. A imprensa exige providências: “O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reformas ou às prisões” (Amado, 2008, p. 11-12).

O tom crítico-social e provocativo impresso na obra faz surgirem sentimentos que entrelaçam e escapam ao mesmo tempo a narrativa do autor para encamparem sentimentos

outros no mundo real do leitor e dessa forma, em análise crítica, podemos perceber que o romance pode ser também classificado como denúncia social. Assim, entendemos que uma análise de *Capitães da Areia* e sua composição textual também pode nos revelar o sentimento político do leitor e do autor. Essa correlação, se efetivada, provocaria estreitamento entre a literatura e a sociedade, entre o ficcional e o real ou ao menos o ficcional ao verossímil.

O uso de cenas do cotidiano acentua e aproxima-se de uma verossimilhança do momento histórico-social de uma capital metropolitana, a cidade de Salvador, importante centro político, cultural, econômico, social e religioso da década de 1930. Essa aproximação é o que podemos chamar de interface entre a história e a literatura, entre a realidade e a ficção. Para João Cezar de Castro Rocha, “O pacto ficcional proposto pelo romancista, e aceito pelo leitor, tem como base a aceitação da verossimilhança interna à obra, em lugar da imposição de uma coerência externa a ela, teoricamente submissa ao que se pôde reconstruir de um momento histórico determinado” (Rocha, 2011, p. 13).

Percebemos que as cartas e as publicações nas páginas dos jornais são ações políticas de representação de ideias de indivíduos ou grupos sociais sobre as crianças em situação de rua. A imprensa em nome da elite informa: “Os moradores do aristocrático bairro estão alarmados e receosos de que os assaltos se sucedam, pois este não é o primeiro levado a efeito pelos Capitães da Areia” (Amado, 2008, p. 13). O que está posto em *Capitães da Areia* pode ser considerado em uma realidade verossímil como algo que vem do poder político, econômico, cultural, social ou religioso que cada instituição, indivíduo ou grupo social exerce ou impõe socialmente a outros indivíduos ou grupos semelhantes. Em conformidade com a elite, a imprensa declara a sentença: “Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias” (Amado, 2008, p. 13).

A pressão social exercida pela imprensa faz com que os órgãos governamentais se manifestem, se posicionem quanto à questão das crianças em situação de rua. Ela, a imprensa, exerce a função de porta-voz de uma sociedade elitizada da cidade de Salvador que exige do governo, do Estado, através de suas instituições, a resolução do problema social da violência e dos crimes praticados pelos Capitães da Areia: “Esperamos que o ilustre chefe de polícia e o não menos ilustre dr. Juiz de menores saberão tomar as devidas providências contra esses criminosos tão jovens e já tão ousados” (Amado, 2008, p. 14).

Por outro lado, abandonados, marginalizados, culpados, taxados como delinquentes e criminosos perigosos, os Capitães da Areia exercem também uma força e demonstram poder através da violência e os audaciosos crimes que praticam. Não podemos negar que, no confronto entre o Estado e os menores abandonados, existe uma demonstração de força. Enquanto o

Estado quer extirpar as crianças em situação de rua, elas lutam e mostram sua força e poder sobrevivendo à pressão social e estatal que sobre elas é exercida através dos mecanismos e dispositivos de controle, fontes diversas de onde concentra-se e dissipa-se o poder.

O grupo conhecido como Capitães da Areia é considerado um estigma social. É um elemento indesejável por outros grupos que compõem a mesma sociedade. É a representação de uma categoria com atributos depreciativos que, segundo a opinião da elite social, do Estado e da imprensa, deve ser extirpada da sociedade. O diretor do reformatório, o chefe de polícia e o juiz de menores, representantes do Estado, recebem aprovação social para executarem as ações necessárias para a transformação de um corpo retorcido pelas mazelas e pela falta de disciplina em um corpo dócil e disciplinado. Para Michel Foucault, “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (Foucault, 2014, p. 167).

O Estado, através dos mecanismos e dispositivos, tem a função de realizar o adestramento de uma criança delinquente transformando-a em um homem ou uma mulher feitos e instruídos como deseja a sociedade. Para atingir esse objetivo, a sociedade desqualifica e categoriza os grupos sociais que quer controlar, dominar ou extirpar pelo processo de aniquilação social. Categorizados, os grupos populacionais se tornam alvos das ações disciplinares aplicadas direta ou indiretamente sobre eles: “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhes é específico” (Foucault, 2014, p. 167).

Em *Capitães da Areia* são perceptíveis e recorrentes a desqualificação e a categorização social com intuito de deteriorar o grupo de crianças em situação de rua denominados e conhecidos pelo nome de Capitães da Areia. E isso é o que justifica a atuação e a prática do poder disciplinar através de instrumentos e dispositivos de controle. É o que entendemos quando, na reportagem fictícia intitulada “Crianças ladronas”, a imprensa (*Jornal da tarde*) atua como dispositivo de poder sendo o porta-voz da elite no processo de categorização, desqualificação, marginalização do grupo de crianças abandonadas, quando publica que “Esse bando, que vive da rapina, se compõe, pelo que se sabe, de um número superior a cem crianças das mais diversas idades, indo desde os oito aos dezesseis anos” (Amado, 2008, p. 11).

Presencia-se, dentro da composição textual de *Capitães da Areia*, um processo crítico direcionado especificamente às práticas da imprensa, de instituições governamentais e segmentos sociais que categorizam, desqualificam e empurram, para além da marginalidade social, um grupo populacional que consideram indesejável dentro da cidade, da sociedade: “Crianças que, naturalmente devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos

de sentimentos cristãos, se entregaram no verdor dos anos a uma vida criminosa. São chamados Capitães da Areia porque o cais é o seu quartel-general” (Amado, 2008, p. 11).

Na prática explícita e na expressão verbal, compreendemos que a criança em situação de rua na ficção ou na realidade é coisificada, categorizada, desqualificada e marcada pela violência física e simbólica que a atinge no seu círculo mais íntimo, ou seja, na própria família e em esfera mais ampla, a sociedade. Levando em consideração o texto literário, nota-se que o autor faz com que as experiências ficcionais protagonizadas pelas personagens possam se tornar uma expressão de descontentamento social, impulsionada pelo descaso dos órgãos governamentais e pelo total abandono dos sujeitos marginalizados.

É perceptível, em diversas produções literárias, que os autores fazem denúncias de crimes, violências, preconceitos, racismos e outras tantas práticas políticas, econômicas, culturais e sociais abomináveis contra grupos sociais marginalizados. Eles seguem desconstruindo valores e deixam evidentes os escárnios, as atribuições à condição social dessas populações dentro e fora das instituições governamentais, das estruturas familiares e dos sistemas de governos responsáveis pela formação social e amparo desses indivíduos. Isso caracteriza objetivamente a representação de uma luta de correlações de forças e poder.

Os atos de violências praticados pelo grupo de menores abandonados contra a sociedade soteropolitana podem ser considerados e interpretados como tentativas de demonstração de poder contra as diversas formas de violências que a eles são infringidas. Quando os Capitães da Areia escapam de serem capturados, a polícia fracassa e assim equilibram-se em uma correlação de força e de poder. Vemos nas cartas publicadas no jornal e em toda narrativa o quanto as crianças em situação de rua são atacadas, estigmatizadas e desqualificadas socialmente. E a violência por eles praticada pode ser interpretada como uma reação de defesa, como forma de resistência às investidas e demonstração de força e poder dos outros grupos sociais.

Por estarem sempre em desvantagem contra o aparato repressivo do Estado, provocar e manter o medo social que eles representam torna-se uma vantagem no equilíbrio de correlações de forças e poder para a sobrevivência individual e coletiva das crianças enquanto grupo social marginalizado. Em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault afirma “que lá onde há poder há resistência. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder” (Foucault, 2019a, p. 104). É necessário reconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de forças e de poder com a resistência. Podemos nos perguntar. Se o poder estatal é violento, por que a resistência social não pode ser?

Em *Capitães da Areia*, Jorge Amado construiu a narrativa de um grupo de crianças em situação de abandono que perambulavam pelas ruas de Salvador praticando pequenos delitos

para sobreviverem diante de duras condições sociais que a elas eram impostas. Ainda existem crianças em situação de rua? Existem os menores abandonados e delinquentes nas grandes cidades e capitais brasileiras? Sim! Existem. O menor abandonado nos anos de 1980 ainda é uma dura realidade no país. O *Jornal do Brasil*, em edição n. 00276A de 11 de janeiro de 1980, publicou o questionamento de um leitor sobre os menores abandonados do país.

Será hoje menor o número de menores abandonados? Estou certo de que não. A parcela aumenta dia a dia porque a qualidade de vida que se está vivendo em nosso país é trágica. Basta andar pelas ruas e prestar atenção na quantidade enorme de crianças entre quatro e 10 anos vendendo chicletes ou pedindo que lhes pague alguma coisa para comer, completamente abandonadas e que serão os marginais de amanhã (*Jornal do Brasil*, 1980, p. 2).

Na crônica intitulada “Os meninos de Uganda”, publicada originalmente em 24 de agosto de 1980 na edição 00138 do *Jornal do Brasil*, o cronista capixaba José Carlos Oliveira traçou um paralelo entre o Brasil e Uganda, àquela época considerados como países do Terceiro Mundo: “As crianças querem comida e não lhes dão comida. Elas emagrecem, elas se tornam esqueletos revestidos de pele. Elas ficam dentuças como caveiras. Seus pequenos sexos murcham; seus intestinos roídos de vermes despejam um simulacro nauseabundo de fezes” (Oliveira, 1980, p. 5).

A construção de uma representação social desse menor abandonado e delinvente perpassa por diversas vias e a literatura acentua os fatores condicionantes para os estudos dessa representação. As crianças continuam na realidade das ruas das cidades, prisões, orfanatos, reformatórios e nas ficções literárias. Nesse sentido, aproximadamente quarenta anos após a publicação de *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, José Louzeiro publicou *Infância dos mortos* (1977). Sobre as crianças abandonadas e suas origens, em *Infância dos mortos*, pergunta-se: “Quem são elas? De onde vêm? São filhas de pais pobres, que se ‘escondem’ nas favelas, que não ganham ao menos para comer. Por isso, meninos e meninas de cinco e dez anos saem pelo mundo, numa tentativa desesperada de sobreviver” (Louzeiro, 1981, n.p.). Nos centros urbanos, onde elas estão? “As crianças abandonadas estão em todos os lugares da grande cidade: nas portas dos cinemas, nos pontos de ônibus, nos portões dos estádios, nos bares, nos cruzamentos onde os carros param, nas praças. A princípio o menor que desce para o asfalto é apenas mais um menor abandonado” (Louzeiro, 1981, n.p.).

As sociedades apresentadas na ficcionalidade de Jorge Amado e José Louzeiro estão em consonância com a própria realidade da sociedade brasileira apresentada por José Carlos Oliveira e percebemos, através da verossimilhança, uma correlação entre o ficcional e o real

dentro e fora das narrativas. “O Brasil não é Uganda, mas acontecimentos assim podem ser assinalados a qualquer momento. O grande tûmulo do Brasil que se constrói acelerado nos impede de ouvir os gemidos humildes da pequena nação que se estiola e se extingue a sombra do nosso amado país-continente” (Oliveira, 1980, p. 5).

Essa verossimilhança configura-se quando os autores lançam as críticas de uma precoce adulteração comportamental da infância por uma libertinagem e depois ocorre uma bruta interrupção ao ser estas crianças enviadas para um reformatório ou para uma prisão, espaços ou instituições onde são submetidas a regras incondicionais, sendo subjugadas a uma ação disciplinar exigida pela sociedade e exercida pelo Estado através do poder disciplinar e seus dispositivos de controle. A realidade converge para a ficção e vice-versa. Isso está lá nas narrativas e aqui na realidade da sociedade brasileira.

Capitães da Areia é um romance que alude a uma representação social de um tempo disciplinar e de controle social apresentado por Michel Foucault quando trata dos recursos para o bom adestramento. O poder disciplinar “não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las como um todo” (Foucault, 2014, p. 167). Porém, a disciplina, segundo Michel Foucault, “não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar seu poderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente” (Foucault, 2014, p. 167).

Esse é o tempo disciplinar, que se impõe pouco a pouco no cotidiano. Foram instalados nos grandes centros urbanos e em alguns espaços rurais particularizados muitos internatos e reformatórios com o objetivo de disciplinar e controlar indivíduos insubordinados à ordem social estabelecida. Em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Michel Foucault aponta que o conceito definidor da modernidade é a disciplina. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (Foucault, 2014, p. 167). Ela, a disciplina ou o poder disciplinar, é um instrumento, dispositivo, mecanismo de dominação e controle social destinado a suprimir ou domesticar os comportamentos divergentes que possam proporcionar sublevações ou resistências.

Partindo da leitura dos textos literários e de uma investigação teórico-crítica, temos como objetivo geral apresentar argumentos teórico-críticos que possam explicar como e por que o grupo de crianças em situação de rua, consideradas e categorizadas como menores abandonadas e delinquentes juvenis, denominadas Capitães da Areia, pode ser considerado uma força de resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros. A investigação e produção textual

concentra-se em temas e conceitos teóricos como biopolítica, biopoder, violência, aniquilação, estigma e resistência; e está subdividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos uma historiografia sobre a história da criança e da infância no Brasil. No segundo e terceiro tópicos, discorremos sobre a família patriarcal na Bahia dos anos 1930 e a família em *Capitães da Areia*. No quarto tópico, descrevemos sobre a presença da criança e da infância como tema central da literatura e analisamos a criança em *Capitães da Areia*, observando a trajetória do grupo de crianças em situação de rua.

No segundo capítulo, apresentamos os conceitos de biopolítica, estigma e aniquilação analisando sua relevância na narrativa de *Capitães da Areia*. Analisamos as instituições (Estado e Imprensa) e seus principais mecanismos e dispositivos de correlações de forças dentro do romance, entrelaçando suas práticas à trajetória das personagens. Demonstramos como grupos populacionais do romance podem ser considerados representações sociais repressoras ou reprimidas no Brasil dos anos 1930, ao ponto de reproduzirem e impulsionarem contra si e os outros um processo biopolítico de aniquilação populacional.

No terceiro capítulo, examinamos as composições de forças e as formas de resistências existentes no romance e que atuam contra o projeto biopolítico de aniquilação dos outros defendido por grupos sociais elitistas, apoiado e propagandeado pela imprensa e executado por instituições sociais e governamentais representadas no texto literário *Capitães da Areia*.

Esta pesquisa insere-se nos campos de estudos históricos e literários. A construção textual se dá pela análise crítica do discurso político-econômico-social-cultural-religioso no *corpus* literário do livro *Capitães da Areia* e dos fragmentos textuais intitulados “Cartas à Redação”, prólogo produzido por Jorge Amado em forma de textos-cartas, enviados ao fictício periódico *Jornal da Tarde*. Totalizam 5 cartas, 1 reportagem e 1 nota, todas publicadas no mesmo periódico, espaço que consolida a correlação de poder dentro do quadripartite de instituições que representam as correlações de força e poder no espaço da narrativa amadiana.

As “Cartas à Redação” são textos enviados ao fictício periódico *Jornal da Tarde* por representantes das instituições do Estado da Bahia: o Secretário do Chefe de Polícia, o Juiz de Menores e o Diretor do Reformatório Baiano; a Família, representada por Dona Ricardina, costureira, mãe de uma criança que já esteve internada no Reformatório. A Igreja, em nome do Padre José Pedro, que tem uma aproximação afetiva com os Capitães da Areia.

Afirmando a tese de que o grupo de crianças em situação de rua denominado Capitães da Areia pode ser considerado um agente da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação de populações idealizado pela elite burguesa, fomentado e propagandeado pela imprensa e executado por instituições sociais e governamentais, justificamos como relevante a produção

teórica que teve como objetivo investigar e compreender o momento histórico dos anos 1930 através da literatura de Jorge Amado e a representação dos sujeitos naquela sociedade.

A necessidade de compreender o processo de resistência de um grupo de crianças em situação de rua a um projeto biopolítico de aniquilação dos outros dentro da sociedade posta no texto ficcional de Jorge Amado é o fator que melhor justifica qualquer tentativa de investigar, estudar, entender e explicar esse processo histórico e literário de construção político-social-cultural-econômico-religioso que ocorre através da História e da Literatura.

As correlações de poder e forças e o cotidiano apresentado na obra literária reafirmam a necessidade de investigação desse processo de resistência social praticado pelo grupo marginalizado denominado Capitães da Areia. Consideramos que é importante saber, conhecer e explicar até que ponto a subjetividade e a verossimilhança de um texto literário conectado a teorias críticas históricas e filosóficas colaboram para a produção de uma narrativa acadêmica sobre uma sociedade e seu contexto histórico real ou ficcional.

1 UMA HISTORIOGRAFIA DA CRIANÇA E INFÂNCIA BRASILEIRA

Compreendemos que a história da criança e da infância é muito mais ampla, por isso, apresentamos uma síntese historiográfica sobre a história da criança e da infância em que os autores que consubstanciam essa historiografia delineiam uma discussão sobre a posição social da criança e da infância e sua relação cotidiana dentro do processo político, econômico, cultural, social, religioso e educacional proposto em cada sociedade e sua época. Os teóricos citados apresentam uma problemática da construção social da criança e da infância em diversos momentos, pontuando a atuação das forças que norteiam o desenvolvimento da criança e sua formação dentro da sociedade a qual ela se encontra inserida.

Analisando as fontes históricas sobre a história da criança e da infância, compreendemos que as pesquisas desenvolvidas por Gilberto Freyre (2004), Mary Del Priore (2020), Haroldo de Resende (2019), Marcos Cezar de Freitas (2016), Maria Luiza Marcílio (2019), Renato Pinto Venâncio (2010) são importantes referências para investigações, estudos e análises teórico-metodológicas sobre a história da criança e da infância. Haroldo de Resende afirma: “A infância entendida como uma invenção moderna, ocupa espaços sociais – da mídia, da Medicina, da Psicologia, da Literatura, entre vários outros – de modo que sua existência é atravessada por processos de acumulação de saberes” (Resende, 2019, p. 7).

Resumindo, a infância pode ser entendida como uma invenção moderna que ocupa um espaço social específico e que possui em sua existência atravessamentos diversos como, por exemplo, desenvolvimento de capacidades cognitivas, psicológicas, educacionais, sociais, marcadas por desejos, vulnerabilidades, fragilidades e diversas potencialidades infantis que determinam a formação inicial do ser social infante e a condição do ser social adulto. É impossível não pensar a infância como uma problemática histórico-social. Para Haroldo de Resende, “Pensar a infância, problematizando-a como uma invenção, permite perceber sua construção histórica como categoria das ciências do homem e a forma como ela é engendrada no contexto social moderno” (Resende, 2019, p. 7).

A partir dos anos de 1980, com as tendências criadas pela chamada “Nova História”, os historiadores procuravam em seus textos exaltar a voz dos silenciados. E então foi a vez de crianças terem o seu direito de voz, quando autores passam a escrever e organizar textos que buscam discutir e produzir conhecimentos sobre a história da criança e da infância. Mary Del Priore afirma: “Resgatar esse passado significa, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais

concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas” (Del Priore, 2020, p. 15).

Em seu livro *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès busca apresentar os sentimentos da criança e da infância, demonstra momentos de descobertas, uma construção social em torno das vestimentas, dos jogos e das brincadeiras. Apresenta também os momentos escolares, a vida na escola e as idades evolutivas das crianças. A relação da criança com a família ganha uma particularidade em que, através da iconografia, é apresentada uma criança presente no seio familiar. Sobre a permanência da criança no seio familiar e suas relações familiares a partir do século XVII, segundo o autor: “Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou ao menos, dos graus mais baixos da dependência” (Ariès, 2006, p. 42).

A educação religiosa e familiar também é apresentada no texto e em consonância buscam a formação social das crianças estruturando uma relação afetiva de proteção. No entanto, o historiador afirma que durante a Idade Média: “Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número. A criança era tão insignificante, tão mal entrada na vida, que não se temia que após a morte ela voltasse para importunar os vivos” (Ariès, 2006, p. 57).

Philippe Ariès faz provocações sobre as questões da criança e da infância na sociedade moderna. No texto o autor confronta e apresenta elementos caracterizadores de uma sociedade que, motivada por cifras econômicas pautadas no aumento de valores agregados da produtividade industrial retira das crianças a sua vida comum para que possam adentrar o quanto antes para os estágios da vida adulta. Segundo Ariès, “A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida” (Ariès, 2006, p. 278).

O percurso proposto pelo autor se inscreve em três momentos. No primeiro plano, perpassa por questões gerais da criança e da infância, como atribuições de um sentimento de infância, as idades da vida, o descobrimento do corpo, vestimentas, jogos e brincadeiras. No segundo momento, a juventude, a escolarização e o amadurecimento dos corpos são analisados. No último momento, a criança é analisada dentro do seio familiar e a inserção dela em um convívio social através da escolarização e das práticas da religiosidade. “A maneira de ser das crianças deve ter sempre parecido encantadora às mães e às amas, mas esse sentimento pertencia ao vasto domínio dos sentimentos não expressos” (Ariès, 2006, p. 158).

O tempo histórico proposto pelo autor em seus escritos não é linear, mesmo que inicie o *corpus* desde a Antiguidade, atravessando a Idade Média até a contemporaneidade. É fazendo

referências e incursões pontuais que Philippe Ariès confere materialidade e consistência para a composição textual apresentada, tornando-a assim uma referência aos estudos sobre a história da criança, infância e família, tendo ela uma repercussão importantíssima para a historiografia. Ainda sobre os sentimentos, o autor diz: “Algumas pessoas rabugentas consideravam insuportável a atenção que se dispensava então às crianças. Esse sentimento da infância pode ser ainda melhor percebido através das reações críticas que provocou no fim do século XVI e sobretudo no século XVII” (Ariès, 2006, p. 159).

No livro organizado pela historiadora Mary Del Priore, *História das crianças no Brasil*, as relações sociais e familiares que envolvem a criança e a infância são apresentadas nuas e cruas, com abusos sexuais, violências diversas, abandonos, mortes e descasos das autoridades públicas com a situação das crianças e da infância no Brasil. Essa coletânea reúne artigos que procuram esclarecer como viveram ou eram vistas as crianças em vários momentos da História do Brasil. Para Del Priore, “As crianças brasileiras estão em toda parte. Nas ruas, à saída das escolas, nas praças, nas praias. Sabemos que seu destino é variado. Há aquelas que estudam, as que trabalham, as que cheiram cola, as que brincam, as que roubam. Há aquelas que são amadas e outras que são simplesmente usadas” (Del Priore, 2020, p. 7).

Enquanto Philippe Ariès processa informações de amplitudes mundiais, Mary Del Priore concentra suas pesquisas em território nacional, porém, não deixando de elencar elementos e referências importantes para a composição dos artigos que fazem parte do livro, inclusive, usa como referencial teórico o próprio Philippe Ariès. Os artigos discorrem sobre as influências e participações da sociedade e de instituições governamentais e religiosas na formação da criança desde os tempos coloniais até os dias atuais. Uma das características marcantes dos textos reunidos é mostrar que: “No mundo atual, essas mesmas crianças passaram de reis a ditadores. Muitas de suas atitudes parecem incompreensíveis aos nossos olhos. Quase hostis. Uma angústia sincera transborda das interrogações que muitos de nós fazemos sobre o que é a infância e a adolescência” (Del Priore, 2020, p. 7).

A história da criança para Del Priore se faz às sombras dos adultos e das instituições sociais que as cercam. Falou-se de escolas, igrejas, orfanatos, instituições de recolhimento, juizados de infância e juventude e outros diversos órgãos governamentais e não governamentais. Todos esses pontos de contatos descobertos pelos autores são encontrados em documentos e registros cartoriais oficiais e não oficiais em diversos arquivos e bibliotecas do país. Para a historiadora, é preciso perguntar: “O que diferencia as crianças de hoje daquelas que as antecederam no passado? Não será a primeira vez que o exercício de ‘olhar para trás’

ajudará a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade” (Del Priore, 2020, p. 8).

É possível presenciar, na evolução histórico-social da criança e da infância no Brasil apresentadas nos textos, crianças abandonadas, em condições de trabalho análogas à escravidão, ou em atividades laborais dentro de grandes fábricas; são registros comuns nos momentos históricos pesquisados. Os artigos propostos analisam também, entre vários elementos, o comportamento dessa sociedade em relação ao cotidiano das crianças nela inseridas. Mary Del Priore diz:

Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa (Del Priore, 2020, p. 8).

Resgatar a história da criança e da infância brasileira é evidenciar, visibilizar e reconstruir o passado da infância e das crianças. Os textos têm por objetivo reconstruir o caminho percorrido pela sociedade brasileira para reconhecer a autonomia da criança. Estudar a história da criança e da infância nos permite compreender as distorções que surgiram na construção social do presente. É uma tentativa de alcançar, de maneira efetiva, a transformação da realidade atual. Com a observação criteriosa da história através das lentes pluridimensionais, reconhece-se na criança a possibilidade de reconstruir, a partir do passado, uma narrativa com outras alternativas que possam driblar a construção social sedimentada no presente.

Segundo Del Priore, ela, a criança, “é o adulto em gestação” e apenas estudando a infância compreender-se-á “as distorções a que elas estiveram submetidas” e assim “teremos condições de transformar o futuro da criança e de nos transformar através delas” (Del Priore, 2020, p. 8). Compreendemos que o estudo sobre a criança e a infância do passado é um espelho verificador para uma tentativa de transformação da realidade das crianças na sociedade atual. Para Del Priore, “Essa quase onipresença infantil nos obriga, pois, a algumas questões. Terá sido sempre assim? O lugar da criança na sociedade brasileira terá sido sempre o mesmo? Como terá ela passado da condição de anonimato para a condição de cidadão com direitos e deveres reconhecidos?” (Del Priore, 2020, p. 8).

Por que investigar e analisar a condição social da criança e da infância no Brasil? Para produzir uma historiografia que possa discutir a situação atual da criança e da infância a partir da sua condição no passado? Para Mary Del Priore, “Pensar tais questões, assim como seus antecedentes históricos, vem sendo uma preocupação para especialistas ou não” (Del Priore,

2020, p. 9). E não podemos pensar a história da criança apenas em esferas locais, devemos ampliar para patamares maiores para atingirmos uma história da criança e da infância a níveis universais. Ainda, segundo Del Priore, “O estudo das representações ou práticas infantis é considerado tão importante que a historiografia internacional já acumulou consideráveis informações sobre a criança e seu passado” (Del Priore, 2020, p. 9).

O que a narrativa ficcional de Jorge Amado em *Capitães da Areia* apresenta a partir de 1930 com os meninos em situação de rua na cidade de Salvador é ratificado pela documentação histórica apresentada por Mary Del Priore quando ela diz: “No início do século, com a explosão do crescimento urbano em cidades como São Paulo, esses jovens, detritos do que fora o fim do escravismo, encheram as ruas. Passaram a ser denominados ‘vagabundos’. Novidade? Mais uma vez não” (Del Priore, 2020, p. 13). A história do Brasil é repleta de fenômenos históricos de curta, média e longa duração e o abandono e a marginalização das crianças estão inseridos entre todos eles. “No século XVIII, terminada a euforia da mineração, crianças vindas de lares mantidos por mulheres livres e forras, perambulavam pelas ruas vivendo de expedientes muitas vezes escusos, - os nossos atuais ‘bicos’ – e de esmolas” (Del Priore, 2020, p. 13).

A marginalização e o abandono de crianças e adolescentes não são uma condição recente na história do Brasil. A criminalização dessa infância abandonada e marginalizada também tem suas raízes históricas calcadas desde o início do processo de colonização por Portugal, perpassando pelo período monárquico imperial e ancorando-se na era republicana e sobrevivendo até os dias atuais. “As primeiras estatísticas criminais elaboradas em 1900 já revelavam que esses filhos da rua, então chamados de ‘pivettes’, eram responsáveis por furtos, ‘gatunagem’, vadiagem e ferimentos, tendo na malícia e na esperteza as principais armas de sua sobrevivência” (Del Priore, 2020, p. 13).

Na citação acima, podemos perceber uma aproximação da história da criança e da infância apresentada por Mary Del Priore à narrativa ficcional de *Capitães da Areia*, quando descrevemos o abandono, a marginalização e a estigmatização social das crianças como ações comuns aos períodos históricos correlacionados dentro da historiografia oficial brasileira e no cerne ficcional da literatura de Jorge Amado. São chamados de criminosos, assaltantes, delinquentes: “Essas crianças que tão cedo se dedicaram à tenebrosa carreira do crime não tem moradia certa ou pelo menos a sua moradia não foi localizada” (Amado, 2008, p. 11).

Gilberto Freyre escreveu, em *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, sobre a relação social da criança na família e na sociedade da época. No capítulo “O pai e o filho”, Freyre traça um panorama de como se dava a relação da criança com os adultos das casas-grandes, dos sobrados e mucambos com a educação familiar ou jesuítica das crianças, num patriarcado

conservador e tradicional instaurado no cerne do sistema colonial brasileiro, atravessando o tempo e desembarcando nos sobrados urbanos na passagem da sociedade colonial para a industrial no período imperial brasileiro.

Com riqueza de detalhes, Gilberto Freyre narra como a meninice nas sociedades patriarcais é curta. Aponta que muito reduzida é a distância social entre o adulto e a criança. O homem feito é muito prestigiado nessas sociedades, logo a criança deixa suas meninices para “amadurecer morbidamente, antes do tempo”. Na criança é inculcada a vergonha e a inferioridade de ser menino, de ser criança. “Quebram-se logo as asas do anjo”. A criança é forçada a um amadurecimento social precoce para imitar o adulto desde a adolescência. “E desse modo se atenua o antagonismo entre o menino e o homem, entre o pai e o filho” (Freyre, 2004, p. 177).

A educação das crianças acompanha a rigidez da conduta social proposta àquela época. Disputadas entre jesuítas e as famílias patriarcais, igrejas e casas-grandes, sobrados e mucambos, as crianças, no que se refere à educação, ganham destaques e atenção, pois é a partir dessa educação que será delineada a formação individual e coletiva para a composição intelectual, política e social das crianças. Nas ordens eclesiásticas ou nos seios das famílias patriarcais, afirma Gilberto Freyre:

No Brasil patriarcal, o menino – enquanto considerado menino – foi sempre criatura conservada a grande distância do homem. A grande distância do elemento humano, pode-se acrescentar. Até certa idade era idealizado em extremo, identificados como os próprios anjos do céu. Criado como anjo: andando nu em casa como um Meninozinho de Deus. Mas essa adoração do menino era antes dele chegar à idade teológica da razão. Dos seis ou sete anos aos dez, ele passava a menino diabo. Criatura estranha que não comia na mesa nem participava de modo nenhum da conversa da gente grande (Freyre, 2004, p. 178).

A relação patriarcal e o regime da casa-grande atravessam o tempo e se mantêm atuantes nos tempos dos sobrados. Nos centros urbanos ou nas grandes fazendas, o tradicionalismo familiar calcado nos valores morais e religiosos, reforçados pelo fator econômico e pelo prestígio social da família patriarcal, regula as relações sociais entre adultos e crianças, independentemente de sexo, cor ou credo religioso. A infância apresentada pelo autor é uma infância objetivada e por isso é também disputada e controlada. Em Freyre, vemos que

O regime das casas-grandes continua a imperar, um tanto atenuados, nos sobrados. O domínio do pai sobre o filho menor – e mesmo maior – fora no Brasil patriarcal aos seus limites ortodoxos: ao direito de matar. O patriarca tornara-se absoluto na administração da justiça e da família, repetindo alguns pais, à sombra dos cajueiros de engenho, os gestos mais duros do

patriarcalismo clássico: matar e mandar matar, não só os negros como os meninos e as moças brancas, seus filhos (Freyre, 2004, p. 179).

Tanto sobre a tutela educacional dos pais na casa-grande ou dos jesuítas nas igrejas, a formação, a educação, a preparação desse indivíduo era em prol de uma coletividade. Autorizados pelos pais, mestres e padres educavam a sua prole com os mesmos objetivos, “quebrar a individualidade da criança”, para que elas se tornassem adultos passivos, subservientes e tementes à família e ao patriarcalismo, no caso da casa-grande, e ao Senhor do Céu e da Terra, assim como também à Santa Madre Igreja e não tanto diante do pai e da mãe, simplesmente da carne no que tocava à educação dos jesuítas. Segundo Freyre, “Os pais autorizavam mestres e padres a exercerem sobre os meninos o poder patriarcal de castigá-los a vara de marmelo e à palmatória” (Freyre, 2004, p. 180).

Gilberto Freyre aponta em seu texto para uma disputa entre casa-grande e Igreja pela educação formal das crianças. Afirma Freyre que a educação proposta pelos jesuítas buscava fazer sombras à autoridade do senhor da casa-grande sobre o menino e que “os padres se esforçaram em fazer dos meninos, o mais depressa possível, homens ou adultos, que fizessem frente ao caciquismo das tabas e do patriarcalismo dos velhos da casa-grande” (Freyre, 2004, p. 182). E assim: “Visando, ao que parece, aquele domínio social, estimularam a precocidade literária, que se tornou tão característica do menino brasileiro, no regime de vida patriarcal de nossa formação” (Freyre, 2004, p. 182).

Para relatar sobre a criança e a infância, Gilberto Freyre entra a fundo nas esferas de poder e nas relações sociais mais adversas. Seus textos levam o leitor à senzala, posicionam-no dentro da casa-grande, permitindo galgar as escadas dos sobrados e sentir o frio cortante dos mucambos. A relação familiar apresentada por Freyre é religiosa pelo poder, dolorosa pela palmatória, serviu pela escravidão negra e pela dominação dos povos nativos do território brasileiro. Essa relação é subserviente ao ponto mais profundo das raízes do Brasil patriarcal. É nessa relação social que se imbricam todas as relações de poderes que geram como resultado uma infância governada, controlada em todos os sentidos pelas sociedades que as empreendem.

Marcos Cezar de Freitas inicia o prefácio à 9ª edição de *História social da infância no Brasil* (2016), conjunto de textos por ele organizado, afirmando que os estudos que compõem o volume impresso são resultados de pesquisas sobre a temática da criança e da infância. A coletânea de textos foi publicada originalmente em 1996:

O livro *História social da infância no Brasil* está inserido em um processo que a quase três décadas discute de forma plural criança e infância, palavras que estão em permanente estado de reapropriação e que são, muitas e muitas

vezes, tomadas equivocadamente como se fossem sinônimas (Freitas, 2016, p. 9).

Sobre a expressão “reapropriação equivocada” mencionada pelo autor, explicamos através de uma única sentença: “A infância é um tempo social, a criança é agente, protagonista nas tramas do cotidiano” (Freitas, 2016, p. 10). A definição da palavra “criança” como “agente” apresentada por Marcos Cezar de Freitas está em convergência com o que propomos nesta tese, que é discutir sobre a criança em situação de rua enquanto agente social. Na narrativa de Jorge Amado, defendemos a tese de que os Capitães da Areia são agentes da resistência contra um grupo social elitista que desfigura, desqualifica o tempo social da infância para aniquilar o agente social que resiste na figura da criança abandonada. Neste sentido, a criança em situação de rua na narrativa amadiana torna-se um protagonista, um agente (criança) dentro de seu tempo social (infância). A criança em situação de rua é agente da resistência em *Capitães da Areia*.

Outro ponto importante trabalhado pelo autor é sobre a ampliação dos campos de pesquisas que se desdobram para a temática da criança e da infância. “A história social da infância diz respeito a elaboração do ‘específico’ dos saberes e disciplinas que se dedicam a narrar (e inventar) o que é uma criança” (Freitas, 2016, p. 11). O campo de atuação em que se desenvolvem essas pesquisas se conecta a um universo múltiplo, alimentado por ideias diversas, por pluralidades que se recriam constantemente a cada trabalho finalizado. “Nos vinte anos que se passaram desde o lançamento da primeira edição, a leitura dos capítulos deste livro com alunos da graduação e da pós-graduação seguidamente mostrou a importância de desnaturalizar as palavras infância e criança” (Freitas, 2016, p. 11).

Maria Luiza Marcílio apresenta, em seu livro *História social da criança abandonada*, uma arqueologia e uma trajetória do fenômeno do abandono das crianças através da história do Ocidente e do Brasil. O texto também resgata o processo histórico do abandono de crianças e através de mecanismos instalados em instituições legalizadas e, assim, evidenciando seus desdobramentos no contexto das relações entre Portugal e Brasil. Ela afirma:

A Antiguidade e a evolução da prática de abandonar os filhos vêm aqui associadas às formas de proteção e de assistência a essas criaturas, construídas ao longo dos séculos, primeiramente no Velho Mundo, e, depois transplantada e estabelecidas no Brasil, desde os primórdios da colonização (Marcílio, 2019, p. 15).

A autora, assim como outros pesquisadores, faz menção à ausência de fontes para preencher algumas lacunas importantes sobre a história da criança abandonada no Brasil. “No caso do Brasil, como os estudos são pontuais e raros, houve a necessidade de enorme e longo esforço, que começou com a descoberta e o levantamento de fontes em arquivos brasileiros e portugueses” (Marcílio, 2019, p. 15). Outro ponto defendido pela autora é a necessidade de se

conhecer a trajetória da história da criança e da infância ao que diz respeito às suas linhas essenciais. Ela concorda: “A historiografia brasileira, até fins da década de 1980, pouco se ocupou da criança e mesmo da família” (Marcílio, 2019, p. 17).

Em um livro intitulado *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*, Renato Pinto Venâncio apresenta um conjunto de artigos com abordagens diversificadas sobre a criança e a infância com foco na questão do abandono. A apresentação deste trabalho confere com o que já foi posto sobre as fontes e outras particularidades quando se trata da temática da criança e infância no Brasil. “Nas últimas décadas, vários pesquisadores se dedicaram à história do abandono de crianças. A extensão e profundidade do fenômeno do abandono infantil e as múltiplas soluções institucionais surgidas estão sendo redescobertas” (Venâncio, 2010, p. 7).

Os textos organizados por Venâncio percorrem desde o abandono na sociedade infantil do período colonial com o uso da “roda dos expostos” até os anos finais do século XX. As pesquisas se concentram em diversas partes do Brasil indo além de suas fronteiras e contemplando arquivos em Portugal. Os textos evidenciam leis, políticas públicas com criação de mecanismos e dispositivos que pudessem amparar os abandonados a sua própria sorte. “A partir do século XVIII foi produzida uma nova legislação como reflexo das preocupações do poder central com a assistência a um número cada vez mais significativo de crianças que apareciam expostas por todo o território nacional” (Fonte, 2010, p. 40).

Irene Rizzini e Francisco Pilotti são os pesquisadores que organizam o livro intitulado *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (2011). Os textos apresentam uma diversidade de fontes documentais que podem servir de bases para a construção teórica sobre a história da criança e seu cotidiano dentro da governabilidade do país. No prefácio desta coletânea textual, Irene Rizzini afirma: “Os marcos que analisamos denotam a imensa riqueza das informações que, mesmo sofrendo os efeitos da falta de uma política de tratamento e preservação, constituem bases concretas de estudos e pontos de partida para muitas outras análises” (Rizzini, 2011a, p. 9).

Pesquisando para a composição deste texto, encontramos, na imprensa oficial e nos jornais impressos, principais fontes de informação, antes do rádio, da televisão e internet, a infância em discussão e como assunto de atenção das autoridades e setores sociais do país: “A imprensa, refletindo a opinião pública clama contra o espetáculo doloroso que apresentam as ruas da nossa capital” (A Noite, 1937, p. 2); “Entre os grandes problemas gerais da vida de um Estado, está, certamente, num dos primeiros planos, o problema da infância abandonada” (O Imparcial, 1935, p. 4); “Infelizmente, muito se há de fazer, para se evitarem os menores

abandonados, entregues ao leu da sorte muitas vezes em caminho da delinquência” (Etc., 1930, p. 5).

As pautas que discutem o resgate da cidadania dos marginalizados e menos favorecidos representou e representa uma ação importante pela diminuição das desigualdades sociais, sabendo que essas condições sociais são os principais fatores que levam uma parcela significativa da população para a situação de abandono social no país. A partir dessa sentença, compreendemos que a desigualdade é, sem dúvida, um dos mais urgentes problemas no Brasil. “Nossa desigualdade é onipresente, projetando-se intensamente na economia, na cultura, na política e no cotidiano de praticamente todas as relações sociais. É uma desigualdade que não se limita à dimensão das classes sociais” (Cruz; Sarmiento; Rios, 2022, p. 6).

1.1 A família patriarcal na Bahia dos anos 1930

A família patriarcal brasileira nasce a partir dos desdobramentos ocorridos na Europa desde o século XV. As incursões provocadas pelas grandes navegações iniciadas no final do século XV e início do XVI pelos primeiros Estados modernos consolidados, como Portugal, França, Espanha e Inglaterra, com o objetivo de aumentarem suas posses territoriais e riquezas através do comércio com o Oriente, foi o fato histórico que ligou a história de Portugal ao território que hoje conhecemos como Estado brasileiro.

O historiador francês Philippe Ariès é quem marca o início dessa trajetória ao inserir, em seus estudos sobre a *História social da criança e da família* (2006), um excerto para dar visibilidade à família patriarcal europeia e suas casas grandes. As famílias patriarcais europeias, assim como as famílias patriarcais brasileiras estão intrinsecamente ligadas pelas relações de poder que emanam de suas “casas grandes” e “casas-grandes”. “A partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta, mal percebida tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, e difícil de reconhecer” (Ariès, 2006, p. 231).

Nas pesquisas de Philippe Ariès, percebemos que os costumes e as tradições das famílias europeias foram trazidos para o novo continente com toda sua riqueza de detalhes. Todas as relações familiares estão correlacionadas ao grau de parentesco, aos vizinhos e ao trabalho. Vemos que os progressos do sentimento da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica: “A história aqui esboçada, sob um certo ponto de vista, surge como a história da emergência da família moderna acima de outras formas de relações humanas que prejudicavam seu desenvolvimento” (Ariès, 2006, p. 237-238).

Os processos de socialização humana ocorreram quase sempre nas ruas ou dentro das casas. Assim como ocorreu no Brasil e na família apresentada por Gilberto Freyre, entendemos que as casas-grandes e tradições e costumes das sociedades europeias são transportados para a sociedade brasileira no processo de colonização e fixação populacional de parte das famílias da metrópole portuguesa a partir do Brasil-colônia: “As pessoas se encontravam nas ruas, mas onde se reuniam? Não havia outros lugares públicos além das casas particulares, ou, ao menos, algumas delas, as grandes casas, rurais ou urbanas” (Ariès, 2006, p. 256).

É preciso considerar que a princípio Philippe Ariès entende e interpreta como “casa grande”, na França no século XVII, uma casa pouco povoada, considerando-se a densidade demográfica da época. Entretanto, a “casa grande” na Europa ocidental apresentada por

Philippe Ariès tem a mesma representação política e social da “casa-grande” desenhada por Gilberto Freyre no Brasil em 1933. E, conferindo outros estudos, o próprio Ariès afirma:

É delicado tirar conclusões desses dados a respeito do índice de natalidade. Por outro lado, eles revelam com bastante clareza que as casas dos ricos abrigavam, além da família propriamente dita, toda uma multidão de criados, empregados, clérigos, caixeiros, aprendizes, auxiliares, etc. Isso aconteceu do século XV ao XVII em quase toda a Europa ocidental (Ariès, 2006, p. 257).

Nesse processo de pesquisa, compreendemos que a família patriarcal europeia estruturada junto ao processo de formação dos Estados modernos europeus é a mesma que se desdobra na família patriarcal brasileira do período colonial e imperial e conseqüentemente na família patriarcal da República brasileira da Bahia nos anos 1930. Para Philippe Ariès,

Nessas casas grandes, nem palácios, nem sempre *hôtels* ou mansões, casas rurais ou casas urbanas ocupando apenas um andar de um imóvel, encontramos o meio cultural do sentimento da infância e da família. Foi nelas que recolhemos todas as observações que constituem a matéria deste livro. A primeira família moderna foi a família desses homens ricos e importantes (Ariès, 2006, p. 258).

É considerável e correto nesse momento ressaltarmos a importância da casa, da moradia dessa família patriarcal, pois “A casa grande desempenhava uma função pública. Nessa sociedade sem cafés, sem *public houses*, ela era o único lugar onde os amigos, clientes, parentes e protegidos se podiam encontrar e conversar” (Ariès, 2006, p. 258). Essa importância adquirida pela casa desde os primórdios relacionados por Philippe Ariès está claramente posta também nas pesquisas e publicações dos escritores e historiadores brasileiros como Gilberto Freyre e Mary Del Priore.

Descrever a família patriarcal brasileira é um processo delicado e que exige um certo grau de atenção aos pormenores, aos marcadores de tempo e espaço já propostos e delineados por outros pesquisadores. Gilberto Freyre e Mari Del Priore são duas referências importantíssimas quando o assunto é a família patriarcal brasileira. A família que encontramos em Gilberto Freyre e Mari Del Priore não é só uma engrenagem mecânica perfeita da sociedade patriarcal, regulada por ordens desse patriarcado, mas também é a alma e o discurso de um Brasil-Nação.

Em Gilberto Freyre encontramos a família patriarcal como um elemento principal da representação social de um país condicionado aos costumes e tradições do velho mundo, mas com aspectos e características particulares, calcadas em um modo de ser, viver e conduzir uma ordem estabelecida para a manutenção de uma estrutura administrativa que elevava os valores do patriarcado advindo do velho continente e particularizado no Brasil. Nas casas-grandes com

seus escravos ou nos sobrados com seus mucambos, enredaram o que ainda hoje reconhecemos por nome de família patriarcal brasileira.

Nesse ínterim, justifica-se ser necessário e importante para o processo de descrição da família patriarcal brasileira realizar uma consulta aos escritos de Gilberto Freyre como *Casa-grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), onde podemos encontrar o desenho nítido da sociedade brasileira que é guiada pelos reflexos emitidos pela família patriarcal brasileira desde a casa-grande, perpassando pelos sobrados e ancorando-se em mansões e arranha-céus na atualidade brasileira. Gilberto Freyre descreve e apresenta o Brasil aos brasileiros: “Ainda hoje, quem viaja pelo interior do Brasil ou mesmo ao longo do litoral encontra constantemente nomes de povoados ou cidades, cheios de recordações patriarcais ou da arquitetura característica de domínio da família patriarcal ou tutelar sobre a paisagem ou espaço brasileiro” (Freyre, 2004, p. 59-60).

A Bahia nasce com o descobrimento do Brasil e, junto à nação brasileira e ao estado baiano, nasce uma sociedade que cresce e consolida-se na família extensa patriarcal, dominada e tutelada pelo patriarcalismo vindo da metrópole europeia. Em *Sobrados e mucambos*, percebemos arraigadas as formas e os estilos culturais de uma sociedade pesadamente patriarcal e escravista: “Uma série de influências sociais – principalmente econômicas – algumas anteriores à chegada do príncipe, mas que só depois dela se definiram ou tomaram cor, começaram a alterar a estrutura da colônia no sentido do maior prestígio do poder real” (Freyre, 2004, p. 106).

Os trabalhos apresentados por Mary Del Priore apontam algumas inovações sobre a família patriarcal brasileira, mas têm em suas bases as pesquisas de Philippe Ariès e de Gilberto Freyre. Del Priore concentrou suas pesquisas nas relações familiares e seu estabelecimento no Brasil desde os tempos coloniais: “Para Gilberto Freyre, a família foi o mais importante fator de colonização. Era a unidade produtiva que abria espaços na mata, instalava fazendas, comprava escravos, bois e instrumentos” (Del Priore, 2019, n.p.).

Para a historiadora, a autoridade patriarcal garantia a união entre parentes, a obediência dos escravos e a influência política de um grupo familiar sobre os demais e, no Brasil, seu estabelecimento deu-se com maneiras e características bem particulares: “Se formos examinar os documentos sobre a História do Brasil vamos ver que, em 500 anos, diferentes tipos de famílias se formaram. Os portugueses trouxeram para o Novo Mundo uma maneira particular de organizá-las” (Del Priore, 2019, n.p.).

A composição familiar patriarcal obedecia a uma estrutura em que geralmente “Uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor forte e temido que impunha a sua lei

e a sua ordem em seus domínios” (Del Priore, 2019, n.p.). Presenciamos, nas leituras de Gilberto Freyre e Mary Del Priore, que a maioria das famílias brasileiras não era patriarcal no seu sentido mais específico. Existiam as famílias compostas por homens e mulheres de camadas populares menos favorecidas de recursos e trabalhadores pobres ou escravizados recém libertos. Essas diferentes famílias não gozavam dos mesmos privilégios. Segundo Mary Del Priore,

Essa não era a realidade da maior parte da população, formada por famílias baseadas em ligações transitórias e consensuais de homens e mulheres livres, pobres e escravos, cuja necessidade de estabilidade a fazia muito semelhante à família patriarcal, mas onde o casamento legal era raríssimo. Viver numa família onde faltara o casamento na igreja não queria dizer viver na precariedade. As ligações concubinárias, em que as pessoas viviam juntas sem estar casadas perante a Igreja, podiam ser e eram muito estáveis. O que era precário era a situação material dessas famílias e a obrigação de muitos homens de terem que abandonar as mulheres para ganhar a vida longe de casa (Del Priore, 2019, n.p.).

Transportando a família brasileira pela linha do tempo histórico, percebemos que os conflitos sociais entre os diferentes grupos populacionais e conseqüentemente entre as diferentes composições familiares permaneceram intensos. Tanto a família da casa-grande quanto as famílias surgidas nas senzalas e nas periferias buscaram espaços e recursos para sobreviverem em uma sociedade estruturada pelo patriarcalismo. Com a arquitetura dos sobrados, o patriarcalismo lentamente foi se urbanizando: “O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua” (Freyre, 2004, p. 139).

As famílias patriarcais buscaram manter seu *status* social e o controle e a dominação sobre as famílias desfavorecidas e marginalizadas pela imensa desigualdade social que assolava o país nos anos 1930. Em uma sociedade patriarcal, o senhor da casa-grande projeta a sua personalidade social para dentro e para fora de seus domínios: “O casamento foi o meio de vários desses triunfadores, de origem burguesa ou plebeia, se elevarem socialmente até à classe rural, ao hábito de Cristo, ao título de sargento-mor ou capitão nos tempos coloniais, ao de barão ou visconde, no Império” (Freyre, 2004, p. 112).

A modernidade liquidou a forma tradicional de escravidão, mas manteve a estrutura de servidão dos pobres aos ricos. A estrutura de poder estabelecida com a chegada dos europeus portugueses é mantida e uma grande parte desse poder está na família patriarcal e na sua principal instituição, mecanismos e dispositivos de poder. Em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Michel Foucault salienta a importância da família na articulação das redes e jogos de poder. “Seria a família do século XIX uma célula monogâmica e conjugal? Talvez, em

certa medida. Mas ela também é uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis” (Foucault, 2019a, p. 51).

O sistema de subjugação e dominação das populações marginalizadas ou menos favorecidas pelas correlações de forças que são consubstanciadas pelas trocas de favores se mantém intacto e atuante no Brasil. “As instituições escolares ou psiquiátricas com sua numerosa população, sua hierarquia, suas organizações espaciais e seu sistema de fiscalização constituem, ao lado da família, uma outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres” (Foucault, 2019a, p. 52).

Existe uma estrutura, um dispositivo que controla todo esse sistema patriarcal. A casa-grande estava no topo e a senzala na base. A casa-grande é a moradia e o centro de poder da família patriarcal. Correlacionando essa família patriarcal e o seu centro de poder, a casa-grande e as dependências e anexos, a senzala, o engenho, o moinho, o estábulo com as correlações de forças e poder apresentadas por Foucault, entendemos que a casa-grande é uma instituição hiponímica e hiperonímica ao mesmo tempo, porque ela mantém em seu interior e exterior vários mecanismos e dispositivos de controle dos grupos populacionais que habitavam o seu interior e as suas cercanias. “A casa, o tipo de habitação, sabe-se que é uma das influências sociais que atuam mais poderosamente sobre o homem. Sobre o homem em geral; mas, particular sobre a mulher, quase sempre mais sedentária ou caseira” (Freyre, 2004, p. 269).

A família patriarcal desenhada e descrita por Gilberto Freyre atravessou os tempos coloniais e imperiais, sobreviveu e participou do processo de Proclamação da República e se estabeleceu no Estado da Bahia, mantendo-se intacta ainda nos anos 1930. E dentro dessa casa-grande, dessa estrutura, se estabeleceram as correlações de forças de poder reveladas por Michel Foucault. “A sociedade ‘burguesa’ do século XIX e sem dúvida a nossa, ainda, é uma sociedade de perversão explosiva e fragmentada. Isso, não de maneira hipócrita, pois nada foi mais manifesto e prolixo, nem mais abertamente assumido pelos discursos e instituições” (Foucault, 2019a, p. 52).

A casa-grande e a família patriarcal estão entrelaçadas pelos jogos de poder que exercem. Ela atua como uma instituição englobadora da vida social que, de saída, precisava de padres, capatazes, criados e escravos. A casa-grande em Gilberto Freyre realiza a mesma função que o Estado em Foucault, porém, em uma escala menor, uma vez que essa casa-grande está dentro de um Estado constituído, o Brasil: “O governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o estado, que diz respeito a política” (Foucault, 2019b, p. 412).

Disse Gilberto Freyre: a casa-grande é a base do sistema e ampliada pela senzala e o engenho está no cerne das correlações de poder. A casa-grande e a família patriarcal são a base da estrutura social baiana dos anos 1930. Elas representam todo um sistema econômico, social, político engendrado para a conservação delas mesmas como estrutura de topo. Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala* (1933), afirma: “A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou pedra e cal, não em palhoças de aventureiros” (Freyre, 1998, p. 17).

Durante muitos anos, a arte de governar foi baseada na estrutura familiar patriarcal. A família, a gestão familiar é a segunda coisa mais importante na arte de governar. Em *Microfísica do poder* (2019), no tópico sobre a governamentalidade, Michel Foucault descreve porque é a família um mecanismo/dispositivo importante para a estabilidade governamental. “É certo que, entre todas essas formas de governo, que se cruzam, que se imbricam no interior da sociedade e do Estado, uma forma é bastante específica: trata-se de definir qual é a forma particular que se aplica a todo o Estado” (Foucault, 2019b, p. 412).

Desde a Antiguidade, atravessando a Idade Média e se ancorando na modernidade, percebemos que a família foi e é uma instituição muito importante. Ela é responsável pela produção e criação da prole que alimenta e movimenta a sociedade. A família tem sua representação no espaço sentimental, social e moral na condução da governabilidade de um Estado. Segundo Foucault, essa importância se confirma “no sentido de que aquele que quer governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio” (Foucault, 2019b, p. 412).

Com o processo de transição do poder soberano para o poder moderno gerado pelas transformações e impulsões introdutórias das relações políticas e econômicas dentro das relações do Estado moderno, “A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo” (Foucault, 2019b, p. 413). E “A família como modelo de governo vai desaparecer. Em compensação, o que se constitui nesse momento é a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental” (Foucault, 2019b, p. 424).

A família moderna foi transformada em um núcleo reduzido e assumiu o nível de dispositivo dentro do Estado, tornando-se a família um segmento dentro da população. “E segmento privilegiado, à medida que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, a demografia, ao consumo etc. – é pela família que se deverá passar” (Foucault, 2019b, p. 424-425).

A família patriarcal do final do século XVIII foi deslocada do nível de modelo de governo para o de dispositivo de Estado dentro das correlações de poder e atuando na dimensão instrumental em relação aos grupos populacionais. Tanto a família quanto sua moradia passam por uma reorganização. Para Philippe Ariès, “A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e as crianças, da qual se excluía os criados, clientes e amigos” (Ariès, 2006, p. 267).

A família manteve sua importância dentro das correlações de forças e poder no Estado. A vida familiar estendeu-se a quase toda a sociedade, a tal ponto que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa” (Ariès, 2006, p. 271). Ela não foi eliminada, assim como “A disciplina também não é eliminada; é certo que sua instauração e todas as instituições no interior da qual ela se desenvolveu no século XVII e início do século XVIII, a escola, as oficinas, os exércitos, etc. só se compreende a partir do desenvolvimento da grande monarquia administrativa” (Foucault, 2019b, p. 428). Para Philippe Ariès,

Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. O sentimento da casa é outra face do sentimento da família. A partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentimento da família modificou-se pouco. Ele permaneceu o mesmo que observamos nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII. Por outro lado, ela se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais (Ariès, 2006, p. 271).

A família patriarcal brasileira apresentada por Gilberto Freyre respectivamente em *Casa-grande e senzala* e *Sobrados e mucambos* é fruto do desdobramento social que ocorre na família patriarcal apresentada por Michel Foucault em *Microfísica do poder* (2019), no contexto da governamentalidade e a transição do poder soberano para o poder moderno, a partir do século XVI e por Philippe Ariès, no contexto evolucionar da história social da criança e família, a partir da formação dos Estados modernos europeus. A família patriarcal baiana dos anos 1930 é um apêndice de todo esse processo histórico que correlaciona a ligação do velho mundo europeu com o novíssimo continente americano. Em *Sobrados e mucambos*, Freyre aponta:

Ao declínio do poder político do particular rico – poder de que fora sede cada casa-grande ou sobrado mais senhorial, mais importante ou mais nitidamente patriarcal em seus característicos – correspondeu o aumento de poder político público, encarnado por órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos do governo monárquico e, depois, do republicano, não raras vezes instalados em antigas residências patriarcais como em ruínas de fortalezas conquistadas a um inimigo poderoso: desses que, mesmo depois de vencidos, se fazem notar pelas sobrevivências ou aparências do seu antigo poder (Freyre, 2004, p. 57).

Podemos afirmar que a família patriarcal baiana dos anos 1930 é um subproduto das estruturas políticas e sociais dos governos coloniais e imperiais sucumbidos pela Proclamação da República em 1889. Ela é uma amostra dos resquícios de um passado recente. O controle exercido pela família patriarcal baiana dos anos 1930 é um reflexo da estrutura de poder advindas do processo colonial e imperial brasileiro: “Da Bahia, tão típica da agricultura latifundiária por um lado, e da pecuária absorvente por outro, que uma imensa parte de suas terras chegou a pertencer quase toda a duas únicas famílias” (Freyre, 1998, p. 36).

A sociedade e a família patriarcal baiana têm sua representação na narrativa de *Capitães da Areia*. É a família patriarcal que solicita e exige pela voz da imprensa que os representantes do Estado, através dos seus dispositivos de controle, providenciem uma solução final para os problemas causados pelos meninos de rua que adentram suas casas e roubam seus pertences:

O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reformas de crianças ou às prisões (Amado, 2008, p. 11-12).

A família patriarcal baiana tem nome, sobrenome, titulação, profissão e endereço na obra de Jorge Amado. Essa família patriarcal, resquício dos períodos históricos colonial e imperial, converge em todos os sentidos com o que destacamos para o embasamento desse subtítulo nos autores e teóricos Philippe Ariès, Gilberto Freyre, Mary Del Priore e Michel Foucault. Jorge Amado, em *Capitães da Areia*, descreveu a família patriarcal baiana dos anos 1930 como herdeira das relações patriarcais sustentadas por gerações desde o período colonial.

No Corredor da Vitória, coração do mais chique bairro da cidade, se eleva a bela vivenda do Comendador José Ferreira, dos mais abastados e acreditados negociantes desta praga, com loja de fazendas na rua Portugal. É um gosto ver o palacete do comendador, cercado de jardins, na sua arquitetura colonial. Pois ontem esse remanso de paz e trabalho honesto passou uma hora de indescritível agitação e susto com a invasão que sofreu por parte dos “Capitães da Areia” (Amado, 2008, p. 12).

A elite social e a família patriarcal baiana exigem que as autoridades representantes do Estado que as guarnecem resolvam a situação e devolvam a tranquilidade dos distintos moradores. Essa imposição é o que nos permite apontar o desejo de aniquilação dos outros. A elite soteropolitana almeja que, através do poder constituído pelos dispositivos do Estado, ela seja libertada de um estigma, de um estorvo, de um estereótipo que perturba a sua paz:

Urge uma providência. Os moradores do aristocrático bairro estão alarmados e receosos de que os assaltos se sucedam, pois, este não é o primeiro levado a

efeito pelos “Capitães da Areia”. Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias. Esperamos que o ilustre Chefe de Polícia e o não menos ilustre Dr. Juiz de Menores saberão tomar as devidas providências contra esses criminosos tão Jovens e já tão ousados (Amado, 2008, p. 12).

A família patriarcal que compõe o grupo social burguês elitista da sociedade moderna do Estado da Bahia é perversa, excludente e fomentadora do projeto biopolítico de aniquilação dos outros. Ela é perversa em sua gênese, em sua face mais real e profunda porque ataca diretamente um grupo que vive na pobreza, na marginalidade e na miséria que assolam a sociedade baiana. A perversidade da família patriarcal incide diretamente sobre os corpos dos meninos de rua. Para Foucault, “O crescimento das perversões não é um tema moralizador que acaso tenha obcecado os espíritos escrupulosos dos vitorianos. É o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres” (Foucault, 2019a, p. 53).

É também no processo de evolução da família patriarcal desenhado e apresentado através das pesquisas que se desenvolveu as práticas políticas modernas. A instalação de mecanismos e dispositivos de poder que visam o controle de grupos populacionais desenvolveu-se em paralelo às casas-grandes e às famílias patriarcais que nelas habitam. Assistimos ao nascimento e ao desenvolvimento desse sentimento perverso imbuído à família patriarcal desde o século XV até aos dias atuais. A família brasileira autointitulada modelo de família é dotada de uma crueldade sem limites. Ela, ainda hoje, saúda e mantém vivo o projeto biopolítico de aniquilação dos outros.

A família tradicional brasileira ainda deseja a aniquilação dos outros, dos diferentes, dos desajustados. No século XXI, esses estereótipos e estigmas são atribuídos às famílias que fogem dos padrões sociais defendidos pela família tradicional cristã. Essa família cristã, calcada ainda nos valores patriarcais, reivindica para si em combate aberto contra grupos populacionais que divergem de seus ideais o direito de assegurar a transmissão da vida, dos costumes e da moralidade em que acreditam terem sido forjadas. A família patriarcal busca reforçar seus valores e costumes em todos os momentos em que ela se manifesta publicamente, seja através da imprensa ou por meio de seus mecanismos e dispositivos de controle social.

1.2 A família em *Capitães da Areia*

Como explicar a composição de família em *Capitães da Areia*? Entendemos que a família, em relação aos seres humanos, corresponde a um grupo de pessoas que compartilham a mesma casa, como avôs e avós paternos e maternos, os pais, filhos, irmãos, ou seja, são pessoas que possuem alguma relação de parentesco ascendente ou ainda pessoas cujas relações foram estabelecidas pelo casamento ou por filiação. Em *História social da criança e família*, Philippe Ariès afirma: “As crianças tal como são e a família tal como é, com suas dores e alegrias quotidianas, emergiram de uma rotina elementar para atingir as zonas mais luminosas da consciência: é a família moderna. Uma das características dessa família é a preocupação de igualdade entre os filhos” (Ariès, 2006, p. 271).

A família, ou seja, a organização dos indivíduos em uma rede familiar foi um processo que se consolidou paralelamente à formação social e ao desenvolvimento da humanidade. Para Philippe Ariès, “Toda a evolução dos nossos costumes contemporâneos torna-se incompreensível se desprezarmos esse prodigioso crescimento do sentimento da família. Não foi o indivíduo que triunfou, foi a família” (Ariès, 2006, p. 274). Qual é a função da família dentro da estrutura social moderna? “O movimento da vida coletiva arrastava numa mesma torrente as idades e as condições sociais, sem deixar a ninguém o tempo da solidão e da intimidade. A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade” (Ariès, 2006, p. 275).

A família que tomaremos como base é a família patriarcal tradicional do final do século XIX e início do século XX. Essa família que, com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna, enfraqueceu suas linhagens e se dividiu para formar um núcleo familiar menor, gestado por aproximação de grau de parentesco vertical a partir do homem ou da mulher, ou seja, do casal e os bisavôs e avós paternos ou maternos, filhos e netos. “Mas essa família estendeu-se à medida que a sociabilidade se retraiu. É como se a família moderna tivesse substituído as antigas relações sociais desaparecidas para permitir ao homem escapar a uma insustentável solidão moral” (Ariès, 2006, p. 274).

O sentimento da criança e da infância acompanha a evolução da família. Com o núcleo familiar agora reduzido, a criança passa a ter maior atenção dos adultos. A leitura dos textos bibliográficos nos permite afirmar que a família se torna uma realidade moral e social, mantendo, para a sua conservação, características tradicionais e patriarcais de posse e controle de sua prole. “As relações e composições familiares admitem uma complexidade em sua

existência pelo espaço e tempo histórico. No entanto, elas cumpriam a função social vital, assegurando a transmissão da vida, dos bens e dos nomes” (Ariès, 2006, p. 275).

A família é uma instituição de suma importância na organização de um Estado. É o dispositivo responsável pela produção da prole. É ela que tem por função executar o processo que retroalimenta a sociedade. A família tem sua representação no espaço sentimental, social e moral e, mesmo com a família moderna sendo transformada em um núcleo reduzido, ela permanece com as responsabilidades como dispositivo de controle. As famílias sempre mantiveram diferenças sociais: famílias ricas e pobres.

A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio, ou a ‘casa’ dos amos e dos senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa. Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riquezas o sentimento se inspirava do mesmo provocado pelas antigas relações de linhagens (Ariès, 2006, p. 231).

No processo educacional da criança, a participação da família é fundamental, e desde os primórdios, ela já era responsabilizada por isso. Após os procedimentos aplicados pela escola, respeitando as regras dos tratados educacionais, era a família quem em casa corrigia e fazia cumprir tais determinações postas pelos tratados. Com os tratados, as crianças não ficavam unicamente sob as determinações da família, mas também sob a dominação da escola. “Depois da procedência do exame de consciência e a avaliação da conduta diária ela se preparava para se recolher e dormir. A seguir, a criança dirá boa noite a seus pais e mestres e irá fazer suas necessidades” (Ariès, 2006, p. 254).

Sobre as famílias e as crianças, Em *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (2011b), Irene Rizzini afirma que, “Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a infância, como problema social, refletia a preocupação com o futuro do país. Vê-se o desenrolar do pensamento e das ações em torno da proteção à infância” (Rizzini, 2011b, p. 83). Porém é pela família que se estabelecem muitos costumes e tradições. Irene Rizzini, em *Vida nas ruas: crianças e adolescentes na rua: trajetórias inevitáveis?* (2003), discute que “As relações interpessoais estabelecidas pela criança, inicialmente com a figura da materna e, aos poucos, com as pessoas que fazem parte de seu mundo, são pilares básicos de todo o seu desenvolvimento” (Rizzini, 2003, p. 159).

Em um sentido mais amplo, a família se configura como um grupo de pessoas que compartilham da mesma linhagem de antepassados. Em um sentido figurado, pode ser um

grupo de indivíduos ligados por hábitos, costumes, comportamentos ou interesses semelhantes. A partir dos pressupostos, a interpretação supracitada converge para o que Irene Rizzini alude: “A família é, portanto, um local privilegiado para a comunhão de afetos, mesmo que se aponte o quanto esta intimidade está submetida a um conjunto de regras ideológicas que marcariam as contradições da família atual” (Rizzini, 2003, p. 156).

A *Constituição* brasileira de 1937, outorgada pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, em 10 de novembro de 1937, citou, nos artigos 124, 125, 126 e 127, importantes sentenças legislando sobre as famílias brasileiras. Era o Estado brasileiro garantindo direitos constitucionais às famílias e sua prole. O Artigo 124 descreveu: “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos” (Brasil, 1937).

Sobre a educação dos filhos das famílias brasileiras, o Artigo 125 afirmou: “A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (Brasil, 1937). O Artigo 127 completou: “A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades” (Brasil, 1937).

Em parágrafo único, na *Constituição Federal* de 1937, o Estado brasileiro se compromete com a criança e a juventude desvalida e abandonada, ratificando que “O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral” (Brasil, 1937). Segue afirmando que “Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole” (Brasil, 1937).

É perceptível, nas linhas do texto constitucional brasileiro, uma preocupação e responsabilização do Estado em relação às crianças e aos jovens brasileiros. No entanto, pesquisas realizadas por estudiosos da história da criança e da infância no Brasil não apontam para uma efetividade nas ações para acolher as famílias brasileiras e as crianças abandonadas provenientes da desestruturação familiar. Irene Rizzini afirma: “A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação no âmbito da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (Rizzini, 2011b, p. 23).

Na arte de governar pessoas, a família é um dispositivo imprescindível. A ausência de uma estrutura familiar estável é o reflexo da ausência de políticas públicas do Estado. Esta

desestruturção pode ser diretamente relacionada ao abandono de crianças pelas famílias e pelo Estado. Sobre as famílias e as crianças em situação de rua, Irene Rizzini destaca os deslocamentos temporários em busca de trabalho ou por perda da condição de manter uma moradia como algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras e que podem ser causas geradoras de abandono de crianças no Brasil. Segundo Rizzini, “Estes fatores tornam muito difícil para a criança desenvolver raízes ou vínculos, elos emocionais com um lugar, escola ou comunidade, bem como com a família” (Rizzini, 2003, p. 26).

Capitães da Areia foi publicado em 1937. A *Constituição do Estado Novo*, outorgada em 1937, previa políticas estatais para atender as demandas das famílias e suas proles desvalidas. No entanto, a ficção e a realidade demonstram que as ações do Estado não eram efetivas na proteção das famílias e das crianças abandonadas. Na ficção, as crianças abandonadas não eram amparadas e a denúncia era realizada a exemplo pelas transeuntes; Professor desenhava e oferecia a eles os desenhos: “Por vezes já tinha um grupo espiando e havia quem dissesse: Este menino promete. É pena que o governo não olhe essas vocações... e lembravam casos de meninos de rua que, ajudados por famílias, foram grandes poetas, cantores e pintores” (Amado, 2008, p. 80-81).

Na realidade brasileira dos anos 1930, são registrados nos jornais constantemente e denunciado nas literaturas o abandono e o descaso governamental para com as crianças em situação de rua. O jornal *A Noite*, na edição n. 09324, publicada em 26 de janeiro de 1938, apresenta uma nota sobre a infância abandonada: “O problema da infância, principalmente da infância abandonada, é um dos mais discutidos no Brasil, mas até agora não havia encontrado solução. Esse espírito realista é que nos tem faltado até hoje no trato do importante problema dos menores abandonados e delinquentes” (*A Noite*, 1938, p. 2).

A palavra família foi citada 29 vezes durante a narrativa de *Capitães da Areia*. A primeira ocorrência apresenta-se no plural e implica em uma distinção, uma diferenciação, uma divisão, uma separação social abrupta entre diferentes tipos de famílias brasileiras nos anos 1930. Na reportagem, a imprensa noticiou uma invasão à casa do Comendador José Ferreira. A imprensa, em nome das “mais distintas famílias do coração do mais chique bairro da cidade”, alvo constante do grupo criminoso denominado Capitães da Areia, solicita aos órgãos e institutos competentes uma solução para esse grupo de jovens bandidos: “Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias” (Amado, 2008, p. 13-14).

A segunda ocorrência da palavra família é ainda mais intrigante e faz referência ao lugar que só existe porque a família não existe ou falham em seu processo de cuidado e garantias para

com a criança: “O Reformatório Baiano é uma grande família onde deviam estar os Capitães da Areia” (Amado, 2008, p. 23). Enquanto instituição do Estado que deveria acolher as crianças em situação de rua, o Reformatório Baiano é um espaço em que nenhuma criança gostaria de estar e também as famílias não querem deixar seus filhos. Dona Ricardina denunciou: “Meu filho Alonso esteve lá seis meses e se eu não arranjasse tirar ele daquele inferno em vida, não sei o desgraçado viveria mais seis meses. O menos que acontece pros filhos da gente é apanhar duas e três vezes por dia. Foi por isso que tirei meu filho de lá” (Amado, 2008, p. 18).

A última palavra do texto também é família. E essa vem de forma ampliada, abrangendo uma conotação de uma estrutura social universal. Incorporado aos grupos revolucionários comunistas, Pedro Bala sente-se pertencente à classe social, a uma família estendida estruturada pelos laços de uma revolução universal. “E, apesar de que lá fora era o terror, qualquer daqueles lares era um lar que se abria para Pedro Bala, fugitivo da polícia. Porque a revolução é uma pátria e uma família” (Amado, 2008, p. 270).

Percebe-se, nos estudos de Ariès, que houve um progresso nessa relação harmoniosa entre a família, o Estado e a Igreja. Na família, a criança aprende com exemplos, aprende pela prática que poderia ir além de uma profissão ou ainda mais longe no processo educacional. Na ficcionalidade apresentada em *Capitães da Areia*, sabemos que pelo menos umas cem crianças em situação de rua não vivem em uma realidade familiar; a não ser que consideremos o grupo de crianças em situação de rua, os Capitães da Areia, como uma grande família.

Entendemos que o abandono social da criança em situação de rua na ficção *Capitães da Areia* provém da desestrutura familiar, mesmo que alguns como descrito vivem em situação de rua por abandono do lar e da família. A maioria das crianças que vivem nas ruas da cidade não têm pais, morreram ou os abandonaram. “Sempre tinham sido como homens, na sua vida de miséria e de aventura, nunca tinham sido perfeitamente crianças. Nunca eles tiveram pai e mãe na vida da rua. E tiveram sempre que cuidar de si mesmos, foram sempre os responsáveis por si. Tinham sido sempre iguais a homens” (Amado, 2008, p. 244).

A família para as crianças em situação de rua da narrativa de *Capitães da Areia* é um elemento totalmente ausente. Todos os líderes do grupo de meninos de rua e inclusive a menina, Dora, e seu irmão Zé Fuinha foram para as ruas depois de perderem seus pais pelos casos de morte, abandono ou afastamento obrigatório, a exemplo, os casos de doenças como a varíola. Pedro Bala não tem pai e nem mãe e desde os cinco anos vive nas ruas. Sua família seriam as pessoas que o conhecem e conheceram seus pais. Tem boa relação com os trabalhadores das docas, com os pescadores: “Hoje tem quinze anos. Há dez que vagabundeia nas ruas da Bahia. Nunca soube de sua mãe, seu pai morrera de um balaço” (Amado, 2008, p. 29).

João Grande teve o pai, carroceiro, morto em um atropelamento: “Desde aquela tarde em que seu pai, um carroceiro gigantesco, foi pegado por um caminhão quando tentava desviar o cavalo para um lado da rua, João Grande não voltou à pequena casa do morro. Na sua frente estava a cidade misteriosa e ele saiu para conquistá-la” (Amado, 2008, p. 30). Sem-Pernas é um dos personagens mais emblemático: “Nunca tivera família. Vivera na casa de um padeiro a quem chamava de ‘meu padrinho’ e que o surrava. Fugiu logo que pode compreender que a fuga o libertaria. Sofreu fome, um dia levaram-no preso” (Amado, 2008, p. 38).

Entre outros exemplos, Gato, um dos mais astutos entre os meninos, tinha 14 anos: “Vinha do meio dos Índios Maloqueiros, crianças que viviam sob as pontes de Aracaju” (Amado, 2008, p. 40). Totalmente desassistidos pelo Estado e abandonados ou afastados de suas relações familiares, os meninos do grupo Capitães da Areia “Levavam vida nem sempre fácil, arranjando o que comer e o que vestir, ora carregando uma mala, ora furtando carteiras e chapéus, ora ameaçando homens, por vezes pedindo esmolas. E o grupo era de mais de cem crianças, pois muitas não dormiam no trapiche” (Amado, 2008, p. 46).

Compreendemos que, em *Capitães da Areia*, para as crianças em situação de rua, o dispositivo família é algo totalmente ausente. Sendo a família tão importante para que não ocorram desagregações ou abandonos de crianças, entendemos que, em *Capitães da Areia*, o abandono da família por motivos diversos e do Estado por negligência política, são fatores que causam e impulsionam a marginalização das crianças e as condicionam a viverem em situação de rua e completamente desassistidos pelas políticas públicas governamentais. E, como é dever do Estado proteger as famílias e as crianças, repetimos uma parte do Artigo 127 da *Constituição* de 1937: “O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral” (Brasil, 1937).

1.3 A criança em *Capitães da Areia*

A literatura é uma manifestação cultural que marca as relações humanas e se vincula diretamente a outros fenômenos socioculturais dos grupos populacionais nos quais ela se origina. No livro *Entre a literatura e a história*, Alfredo Bosi afirma que “A literatura exprime, reinterpreta, presentifica, singulariza, enxerga com olhos novos e renovados os objetos da percepção, ilumina os múltiplos perfis e desentranha e combina as fantasias do sujeito. A literatura dissemina” (Bosi, 2015, p. 248). Para Ana Carolina Cruz de Souza, “A literatura é um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente. Sendo assim, é como um sistema de representação, que toma o real como referente” (Souza, 2015, p. 164).

A produção literária está diretamente relacionada à familiaridade que temos com a realidade histórica, por isso, a literatura é considerada uma fonte importante de reflexão e produção de conhecimentos. Qual é a relevância social da literatura? Segundo Alice Vieira, “A literatura tem sido, ao longo da história, uma das formas mais importantes de que dispõe o homem, não só para o conhecimento do mundo, mas também para a expressão, criação e recriação desse conhecimento” (Vieira, 1989, p. 45).

A literatura é um exercício de pensamento. Ela atravessou os tempos históricos e tornou-se um elemento de crítica-social. Ela é libertadora e os seres humanos guiam-se através dos universos real ou ficcional criados por ela. Por que a literatura emana tantas funções nas sociedades? Segundo Antoine Compagnon, “A literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão ao poder. Contra o poder, revela toda extensão de seu poder quando é perseguida. Resulta disso um paradoxo irritante: a liberdade não lhe é propícia, pois priva-as das servidões contra as quais resistir” (Compagnon, 2009, p. 33-34).

A criança e a infância são elementos presentes na literatura e na história brasileira. A criança não pode ser considerada apenas um espelhamento do adulto que a antecede. Em vez disso, ela é uma questão de se imaginar um futuro melhor, observando as tentativas e os esforços de se realizar esse futuro através da criança. Anderson Luís Nunes da Mata afirma que “A literatura brasileira dispensa significativa atenção para a temática da infância, sem jamais tratar o infante como um homem ou uma mulher em si. Ele é corpo ou alma puros, que são violados pelo mundo para, quase sempre, resultarem num adulto” (Mata, 2006, p. 13).

É perceptível, através da história e da literatura, que a criança é um elemento que espelha um futuro. Em outros casos, a criança era vista como uma promessa de virtude: “A infância é construída a partir dos entalhes feitos sobre a pedra bruta. Como artífices da escultura, os

escritores acabam tendo como modelo, ao retratar a criança, o adulto que ele será ou o adulto que ele não é com quem ele contracenava” (Mata, 2006, p. 13).

No século XIX os estudos sobre a criança e a infância se ampliam. “O século XIX foi, por isso, o século da criança na Europa. Da criança legítima, da ilegítima e da abandonada. A prática filantrópica funcionou como motor da gênese das leis de proteção à infância votadas em toda a Europa, a partir do início do século XIX” (Marcílio, 2019, p. 92-93). Em um momento em que a ciência se volta para um estudo sistemático da infância, principalmente nas áreas da saúde, do corpo, dos costumes, da sexualidade, da educação, o tema da criança e da infância na literatura brasileira tem sua presença marcada com Raul Pompéia (1863-1895), Graciliano Ramos (1892-1953), José Lins do Rego (1901-1957) e Jorge Amado (1912-2001).

Mesmo que os autores citados tenham produzido romances ficcionalizados sobre a criança e a infância, eles apresentam temas relevantes para que seus textos pudessem ser entendidos como denúncias e críticas sociais sobre a condição do infante nas sociedades que eles descreviam. Esses romancistas exploraram literariamente temáticas preciosas para a compreensão do que era ser criança a partir de seus textos literários.

A literatura com a temática da criança/infância ganhou força vital na literatura brasileira a partir do realismo empreendido pelos escritores nas descrições das cenas e personagens dentro dessas narrativas românticas. Sobre a produção literária de Jorge Amado, Marcos A. da Silva, no texto “Claro-escuro de Estado Novo e depois (sobre os Subterrâneos da liberdade)”, escreveu: “A literatura de costumes de Jorge Amado não é somente de costumes, pois debate questões como culturas e poderes populares, direitos e lutas contra preconceitos e opressão” (Silva, 2015a, p. 74).

A partir dos anos 1930, presenciamos em edições de jornais brasileiros certo desconforto e preocupação com as crianças abandonadas pelas ruas das principais capitais do país. A presença das crianças marginalizadas nas ruas chamou a atenção dos cidadãos e da opinião pública que a projetava nos veículos de imprensa cotidianamente. O *Diário da Manhã*, periódico em circulação no Estado do Espírito Santo (1908-1937), publicou no ano de 1924 na edição A00195: “Desde longo tempo, um dos problemas sérios que sempre ocuparam continuamente a atenção dos estudiosos, especialistas em assuntos de sociologia, tem sido o de proteção e assistência aos menores abandonados” (Diário da Manhã, 1924, p. 2).

O olhar social e literário para a criança e a infância não tirou muitas delas da condição de miseráveis nem da condição de vítimas de um processo de assolação da violência persistente em suas vidas. Diversos jornais entre as décadas de 1920 e 1940 registram páginas inteiras sobre as crianças abandonadas nas ruas das capitais brasileiras e a literatura brasileira veio

confirmar e denunciar a condição social da criança e da infância nessas cidades. “Pelas consequências tão triste que resultam do descuido na educação dos menores, refletindo-se nas forças econômicas de uma nação, pelo que representam esses homens de amanhã, é que hoje, com muito carinho, se tem zelado na tutela dos menores” (Diário da Manhã, 1924, p. 2).

Capitães da Areia faz referência às crianças em situação de rua da cidade de Salvador, menores cuja vida desregrada e marginal é explicada, de forma geral, por tragédias familiares relacionadas à condição de miséria. As crianças que formam o grupo Capitães da Areia se escondem em um armazém abandonado em uma das praias da capital baiana. *Capitães da Areia* estabelece uma analogia entre a aventura que é narrada e a mensagem política e crítica sobre o abandono.

No âmbito da literatura, Jorge Amado foi um dos primeiros escritores a abordar a questão dos menores de rua a partir de uma perspectiva crítico-social e não simplesmente policial. Sobre o tema da infância em Jorge Amado, Liliane Vasconcelos, no texto “Ecos amadianos na representação da cidade contemporânea” assinalou: “O tema da infância abandonada, atrelada à violência urbana foi narrado por Jorge Amado na década de 1930 no romance *Capitães da Areia*” (Vasconcelos, 2015, p. 225).

A prosa de Amado critica a perspectiva segundo a qual o grupo de crianças é considerado um estigma social, por sobreviverem com a prática de pequenos furtos que incomodam a suposta tranquilidade da cidade baiana. São, portanto, indesejáveis por outros grupos que compõem a mesma sociedade. São representações de uma categoria com atributos depreciativos que, segundo a opinião dos representantes da elite social, do Estado e da Imprensa, devem ser extirpadas, aniquiladas da sociedade baiana da década de 1930: “A presença dos Capitães da Areia perambulando pelas ruas da Cidade Alta está ligada à ideia da desordem e da marginalidade. Os Capitães da Areia, como descreve Jorge Amado, perambulam por todos os espaços da cidade, na verdade são seus verdadeiros donos” (Vasconcelos, 2015, p. 218).

“Os Capitães da Areia como agentes da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros” é o título que delinea os objetivos principais nesta argumentação teórica. A criança em *Capitães da Areia* é uma criança marginalizada, estereotipada, deteriorada e excluída da sociedade. É uma criança que sofre todos os dias com as diversas formas de violência, entre elas, abuso, tortura, discriminação, preconceito, ameaças, fome: “O irmãozinho chorava de dor e de fome. Era muito menino para compreender que tinha ficado sem ninguém na imensidão da cidade. Agora a fome ajudava a magoar seu corpo, a fome terrível das crianças de 13 anos, uma fome que exige comida imediatamente” (Amado, 2008, p. 168-169).

São crianças que fogem da polícia para não serem levadas para as delegacias e depois aos orfanatos, reformatórios ou prisões. Todos os escárnios sociais são direcionados aos menores abandonados que sem a tutela dos pais ou de qualquer órgão governamental sobrevivem nas ruas da cidade de Salvador dia após dia. “Isso não são crianças, são ladrões. Velhacos, ladrões. Isso não são crianças. São capazes até de ser dos Capitães da Areia... Ladrões – repetiu com nojo. – Não se aproxime de mim, não se aproxime de mim, imundície. Se não fosse pelo padre eu chamava o guarda” (Amado, 2008, p. 81-82).

Em *Capitães da Areia*, são perceptíveis as práticas de violências contra as crianças abandonadas. Essa força violenta e opressiva sempre evidente contra o infante não é sequer mascarada como condicionante no desenvolvimento do processo de formação social e educacional da criança. No romance, a criança em situação de rua não tem direito à escola: “Mas cadê escola? A gente nunca andou em escola. Eu tenho vontade de fazer a cara dos homens, a figura das ruas, mas nunca tive na escola, tem um bocado de coisas que eu não sei. Se um dia eu pudesse” (Amado, 2008, p. 137).

Essa violência é intensificada contra as crianças em situação de rua quando elas, em sua luta pela sobrevivência, praticam uma forte resistência contra o sistema que as oprime, violenta, marginaliza e segue nomeando-as como culpadas e responsáveis pela perturbação da paz que merece ter e viver a elite social soteropolitana. Todo o preconceito e todo o escárnio social ficam evidentes quando uma senhora da elite interpela o padre José Pedro repreendendo-o por estar junto às crianças: “O senhor não se envergonha de estar nesse meio, padre? Um sacerdote do Senhor? Um homem de responsabilidade no meio desta gentinha. A velha olhou superiora e fez um gesto de desprezo com a boca. Assim o senhor não vai longe, padre. Tenha mais cuidado com suas relações” (Amado, 2008, p. 81-82).

A prática da violência e a resistência do violentado foram os elementos que nos levaram a analisar, por exemplo, em *Capitães da Areia*, como se fixam o abandono, a marginalização, a violência contra as crianças em situação de rua e a resistência dessas crianças dentro desse sistema de poder e controle que visa a aniquilação desses sujeitos. Em “Capitães da Areia e a representação dos pretos, pobre e bandidos na literatura amadiana”, Aline Santos de Brito Nascimento afirma: “Como utiliza elementos da realidade para compor sua produção textual, a literatura tem na violência uma temática recorrente, visto que muitas vezes, representa o contexto social e dele se apropria para denunciar seus problemas” (Nascimento, 2015, p. 143).

É neste contexto de correlações de poder, violência e resistência da criança em situação de rua na literatura que o autor apresenta ao leitor em *Capitães da Areia* um momento histórico carregado de verossimilhanças. O que está evidente no romance é um reflexo das mazelas

sociais que envolvem as populações brasileiras desde a chegada dos portugueses colonizadores. O abandono de crianças nas ruas de Salvador denunciado pela ficcionalidade literária de Jorge Amado é o reflexo de uma realidade na sociedade brasileira no século XXI.

1.4 A geração de 1930: a literatura crítica e o realismo político-social em Jorge Amado

O que a crítica literária brasileira classificou como a geração dos anos 1930, compreendeu o período de 1930 a 1945 e assinalou a segunda fase do movimento modernista brasileiro. Essa fase foi caracterizada por um conjunto de obras comprometidas principalmente com o realismo das questões políticas, sociais, econômicas e culturais do país. Em *História concisa da literatura brasileira*, Alfredo Bosi afirma que “Somos hoje contemporâneos de uma realidade econômica, social, política e cultural que se estruturou depois de 1930. A poesia, a ficção, a crítica, saíram inteiramente renovadas do Modernismo” (Bosi, 2017, p. 409).

O período modernista inicial de 1922 marcou uma transição, porém não consolidou uma ruptura total com as velhas estruturas patriarcais calcadas em relações tradicionais dentro da sociedade brasileira da Primeira República. Segundo Alfredo Bosi, a possibilidade de ruptura total somente se estrutura com o advento dos escritores da geração de 1930, entre eles, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade e Jorge Amado:

As décadas de 30 e 40 vieram ensinar muitas coisas úteis aos nossos intelectuais. Por exemplo, que o tenentismo liberal e a política getuliana só em parte aboliram o velho mundo, pois compuseram-se aos poucos com as oligarquias regionais, rebatizando antigas estruturas partidárias, embora acenassem com lemas patrióticos ou populares para o crescente operariado e as crescentes classes médias. Mas a realidade, que tem mais tempo, é mais forte, mais complexa e mais paciente que os açodados deglutidores. Enfim, que o peso da tradição não se remove nem se abala com fórmulas mais ou menos anarquistas nem com regressões literárias ao Inconsciente, mas pela vivência sofrida e lúcidas das tensões que compõem as estruturas materiais e morais do grupo em que se vive. Essa compreensão viril dos velhos e novos problemas estaria reservada aos escritores que amadureceram depois dos anos de 1930 (Bosi, 2017, p. 410).

Para a geração de escritores intelectualmente amadurecida no cerne das questões políticas e sociais que se acumularam com o advento dos anos 1930, fica evidente que “Reconhecer o novo sistema cultural posterior a 30 não resulta em cortar as linhas que articulam a sua literatura com o Modernismo. Significa apenas ver novas configurações históricas a exigirem novas experiências artísticas” (Bosi, 2017, p. 411). Em *Jorge Amado: romance em tempo de utopia* (1996), Eduardo de Assis Duarte assinala que “Os romances desta fase exemplificam o embricamento cada vez maior entre projeto literário e projeto político e resultam do clima de excitação revolucionária existente em diversos países, a partir do ascenso comunista de 1917” (Duarte, 1996, p. 18).

No contexto histórico, surgem, no fim da segunda década do século XX, greves que paralisaram os principais centros urbanos do país, fato esse que levou os políticos das classes dominantes a fazerem alianças para não perderem o controle sobre aqueles que eles esperavam estarem sempre dispostos a obedecerem às elites sociais: “Jorge Amado se irmana aos escritores e intelectuais que voltaram sua atividade para a concretização do socialismo. Como seus parceiros do movimento comunista internacional, Amado quer pegar o sonho com as mãos, para com elas fazer a literatura do oprimido” (Duarte, 1996, p. 18).

Os temas históricos e literários discutidos antes, durante e após os anos de 1930 ainda são bastantes fecundos e atuais e nos deixam uma impressão de que a Revolução de 1930 ainda não foi plenamente concluída. Segundo Alfredo Bosi, “Não é fácil separar com rigidez os momentos internos do período que vem de 1930 até os nossos dias. Poetas, narradores e ensaístas que estrearam em torno desse divisor de águas continuam a escrever até hoje, dando às vezes exemplo de admirável capacidade de renovação” (Bosi, 2017, p. 412).

Em seu livro *História e literatura* (1999), Flávio Loureiro Chaves apresenta a construção consubstanciada através de uma interface entre os dois campos produtores de conhecimentos. “O romance brasileiro definiu-se assim como romance histórico no momento decisivo de sua estruturação” (Chaves, 1999, p. 16). Sobre a interface construída entre a história e a literatura, o pesquisador afirma que “A ficção romântica evoluindo no rastro das ideias políticas não se limitava a observar a História; assumiu programaticamente a tarefa de ‘fazer’ a História para construí-la sob uma determinada perspectiva” (Chaves, 1999, p. 16).

O traçado que Flávio Loureiro Chaves faz para situar o romance e a literatura brasileira como elementos propulsores a partir dos anos de 1930 já estava subscrito nas bases da formação da literatura brasileira e foi descrito por Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*: “Ao mesmo tempo, esta imaturidade, por vezes provinciana, deu à literatura sentido histórico e excepcional poder comunicativo, tornando-a língua geral duma sociedade à busca de autoconhecimento” (Candido, 2023, p. 29).

Em outro ponto de sua pesquisa, os apontamentos de Flávio Loureiro Chaves convergem para o que propõe Alfredo Bosi sobre a atuação da geração de 1930 e a produção de um realismo político-social para responder aos fatos históricos daquele período: “O romance contemporâneo nascido na vertente do Modernismo, definiu um projeto ‘social’ porque a chamada geração de 30, em parte caudatária do regionalismo e em parte herdeira da tradição realista, se propôs à documentação de nossa realidade rural e urbana” (Chaves, 1999, p. 16).

Existe uma tentativa da literatura da geração de 1930 de focalizar na obra literária a realidade do próprio contexto histórico: “O romance ofereceu, pois, à literatura a dimensão de

sua historicidade. Trata-se de momentos privilegiados em que a ficção assume a consciência política da sociedade” (Chaves, 1999, p. 25). Porém Antonio Candido adverte: “Mas o nacionalismo crítico, herdado dos românticos, pressupunha também, como ficou dito, que o valor da obra dependia do seu caráter representativo. Tudo dependo do papel dos escritores na formação do sistema” (Candido, 2023, p. 30).

Para além dos estudos críticos de Alfredo Bosi, Flávio Loureiro Chaves e Antonio Candido, apresentamos a pesquisa *Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo português* (2008), de Edvaldo Bergamo. Trata-se de uma crítica elaborada a partir dos desencadeamentos históricos dos anos 1930 e da literatura produzida pela geração de 1930 e, especificamente, romances de Jorge Amado como elemento de resistência “que se destacam pela ênfase política e pela existência de traços literários convergentes que apontam para a revalorização do realismo e o aprofundamento da temática social” (Bergamo, 2008, p. 19).

Neste contexto histórico-literário marcado por revoluções políticas e sociais, estão situados os primeiros romances de Jorge Amado, entre eles, citamos os seis primeiros: *O país do carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936) e *Capitães da Areia* (1937). Para Bergamo, “A obra de Jorge Amado surgiu em um momento profundamente significativo para a prosa de ficção brasileira, o decênio de 1930, quadra literária que se caracterizou pela conciliação das conquistas formais modernistas com o auge das reivindicações predominantes no período” (Bergamo, 2008, p. 20).

Registramos ocorrência de greves em *Cacau* (1933): “A primeira e última notícia que tivemos dele foi dois anos depois. Estava metido numa greve e esperava ser preso a qualquer momento. Depois nem uma carta, nem um bilhete, nada” (Amado, 2010, p. 24). Em *Suor* (1934): “O agitador lhe dissera que as coisas não melhorariam enquanto os operários não dominassem o país. Ouvira os seus planos de greve, de comícios. Um grupo de homens sujos e suados subia a ladeira. Pela primeira vez o violinista compreendeu o que seria a revolta daqueles homens explorados” (Amado, 2011b, p. 71).

A construção do realismo político-social nas narrativas de Jorge Amado se concretiza justamente pela verossimilhança que o autor imprime aos fatos narrados ficcionalmente com os fatos históricos reais. Em *Jubiabá* (1935), os trabalhadores das docas exercem uma jornada de trabalho exaustiva e mal remunerada. Eles esperam por uma greve há muito: “Por diversas vezes o pessoal da companhia que dominava a luz, o telefone e os bondes da cidade tentara se levantar em parede, pedindo aumento de salário. Chegaram a fazer uma greve anteriormente, mas foram tapeados com promessas que ainda estavam por se cumprir” (Amado, 2008b, p. 278).

Os movimentos grevistas têm como princípio alterar uma realidade da condição dos trabalhadores de determinados segmentos sociais. A greve é uma forma mais livre de se fazer resistência aos desmandos dos poderes elitistas instituídos. Em *Mar morto* (1936), o romancista relata a greve dos doqueiros, canoieiros e saveiristas: “Mas foi quando rebentou a greve dos estivadores. Os mestres de saveiro e grande parte dos canoieiros fizeram causa comum com os homens da estiva. Os estivadores venceram, as tabelas para transporte em saveiro e canoa também aumentaram” (Amado, 2008c, p. 247).

Em *Capitães da Areia* (1937), também são mencionados os movimentos grevistas dos doqueiros e trabalhadores dos bondes. O personagem Pedro Bala é filho de um doqueiro morto pela polícia durante uma manifestação de grevistas nas docas. Mais tarde, aos 15 anos, o jovem tem a responsabilidade de participar como líder de um movimento grevista dos trabalhadores dos bondes: “Os grupos de grevistas passam silenciosos para a sede do sindicato, onde vão ouvir a leitura do manifesto dos estivadores, que João de Adão conduz nas suas mãos grandes. Na porta do sindicato grupos conversam, soldados montam guarda” (Amado, 2008a, p. 256).

Outro ponto que aproxima a ficção da realidade político-social é a própria condição social em que se encontram as crianças em situação de rua nos grandes centros urbanos do país. Isso leva os Capitães da Areia a se reinventarem para sobreviverem naquela sociedade que os rotula como criminosos estigmatizados e indesejáveis, porque sobrevivem “de pequenos furtos, pequenas trapaças, a golpes mais sofisticados” (Ramos, 2012, p. 144).

Ana Maria Machado, em *Romântico, sedutor e anarquista: como e por que ler Jorge Amado hoje* (2014), traça um perfil que define as bases de composição da narrativa amadiana: “Muitas vezes a organização de toda a narrativa se faz em torno da presença estruturadora de uma comicidade crítica, que vai além do cômico superficial, cresce para a sátira social, aprofunda o picaresco e chega ao grotesco” (Machado, 2014, p. 98). Ana Rosa Neves Ramos, em suas *Notas sobre Capitães da Areia*, acrescenta: “*Capitães da Areia* é diferente dos demais romances de Jorge Amado não apenas por causa da temática, como também em virtude de sua estrutura. Ali, a história é conduzida em função dos destinos individuais, sob forma de reportagem, pela via do narrador” (Ramos, 2012, p. 144).

Em *Capitães da Areia*, percebemos que a narrativa amadiana cumpre os requisitos da representatividade quando ao leitor é apresentada uma sociedade ficcional com verossimilhanças de uma sociedade real, a exemplo, com a criação e a descrição dos seus tipos sociais (padres, beatas, comerciantes, malandros, prostitutas, policiais). É importante ressaltar que essa caracterização social se faz presente em outros romances do escritor. Sobre a literatura, sua representação e o realismo político-social que ela entrega para a sociedade na qual está

inserida, Aline Santos de Brito Nascimento afirma: “Funcionando como uma forma de representação da sociedade, a qual tem como contexto, a literatura pode ‘significar o real’, mesmo que não haja compromisso em denotar tal realidade” (Nascimento, 2015, p. 140).

Considerando os pressupostos supracitados, compreendemos que, consubstanciada por um grupo de escritores da geração de 1930, “a ficção assume a consciência política da sociedade” (Chaves, 1999, p. 25), a partir da representação de um realismo político-social. Mas, segundo Flávio Loureiro Chaves,

Não só por isto. Nas sucessivas crises políticas que finalmente levaram à eliminação da democracia, esse romance assumiu também a tarefa de explicar e interpretar o circuito histórico, adiantando-se muitas vezes em relação à palavra dos próprios historiadores, que só se pronunciavam bastante mais tarde. É o caso da era getuliana, cuja ditadura dará margem a pelo menos três manifestações eloquentes do romance histórico (Chaves, 1999, p. 24).

Os romances de Jorge Amado, como podemos concluir a partir do que já foi apresentado neste tópico, evidentemente representam através da ficcionalização uma sociedade real nos anos 1930. Flávio Loureiro Chaves menciona e descreve obras de vários escritores da geração de 1930, em particular, o crítico situa Jorge Amado no cerne das representações no contexto do realismo político-social dos anos de 1930: “Refiro-me preliminarmente a *Os subalternos da liberdade*, de Jorge Amado, no qual a literatura de denúncia adquire sua força máxima fazendo ecoar novamente a voz dos dominados, aqueles que foram sacrificados nas prisões e câmaras de torturas do Estado Novo” (Chaves, 1999, p. 24).

O que delineamos sobre a literatura e o romance com as análises críticas dos autores supracitados sobre a geração dos escritores dos anos 1930 e, mais especificamente, sobre os romances de Jorge Amado, será concluído com os apontamentos de Edvaldo Bergamo em sua pesquisa acadêmica publicada e intitulada *Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo português*: “Jorge Amado estrutura sua ficção sobre determinados pilares básicos: a adesão ideológica do narrador à causa do espoliado encaminha a denúncia das condições socioeconômicas a que as personagens (trabalhadoras e marginais estão submetidas aleatoriamente” (Bergamo, 2008, p. 20).

Compreendemos que os escritores da geração de 1930, principalmente os romancistas regionalistas, estão engajados com as discussões sobre os problemas sociais advindos da exploração desenfreada do sistema capitalista sobre grupos populacionais. Por que o romance é marcado como gênero de vanguarda e se coloca no cerne das questões sociais daquela época? Conforme descreve Bergamo, isso acontece porque: “O romance adquire sua hegemonia no momento histórico em que a sociedade ocidental está estruturada nos moldes capitalistas de

vida e produção. Surge para retratar uma etapa do desenvolvimento da humanidade, capitaneada por uma recente classe dominante: a burguesia” (Bergamo, 2008, p. 30).

Os escritores da geração de 1930, principalmente os romancistas, aparentemente estão mais próximos e implicados com as questões sociais e os acontecimentos do cotidiano da época. “O romance é um gênero que se caracteriza predominantemente pela representação de aspectos cotidianos da vida social e individual, daí o seu contato íntimo com a contemporaneidade e a realidade hodierna” (Bergamo, 2008, p. 32). “A tendência realista do romance procura captar em profundidade as transformações ocorridas e seus reflexos na vida humana. Isso não significa que o romance se identifique totalmente com a realidade concreta, numa reprodução direta do mundo focalizado” (Bergamo, 2008, p. 39).

Um dos posicionamentos críticos mais ferrenhos sobre a geração de 1930 é sobre o engajamento ideológico dos escritores e a transposição desse engajamento político para suas produções artísticas. Para Bergamo, “A contravertida questão do engajamento literário tem despertado sempre um tom polêmico em torno do objeto artístico: o problema quase sempre gira em torno da autonomia relativa da obra de arte ou da sua vinculação a uma ideologia” (Bergamo, 2008, p. 44). Sobre Jorge Amado e seu engajamento político, Aline Santos de Brito Nascimento diz: “O engajamento político em que Jorge Amado é colocado enquanto integrante da escola literária modernista fica evidente em sua denúncia dos problemas sociais representados na obra” (Nascimento, 2015, p. 152).

O engajamento político de Jorge Amado fica ainda mais evidente quando em sua literatura apresenta não somente os tipos sociais da sociedade baiana como também lança o olhar do público leitor sobre as condições dos trabalhadores brasileiros. Eduardo de Assis Duarte demonstra a relação que a literatura de Jorge Amado assume enquanto espaço de luta proletária no cenário da literatura brasileira e mundial: “De 1930 a 1933, a presença da classe trabalhadora na literatura brasileira se afirma de modo palpável, numa relação homóloga à intensificação, no plano social, das lutas pela conquista dos direitos trabalhistas” (Duarte, 1996, p. 29).

Tendo em vista a definição de Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência* (2002), a qual nos permite inferir que a literatura é uma forma de resistência, podemos afirmar que ela se torna ainda mais potente quando é produzida com objetivo de ser uma arte-resistência politicamente engajada nas questões político-sociais. “A literatura engajada transforma-se num instrumento comprometido em esquadrihar e denunciar as mazelas sociais de uma realidade histórica perversa” (Bergamo, 2008, p. 50). Para Alfredo Bosi: “Neste caso, o artista da palavra pode desenvolver, solitária e independentemente, a sua resistência aos antivalores do meio” (Bosi, 2002, p. 125).

A produção literária de Jorge Amado é engajada. Segundo Edvaldo Bergamo, “Vinculados ao debate político-ideológico dos anos 30 do século XX, os romances de Jorge Amado inscrevem-se na grande corrente da literatura social em vigor no período. A obra de Jorge Amado contribuiu decisivamente para revelar o povo e seus valores” (Bergamo, 2008, p. 73). Para Eduardo de Assis Duarte, em Jorge Amado, “o realismo da crítica social, que por vezes assume o aspecto de recusa indignada do status quo ou de um inconformismo claramente militante e exortatório, combina-se à idealização heroica dos protagonistas e a uma gama de recursos captados juntos à tradição romanesca” (Duarte, 1996, p. 34).

A literatura engajada para um realismo político-social da geração de 1930 converge para o que o próprio Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência* (2002), delinea sobre engajamento, arte, cultura, narrativa, literatura e Resistência, com R maiúsculo, a partir dos anos 1930. Segundo Alfredo Bosi,

O termo Resistência e suas aproximações com os termos ‘cultura’, ‘arte’, narrativa foram pensados e formulados no período que corre, aproximadamente, entre 1930 e 1950, quando numerosos intelectuais se engajaram no combate ao fascismo, ao nazismo a às suas formas aparentadas, o franquismo e o salazarismo. Foi um tempo excepcional, um tempo quente de união de forças populares e intelectuais progressistas (Bosi, 2002, p. 125).

As considerações sobre o período histórico da Revolução de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder da presidência da República e a atuação dos escritores da geração de 1930 foi discutida também por Antonio Candido em sua obra *A educação pela noite e outros ensaios* (2017). Quanto à representação, ao protagonismo, à resistência, o proposto pelo autor converge para o que já delinearíamos sobre outros teóricos e críticos literários. Para Candido, “A partir de 1930 houve uma ampliação e consolidação do romance, que apareceu pela primeira vez como bloco central de uma fase em nossa literatura, marcando uma visão diferente da sua função e natureza” (Candido, 2017b, p. 246).

Considerando todas as propostas discursivas sobre A Geração de 1930, a literatura crítica e o realismo político-social em Jorge Amado, apresentamos, embora possa ser uma ação redundante, algumas inserções críticas que consubstanciam *Capitães da Areia*, objeto de estudo nesta tese, como uma das diversas obras de Jorge Amado que têm as principais características que a situam dentro do contexto literário da geração de 1930. Segundo Edvaldo Bergamo, “As personagens, por sua vez, são preferencialmente oriundas do universo das classes populares urbanas e rurais, ocorrendo uma atenção especial para a formação de uma consciência política desalienada” (Bergamo, 2008, p. 73).

Em *Capitães da Areia* encontramos a representação de diversos tipos sociais, o que já comprovamos ser uma característica marcante de Jorge Amado. Como obra engajada politicamente, ela representa a população marginalizada e estigmatizada da sociedade soteropolitana dos anos 1930. Sobre o tema, Ana Maria Machado disparou: “Francamente irreverente, Jorge Amado finca raízes em sua terra e seu universo marginal de vagabundos, prostitutas, bêbados, malandros e jogadores” (Machado, 2014, p. 98). Para Aline Santos de Brito Nascimento,

Capitães da Areia pode ser analisada como uma obra que representa o pobre, o negro, o bandido, não de forma acusativa, mas demonstrando como a violência descrita num texto pode colaborar para a compreensão de uma sociedade que produz futuros infratores quando não alimenta e acolhe a criança abandonada (Nascimento, 2015, p. 157).

Capitães da Areia é uma obra criada e inserida em um contexto social de luta e resistência em todos os aspectos sociais, por isso pode ser considerada um marcador da resistência político-social estabelecida no cerne de um governo ditatorial instaurado por Getúlio Vargas a partir de 1937, o Estado Novo. Era preciso superar o momento político-social real através de um ato de transgressão que por naquele momento foi ficcionalizado por Jorge Amado em linhas finais: “*Capitães da Areia* se encerra com a luta pela mudança, pela não conformidade, por uma vida melhor” (Nascimento, 2015, p. 157).

2 O PROJETO BIOPOLÍTICO DE ANIQUILAÇÃO DOS OUTROS EM *CAPITÃES DA AREIA*

O projeto biopolítico de aniquilação dos outros é um projeto que se estabelece através do exercício do poder e que atua nas esferas das correlações de poder. Nesta pesquisa, buscamos analisar como a narrativa de *Capitães da Areia* relaciona-se a teorias histórico-filosófico-sociológico-literárias sobre o exercício do poder. Para isso, utilizamos os conceitos e as teorias de poder elaborados por Rolo May (1986), Byung-Chul Han (2019), Michel Foucault (2019a, 2019b), Nicolau Maquiavel (2006), Theodor Adorno e Horkheimer (1985), Perry Anderson (1985) e Jacob Burckhardt (1961).

Em *Poder e inocência: uma análise das fontes de violência* (1986), Rolo May afirma: “O poder é essencial a todas as coisas vivas” (May, 1986, p. 17). O autor infere que “O homem, em particular, lançado nesta árida crosta terrestre há milênios com a esperança e o imperativo da sobrevivência, acha que em cada momento de sua luta com a Terra e seus semelhantes deve usar seus poderes e enfrentar as forças adversas” (May, 1986, p. 17).

Sobre o conceito de poder, Byung-Chul Han afirma, no prefácio do livro *O que é poder?:* “Ainda existe em relação ao conceito de poder um caos teórico. Opõe-se à evidência do seu fenômeno uma obscuridade completa de seu conceito. Para alguns, significa opressão. Para outros, um elemento constitutivo da comunicação” (Han, 2019, p. 7). Dentro do que delimitamos como proposta explicativa, nos perguntamos: O que é poder? Compreendendo o poder como fenômeno histórico-filosófico-literário, nos apropriamos da definição de Rolo May, quando afirma: “O poder é a capacidade de causar ou impedir mudanças. Tem duas dimensões. Uma é o poder como potencialidade, ou poder latente. A outra dimensão é o poder como realidade. Os antigos filósofos gregos definiam o poder como ser, ou seja, não existe ser sem poder” (May, 1986, p. 82).

O poder como fenômeno histórico-filosófico-literário e todas as suas relações com a humanidade tem uma origem. Entendemos que assim como quaisquer outros fenômenos da historicidade humana, o poder e suas representações são construções histórico-filosófico-sociológico-literárias criadas e estabelecidas através do tempo. “O poder só pode ser identificado com o poder original do próprio ser, no qual o ser teve o seu ponto de partida. Poder era originalmente um termo sociológico, uma categoria usada principalmente para descrever as ações de exércitos e nações” (May, 1986, p. 83).

A relação direta entre o poder e a origem do poder no que se refere ao Brasil é perceptível no que foi proposto por Nicolau Maquiavel em *O Príncipe*. Para explicar os tipos e as origens

dos maiores e mais poderosos principados ocidentais, Nicolau Maquiavel inicia sua descrição afirmando: “Todos os Estados e todos os governos que exerceram ou exercem certo poder sobre a vida dos homens foram repúblicas ou principados” (Maquiavel, 2006, p. 5).

O Brasil, em se tratando de regimes políticos, passou por alguns dos processos apresentados por Nicolau Maquiavel, sendo a princípio um território conquistado por Portugal, uma colônia portuguesa, um reino unido a Portugal, uma monarquia e por fim uma república. Em Maquiavel compreendemos que, no processo inicial de dominação da metrópole sobre a colônia, aconselha-se ao príncipe que entre todas as medidas possíveis, “Uma outra excelente medida é enviar colonos, assentando-os em uma ou duas zonas do principado. Os colonos servirão como grilhões deste Estado, porquanto, se tal não for feito, será necessário manter no local um grande número de milicianos e de peões” (Maquiavel, 2006, p. 10).

No Brasil, com esse objetivo, a princípio, foram criadas e enviadas as expedições para policiar e explorar o litoral. Mas, em seu texto, Maquiavel aponta principalmente para os Estados colonizadores as vantagens econômicas com a colonização, afirmando que

Não são grandes os gastos com as colônias; o seu envio e a manutenção não acarretam nenhuma ou acarretam pouquíssimas despesas. Todavia, se, em lugar de colonos, o príncipe lá mantiver milicianos, gastará muito mais, e toda a renda do Estado acabará consumida no sustento das guarnições, de todo modo que o seu ganho resultará em perdas (Maquiavel, 2006, p. 10-11).

Ao saber da existência do pau-brasil, produto valioso e apreciado na Europa, por ordem real, os portugueses construíram feitorias para armazenar e comercializar a madeira e iniciaram a extração explorando a mão de obra indígena nativa da colônia. Eram os nativos que cortavam e transportavam até as feitorias toda a madeira que seria enviada para Portugal. Lá realizavam a troca por machados, colares, espelhos e outros objetos de interesse. Essa troca de um produto por outro produto era conhecida por escambo. Novamente, Maquiavel aconselha o soberano do que se deve fazer com os nativos que habitam a colônia: “O Príncipe lesará somente aqueles dos quais tomará as terras e as casas para dá-las aos novos habitantes; e aqueles, os lesados, que representam uma ínfima parte do Estado, achando-se dispersos e desvalidos, jamais contra ele poderão conspirar” (Maquiavel, 2006, p. 10).

Com o risco das invasões e a necessidade de uma exploração e ocupação mais efetiva, os colonizadores dividiram o território em capitânias hereditárias que foram doadas a homens de inteira confiança do príncipe. Mais tarde, para melhor administrar os territórios da colônia, a coroa criou em 1548 o Governo Geral. Eram governadores, os homens influentes que já tinham prestado serviços ao Império português em colônias africanas ou orientais: “Aquele que se

instala num principado de origem estrangeira deve ainda, como foi dito, fazer chefe e defensor dos vizinhos menos poderosos, envidar esforços para enfraquecer os fortes e estar atento para que por nenhuma desventura, nele ingresse um forasteiro tão poderoso quanto ele” (Maquiavel, 2006, p. 11).

Assim foram se formando no interior do império colonial português redes de poder baseadas nos favores, nos parentescos e em interesses privados. É importante que o príncipe se faça presente na colônia, senão de próprio corpo, por uma administração realizada por homens fortes. “Morar nas terras conquistadas seria uma das mais agudas e eficazes medidas a serem adotadas pelo Príncipe. Isto faria mais segura e mais duradoura a sua posse. Isto porque, radicando-se no próprio território, vê-se o nascedouro das desordens, e num pronto pode-se remediá-las” (Maquiavel, 2006, p. 9). Se não for esta ação possível deve o príncipe cercar-se de funcionários que lhe sirvam com total obediência e respeito, para que possam eles fazer valer em total segurança as ordens e as vontades do soberano.

E a ordem das coisas determina que, tão logo um estrangeiro poderoso adentra uma província, todos os que nela encontram-se em frágil posição emprestam-lhe a adesão, impelidos pela inveja que nutrem daquele que sobre eles exercem o poder, de modo que, no que respeita a esses mais fracos, o poderoso estrangeiro não deve ter nenhuma dificuldade em granjear a sua simpatia: sem tardar e de bom grado, todos juntos formam uma só frente com o povo subjugado destas terras (Maquiavel, 2006, p. 11).

Em 1549 chegou à Bahia o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, acompanhado de três auxiliares: o capitão-mor, que cuidava da defesa; o ouvidor-mor, encarregado da justiça; e o provedor-mor, responsável pelas finanças. Com ele vieram também funcionários, soldados e jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. No mesmo ano de sua chegada, Tomé de Sousa fundou a cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil. Instalado, o governador geral cuidou de direcionar e estabelecer as redes de poder delegando aos seus altos funcionários o direito de agir em nome de Portugal. Como deve comportar-se o estrangeiro em relação aos povos fracos e dominados? Segundo Nicolau Maquiavel,

Nelas, o estrangeiro deve apenas cuidar para que eles não adquiram demasiado poder nem excessiva autoridade. Então, facilmente poderá, com as suas forças e com a ajuda dessa gente, render os detentores do poder, fazendo-se juiz e soberano. Quem não governa na observância desta regra logo perderá o que ganhou, e, enquanto permanecer no poder, conhecerá incontestáveis dificuldades e aborrecimentos (Maquiavel, 2006, p. 11-12).

Para além dos estudos apresentados por Nicolau Maquiavel sobre as correlações de forças no principado, apresentamos as conclusões de pesquisas do filósofo francês Michel Foucault,

teórico que produziu considerações importantíssimas sobre esse tema. No capítulo IV, intitulado “O dispositivo da sexualidade”, presente no livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Michel Foucault apresenta, no subitem 2 - “Método” -, uma síntese de sua pesquisa sobre as correlações de forças entre as instituições e os grupos sociais detentores do poder com objetivo de “analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder” (Foucault, 2019a, p. 100).

Convergingo com as prerrogativas apresentadas pelo autor de *O Príncipe*, Foucault descentraliza o foco de poder do principado e o centraliza, transferindo-o para o campo das correlações de forças e buscando analisar os dispositivos e mecanismos de poder: “Com isso será possível escapar do sistema Soberano-Lei que por tanto tempo fascinou o pensamento político” (Foucault, 2019a, p. 105). Dessa maneira Foucault desloca para o centro dos aparelhos e das instituições do Estado o estudo dos fenômenos das correlações de forças já apresentadas por Maquiavel dentro do principado. E Michel Foucault vai além afirmando:

E se é verdade que Maquiavel foi um dos poucos - e nisso estava certamente o escândalo do seu “cinismo” - a pensar o poder do Príncipe em termos de correlações de força, talvez seja necessário dar um passo a mais, deixar de lado a personagem do Príncipe e decifrar os mecanismos do poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de força (Foucault, 2019a, p. 105).

Roberto Machado, estudioso, prefaciador e tradutor de textos de Michel Foucault, na introdução de *Microfísica do poder* (2019b), questiona qual foi a grande inovação metodológica praticada nos estudos de Foucault a partir de 1961 com a narrativa sobre a História da loucura. A resposta é que a grande inovação praticada foi “A resolução de estudar - em diferentes épocas e sem se limitar a nenhuma disciplina. O objetivo da análise é estabelecer relações entre saberes sobre a loucura para estabelecer o momento exato e as condições de possibilidade de nascimento da psiquiatria” (Machado, 2019, p. 7).

Em seus estudos e investigações históricas, o filósofo tratou diretamente de assuntos rizomáticos como as relações de poder, as questões filosóficas, históricas, sociológicas, políticas, biológicas, psiquiátricas, pedagógicas, buscando suas raízes referenciais no passado longínquo e ancorando-as na contemporaneidade. Entre esses estudos estão as relações de poder e a história da loucura: “Mas isso não é tudo. Outra novidade metodológica foi não se limitar no nível do discurso para dar conta da questão da formação histórica da psiquiatria” (Machado, 2019, p. 8).

Para Foucault, uma das questões mais representativas na humanidade é o poder. Esse se estrutura e se constitui em uma relação ou um jogo de posições estratégicas que se ajustam

permanentemente de modo a produzir condutas que se atualizam nessa mesma produção. Nesse sentido, a escola, a família, a igreja e a medicina, são consideradas como elementos disciplinares que ajudaram a consolidar os sujeitos em sua multiplicidade e o próprio Estado moderno como detentor ou controlador de dispositivos reguladores das sociedades. Para Roberto Machado,

A questão do poder não é o mais velho desafio formulado pelas análises de Michel Foucault. Surgiu em determinado momento de suas pesquisas, assinalando uma reformulação de objetivos teóricos e políticos que, se não estavam ausentes dos primeiros livros, ao menos não eram explicitamente colocados, complementando o exercício de uma arqueologia do saber pelo projeto de uma genealogia do poder (Machado, 2019, p. 7).

Podemos perceber que o filósofo em seus escritos não acredita que o poder e seus mecanismos e dispositivos de controle sejam originários de uma única fonte, como por exemplo, o Estado, a Família, a Igreja, a Imprensa ou outras tantas instituições de controle, mas que são oriundos de diversas fontes que produzem e alimentam mecanismos e dispositivos que exercem em várias direções, diversos tipos de forças que são centralizadas e dissipadas no e sob o controle do Estado. Roberto Machado demonstra que Michel Foucault,

Articulando o saber médico com as práticas de internamento, e estas com instâncias sociais, como a política, a família, a Igreja, a Justiça, generalizando a análise até as causas econômicas e sociais das modificações institucionais, foi possível mostrar como a psiquiatria, em vez de descobrir a essência da loucura e libertar, é a radicalização de um processo de dominação do louco que começou muito antes dela e tem condições de possibilidades tanto teóricas quanto práticas (Machado, 2019, p. 8).

Uma outra consideração importante ao poder e suas correlações de forças proposta por Michel Foucault é que esse exercício de poder também não é necessariamente opressor, podendo estar a serviço, por exemplo, da criação, educação, religião, política, cultura, medicina, psicologia, psiquiatria, família, entre outros eixos. Isso fica evidente em seu primeiro livro sobre a história da sexualidade. Para Foucault, “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 2019a, p. 101).

Para Foucault, todas as instituições que se apropriam dos mecanismos e dispositivos de controles são “instituições de sequestro”, como é o caso do hospital, do quartel, do internato, da escola, do convento e da prisão. E essas instituições se alternam no exercício e na prática do poder. “Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 2019a, p. 101).

O texto *História da Sexualidade I – a vontade de saber* (2019a) é um dos mais interessantes no que diz respeito à história do poder e nele acompanhamos Foucault em um recuo ao Estado moderno europeu, período histórico em que o governo era centralizado na figura do monarca que detinha o poder sobre a vida e morte de seus súditos, a desigualdade social contribuía para a estabilidade dessa forma de governo e concomitantemente para o controle e a exploração dos mais pobres para a manutenção dos privilégios dos estamentos da nobreza e do clero. Nesse processo investigativo, Foucault apresenta uma relação entre poder e discursos de poder definida pela coesão entre as forças constituídas pela nobreza e pelo clero:

Mas esta primeira abordagem mostra tratar-se menos de um discurso sobre o sexo do que de uma multiplicidade de discursos, produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições. A Idade Média tinha organizado, sobre o tema da carne e da prática da confissão, um discurso estreitamente unitário. No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política (Foucault, 2019a, p. 37).

Na Europa, durante o processo de transição do período medieval para a modernidade, foram diversos os fatores que contribuíram para a centralização do poder e uma diversificação em seu exercício, entre eles o revigoramento das cidades e do comércio e, com eles, o nascimento de uma nova classe social, a burguesia: “Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é então cuidadosamente encerrada. Muda para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir” (Foucault, 2019a, p. 7).

O poder que era exercido pelo soberano continua existindo e com complexidades que devem ser consideradas persistentes, mesmo após a retomada do desenvolvimento comercial e significativa modernização das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas, a influência do poder soberano se faz presente: “No fundo, apesar das diferenças de época e objetivos, a representação de poder permaneceu marcada pela monarquia. No pensamento e na análise política ainda não cortaram a cabeça do rei” (Foucault, 2019a, p. 97).

As ciências médicas, após a grande peste que assolou e dizimou parte da população europeia e outras doenças, ganham notoriedade e passam a ditar regras e condutas sociais, tornando o ser humano, sobretudo no que tange aos aspectos ligados ao corpo e à mente, um objeto que deve ser controlado, mensurado e vigiado. E sabemos que “O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio” (Foucault, 2019a, p. 8).

A partir dessas necessidades, criaram inúmeras formas e medidas de controle sobre a vida cotidiana do indivíduo e com estudos desenvolvidos com bases em análises estatísticas sobre expectativa de vida, natalidade, mortalidade, saneamento, alimentação, sexualidade. Desse modo, sobre esses pretextos se estabelecem investigações, estudos e práticas de saberes que são aplicados sobre o sujeito e seu corpo em vários aspectos, sobretudo em relação à sexualidade impondo, quando conveniente, a fala, por meio da confissão ou a reclusão, o silêncio, por meio da punição. Para Michel Foucault,

Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro (Foucault, 2019a, p. 8).

Existem muitas questões que podem vir à tona com as pesquisas a partir do que nos apresenta Michel Foucault, não apenas em sua trilogia sobre a *História da sexualidade*, mas também em outros tantos escritos que podem ser abordados para elaborar uma construção teórica de assuntos que são pertinentes ao momento histórico atual, principalmente no que se refere à sexualidade e às relações de poder e a sua objetivação na produção de lucros e vantagens para as classes dominantes. “Portanto, não se pode esperar tais efeitos de uma simples prática médica nem de um discurso teórico, por mais rigoroso que seja” (Foucault, 2019a, p. 9).

Nesse sentido, no campo da psicanálise, Foucault denunciou as práticas médicas por sua morosidade, os discursos codificados por moralidades e Freud por seu conformismo.

E poderia ser de outra forma? Explicam-nos que, se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só se pode liberar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente. Portanto, não se pode esperar tais efeitos de uma simples prática médica nem de um discurso teórico, por mais rigoroso que seja (Foucault, 2019a, p. 9).

Em Burckhardt (1961), especificamente no capítulo II de seu livro *Reflexões sobre a História*, o poder apresenta-se inter-relacionado em um tripé de potências. É nessa concepção que reforçamos o que já nos apresentaram Foucault e Maquiavel sobre as especificidades do

campo das correlações de forças como espaço onde devemos concentrar a nossa análise sobre os mecanismos e dispositivos de poder. “Nosso tema será o de analisar o Estado, a Religião e a Cultura em suas inter-relações, tendo, contudo, plena consciência da arbitrariedade dessa divisão em três potências ou fatores” (Burckhardt, 1961, p. 34).

Assim como Maquiavel e Foucault, a ação imediata realizada por Burckhardt foi a de transportar para esses mecanismos (Estado, Religião e Cultura) o foco de análise de sua teoria sobre o poder, o que não significa uma concentração, mas sim pulverização do poder através desses elementos constitutivos do campo das correlações de forças. É uma extração previsível e possível para uma análise por partes de um processo. “É como se retirássemos de um quadro um certo número de figuras e deixássemos ficar o resto” (Burckhardt, 1961, p. 34).

Percebemos na análise do autor que o jogo de imposição de regras e de controle dessas regras é claro, evidente, visível entre as instituições, e este movimentar de peças e de ações se realiza na esfera da atuação e da interação social dentro do espaço de poder em que elas atuam. A Igreja, o Estado e a Cultura se intercalam no processo de manutenção desse poder que se perpetua estruturando os arranjos que dão suporte aos projetos políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos do mundo por eles circundado. Para Jacob Burckhardt,

As três potências são de natureza extremamente heterogênea e não podem ser coordenadas entre si. Ainda que classificássemos os dois fatores estáveis: Estado e a Religião, num grupo à parte, a Cultura se tornaria algo substancialmente diverso. O Estado e a Religião, que são a expressão de necessidades políticas e metafísicas, reivindicam uma aceitação universal, pelo menos para o povo em cujo seio existem, se não para todo o mundo (Burckhardt, 1961, p. 34).

Agora seria o momento em que criticaríamos Burckhardt por esta afirmação, mas não podemos. Não nos prenderemos na teia que seria essa explicação. Todavia, registramos para garantir a objetivação de uso uma negação da extrema heterogeneidade e a impossibilidade de coordenação entre essas três potências atribuídas pelo autor, argumentando que: assim como o próprio Burckhardt retirou do quadro de figuras as três potências para montar o seu painel explicativo, retiramos de seu painel as correlações de forças expressas nessas três potências para a montagem do nosso quadro teórico explicativo sobre as relações entre elas.

O autor aproxima Estado e Religião levando-os para dentro das relações políticas e coloca esses dois fatores distanciados da Cultura, inferindo a ela um papel que “corresponde às necessidades materiais e espirituais do homem [...]. Ela constitui o mundo de tudo o que é dinâmico, livre, não sendo necessariamente universal e nunca impondo pela força a sua aceitação” (Burckhardt, 1961, p. 34-35). Disso discordamos, pois a Cultura não só se aproxima

diretamente da política como a qualquer outro elemento do Estado, mas também se entrelaça totalmente nas duas primeiras potências.

Adorno e Horkheimer publicaram em 1947 *Dialética do Esclarecimento* e, no capítulo “A Indústria Cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas” apresentam como se processa a transformação da Cultura em dispositivo e mecanismo de manipulação e controle das massas pelos conglomerados capitalistas, o que refuta o caráter da não universalidade e não imposição pela força a aceitação da Cultura defendida por Burckhardt. “O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 104).

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 105).

O próprio Burckhardt afirmou em seguida que podem surgir questões de prioridades a serem delimitadas entre os três fatores, “mas desde já renunciamos a qualquer especulação referente as causas primordiais e as origens dessas potências” (Burckhardt, 1961, p. 35). Talvez seja mesmo questão de preferências ele ter ignorado a Cultura como produto universal e totalizante da indústria cultural antes mesmo de 1961, quando da publicação de seu livro: “O paradoxo da rotina travestida de natureza pode ser notado em todas as manifestações da indústria cultural, e em muitas ele é tangível” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 105). Sendo assim, “A indústria cultural acaba por colocar a imitação como algo de absoluto. Reduzida ao estilo, ela trai seu segredo, a obediência à hierarquia social” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 108).

Um reconhecimento este trabalho deve a Burckhardt. Em um curto espaço de papel de duas páginas encontramos o rumo que delineia esta tese. O autor apresenta um tripé de potência essencial para a condução deste trabalho. E se redime ao lapso sobre a Cultura delimitando a atuação da sua proposta de investigação e estudo, essa que também converge com esta tese. “Nosso objetivo principal de estudo será a definição inicial e sumária de suas características, após o que passaremos a pesquisar a influência que elas possam exercer umas sobre as outras” (Burckhardt, 1961, p. 35).

O tripé institucional composto pelas potências retiradas do quadro da História e delineadas por Burckhardt vieram compor as forças que predominam no poder soberano, no biopoder e na biopolítica moderna. Essas forças das correlações de poder se complementam a outras instituições e aos mecanismos e dispositivos de controles. A Cultura, a Religião e o

Estado como potências inter-relacionadas se correlacionam diretamente à Igreja, à Escola, ao Orfanato, ao Sanatório, ao Reformatório, à Prisão, ao Convento, ao Hospital, à Polícia, à Imprensa, à Família e tantas outras instituições e dispositivos de poder que foram analisados como elementos que alicerçam as bases da formação de uma sociedade.

É por esse motivo que Michel Foucault, Theodor Adorno, Jacob Burckhardt e Nicolau Maquiavel são os teóricos que trouxemos para fundamentar a nossa tese que afirma que os Capitães da Areia são agentes da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros. Do texto literário *Capitães da Areia* foram extraídos fragmentos que corroboraram para a construção da hipótese defendida: as crianças em situação de rua que compõem o grupo Capitães da Areia apresentado na narrativa de Jorge Amado são uma força de resistência contra todas as instituições, mecanismos e dispositivos de poder e controle que têm por objetivo, através de um projeto de poder de uma elite burguesa, a extirpação, extinção, aniquilação de todas as crianças em situação de rua da cidade baiana:

Os moradores do aristocrático bairro estão alarmados e receosos de que os assaltos se sucedam, pois, este não é o primeiro levado a efeito pelos Capitães da Areia. Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas distintas famílias. Esperamos que o ilustre chefe de polícia e o não menos ilustre Dr. Juiz de menores saberão tomar as devidas providências contra esses criminosos tão jovens e já audaciosos (Amado, 2008, p. 14).

O objetivo de analisar a composição textual do livro *Capitães da Areia* é o de apresentar, pela perspectiva dessa literatura, como se compõe e se comporta o campo das correlações de forças dentro da esfera social real a partir de uma criação ficcional carregada de verossimilhanças. Entendemos que, com os fatos históricos, as práticas e os discursos das instituições que se correlacionam dentro e fora do texto literário, em consonância com o cotidiano das crianças em situação de rua na ficcionalidade e na vida real, podemos compor o quadro de correlações de forças que se apresentam no período histórico analisado.

Mesmo que essas forças se alternem frequentemente em suas influências e causas determinantes, o que sucede com grande rapidez, sendo difícil precisar qual desses elementos assume a função ativa, qual a passiva, sabemos que as instituições podem ser de natureza heterogênea, mas são claras e perceptíveis as ações coordenadas entre elas no que concerne à manutenção das relações de poder entre os indivíduos e a coletividade social. “Quem não se conforma é punido com uma impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do individualista” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 110).

As correlações de forças foram percebidas em expressões de necessidade política, econômica, cultural, religiosa e social que, através da força que exercem, reivindicam uma aceitação totalizante de suas primícias por toda a sociedade. Suas inter-relações com a instituição representam um composto institucional que procura a manutenção de seus poderes e o controle por meio de suas ações na sociedade. “Atualmente em fase de desagregação na esfera da produção material, o mecanismo da oferta e da procura continua atuante na superestrutura como mecanismo de controle em favor dos dominantes” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 110).

Evidenciamos durante a pesquisa que, tanto dentro da literatura quanto fora dela, no mundo real, as instituições e os mecanismos de controle alternam de função com tão sublime eficácia que, por vezes, torna-se imperceptível qual deles assume ou executa determinada função. Tudo ocorre simultaneamente com maior ou menor predominância, tanto no campo de atuação individual quanto no campo coletivo. “Os consumidores são os trabalhadores e os empregados, os lavradores e os pequenos burgueses. A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 110).

A estruturação das correlações de forças que investigamos e apresentamos a partir do que está exposto, explícito ou implícito no texto *Capitães da Areia* está intimamente circundada pelas influências de ações determinantes advindas da inter-relação de poderes que existe entre as forças que são compostas principalmente por estas instituições (Estado, Reformatório, Polícia, Família, Imprensa, Igreja); e a cada circunstância subjetiva ou coletiva é notória a alternância de atuação entre elas na e para a composição e manutenção dos poderes político, econômico, social, cultural e religioso alicerçados na sociedade.

Com o domínio das instituições, mecanismos e dispositivos de poder e controle, seus representantes fazem uso da força e do poder para manter-se no controle dessa sociedade, causando mudanças ou impedindo-as de ocorrerem. Os atos de violência praticados nessa sociedade são, em grande parte, tentativas de demonstração de poder de quem os pratica e também de quem os sofre. Nesse caso, presencia-se a prática de exercício do poder das instituições sobre as crianças situação de rua, sobre os Capitães da Areia.

Na composição textual de *Capitães da Areia*, são perceptíveis as estruturas de poder. Para Rolo May, “O poder é a capacidade de causar ou impedir mudanças e possui duas dimensões. A primeira é o poder como potencialidade, ou poder latente. A segunda é o poder como realidade” (May, 1986, p. 82). O poder sobre o qual tratamos nesta tese não está centrado apenas

em uma ou outra definição proposta, mas o apresentamos como um poder que possui “uma expressão do processo vital” que se ancora nas duas definições de poder apresentadas.

Na primeira proposta, pode-se considerar “o poder como potencialidade, ou poder latente”, porque vemos na perspectiva do narrador uma possibilidade de mudança que se encerra na primeira definição. Na segunda, pode-se considerar “o poder como realidade”, porque considera-se que os Capitães da Areia compreendem que estão sob uma estrutura de poder real, o patriarcado, o biopoder, a biopolítica que influencia diretamente na sua realidade social e que isso nunca vai mudar. O exercício e o efeito do poder seriam de forma permanente.

No seu texto, May apresenta uma estrutura elaborada e complexa para definir e exemplificar os tipos de poderes e as ramificações de exercícios desses poderes. Entretanto, os dois que destacamos convergem e acentuam com o conceito que os teóricos que embasam essa pesquisa apresentam. Com Maquiavel, entendemos que a estrutura de poder que se estabeleceu no Brasil como colônia portuguesa foi a de uma estrutura metropolitana que objetivava a exploração das terras e da mão de obra dos nativos que aqui habitavam.

Essa estrutura advinda da metrópole portuguesa que se transformou em uma rede de poder que distribuía esse poder por toda a parte converge com a defesa de pulverização do poder proposta por Michel Foucault, Jacob Burckhardt, Adorno e Horkheimer. O poder está em toda parte e este está sempre inter-relacionado entre as principais potências e instituições que funcionam como estruturas de forças que interagem entre si, levando os indivíduos consciente e inconscientemente a consumirem e reproduzirem constantemente essas correlações de forças e poder. Compreendemos como as redes de poder se articulam entre as instituições e seus mecanismos e dispositivos para a manutenção do controle sobre os grupos populacionais.

A vida política sempre foi uma atividade reservada ao patriarcado e sua atuação política sempre foi pautada pelos seus interesses. Desde os primeiros patrícios aos grandes burgueses, as atividades políticas e governamentais se desenvolveram no estreito sentido de manutenção dos interesses das elites políticas e econômicas. As sociedades foram construídas e sempre renovadas mantendo uma estrutura de poder em que as elites permanecessem sempre no controle de todas as relações de forças, desde os alicerces do campesinato aos grandes núcleos operários dos centros urbanos. Isso mostra como as redes de poder se articulam nas sociedades. Isso é o que afirma Perry Anderson sobre a estrutura e manutenção do poder das elites históricas:

Os senhores que permaneceram proprietários dos meios de produção fundamentais em qualquer sociedade pré-industrial eram, certamente, os nobres terratenentes. Durante toda a fase inicial da época moderna, a classe dominante – econômica e politicamente – era, portanto, a mesma da época

medieval: a aristocracia feudal. Essa nobreza passou por profundas metamorfoses nos séculos que se seguiram ao fim da Idade Média: mas desde o princípio até o final da história do absolutismo nunca foi desalojada de seus domínios do poder político (Anderson, 1985, p. 18).

Historicamente também podemos perceber em curso o projeto biopolítico de aniquilação dos outros quando entendemos que existe toda uma estrutura de poder montada para manter longe dos postos de poder político os outros, a resistência, os grupos populacionais que tradicionalmente estiveram subjugados para que essa elite política se mantivesse no topo dos cargos de poder políticos e econômicos. Como isso acontece? Através do controle, da punição e toda a disciplina que estrutura as classes sociais. Para Byung-Chul Han, “O acontecimento do poder não se esgota na tentativa de romper a resistência ou de forçar a obediência. O poder não deve adotar uma forma de coerção. Quanto mais poderoso for o poder, mais silenciosamente ele atuará” (Han, 2019, p. 9).

2.1 O conceito de biopolítica em *Capitães da Areia*

Iniciamos o processo de apresentação de um conceito para o termo biopolítica afirmando que dialogamos com essa formulação conceitual a partir de teorias que apresentam algumas divergências, mas que estão dentro de um campo de visão maior que converge para o que possa ser definido como biopolítica. O primeiro e principal teórico para essa composição é Michel Foucault (2019a, 2019b). Também apresentamos, para consubstanciar a defesa desta tese, outros teóricos que desenvolveram novos conceitos sobre o tema a partir das pesquisas de Foucault.

Em *Biopolítica: um mapa conceitual* (2017), Laura Bazzicalupo traça uma trajetória e os caminhos trilhados por Michel Foucault para constituir a base da genealogia do conceito de biopolítica e como o termo biopolítica atravessou os tempos históricos e se estabeleceu principalmente no cerne das sociedades modernas ocidentais.

Foucault representa, para a nossa reconstrução, um ponto de virada crucial. A sua reflexão e o uso do termo biopolítica imprimem uma rotação no eixo de perspectiva. Não se trata apenas da dimensão crítica em relação à forma de governo da vida à qual atribui esse nome. Foucault reinventa o termo e o problematiza, identificando nele uma modalidade de relação de poder. Com essa virada conceitual, que abre ao olhar analítico uma dimensão opaca e persistente das relações de poder, Foucault oferece à reflexão filosófica, social e política um instrumento conceitual que se revela particularmente esclarecedor para interpretar as novas formas de vida e poder (Bazzicalupo, 2017, p. 35).

Roberto Esposito (2010), Giorgio Agamben (2004; 2007; 2009) e Achille Mbembe (2018) incorporam essa discussão como elementos de contribuição por suas teorias serem desenvolvidas a partir do que foi inicialmente proposto e fundamentado por Michel Foucault. As divergências e convergências entre esses autores e suas propostas discursivas sobre o termo e o conceito de biopolítica e como elas se interligam produziria um longo diálogo entre teóricos e teorias que necessariamente por hora e para esta tese dispensamos. Em *Michel Foucault: filosofia e biopolítica* (2019), Castelo Branco afirma que “Os marxistas foram ágeis para reproduzir a dicotomia biopoder/biopolítica, relacionada à soberania e à eventual resistência da multidão (Castelo Branco, 2019, p. 10).

Entretanto, é importante ressaltar que é a partir de Michel Foucault e de seus estudos introdutórios sobre o poder e seus desdobramentos ao longo dos tempos históricos que os autores supracitados iniciaram suas discussões sobre os termos biopoder e biopolítica. “Seja pela captura marxista do conceito de biopolítica seja pelo exercício filosófico-político de Agamben,

uma mudança significativa ocorreu na biopolítica” (Castelo Branco, 2019, p. 10). Para Laura Bazzicalupo, “A partir de Foucault, no quadro conceitual da sua interpretação, o conceito passa a ser utilizado para lançar luz sobre as formas de governos das vidas no âmbito econômico-político: multiplicam-se os estudos sobre o disciplinamento biopolítico produtivo do Estado social” (Bazzicalupo, 2017, p. 12).

Matérias jornalísticas em revistas impressas ou virtuais, reportagens televisivas, programas de entrevistas e revistas científicas nos meios acadêmicos são exemplos de lugares em que mais tem se difundido e feito uso da palavra biopolítica. Afinal, o que é biopolítica? Como constituir significado e conceituar esta palavra? Por que essa palavra assume tantos usos e significados? Não temos todas as definições e conceituações possíveis deste termo tão importante e que está no cerne desta proposta de trabalho, mas buscamos paralelamente com Michel Foucault, Roberto Esposito, Giorgio Agamben, Achille Mbembe preanunciar um conceito possível para o termo biopolítica.

Em Michel Foucault (2019a e 2019b), a noção de biopolítica é fundamentalmente constituída através de uma genealogia histórica, diferente de outros pensadores que têm uma abordagem da biopolítica marcada pela ontologia histórica. No fundo, percebemos que os teóricos dialogam com Foucault, porém, seguem traçando perfis de pensamento diferentes da proposta base proveniente dos resultados produzidos por ele. Isso, de certo modo, enaltece os estudos de Foucault. Guilherme Castelo Branco, ainda sobre o termo biopolítica, alude que “Uma coisa é biopolítica, controle da espécie, outra coisa é ecológica, controle do planeta. Foucault gostava de inventar palavras acoplando designações. Um animal político aristotélico depende da política para sobreviver” (Castelo Branco, 2019, p. 10).

Em Agamben, entendemos que o diálogo com Foucault serviu de mola propulsora para traçar um caminho distinto de pensamento e de pesquisa que é perfeitamente legítimo e não devem ser desconsideradas as suas contribuições ao pensamento primacial de Foucault. Agamben sugere que a biopolítica é parte de uma estrutura milenar que remete a um aparato teológico político do processo de expressão do poder soberano. Resumindo, significa basicamente que ele se preocupa com as estruturas políticas do Estado e os usos do poder para o funcionamento do seu próprio corpo político administrativo como tal. Para Agamben,

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só de adversários políticos, mas de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (Agamben, 2004, p. 13).

Em Esposito, embora ele não sugira que a biopolítica remeta a fundações milenares, mas sim a uma forma moderna de poder, o que se aproxima um pouco mais da ideia proposta por Michel Foucault, vemos que sua preocupação está na comprovação da cunhagem do termo biopolítica e seus usos na manutenção do poder. Esposito explora a biopolítica a partir de um ponto fundamentalmente conceitual que surge da ordem da abstração, diferentemente de Foucault, que faz emergir seus conceitos de uma pesquisa histórica genealógica sobre a evolução do poder que perpassa pelo biopoder e culmina, a partir do século XVIII, em um exercício da biopolítica.

Em Achille Mbembe, encontramos uma estruturação dos principais pontos de abordagens do pensamento de Michel Foucault sobre a evolução do processo de construção e instauração das práticas da biopolítica em determinados Estados modernos. Mbembe inova em sua discussão quando cunha, a partir do termo biopoder e biopolítica, um novo termo que serve de base para a estruturação de seu pensamento e desenvolvimento de sua teoria de exercício de poder político na contemporaneidade, a necropolítica. O novíssimo termo, necropolítica, nasce em correlação com o biopoder, a biopolítica, o estado de exceção e o estado de sítio, termos propostos e discutidos respectivamente por Michel Foucault e Giorgio Agamben.

Para apresentar o que define como poder soberano, Michel Foucault retroagiu com sua investigação até a antiguidade, espaço histórico em que estava estabelecido o pátrio poder romano, em que o pai dispunha do direito de vida e de morte dos seus filhos e de seus escravos. Se o pai deu a vida ao filho, ele teria o direito de tirá-la se julgasse que poderia fazê-lo. O escravo era uma propriedade, e como tal o senhor, seu proprietário, poderia se desfazer dela a qualquer momento. Para Foucault, “O direito de vida e de morte, como é formulado nos teóricos clássicos, é uma fórmula bem atenuada desse poder” (Foucault, 2019a, p. 145).

Evoluindo para a modernidade dessa relação, “o direito de vida e de morte” se transforma e percebemos que “Entre soberano e súditos já não se admite que seja exercido em termos absolutos e de modo incondicional, mas apenas nos casos em que o soberano se encontre exposto em sua própria existência: uma espécie de direito de replica” (Foucault, 2019a, p. 145). Desta maneira, “o direito de vida e morte” deixa de ser um privilégio absoluto e, transbordando do espaço pátrio familiar, passa a ser “condicionado à defesa do soberano e à sua sobrevivência como tal” (Foucault, 2019a, p. 145).

O que mudou e não mudou sobre o direito de vida e de morte? Na antiguidade, sob o controle do pai ou na modernidade, sendo exercido em nome do soberano, o direito prevalece; sendo o pai ou o soberano, de toda forma, um indivíduo que exerce o direito ou privilégio sobre a vida e a morte de outro ou sobre uma coletividade, ou seja, sobre os grupos populacionais. A

transição da antiguidade para a modernidade não destituiu a relação de desigualdade já existente nas sociedades. “De qualquer modo, o direito de vida e morte, sob essa forma moderna, relativa e limitada, como também sob sua forma antiga e absoluta, é um direito assimétrico” (Foucault, 2019a, p. 146).

Enquanto no espaço pátrio familiar o pai exercia o poder por direito sobre os filhos e todas as suas propriedades, na modernidade o soberano o exerce por privilégio e tanto o pai quanto o filho tornam-se vidas sob o exercício do poder soberano, isso ocorre através de transferência acumulativa de direito de uma instância para outra, unindo direito e privilégio transformando-os em um poder soberano absoluto. Entendemos em Foucault que “O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do termo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Foucault, 2019a, p. 146).

Com as transformações profundas registradas no curso da história do Ocidente e dos mecanismos e dispositivos de poder, tendeu-se a uma ligeira ampliação dos dispositivos de controle que passaram a desempenhar uma atuação mais efetiva sobre os grupos populacionais. Em Foucault compreendemos que, “Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos” (Foucault, 2019a, p. 146-147). O poder soberano passou a ser um poder autossustentável, destinado a produzir forças, fazendo-as crescerem de forma ordenada, garantindo condições mínimas de sobrevivência para as populações que o retroalimentariam.

O soberano agora teria por obrigação e necessidade o dever de cuidar dos indivíduos e da coletividade que no futuro dariam a própria vida para a proteção do soberano e do próprio Estado que ele representa. O poder da morte se apresenta como complemento de um poder que se concretiza positivamente como provedor da própria vida. “Essa morte, que se fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la” (Foucault, 2019a, p. 147).

A face mais aberrante desse poder deu-se nos séculos XIX e XX com as guerras modernas que exigiram grande massa populacional para abastecê-las. O desenvolvimento populacional não se deu de forma linear e regular em todos os territórios ocidentais e a vida passou a ser preservada para ser utilizada, e foi quando ocorreu uma escala de guerras que geraram o estabelecimento de fronteiras e o surgimento dos Estados modernos. Nesse momento, Michel Foucault nos lembra que “As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido;

travam-se em nome da existência de todos, populações inteiras são levadas a destruição mútua em nome da necessidade de viver” (Foucault, 2019a, p. 147).

Com a necessidade de homens para lutarem em suas guerras, o poder passou a gerir a vida e conseqüentemente aboliu a pena de morte que não fosse em defesa do poder estabelecido. O poder entende como perda de força motriz a morte de um homem no cadafalso sendo que ele deveria e pode morrer na guerra, lutando e protegendo o poder que o geriu. Foucault diz que, “A partir do momento em que o poder assumiu a função de gerir a vida, já não é o surgimento de sentimentos humanitários, mas a razão de ser do poder e a lógica de seu exercício que tornaram cada vez mais difícil a aplicação da pena de morte” (Foucault, 2019a, p. 148).

Com a passagem de um mundo para outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por outra, singularmente mais poderosa; o fausto que a acompanhava era da ordem do cerimonial político. Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais ‘privado’ (Foucault, 2019a, p. 149).

Compreendemos, a partir dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault, que o homem, sendo apresentado primeiro como corpo-máquina e depois como corpo-espécie, torna-se um ser desvalorizado em sua essência individual diante de uma forma de poder que atua diluída, pulverizada entre todas as camadas sociais e entre diferentes grupos populacionais e com esse poder que se desenvolve sobre a vida, o corpo do homem passa a ser considerado como uma máquina que será conservada e estimulada para a utilização em favor do poder. A vida do homem passa a ser regulada em dois diferentes polos. Segundo Foucault,

O primeiro a ser formado, ao que aparece, centrou-se no corpo como máquina; as disciplinas: anatomopolítica do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos. Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A velha potência da morte em que se simboliza o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida (Foucault, 2019a, p. 150).

O biopoder é um termo apresentado por Michel Foucault para referir-se à prática dos Estados modernos e sua regulação dos indivíduos que a ele estão sujeitos por meio de um conjunto de técnicas, mecanismos e dispositivos de diversas naturezas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações. Outros teóricos posteriores a Foucault se apropriaram

do termo para estabelecer referência a práticas de saúde pública, mas também a outras questões, por exemplo, política, sociedade, economia, correlacionando-o a outra terminologia foucaultiana, a biopolítica: “As duas direções em que se desenvolve ainda aparecem nitidamente separadas no século XVIII” (Foucault, 2019a, p. 151).

Para quais direções se desenvolvem essas práticas? O biopoder se constitui e se desenvolve através de um emaranhado de correlações de forças. Ele tem por objetivo a formação e a regulação do corpo social exercendo sua força sobre instituições, mecanismos e dispositivos sociais. A outra direção é a do lado da disciplina, “as instituições como o Exército e a escola”, e do lado das “regulações de população a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável” (Foucault, 2019a, p. 151).

Para Michel Foucault, a teoria geral do biopoder se constituiu em um discurso que procurou coordenar as duas técnicas de poder, ou seja, as disciplinas do corpo e as regulações da população. Em diversos momentos de suas pesquisas, Foucault enfatiza essa articulação entre as técnicas de poder e sua atuação. Para Foucault, “De fato sua articulação não será feita no nível de um discurso especulativo, mas na forma de agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder no século XIX: o dispositivo da sexualidade será um deles, e dos mais importantes” (Foucault, 2019a, p. 151).

Nas pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault, percebemos a articulação do biopoder que se instala nas sociedades modernas ocidentais e através de sua capilaridade se entrelaça nas relações de forças pulverizadas entre todos os níveis sociais por diversos mecanismos e dispositivos de controle populacional, como, por exemplo, a política, a economia, a cultura, a religião, a medicina, o reformatório e a escola. As relações de produção são ampliadas com a prática das políticas mercantilistas, as conquistas de territórios nos novíssimos e a manutenção das posses nos velhos continentes e conseqüentemente com os lucros do advento do capitalismo. Segundo o filósofo, “Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (Foucault, 2019a, p. 151-152).

A expansão europeia pelo mundo proporcionou também a amplitude das relações de forças e de poder que se espalham junto com as características do regime político-econômico capitalista que desencadeia transformações nos meios de produção e na forma de acumulação dos lucros. Houve também sobretudo “a inserção da vida, da espécie humana na ordem do saber e do poder no campo das técnicas políticas” (Foucault, 2019a, p. 152), o que se fazia necessário,

uma vez percebida a indispensável necessidade da força humana na nova engrenagem produtiva:

Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos (Foucault, 2019a, p. 152).

Para Foucault, o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. “Uma outra consequência deste desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, a expensas do sistema jurídico da lei” (Foucault, 2019a, p. 155). O sistema jurídico moderno surge para fazer as aparas nas arestas deixadas pelo Estado e as instituições de que ele se serve para o controle social. Compreendemos em Foucault que “A lei não pode deixar de ser armada, e sua arma por excelência é a morte; aos que a transgridem, ela responde, pelo menos como último recurso, com esta ameaça absoluta” (Foucault, 2019a, p. 155).

Mas o que nos interessa neste debate é o desdobramento do biopoder no que conhecemos por biopolítica. A palavra biopolítica está cada vez mais presente em nossos dias. Ela aparece em diversos contextos, e estes, na maioria das vezes, bem distintos e, muitas vezes, obtusa em sua própria etimologia. Presenciamos a biopolítica em trato cada vez mais frequente quando a política emerge como protagonista para revelar e tratar de problemas da vida e da política, principalmente, quando o tema central é o corpo daqueles que possuem e daqueles que estão sujeitos ao poder, seu uso e suas práticas. A biopolítica é um conjunto de tecnologias de poder que se cercou de mecanismos para o exercício do poder. Sobre essa tecnologia de poder, no livro *Em defesa da sociedade* (2010), Michel Foucault afirma que

Essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que têm certo número de funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos

mecanismos implantados pela biopolítica, vai se, tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (Foucault, 2010, p. 207).

Vimos, no desenvolvimento das leituras propostas pelos teóricos supracitados, que a biopolítica se desenvolveu a partir do século XVII e no XVIII teve suas práticas associadas aos estudos sobre a mecânica do ser vivo e como suporte para diversos tipos de processos biológicos, constituindo-se como “uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população”. A biopolítica é um elemento que compõe “as disciplinas do corpo e as regulações da população” que conseqüentemente “constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault, 2019a, p. 150).

Como afirmamos no início deste tópico, as leituras teóricas que buscamos com o objetivo de apresentar um conceito de biopolítica apontaram para bifurcações interessantes, fato que não seria novidade ao se perceber a potência rizomática da estrutura conceitual que apresenta o termo biopolítica. Por isso, é preciso avisar de antemão que podem surgir cruzamentos e sobreposições de ideias entre os contextos histórico-filosóficos nos quais os conceitos de biopolítica são forjados, cunhados, formulados, desenvolvidos e o momento histórico que investigamos nesta tese.

A partir deste ponto, abordaremos o pensamento dos outros autores sobre o biopoder e a biopolítica no que concerne em convergência e divergência em relação aos estudos apresentados por Michel Foucault. Em estudos recentes, percebemos a biopolítica apresentada como um desdobramento do biopoder. A problematização do termo e seu uso está ligada remotamente ao século XIX, chegando a ser muito utilizada no XX por grandes pesquisadores de várias partes do mundo. Entre eles, Roberto Esposito, que, sobre o desdobramento do termo, afirma: “Em poucos anos, a noção de ‘biopolítica’ não só se consolidou no centro do debate internacional como abriu uma fase completamente nova da reflexão contemporânea” (Esposito, 2010, p. 29).

Segundo o que apontam muitos estudos científicos, biopolítica é o termo científico cunhado e utilizado por Foucault para designar a forma na qual o poder tende a modificar-se desde o final do século XVIII. Roberto Esposito, em seu livro intitulado *Bios: biopolítica e filosofia*, nega o pioneirismo foucaultiano sobre o termo biopolítica, afirmando que, “Desde que Foucault, embora não tenha propriamente cunhado o termo, repropôs e requalificou o

conceito, todo o quadrante da filosofia política se viu profundamente modificado” (Esposito, 2010, p. 29).

Entretanto, no mesmo estudo proposto por Roberto Esposito, no prefácio da obra produzido por Alexandre Franco de Sá, encontramos uma contradição entre ser ou não Michel Foucault o precursor do termo biopolítica, porque o pensador francês, quando forjou o termo biopolítica, na década de 1970, deixou insuficientemente determinados dois aspectos que estudos posteriores não poderiam deixar de se esforçar por retomar e esclarecer:

O primeiro aspecto a que nos referimos consiste naquilo que se poderia caracterizar como a natureza da passagem entre o exercício do poder como poder soberano, por um lado, e aquilo a que Foucault chamara um ‘biopoder ou um “poder biopolítico”, por outro”. O segundo aspecto reporta-se à ambiguidade com que este trânsito é avaliado, na medida em que a emergência da biopolítica, ao significar a ultrapassagem da violência patente por parte da soberania moderna, não pôde deixar de ser analisada por Foucault como a origem de formas mais sutis, mas também mais poderosas de exercício do poder. Diante destes problemas, deixados em suspenso por Foucault e retomados de formas muito diversas por pensadores contemporâneos como Giorgio Agamben ou Antonio Negri, os estudos de Roberto Esposito constituem certamente uma das mais consistentes elaborações atuais do conceito de biopolítica (Sá, 2010, p. VII).

Seria então a biopolítica, uma forma de poder que substituiria a forma de poder do soberano, ou seria o poder biopolítico uma completude do poder soberano? Ainda no prefácio de Alexandre Franco de Sá, evidencia-se que, “Considerando o primeiro problema mencionado, o problema da natureza da passagem entre o poder soberano e o poder biopolítico, dir-se-ia que as análises desenvolvidas por Foucault, não conseguem deixar de revelar uma hesitação que é importante determinar” (Sá, 2010, p. VIII).

Segundo Franco de Sá, a suposta hesitação está presente no primeiro livro da trilogia sobre a história da sexualidade, quando “torna-se claro que Foucault tende a encarar tal passagem de um poder para o outro como uma ruptura”, e não como uma completude do poder soberano. Registrada a suposta hesitação de Foucault, passamos à formulação conceitual do termo biopolítica, observando que, se ocorreu a passagem de uma forma de poder (soberano) para uma outra (biopolítico), e isso marcou uma ruptura, foi, como afirma Franco de Sá, que,

Através dela, um poder que se caracteriza como a possibilidade do exercício de uma violência explícita sobre a vida que se lhe encontra submetida, ou seja, um poder que se manifesta como um poder de matar ou de suspender soberanamente a execução, é substituído paulatinamente por um poder diferente. Trata-se de um poder que, invertendo esta relação, se constitui quer como um poder de disciplinar, de punir, de rentabilizar e de exercitar a vida dos corpos que estão sob a sua alçada, naquilo a que Foucault chamou uma “anatomopolítica do corpo”, quer como um poder de promover a saúde, a

higiene, a longevidade e, neste sentido, a vida de um agrupamento humano, através daquilo que designou como uma “biopolítica da população” (Sá, 2010, p. VIII).

A biopolítica e sua aplicação têm como alvo uma população ou um conjunto específico de indivíduos de uma população. A biopolítica é a prática e aplicabilidade de biopoderes sobre uma população ou grupos que são tanto alvo, como instrumento em uma relação de exercício de poder. O biopoder é uma tecnologia de poder, um modo de exercer várias técnicas em uma única interface. Ele permite o controle de populações inteiras. Na atuação do poder biopolítico, estão sobremaneira entrecruzados efeitos de um fazer viver e deixar morrer e as políticas sistemáticas de controle, este especialmente personificado pela violência. Foi uma continuação ou ruptura? Surgiu para completar ou substituir o poder soberano? Franco de Sá diz:

Creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político no século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar, esse velho direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver - por um outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas que vai penetrá-lo, atravessá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou antes um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer (Sá, 2010, p. VIII-IX).

A biopolítica concorre para instalação e afirmação de modelos tradicionais de poder baseados na violência, na imposição de força e na ameaça de morte. A biopolítica configura-se, por exemplo, em práticas e processos disciplinares em diversas instituições que são controladas ou influenciadas diretamente pelo Estado. Entre elas temos como exemplos: a família, o exército, o hospital, a escola, o reformatório, a igreja, o hospício, o convento, a prisão, o sanatório, e é normalizada por meio da justificativa de manutenção da ordem e da moralidade social dentro de um estado democrático de direito sem a necessidade do estado de exceção.

No centro de tudo que conhecemos na modernidade, está a biopolítica. O que se apresenta de novo na proposta discursiva de Roberto Esposito sobre a conceituação de biopolítica é o mesmo a que, segundo ele, se propôs Foucault na década de 1970. Objetivando esclarecimentos de pontos cruciais, Esposito elabora novas questões sobre o tema. Talvez o que seja mais importante na especulação de Esposito seja essa questão: “A biopolítica precede, segue ou coincide temporalmente com a modernidade? Tem uma dimensão histórica, epocal ou primeva?” (Esposito, 2010, p. 24). O questionamento é aceitável, uma vez que muito do pensamento de Foucault ainda está para ser discutido em estudos no presente e no futuro.

A iniciativa de Esposito, ao levantar a suposta hesitação e ausência de afirmação de Foucault de que se foi ruptura ou continuidade a passagem da forma de poder soberano para o poder biopolítico, é justamente fazer um elo do termo biopolítica com a modernidade:

A minha tese é a de que tal incerteza epistemológica é reconduzível à falta de um paradigma mais dúctil - capaz de articular de maneira mais intrínseca os dois lemas contidos no conceito em questão - a que eu mesmo faço referência há algum tempo pelo termo imunização. Sem me alargar agora sobre a totalidade do seu significado, que já tive ocasião de definir em todas as suas projeções de sentido, o elemento que é preciso fixar desde já porque restaura o elo ausente da argumentação foucaultiana, é o nexo peculiar que se institui entre biopolítica e modernidade: quero dizer que só ligada conceptualmente à dinâmica imunitária de proteção negativa da vida é que a biopolítica revela a sua génese especificamente moderna. Não porque não seja reconhecível uma sua raiz também em épocas precedentes, mas porque só a modernidade faz da autopreservação individual o pressuposto de todas as outras categorias políticas, da soberania à liberdade (Esposito, 2010, p. 24).

Atravessando as questões de posicionamento teórico e a afirmação conceitual do termo biopolítica, chegamos a uma aproximação temporal do conceito ao momento histórico proposto para o desenvolvimento da tese. Durante a leitura dos textos produzidos por Michel Foucault e que tratam sobre as relações de poder e em específico abordam a biopolítica como dispositivo de poder, percebemos, desde as primeiras formulações, que ocorreu por parte do autor uma série de reformulações importantes em seu pensamento no que confere ao termo biopoder e biopolítica como desdobramento desse biopoder.

Em seu livro *Em defesa da sociedade* (2010), que corresponde a um programa de aulas ministradas pelo autor, vemos que as sentenças aparecem em uma estruturação mais assertiva. Explicando a transição do poder soberano para o biopoder e em seguida a evolução para a biopolítica, Foucault afirma que

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se faz consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, [...], que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma 'biopolítica' da espécie humana (Foucault, 2010, p. 204).

A passagem do poder soberano para o poder biopolítico não significou para os grupos sociais ou as populações antes dominadas um real acesso aos mecanismos de poder. O nascimento da biopolítica significa a emergência de um saber sobre a população, principalmente a urbana. A biopolítica articula-se a esses fenômenos de natureza da população,

conduzidos pelos dispositivos de controle. Para Foucault, “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 2019a, p. 150).

O contexto da biopolítica designa uma conjuntura com sujeitos livres sob o controle de diversas instituições diretamente influenciadas ou controladas pelo Estado. Essa é a preocupação efetiva de Esposito e que não foi necessariamente a preocupação apresentada por Michel Foucault em suas investigações. O que temos hoje são políticas distintas para populações distintas. Isso é, uma atuação da biopolítica. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como um problema biológico e como problema de poder” (Foucault, 2010a, p. 206).

A biopolítica trata-se da condição da política moderna de governabilidade em que seja possível estabelecer para diferentes grupos populacionais aquele que se deve fazer viver e os demais que se deve deixar morrer. Tudo passa a ser norteado por uma análise dos interesses entre os indivíduos e estes com o Estado. O *modus operandi* atual sustenta-se na potencialidade de se poder matar, como forma de exclusão absoluta e definitiva, por um ato do Estado que não se configura em homicídio. O Estado e a modernidade criam elementos e teorias para justificar sua atuação. Teóricos, como exemplo de Foucault, Esposito, Agamben, Mbembe apresentam elementos importantes e determinantes para a formulação conceitual do termo biopolítica.

Até aqui percebemos que Roberto Esposito trava uma luta para explicar sua negação e também suas afirmações sobre a égide inicial do conceito de biopolítica, e para reforçar sua teoria recorre a outros pesquisadores que apresentam discussões sobre a temática da biopolítica e suas concepções discursivas. Como não poderia deixar de ser e o já sabemos que é, o campo de interesse pela temática biopolítica registra-se em um grande debate contemporâneo. Isso comprova a vitalidade do termo e importância de se estabelecer ampla discussão sobre ele.

Outro grande teórico pensador do termo biopolítica é o italiano Giorgio Agamben, em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*, que traça considerações sobre as investigações de Michel Foucault e elabora sua teoria conceitual sobre o termo biopolítica: “A dimensão na qual o extermínio teve lugar não é nem a religião nem o direito, mas a biopolítica” (Agamben, 2007, p. 121).

Giorgio Agamben usa a metodologia de resgate etimológico e histórico para iniciar o processo de explicação e conceituação do termo biopolítica. Recorre aos primórdios gregos e à formação da palavra, apresentando sua concepção inicial em Platão, e posteriormente em Aristóteles. “Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida” (Agamben, 2007, p. 10).

Após algumas junções de radicais gregos, explicações semânticas propostas por Aristóteles para formulação do termo, Agamben transporta para séculos adiante a definição aristotélica e o termo biopolítica, já o situando em Foucault, no século XX. “É em referência a esta definição que Foucault, ao final da *Vontade de saber*, resume o processo através do qual, nos limiares da Idade Moderna, a vida natural começa, por sua vez, a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal, e a política se transforma em biopolítica” (Agamben, 2007, p. 11).

Giorgio Agamben confere a Foucault importância indiscutível na formulação e estruturação de uma teoria em torno da biopolítica e o uso pelo Estado moderno dessa forma de poder para o controle e a influência nos grupos populacionais. A partir dos cursos e teorias desenvolvidas por Foucault é que começam a focalizar a passagem do “Estado territorial” ao “Estado de população” e o conseqüente aumento vertiginoso da importância da vida biológica e da saúde da nação como emblema do poder soberano, que se transforma então progressivamente em “governo dos homens”.

E o próprio Foucault resgata e insere a história do homem no contexto do Estado de poder. Para ele o homem ocidental aprende, pouco a pouco, o que é ser uma espécie viva num mundo vivo. E afirma ainda que “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. Essa transformação teve conseqüências consideráveis” (Foucault, 2019a, p. 154-155).

Para Michel Foucault, a transformação por qual passou o homem teve conseqüências consideráveis no que concerne às questões sociais e políticas. E ele afirma que não é necessário insistir, discutir sobre a ruptura que produziu esse processo de transformação do homem, mas tão somente compreender os impactos dessas transformações nas sociedades. “Não é necessário insistir, também, sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência” (Foucault, 2019a, p. 155).

Muitas reformulações foram feitas em torno das inúmeras pesquisas realizadas e publicadas por Foucault, sendo várias de suas propostas teóricas a base de diversas pesquisas contemporâneas pelo mundo todo, essas que foram produzidas para criticar, concordar ou complementar as argumentações do francês. Agamben afirma que “A morte impediu que Foucault desenvolvesse todas as implicações do conceito de biopolítica e mostrasse em que sentido teria aprofundado ulteriormente a sua investigação” (Agamben, 2007, p. 12).

Uma das críticas aos estudos teóricos de Michel Foucault por Agamben é que ele jamais tenha deslocado a sua investigação para as áreas por excelência da biopolítica moderna: o campo de concentração e a estrutura dos grandes estados totalitários. Segundo Agamben, o próprio autor teria iniciado um processo de reorganização de ideias na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos com que o poder atua no próprio corpo de seus sujeitos e em suas formas de vida. “A vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens” (Agamben, 2007, p. 15).

A contribuição proposta por Agamben surge no sentido de complementação teórica ao proposto por Michel Foucault. Ele afirma que a sua pesquisa concerne precisamente este oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder. “Pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanto a exceção soberana” (Agamben, 2007, p. 14).

Avançando para entender o emprego do conceito de biopolítica, compreendemos que tanto Esposito quanto Agamben, no que concerne sobre o processo de atuação da biopolítica, concordam com Michel Foucault quando afirmam que a biopolítica é uma operação de diversas formas de controle sobre grupos populacionais. É uma forma de poder que tem a capacidade de expressar dentro dos grupos populacionais quem deve viver e quem deve morrer. “A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração” (Foucault, 2010, p. 207).

Achille Mbembe elabora em sua teoria argumentos que mesclam o estado de exceção e o estado de sítio propostos por Agamben, em uma correlação com os termos, biopoder e a biopolítica de Michel Foucault. A aplicação da teoria de necropolítica é a análise de uma política de Estado necropolítico na sociedade contemporânea. Para o autor, “A política, portanto, é definida duplamente: um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento” (Mbembe, 2018, p. 9).

O autor apresenta uma leitura da política como dispositivo causador da morte quando a insere em uma prática de transgressão dos direitos relacionados à vida e à morte. Elaborar críticas sobre o poder e a política revisitando outros teóricos que o embasam em seus argumentos que avançam sobre os estudos no campo político-social. Para Mbembe, “A política é, portanto, a morte que vive uma vida humana. Essa também é a definição de conhecimento absoluto e soberania: arriscar a totalidade de uma vida” (Mbembe, 2018, p. 12-13).

Dialogando principalmente com estudos de Michel Foucault, Mbembe apresenta uma reflexão sobre a expressão máxima de soberania concebida como o poder e a capacidade de

ditar quem pode viver e quem deve morrer. Ao longo dessas reflexões, o autor faz surgir uma nova nomenclatura para a forma de exercício do poder a qual ele denomina de necropolítica, cuja configuração singular estaria imbricada ao processo de vida do indivíduo nas sociedades contemporâneas. “Os campos da morte em particular têm sido interpretados de diversas maneiras, como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva, e como o último sinal do poder absoluto do negativo” (Mbembe, 2018, p. 7).

A convergência com a ideia de biopoder e biopolítica proposta por Michel Foucault ocorre principalmente quando o autor relaciona o biopoder e a relação de inimizade e apresenta essa relação entre o biopoder e o indivíduo com estado de exceção e estado de sítio propostos por Giorgio Agamben. É nesse momento que o autor analisa sob o ponto de vista de que o estado de exceção / estado de sítio e a relação de inimizade se converteram em uma base normativa do direito de matar. Para o autor, “Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico do qual toma o controle e no qual se inscreve” (Mbembe, 2018, p. 17). E continua: “Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população com subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros” (Mbembe, 2018, p. 17).

As noções de biopoder, a biopolítica, ou seja, a necropolítica estão conectadas a uma ideia de que a objetividade funcional desse dispositivo se estabelece a partir da secção, da separação entre aqueles indivíduos que devem viver e os indivíduos que devem morrer. Em outras palavras, a questão é: “qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar com um estado de emergência? Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer” (Mbembe, 2018, p. 17).

Estruturar uma interligação coerente entre os teóricos e suas teorias foi o que propomos nesse tópico, porém, sem perder de vista a singularidade e o caminho teórico-metodológico proposto por cada autor apresentado. As teorias convergem entre elas e para elas. Em Foucault, vemos que “A soberania fazia morrer e deixava viver. Eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2010, p. 207). Em Achille Mbembe, vemos que “As maneiras de matar não variam muito” (Mbembe, 2018, p. 60).

O poder soberano, o biopoder, a biopolítica e, por fim, a necropolítica são resultados de articulações longínquas no espaço e tempo histórico de estruturas e formas de controle e manutenção de poder. Elas atravessaram os tempos e, transformando-se, ressignificando-se, metamorfoseando-se, foram alimentando-se de corpos e mentes dos seres humanos e

ancoraram-se na contemporaneidade. Para Mbembe, “as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (Mbembe, 2018, p. 71).

A composição final de todas as formas de poder, a necropolítica, é apresentada como uma forma concentrada e aprimorada de poder que incide diretamente e indiretamente sobre as populações no século XXI. Achille Mbembe diz: “Tentei demonstrar que a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (Mbembe, 2018, p. 71). O autor afirma que propôs “a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar mundos de morte” (Mbembe, 2018, p. 71).

O projeto biopolítico de aniquilação dos outros em curso na narrativa de *Capitães da Areia* se efetiva principalmente através das diversas instituições do Estado brasileiro que, por meio das exigências da elite social burguesa soteropolitana, executam de diversas formas o processo de aniquilação das crianças em situação de rua. O reformatório, a polícia, o juiz de menores, o lazareto, são exemplos de instituições que, propagandeadas pela imprensa elitizada e sequestrada pelo Estado e pelas elites baianas, excluem, marginalizam, estigmatizam, criminalizam, prendem, torturam e aniquilam os grupos populacionais ditos por eles indesejáveis para o convívio social.

As maneiras que demonstram na prática como a biopolítica é organizada e aplicada contra os grupos populacionais marginalizados, principalmente as crianças em situação de rua em *Capitães da Areia*, são apresentadas nos tópicos discursivos subsequentes desta tese.

2.2 O conceito de estigma em *Capitães da Areia*

Considerando o abandono de crianças e adolescentes como um dos principais temas abordados no romance *Capitães da Areia* e, tendo em vista que, na sociedade contemporânea, enfrentamos cotidianamente problemas sociais provocados pelo rompimento parcial ou total dos laços familiares com essas crianças e adolescentes que passam a viver em situação de rua, compreendemos a importância e a correlação intrínseca que o conceito de estigma apresenta para a elaboração desta pesquisa. Pensando nisto, a construção deste tópico propõe uma análise do campo teórico conceitual do termo estigma para uma compreensão sobre o fenômeno do abandono e a estigmatização dos abandonados, efeitos estes que os tornam inadequados e inferiores aos padrões de convívio integrado à sociedade. A partir da definição conceitual de estigma, apresentamos argumentos que demonstram como a estigmatização pode ser considerada um elemento que corrobora com o projeto biopolítico de aniquilação dos outros na narrativa ficcional de Jorge Amado.

O conceito de estigma que apresentamos tem como base as pesquisas de Erving Goffman. Com o título de *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, o autor apresenta o desenvolvimento conceitual e prático de termo estigma em algumas sociedades ao longo de determinado espaço e tempo histórico. De acordo com ele, “Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava” (Goffman, 2019, p. 11).

Os gregos tinham uma forma específica de estigmatizar seus semelhantes. E o que eles definiram como estigma para os grupos sociais de sua época praticamente se manteve por séculos. Os estigmas eram marcas físicas para identificação dos grupos sociais marginalizados ou economicamente explorados. “Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor - uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos” (Goffman, 2019, p. 11).

Com o advento do Cristianismo e mais tarde com sua ascensão como religião oficial no Ocidente, percebe-se duas novas concepções metafóricas para designar o termo estigma. “O primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico” (Goffman, 2019, p. 11).

Porém, bem antes disso, ainda nas cercanias do jardim do Éden, tem-se registro do primeiro estigmatizado da face da Terra. O filho de Adão e Eva, Caim, após cometer fratricídio,

e, estando ele na presença de Deus, foi julgado, condenado, marcado e expulso da face de Deus para que fosse cumprida a sua sentença. Caim teve medo de que algum dos parentes de Abel o encontrassem e o matassem como um ato de vingança. “E pôs o Senhor um sinal em Caim, para que não o ferisse qualquer que o achasse. E saiu Caim de diante da face do Senhor e habitou na terra de Node, da banda do oriente do Éden” (Bíblia, 2012, Gn. 4: 15-16, p. 10).

Atravessando os séculos, o termo estigma permaneceu praticamente inalterado em relação a sua conceituação original. Na verdade, o que aconteceu foi uma ampliação de categorias ou grupos sociais de estigmatizados. “Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, houve alterações nos tipos de desgraças que causam preocupação” (Goffman, 2019, p. 11).

Em cada época e em cada sociedade ou grupo social, criam-se e se estabelecem as condições e as relações que fazem surgir os grupos de estigmatizados. “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (Goffman, 2019, p. 11-12).

Avançando nas pesquisas, Goffman percebeu que ao termo estigma foi incorporado o termo atributo. O termo atributo surge qualificado e agregado pela concepção de uma “identidade social”, que se subdivide em “identidade social virtual” e “identidade social real”. “Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua ‘identidade social’ – para usar um termo melhor do que status social” (Goffman, 2019, p. 12).

É perceptível, com base nos estudos apresentados por Erving Goffman, que a caracterização incorporando uma identidade virtual ou real ao indivíduo pelas evidências de que ele possui um ou mais atributos que o torna diferente de outros que se encontram em uma categoria em que ele poderia ou não estar incluído são concepções e exigências que são feitas sobre como esse indivíduo deveria ser – “e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”, uma identidade social virtual” (Goffman, 2019, p. 12).

Por outro lado, evidenciamos que existe uma discrepância entre a “identidade social virtual” (caracterização imputada ao indivíduo) e a identidade social real quando pode ser considerada uma autoafirmação caracterizadora do próprio indivíduo caracterizado. Por isso, segundo destaca Erving Goffman, “A categoria e os atributos que ele, na realidade, prova

possuir, serão chamados de sua *identidade social real*. Nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo” (Goffman, 2019, p. 12).

A diferença consiste em que essa forma de caracterização através da estigmatização atributiva pode ser depreciativa ou não, porém, mesmo não sendo depreciativa, não deixa de ser enquadrada em um atributo de estigmatização. “Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (Goffman, 2019, p. 12).

O indivíduo estigmatizado se vê em uma situação, muitas vezes, crítica, em que os argumentos negativos, depreciativos a ele inculcados causam, em seu processo de construção social, dificuldades, acarretando, inclusive entraves de ordem cognitiva. Aos outros problemas, são acrescentados isolamento e não interatividade social. A sociedade coloca o estigmatizado como um membro do grupo mais amplo, o que significa que o considera um indivíduo “normal”, mas ela também aponta que ele em certo ponto é “diferente” e que seria absurdo negar essa diferença. Explicando o uso do termo, Erving Goffman diz que

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. Um estigma, é então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito (Goffman, 2019, p. 13).

Existem, dentro dos estudos sociológicos, dificuldades para a elaboração de um conceito exato para o termo estigma por este apresentar uma complexidade classificatória atributiva para os elementos considerados depreciativos que são atribuídos aos indivíduos ou grupos populacionais desacreditados ou desacreditáveis. Segundo o autor, “O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles?” (Goffman, 2019, p. 14).

Para desenvolver e explicar a ideia de ocultação de dupla perspectiva sobre o termo, o autor apresenta os argumentos de que, “No primeiro caso, está-se lidando com a condição do *desacreditado*, no segundo com a do *desacreditável*. Esta é uma diferença importante, mesmo

que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações” (Goffman, 2019, p. 14). Quantos tipos de estigmas existem? Para Goffman,

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (Goffman, 2019, p. 14).

Em Michel Foucault, percebemos que, a partir do século XVIII, os indivíduos gerais que apresentam os comportamentos sociais e os distúrbios psicológicos também são considerados estigmas sociais. “No decorrer do século eles carregaram sucessivamente o estigma da ‘loucura moral’, da ‘neurose genital’, da ‘aberração do sentido genésico’, da ‘degenerescência’ ou do ‘desequilíbrio psíquico’” (Foucault, 2019a, p. 45).

As sociedades criam e estabelecem seus modelos e suas práticas de estigmatização e estereotipação, causando a generalização categorial de indivíduos ou de grupos sociais. A manipulação do estigma de classe é tão evidente quanto outros estigmas. Na composição textual de *Capitães da Areia*, percebemos que as referências estigmatizadoras aplicadas contra as crianças em situação de rua, individualmente ou como grupo populacional, ocorrem com agravantes, uma vez que tais inferências são geralmente consubstanciadas aos momentos de práticas de extrema violência que são aplicadas pelos dispositivos e mecanismos de exceção.

Dentro desse processo de depreciação através da atribuição de estereótipos e atributos, vê-se que as crianças em situação de rua na narrativa *Capitães da Areia* deixam de ser consideradas indivíduos sociais e passam a ser consideradas criaturas, e a elas são imbuídos atributos depreciativos que causam descréditos, porque elas estão ao mesmo tempo sendo colocadas para fora e para dentro das categorias pré-estabelecidas pela ordem social categorizadora. Porém, a manipulação do estigma de classe social, mesmo sendo muito evidente, não é o única aplicada em relação às crianças em situação de rua.

Em *Capitães da Areia* (2008), percebemos ao longo da narrativa inúmeros adjetivos e substantivos depreciativos que são atribuídos às crianças em situação de rua e que se caracterizam como estigmas sociais. Encontramos diversos atributos e estereótipos que possuem relação direta com o termo estigma. Geralmente, são xingamentos ou expressões que remetem a um comportamento da esfera social ou ao âmbito individual ou coletivo das crianças

em situação de rua; entre eles citamos: assaltantes, ladrões, precoces criminosos, malta de jovens bandidos, malandros, bando de crianças delinquentes, pequenos delinquentes abandonados, convergindo para a percepção sobre a obra apresentada por Aline Santos de Brito Nascimento em “Capitães da Areia e a representação dos pretos, pobres e bandidos na literatura amadiana”:

A obra, enfim, define seus personagens a partir de qualificativos que, do ponto de vista do opressor, denotam a carga negativa com que são tratados: moleques atrevidos, malandros, espertos, famintos, ladrões, agressivos, falsos, soltos de língua; no entanto, a mesma narrativa traz expressões que em torno do campo semântico do positivo, da defesa: carentes de afetos, de instrução e de comida (Nascimento, 2015, p. 157).

Na subdivisão textual “Manhã como um quadro” (Amado, 2008, p. 135), enquanto Pedro Bala e Professor sobem a ladeira para acessarem a cidade alta, falam sobre a habilidade que Professor tem para desenhar. Os meninos falam também do futuro, da escola, das oportunidades, das suas vidas. Professor desenha um homem transeunte e os dois se aproximam e interagem com ele. Depois de um rápido diálogo, um guarda se aproxima e os meninos fogem. O guarda pergunta se os meninos haviam roubado algo e, de imediato, ele responde: “Eram duas crianças... Por sinal uma com maravilhosa inclinação para pintura. – São ladrões – retrucou o guarda. – São dos Capitães da Areia. – Capitães da Areia? – fez o homem se recordando. – Já li algo. Não são crianças abandonadas? – Ladronas isso são...” (Amado, 2008, p. 141).

Enquanto o guarda, representante de uma das instituições que executa o processo biopolítico de aniquilação dos outros, cria uma identidade social virtual, que desacredita as crianças em situação de rua, o homem desenha uma identidade social real para os meninos imputando a eles a condição de crianças abandonadas. A percepção é a de que os meninos são vistos como indivíduos desacreditáveis, mesmo que tenha ocorrido por parte do homem retratado em relação às crianças uma percepção atributiva de valor positivo em relação ao Professor pela sua inclinação para a pintura: “Assim que se perdem os grandes artistas. Que pintor não seria! O guarda o espiava. Depois comentou para os botões da farda: – Bem dizem que esses poetas são doidos” (Amado, 2008, p. 142).

O que presenciamos no trecho supracitado da narrativa amadiana é um processo de caracterização de atributos positivos e depreciativos nas personagens Pedro Bala, Professor e no homem transeunte que interagiu com eles. Ao homem transeunte, foi imputada pelo guarda, as alcunhas, positiva por ser um “poeta” e, negativa, por ser um “poeta doido”. O uso do plural, “poetas”, por extensão, estigmatiza todo um grupo social com a alcunha de “doidos”. Segundo Goffman, “Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade

e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social” (Goffman, 2019, p. 15).

As chances do Professor foram reduzidas quando a conversa que possibilitaria a sua entrada para a escola de arte foi interrompida pela ação do guarda que subentende que todas as crianças em situação de rua com aquelas características, estereótipos, são ladrões e devem ser por ele perseguidas, afastadas das pessoas que não apresentam as mesmas características deles. Isso nos remete ao pensamento de Goffman quando descreve sobre a teoria do estigma: “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar reduzimos suas chances de vida” (Goffman, 2019, p. 15).

Os grupos populacionais reproduzem sobre si os estigmas e estereótipos que os limitam ou elevam aos diferentes patamares em relação à sociedade em que vivem. Em relação ao homem que lhe deu a piteira em troca do desenho, Professor afirmou: “O bicho era magro como um espeto. É capaz de ser tutu. Como não achou coisa melhor com que limpar, fez do cartão do homem um palito e o enfiou na piteira. Quando terminou, jogou o cartão na rua” (Amado, 2008, p. 142). Em seguida, replicando a Pedro Bala, sobre se mesmo e os outros Capitães da Areia, o Professor, sentenciou: “Deixa de ser besta, Bala. Tu bem sabes que do meio da gente só pode sair ladrão. Quem é que quer saber da gente? Quem? Só ladrão, só ladrão... e sua voz se elevava, agora gritava com ódio” (Amado, 2008, p. 142).

A situação de miséria, fome, marginalização, perseguição em que vivem as crianças em situação de rua na ficcionalidade de *Capitães da Areia* faz com que as próprias personagens reproduzam interpretações de que a sua condição social nunca será alterada. Como exemplo, temos supracitada a visão de Professor sobre sua condição social e dos Capitães da Areia. A interpretação dele confere com o que diz Irving Goffman sobre a crença do estigmatizado:

O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma ‘pessoa normal’, um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima (Goffman, 2019, p. 16).

Quando a epidemia de varíola chegou entre os Capitães da Areia, presenciamos outro momento de reprodução de estigmatização entre os próprios meninos do grupo. Nesse caso, a homossexualidade que acontecia furtivamente entre alguns dos meninos em situação de rua, mas que era proibida no trapiche: “Almiro foi o primeiro dos Capitães da Areia que caiu com

alastrim. Uma noite, quando o negrinho Barandão o procurou no seu canto para fazer o amor, aquele amor que Pedro Bala proibira no trapiche” (Amado, 2008, p. 144).

Sem-Pernas, que é estigmatizado por ser cocho, foi incisivo na defesa de que Almiro deveria ser afastado do trapiche para não contaminar os outros meninos com a doença de bexiga. Porém, ia além e atribuía as práticas homossexuais entre Almiro e Barandão como causa da contaminação por varíola: “Depois, Sem-Pernas falou para todos, apontando para Almiro com o dedo: Ninguém aqui vai ficar bexiguento só por causa deste fresco. Por amor de xibungo” (p. 145). E completou: “Dá o fora, bexiguento. Dá o fora fresco” (Amado, 2008, p. 146).

Em *Capitães da Areia*, a estigmatização das crianças em situação de rua pela sociedade soteropolitana tem foco primordial na questão social. O problema da infância em situação de rua na ficção e na realidade brasileira é consubstanciado a preconceitos, a marginalização, a perseguição, a violência e a tortura que são elementos que colaboram para fortalecer o processo de estigmatização das crianças em situação de rua e conseqüentemente aprofundam ainda mais o problema social gerado a princípio pelo abandono familiar seguido de perto pela negligência dos poderes do Estado. Segundo Aline Santos de Brito Nascimento,

Capitães da Areia pode ser analisada como uma obra que representa o pobre, o negro, o bandido, não de forma acusativa, mas demonstrando como a violência descrita no texto literário pode colaborar para a compreensão de uma sociedade que produz futuros infratores quando não os alimenta e acolhe a criança abandonada (Nascimento, 2015, p. 157).

A partir dos tipos sociais criados e apresentados por Jorge Amado e outros recursos textuais que se estruturam na narrativa, chamou-nos a atenção a estigmatização, estereotipação, e marginalização de alguns desses tipos sociais. Compreendemos que tal processo de estigmatização das personagens em *Capitães da Areia* está incorporado ao projeto biopolítico de aniquilação, projeto este que está em curso na estrutura da narrativa ficcional e, portanto, tornando-se uma situação social de verossimilhança com a realidade brasileira. Evidenciamos que as adjetivações estigmatizadoras são imputadas à maioria das personagens do romance.

O processo de estigmatização social ficcional em *Capitães da Areia* está integrado aos dispositivos e mecanismos de exceção alocados no cerne da estrutura do estado de exceção; e estes estão incorporados ao projeto biopolítico de aniquilação em curso na narrativa amadiana e na sociedade brasileira, especificamente na sociedade baiana dos anos 1930. No contexto histórico, percebemos os reflexos da política ditatorial de Getúlio Vargas desde sua chegada ao poder através do golpe na Presidência da República em 1930 e o endurecimento do regime político ditatorial com a instauração do Estado Novo a partir de 1937.

2.3 O conceito de aniquilação em *Capitães da Areia*

O primeiro evento de aniquilação ligado à história da humanidade que se tem registro na tradição religiosa judaico-cristã aconteceu na família de Adão e Eva, como registra a Bíblia Sagrada no livro de Gêneses, capítulo 4, versículos 8 a 11, quando Caim matou seu irmão Abel. A morte de Abel pelas mãos de seu irmão Caim está registrada como o primeiro homicídio. O fato pode ser considerado um aniquilamento, extermínio, uma forma de extinguir o irmão mais novo: “E falou Caim com seu irmão Abel; e sucedeu que, estando eles no campo, se levantou Caim contra o seu irmão Abel e o matou. E agora maldito és tu desde a terra, que abriu a sua boca para receber da tua mão o sangue de teu irmão (Bíblia, 2012, Gn. 4: 8-11, p. 9-10).

O conceito de aniquilação ao qual apresentamos neste ponto está correlacionado ao estado de exceção proposto por Giorgio Agamben e nos desdobramentos teóricos sobre biopolítica de Michel Foucault e necropolítica de Achille Mbembe. Nesse sentido, buscamos explicar para além da derivação do verbo transitivo direto aniquilar e seus diversos sinônimos e significados que lhes são atribuídos; extinguir, destruir, exterminar, liquidar, dizimar, erradicar, reduzir a nada, podendo assumir conotação mais branda como anular, abater, prostrar, humilhar.

Do mesmo modo, aniquilação como derivação do verbo aniquilar é um substantivo feminino singular que pode assumir a conotação de extinção, destruição, extermínio. Em *Estado de exceção*, entendemos que a aniquilação pode se dar através da “instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (Agamben, 2004, p.13).

Dessa maneira, a partir do que propõe Giorgio Agamben, compreendemos que é possível em um estado de exceção a utilização de dispositivos e mecanismos de exceção que coexistam com o estado de direito. Os dispositivos e mecanismos de exceção terão como alvos, por exemplo, a oposição política, grupos populacionais ou categorias inteiras que possam ser consideradas inadequadas ao sistema político vigente. “Se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito” (Agamben, 2004, p.12).

É importante ressaltar que, a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República, deu-se início um momento político conturbado com um governo com fortes características totalitárias que, em 1937, atinge seu ápice com a suspensão do estado de direitos e a instauração de um estado de exceção, Estado Novo, um regime totalitário e

extremamente violento. Desse modo, “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. O estado exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” (Agamben, 2004, p. 12-13).

Categorias populacionais inteiras, como exemplo, o grupo de crianças em situação de rua, os Capitães da Areia, podem ser consideradas inadequadas, estigmatizadas e desqualificadas, tornando-se alvos dos dispositivos e mecanismos de um estado de exceção. Sendo assim, esse grupo categorizado como inimigo pode ser aniquilado, exterminado com a justificativa de manutenção da ordem no sistema político vigente: “Os guardas vêm nos seus calcanhares. Sem-Pernas sabe que eles gostarão de o pegar, que a captura de um dos Capitães da Areia é uma bela façanha para um guarda. Essa será a sua vingança. Não deixará que o peguem, não tocarão a mão no seu corpo” (Amado, 2008, p. 251).

No estado de exceção varguista, o inimigo político é o Partido Comunista Brasileiro. O PCB foi duramente perseguido pela polícia do Estado Novo. Em *Jorge Amado na Era dos Extremos*, Eduardo de Assis Duarte afirma: “A polícia política surge como um Estado dentro do Estado, onde ‘nem todos os ministros juntos têm a força do dedo mindinho do Filinto Müller. Os horrores se sucedem, as prisões se fazem sem mandado, e os que resistem à detenção morrem na hora” (Duarte, 2015, p. 19). “Não há prisão que sirva de corretivo, por isso, não se pense fácil a extinção desses menores a caminho da criminalidade” (Etc., 1930, p. 5). Em *Capitães da Areia*, registramos a seguinte sentença: “O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido” (Amado, 2008, p. 11-12).

Os dois grupos populacionais sofrem as ações violentas da polícia de um estado de exceção. As crianças em situação de rua e os militantes do Partido Comunista Brasileiro estão para a polícia e o estado de exceção listados como inimigos que devem ser aniquilados, extirpados da sociedade e do sistema político vigente. Fica evidente que os Capitães da Areia e os militantes comunistas são grupos alvos dos dispositivos e mecanismos de exceção, nesse caso, a polícia varguista que, se não os pegam vivos, os levam à morte. Em *Necropolítica*, Achille Mbembe afirma: “A morte assume aqui o caráter de transgressão. Com efeito, uma pessoa morta não pode reconhecer o seu assassino, que também está morto. Isso implica que a morte se manifesta aqui como uma aniquilação, insignificância, excesso de escândalo?” (Mbembe, 2018, p. 68).

Nesses casos, tanto na realidade do militante comunista perseguido e morto durante o período do governo ditatorial varguista, quanto na ficcionalidade da vida e morte da

personagem Sem-Pernas em *Capitães da Areia*, a palavra extinção denota uma tentativa de aniquilação dos indivíduos ou dos grupos de crianças em situação de rua ou de todos os membros do Partido Comunista Brasileiro. Através da realidade ou da ficcionalidade, percebe-se que essa aniquilação, vista pela perspectiva do estado de exceção, proposto por Giorgio Agamben, dá-se efetiva, não somente pela morte dos indivíduos, mas também por práticas de exclusão, marginalização e constantes ações de violação de direitos, além de categorização e estigmatização dos diversos grupos populacionais como inimigos públicos a serem aniquilados.

Em Michel Foucault e Achille Mbembe, compreendemos como se processam as práticas biopolítica e necropolíticas para a consolidação do projeto biopolítico de aniquilação de grupos populacionais considerados inadequados pelo sistema político vigente. No texto “Entre Foucault e Mbembe: da biopolítica à necropolítica no século XXI” (2021), Glícia Édeni de Lima Teixeira e Ramiro Ferreira de Freitas afirmam que “Mbembe complementa os estudos de Foucault, visto que considera o conceito de biopolítica insuficiente para ilustrar as práticas pelas quais o poder político executa a aniquilação de indivíduos ou mesmo populações consideradas como inimigas dos interesses do Estado” (Teixeira; Freitas, 2021, p. 84).

Se através dos dispositivos e mecanismos de exceção o Estado executa as práticas de aniquilação, em *Capitães da Areia* essas práticas adquirem não somente um significado, mas vários significados, porque “o emprego desses mecanismos de terror traz como resultado a morte, seja ela uma morte-em-vida do indivíduo ou a efetiva aniquilação ou extermínio daqueles mais rebeldes que ousavam tentar subverter a ordem do sistema” (Bueno, 2020, p. 109). Para Mbembe, no campo da biopolítica, do biopoder, da necropolítica, “o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade” (Mbembe, 2018, p. 68).

Em *Capitães da Areia*, a aniquilação acontece em primeira instância pela prática de abandono familiar que coloca essas crianças em situação de rua, em seguida por um processo de marginalização, categorização, estigmatização seguido de perseguição, prisão e, em alguns casos, evoluindo para a supressão da vida. Sob as crianças em situação de rua no romance *Capitães da Areia*, o Estado, seus dispositivos e mecanismos de exceção exercem cotidianamente “uma política voltada para o controle dos indivíduos, de modo a adequá-los socialmente, evolui naturalmente para uma política estatal cujo objetivo é a aniquilação em larga escala de corpos considerados subversivos ou inúteis para o sistema dominante” (Teixeira; Freitas, 2021, p. 90).

Essa aniquilação dos discriminados, estigmatizados permite uma diminuição dos grupos populacionais categorizados como indesejáveis em uma sociedade. As crianças em situação de rua passam a ser consideradas indignas de viver e, assim, podem ser submetidas aos processos aniquiladores promovidos pelos dispositivos e mecanismos de exceção do Estado para um efetivo controle social. Nesses desdobramentos, compreendemos que “A teoria biopolítica desenvolvida por Foucault oferece fundamentos para um controle estatal de cunho necropolítico, conforme descrito pelo pensador camaronês contemporâneo Achille Mbembe” (Teixeira; Freitas, 2021, p. 90).

O chefe dos Capitães da Areia, Pedro Bala, durante seus 15 anos de vida, sobrevive a múltiplas práticas de aniquilação, marcadas por abandono: “Nunca soube de sua mãe, seu pai morreu de um balço. Ele ficou sozinho e empregou anos em conhecer a cidade” (Amado, 2008, p. 29); estigmatização e marginalização: “O tipo do criminoso nato. Traz todos os estigmas do crime na face. Com esta idade já tem uma cicatriz. Vamos lhe dar honras especiais” (p. 202); perseguição: “Tem alguns minutos de vantagem. O tempo dos bedéis se vestirem e saírem em sua perseguição e soltarem os cachorros também” (p. 215-216); prisão: “Esta campanha tão meritória deu os seus primeiros frutos ontem com a prisão do chefe desta malta e de vários do grupo, inclusive uma menina” (p. 197); e por último a tortura: “Agora davam-lhe de todos os lados. Chibatadas, socos e pontapés” (Amado, 2008, p. 201).

Em “Reminiscências da violência estatal: a reparação psíquica através de uma clínica política” (2017), sobre as práticas de torturas, Natália Centeno Rodrigues, Francisco Quintanilha Véras Neto e Rodrigo Fernandes Teixeira afirmam que “A tortura foi um método de aniquilação individual que gerou uma pedagogia baseada no medo. O ato de torturar nada mais é do que um exercício de poder. Poder que reflete em toda sociedade em forma de medo, silêncio e indiferença em relação ao outro torturado” (Rodrigues; Véras Neto; Teixeira, 2017, p. 135). Em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2014), Michel Foucault afirma: “É verdade que a prática da tortura tem uma origem remota: a Inquisição, certamente, e até para lá dos suplícios dos escravos. Mas não figura no direito clássico como um vestígio ou uma mancha. A tortura é um jogo judiciário estrito” (Foucault, 2014, p. 42-43).

O projeto biopolítico de aniquilação dos outros em curso em *Capitães da Areia* não implica somente no extermínio, mas também em aniquilar os grupos populacionais com uso de estratégias não mortais que decorrem do cerceamento aos direitos básicos como acesso ao sistema de saúde e educação, atingindo a máxima da lógica biopolítica, com a aniquilação de grupos humanos. Observa-se que a ação empregada para efetivação da aniquilação decorre de uma estrutura elaborada pela sociedade que permite a exclusão de grupos populacionais

inteiros. Com a epidemia de varíola, os ricos têm acesso à vacina, mas os pobres não: “Omolu mandou a bexiga negra para a cidade. Mas lá em cima os homens ricos se vacinaram, e Omolu era um deus das florestas da África, não sabia destas coisas de vacina. Os jornais falavam da epidemia de varíola e da necessidade da vacina” (Amado, 2008, p. 143).

É importante saber que a aniquilação de grupos populacionais inteiros fez parte do século XX e isso ocorreu de forma sistematizada em várias partes do mundo ocidental. A Primeira Guerra Mundial, entre 1914-1918, e a Segunda Guerra Mundial, entre 1939-1945, deixaram evidente a aniquilação de milhares de pessoas não somente nos campos de batalhas ou nos campos de concentração de prisioneiros. Em *A era dos extremos*, Eric Hobsbawm afirma que, na Alemanha, “O racismo nazista logo provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas, que se espalharam pelo que restava de um mundo tolerante. A hostilidade nazista à liberdade intelectual quase imediatamente expurgou das universidades alemãs talvez um terço de seus professores” (Hobsbawm, 1995, p. 151).

Embora a morte seja um elemento presente na narrativa de *Capitães da Areia*, a partir da qual citamos a morte dos pais dos irmãos, Dora e Zé Fuinha, do pai de Pedro Bala, da mãe de Volta Seca, e por fim, a morte de Dora e Sem-Pernas, concordamos com os apontamentos de Lorena Silva Oliveira, quando afirma, em sua dissertação de mestrado *Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer* (2018), que “a morte não deve ser entendida apenas como a aniquilação física do indivíduo. A morte política, a expulsão, a rejeição, são algumas das diferentes formas de se expor à morte. São assassinios indiretos que aniquilam” (Oliveira, 2018, p. 52).

O projeto biopolítico de aniquilação dos outros em *Capitães da Areia* é um projeto que aniquila não somente quando faz ou deixa morrer, quando faz ou deixa viver, ele é um projeto necropolítico que exerce a aniquilação também quando abandona, categoriza, marginaliza, hostiliza, persegue, prende e tortura os grupos populacionais considerados indesejáveis ou inadequados pelo sistema político vigente. O conjunto de práticas violentas, excludentes e aniquiladoras presentes em *Capitães da Areia* exerce uma força nefasta sobre as crianças em situação de rua: “Isso não são crianças, são ladrões. Velhacos, ladrões” (Amado, 2008, p. 81).

Em *Capitães da Areia*, não é outra força senão a própria sociedade soteropolitana elitizada quem, por meio dos dispositivos e mecanismos de exceção, empurra, através de práticas violentas e excludentes para as vias da aniquilação os grupos populacionais que julgam inadequados ao convívio social: “Lá em cima, na Cidade Alta, os homens ricos e as mulheres queriam que os Capitães da Areia fossem para as prisões, para o reformatório, que era pior que

as prisões. Lá embaixo, nas docas, João de Adão queria acabar com os ricos, fazer tudo igual, dar escolas aos meninos” (Amado, 2008, p. 113).

Mesmo em um Estado democrático de direito, o projeto biopolítico de aniquilação de grupos populacionais mantém-se em curso. O biopoder e a biopolítica não precisam de estabelecimento de um estado de exceção para fazer acontecer os projetos que são através deles preconizados. A biopolítica governamental age diretamente sobre a efetivação da morte, ela pode deixar de agir para que os grupos populacionais se destruam por si mesmo em guerras civis. O governo não precisa mandar matar, extinguir um grupo populacional para que sejam aniquilados, porém cria condições favoráveis para que os grupos se destruam uns aos outros.

Todas as lógicas de morte, no projeto biopolítico de aniquilação, acontecem através do Estado democrático de direito brasileiro, não simplesmente pelo ato de impedir, eliminar a vida, ele pode e simplesmente acontece na maioria das vezes pelo ato de deixar morrer, de não se estabelecer políticas públicas para conservar a vida dos brasileiros.

É evidente e notório que o projeto necropolítico que provoca aniquilação, extirpação e extermínio de grupos populacionais que são considerados indesejáveis, desqualificados, deteriorados por outros grupos elitistas segue em curso exitoso no país e, para isso, conta com inúmeros dispositivos e mecanismos que, engendrados ao biopoder, à biopolítica, não necessitam que seja estabelecido um estado de exceção para consolidarem os projetos aniquilação que são através deles idealizados e executados. É nesse sentido que reafirmamos que a infância abandonada no Brasil quase sempre fora uma infância totalmente à deriva, que segue um fluxo determinado por leis constituídas e asseguradas pelo próprio estado democrático de direito.

2.4 O Estado em *Capitães da Areia*

O Estado pode ser caracterizado como uma organização social composta por diversas instituições. Ele possui um caráter político que organiza e comanda a vida em sociedade. “O sociólogo Max Weber afirmou, no início do século XX, que o Estado Moderno se definiu a partir de duas características: a existência de um aparato administrativo cuja função seria prestar serviços públicos, e o monopólio legítimo da força” (Silva, K.; Silva, M., 2006, p. 115). O Estado que por hora apresentamos é uma instituição de composição de poderes. No mundo ocidental moderno, ele administra e influencia as instituições que se constituem em âmbito externo ou interno de sua concepção de ser Estado.

Na concepção de ser do Estado, todas as instituições podem ser consideradas mecanismos ou dispositivos que se estabelecem, se correlacionam e exercem forças dentro do Estado. “O Estado era o único que poderia empregar a violência legalmente, passando a ser um instrumento de controle da sociedade” (Silva, K.; Silva, M., 2006, p. 115). “Sabemos que fascínio exerce hoje o amor pelo Estado ou horror do Estado; como se está afixado no nascimento do Estado, em sua história, seus avanços, seu poder e seus abusos etc. Essa supervalorização do problema do Estado tem uma forma imediata, efetiva e trágica” (Foucault, 2019b, p. 429).

A igreja, a família, a escola, o orfanato, a prisão, são exemplos de instituições que se estabeleceram dentro do Estado e, embora também tenham seus mecanismos, dispositivos, instrumentos de correlações de forças, possuem uma relação hiponímia-hiperonímia com ele. Para melhor compreensão, estabelecemos que o Estado tem uma posição hierárquica superior e mais abrangente no conjunto de instituições e correlações de forças que o constitui legalmente. O Estado moderno nasce e se estabelece como estrutura de poder totalmente a serviço da burguesia. Perry Anderson, em *Linhagens do Estado Absolutista*, diz: “Marx, por seu lado, afirmou repetidamente que as estruturas administrativas dos novos Estados absolutistas eram um instrumento tipicamente burguês” (Anderson, 1985, p. 16).

Perry Anderson, ainda observando os escritos do filósofo alemão Karl Marx, afirma: “O poder do Estado centralizado, com seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano da divisão do trabalho sistemática e hierárquica tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta” (Anderson, 1985, p. 16). Esse Estado é a instituição em que estão inseridas e organizadas outras instituições que se mantêm intrinsecamente a ele correlacionadas.

Aqui serão postas algumas conjecturas, mas não é objetivo desta tese dar conta da origem, do princípio ou do fundamento, nem sequer fixar os primórdios de fundação ou fundadores

desta instituição denominada Estado. Para Burckhardt, “São vãs todas as conjecturas teóricas que pudermos fazer com relação à origem e ao princípio do Estado, portanto, não nos preocuparemos com os esclarecimentos desses primórdios como costumam fazer os filósofos da História” (Burckhardt, 1961, p. 35).

O Estado abordado e analisado nesta tese é aquele já constituído, em total funcionamento, já com suas inter-relações com outras diversas instituições que se tornam dispositivos que ele controla, administra ou de que participa efetivamente como elemento de propulsão política, econômica, social, cultural e religiosa. Michel Foucault desconsidera tal importância do Estado porque, em seus estudos, ele afirma que o poder está descentralizado, pulverizado entre os grupos populacionais. “Mas, o Estado de hoje, provavelmente não mais do que no decurso de sua história - não teve esta unidade, esta individualidade, esta funcionalidade rigorosa e direi até esta importância” (Foucault, 2019b, p. 430).

Em Agamben, vemos que “Os poderes constituídos existem somente no Estado: inseparáveis de uma ordem constitucional preestabelecida, eles necessitam de uma moldura estatal da qual manifestam a realidade” (Agamben, 2007, p. 46). O que propõe Perry Anderson concorda com Foucault, no que se trata da pulverização e descentralização, e com Agamben, no quesito centralização do poder. Ocorre um deslocamento de forças, mas esse deslocamento não mutila a totalização e concentração do poder no Estado. “O resultado disso foi o deslocamento da coerção político-legal no sentido ascendente, em direção à cúpula centralizada e militarizada – o Estado absolutista. Diluída no nível da aldeia, ela tornou-se concentrada no nível nacional” (Anderson, 1985, p. 19).

A moldura estatal mencionada por Agamben é adquirida pela correlação de forças entre o Estado e as diversas instituições que, na relação de hiponímia e hiperonímia, são os mecanismos e dispositivos que moldam, estruturam esse Estado. Essa relação horizontal não anula a relação vertical que o Estado exerce sobre as instituições menores. A diluição das forças de poder não enfraquece o Estado, pelo contrário, o fortalece. Para Perry Anderson,

O resultado disso foi um aparelho reforçado de poder real, cuja função política permanente era a repressão das massas camponesas e plebeias na base da hierarquia social. Entretanto, essa nova máquina política foi também, por sua própria natureza, dotada de uma força de coerção capaz de vergar ou disciplinar indivíduos ou grupos dentro da própria nobreza (Anderson, 1985, p. 19-20).

O que entendemos nas afirmações de Foucault e de Agamben? Entendemos que o que se torna importante na modernidade não é o processo de estatização, mas sim, o que o próprio Foucault chama de “governamentalização do Estado”. E, segundo ele, “Desde o século XVIII,

vivemos na era da governamentalidade” (Foucault, 2019b, p. 430). Sobre a governamentalidade e governamentalização, retornaremos mais adiante. Em Burckhardt, vemos que existem, ao longo da história de constituição e da instituição do Estado, elementos que ainda desconhecemos ou desconsideramos e, portanto, não sabemos.

Que informações derivamos, por exemplo, do caráter nacional com relação aos primórdios do Estado? De qualquer maneira, uma informação muito relativa, já que só em parcelas imprecisas ele é ainda constituído pela sua estrutura primordial antiga, ao passo que, no restante, o Estado é constituído pela acumulação do passado como consequência das experiências que teve ou seja: em parte dos destinos sucessivos do próprio Estado e do povo que representa (Burckhardt, 1961, p. 36).

Burckhardt não aponta ou define o que é essa “estrutura primordial antiga”, porém, com base em Foucault e Agamben, no que circunscreve as correlações de forças na estruturação do Estado, podemos acreditar que ele se refere justamente aos mecanismos e dispositivos do primeiro e a “moldura estatal” do segundo. Para Burckhardt, “A violência é sempre o princípio inicial. Não desconhecemos a sua origem, já que sabemos que ela surge por si só, do fato da desigualdade social dos seres humanos entre si” (Burckhardt, 1961, p. 37).

Para Burckhardt, “Em muitos casos, o Estado nada mais representou do que a sistematização da força bruta, da violência” (Burckhardt, 1961, p. 37). De acordo com ele, o Estado surgiu de uma sucessão de crises. O Estado constituído através dos ecos de crises sociais é o mesmo que controla outras diversas instituições que se tornam os mecanismos e dispositivos que controlam as populações. Nesse sentido, Burckhardt defende que a estruturação do Estado acontece através do uso de um elemento que em Foucault e Agamben reconhecemos como o dispositivo da violência.

Notamos ainda um eco das crises terríveis que caracterizaram a criação do Estado naquilo que ele custou originalmente e no privilégio enorme, absoluto, que lhe é atribuído de tempos em tempos. Este fato, que nos parece à primeira vista um axioma, que pode ser apreendido a priori, constitui, no entanto, em parte, uma tradição velada ainda válida para muitos, pois é preciso reconhecer que muitas tradições circulam sem serem discutidas, transmitidas de geração em geração, sem que nada possamos fazer para eliminá-las (Burckhardt, 1961, p. 38).

O Estado criado e estabelecido pelo eco das crises permaneceu e sofreu mutações ao longo dos tempos de sua existência. “Se admitimos que a crise criadora do Estado foi uma conquista, constataremos que o conteúdo primordial do Estado, sua atitude, sua tarefa, até mesmo o trágico destino foram, essencialmente, a escravização dos subjugados” (Burckhardt, 1961, p. 38). Não se atribui a violência praticada pelo Estado apenas a seu corpo armado, ou

seja, os militares. Seja qual for a origem do Estado, seja ele pequeno ou grande, “ele só poderá demonstrar sua capacidade vital através dos atos e práticas violentas, ignorando a validade do direito dos mais fracos” (Burckhardt, 1961, p. 40).

O Estado o desvirtua, corrompe e torna-se a personificação do mau. Seja ele um Estado grande ou um Estado pequeno, ele é o maior detentor do poder dentro de uma sociedade. Esse poder é utilizado para manter o controle sobre os diversos grupos populacionais. O Estado é a instituição mestra que, através das correlações de forças de hiperonímia e hiponímia, exerce controle sobre outras instituições consubstanciadas ao seu poder de ser Estado para que possa manter a dominação e o controle sobre a população. Para Maquiavel, “Os mais importantes alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou ainda misto, são as boas leis e os bons exércitos. E, porque não podem vigor boas leis lá onde não existem bons exércitos, e porque há bons exércitos, convém que vigorem boas leis” (Maquiavel, 2006, p. 57).

Em *Microfísica do poder*, vemos que a população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que, como força do soberano, a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente diante do governo e daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. Para Michel Foucault,

Essa supervalorização do problema do Estado tem uma forma imediata, efetiva e trágica: o lirismo do monstro frio ante os indivíduos; a outra forma é a análise que consiste em reduzir o Estado a um determinado número de funções, como por exemplo ao desenvolvimento das forças produtivas, a reprodução das relações de produção, concepção do Estado que o torna absolutamente essencial como alvo de ataque e como posição privilegiada a ser ocupada (Foucault, 2019b, p. 429-430).

O Estado em sua atuação política alia-se a instituições paralelas para permitir o alcance de seus tentáculos. Na atuação econômica, projeta valores, corrompe grupos e partidos políticos, aparelha-se e utiliza a imprensa, as mídias para propagandear seus projetos dominantes. Na dimensão social, sequestra a escola, a família, a igreja, a imprensa e outras instituições inseridas em sua linha de hipônimos controlados por ele. Dentro da teoria do Estado como instituição de poder, apresentamos, a partir da obra de Jorge Amado, quais são as instituições, os mecanismos, os dispositivos e os instrumentos que estão relativamente imbricados no processo de correlações de forças dentro da narrativa de *Capitães da Areia*. Isso ocorre, segundo Foucault, porque,

Desde o século XVIII, vivemos na era do governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente

astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (Foucault, 2019b, p. 430).

Através da ramificação estabelecida a partir da pulverização das relações de forças, notamos que os dispositivos representam inúmeras formas de poder que interferem na constituição da sociedade como fatores de legitimação da ordem social em função de uma dinâmica de produção e exclusão social como padrão de normalidade. Perseguindo o que foi estruturado por Foucault, analisamos não somente a macroestrutura de poder, o Estado, mas também as microestruturas dispostas nas instituições, nos mecanismos, nos dispositivos e nos instrumentos de toda a macroestrutura. Burckhardt concorda com Foucault, afirmando que

O benfazejo do Estado resume-se no fato de ele constituir o repositório do Direito, o baluarte da justiça. Os indivíduos dispõem de leis e de magistrados, aos quais se outorgou a capacidade impor esse direito por meios compulsórios, protegendo assim tanto os compromissos particulares assumidos entre os indivíduos como as necessidades da coletividade: muito menos por meio da força utilizada realmente do que pelo temor sadio de sua aplicação. Cada um de nós sabe que por meio desta força não poderá aumentar nem suas posses nem seu poder, mas, ao contrário, só acelerará seu próprio fim (Burckhardt, 1961, p. 44).

A instituição Estado, abordada para análise das correlações de forças e poder na narrativa de Jorge Amado, é o Estado que surge a partir da necessidade de controle da violência gerada pelas desigualdades sociais. “Afim de contas, o Estado não é mais do que uma realidade composta e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita” (Foucault, 2019b, p. 430). Para Perry Anderson, “A nova forma de poder da nobreza foi, por sua vez, determinada pela difusão da produção e troca de mercadorias, nas formações sociais de transição do início da época moderna” (Anderson, 1985, p. 18).

O Estado em *Capitães da Areia* é um instrumento burguês composto por diversas instituições que são estruturadas para atender às demandas da elite burguesa. É uma instituição extremamente violenta. A subjugação dos indivíduos é a sua tarefa principal e exerce em potência máxima sua capacidade de transformar a violência por ele praticada para manter o controle sobre as populações. “O Estado deve ainda impedir que as diversas concepções da vida

burguesa entrem em choque. O Estado deve pairar acima dos partidos, naturalmente cada partido procura apoderar-se do Estado e arroga a si o direito de representar a coletividade” (Burckhardt, 1961, p. 44).

A instauração do Estado Novo durante o governo de Getúlio Vargas inaugurou um momento em que a relação entre o Estado e o cidadão brasileiro é frequentemente abalada pela força bruta da polícia e pela violência que fora constituída como um elemento permanente e garantido pela Carta Maior (a *Constituição* de 1937). “O governo ditatorial foi um projeto político conjunto entre Getúlio Vargas, militares e a burocracia civil. Tinha como objetivos: criar um Estado autoritário e estável; acabar com a autonomia política dos estados; e submeter as oligarquias regionais ao poder do Estado” (Cáceres, 1993, p. 280).

Em *Capitães da Areia*, as estruturas interagem, estão em constante contato, mas é na estrutura periférica onde é sentido o peso da atuação do poder do Estado. é nas extremidades estruturais da sociedade que chega e não chega o poder do Estado. Cada instituição, mecanismo e dispositivo tem sua composição, sua base de formação e deve ser analisada, examinadas em suas técnicas e estratégias próprias. É o que percebemos nas cartas fictícias enviadas à Imprensa. Essa estratégia comprova que as instituições, os mecanismos e os dispositivos de poder dialogam entre si (Imprensa, Igreja, Família, Chefe de Polícia, Juiz de Menores, Diretor do Reformatório), mantêm diálogo através da Imprensa, o “Jornal da Tarde”.

Durante análise da literatura, apresentamos as relações sociais entre esses dispositivos. O Estado, através do Chefe de Polícia, Juiz de Menores, e Diretor do Reformatório, faz uso da força de coerção, da violência e da punição na tentativa de dar uma resposta para a elite que o pressiona para manter uma ordem na estrutura de poder do Estado influenciando na ordem Religiosa e na Família.

Tendo lido no vosso conceituado jornal, a carta de Maria Ricardina que apelava para mim como pessoa que podia esclarecer o que é a vida das crianças recolhidas ao reformatório de menores, sou obrigado a sair da obscuridade em que vivo para vir vos dizer que infelizmente Maria Ricardina tem razão. As crianças no aludido reformatório são tratadas como feras, essa é a verdade (Amado, 2008, p. 20).

Percebemos, na estrutura do romance, que as correlações de forças exercidas pelos mecanismos e dispositivos têm o Estado como força de lei e justiça que busca moldar o indivíduo para a manutenção estrutural de poder patriarcal burguês. A Igreja expressa sua correlação de forças através de proibições e da suposição do possível castigo divino impelido aos sujeitos e suas ideias pecaminosas. A Família desestruturada pelas marginalidades sociais não alude às crianças abandonadas que ficam à mercê da leviandade social elitizada e da tirania

de um Estado de exceção que marginaliza grupos populacionais. “Nada existe sem influência de outros fatores, nada existe independentemente de per se” (Burckhardt, 1961, p. 88).

A ideia de biopoder desenvolvida por Foucault em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, no contexto discursivo sobre o direito à vida natural do indivíduo, se insere nos mecanismos e dispositivos de poder para dar forma à biopolítica como mecanismo de controle populacional. E no contexto do biopoder, afirma-se como aceitável a ação prática de reduzir a vida humana a uma simples vida natural que pode ser ceifada a qualquer momento. O biopoder e a biopolítica se configuram como uma relação estratégica do Estado, que dela se apropria para potencializar o poder estatal sobre a população.

Os mecanismos e dispositivos se inserem na dinâmica das relações institucionais estabelecendo normas e condutas próprias para a execução do controle instituído pela regra da hiperonímia existente entre as instituições. A soberania do Estado confere às instituições legitimidade para o controle e a dominação a partir da delegação de soberania de cada mecanismo e dispositivo entrelaçados na rede de relações estratégicas de poder. Ao final do livro *Microfísica do poder*, Michel Foucault apresenta os três modelos de Estado que definiu durante sua investigação sobre as correlações de forças e poder. Para desenvolver a proposta desta tese, apresentamos o terceiro, o modelo de governo moderno, que, para Foucault, é

Um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (Foucault, 2019b, p. 431).

Entendendo como funciona a rede de relações estratégicas, confirmamos que o poder que melhor controla não é o que centraliza, mas sim o que se dispersa em uma rede de instituições, mecanismos, dispositivos, instrumentos, métodos e técnicas que proporcionam o ajustamento dos indivíduos nas estruturas sociais. Os mecanismos e dispositivos consubstanciados em técnicas de vigilância e de controle dependem de uma legitimação para que obtenham êxito e essa legitimação requer a aceitação e sujeição dos grupos populacionais para que eles adotem o comando da ordem estabelecida como comportamento básico.

Para os estudos do contexto narrativo de *Capitães da Areia*, identificamos e definimos como instituições o Estado, a Família, a Escola, a Igreja, o Lazareto, a Imprensa, o Reformatório. Como mecanismos citamos: a polícia, o padre, o guarda, o bispo. Como dispositivos temos: a tortura, a disciplina, a sexualidade, a educação, a religião, a ordem, a

confissão, o sacerdócio. Para Foucault, o dispositivo consiste numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, tais como: o poder em relação a qualquer formação social, a relação entre fenômeno social e o sujeito, e a relação entre discurso e a prática, ideias e ações, atitudes e comportamentos sociais.

Essa estruturação foi realizada a partir de leituras e de entendimento conceitual do que seja uma instituição, um mecanismo e um dispositivo, lembrando que realizamos o estabelecimento de uma relação de hiponímia e hiperonímia entre esses termos. O conceito de dispositivo talvez seja o mais imperativo e o mais complexo de se estabelecer, porém Foucault e Agamben já o rascunharam em estudos anteriores.

Mesmo apresentando complexidade conceitual, temos por noção básica que o dispositivo tem função claramente estratégica. Entretanto, como discussão introdutória, vamos compreender o dispositivo como sendo o instrumento conceitual-metodológico básico e de centralidade nas correlações de forças entre instituições e mecanismos de dispersão e pulverização de poder. E isso fica evidente quando Foucault fala em dispositivos disciplinares, dispositivo carcerário, dispositivos de saber e dispositivo de sexualidade em seus estudos.

Destacamos que a difícil tarefa de apreensão e definição do conceito de dispositivo se deve ao fato de que ele pode ser representado como uma rede que reúne inúmeros elementos heterogêneos em direção e conformidade com estratégias distintas no centro das correlações de poder. Enquanto Agamben está interessado em pensar o dispositivo no contexto do capitalismo contemporâneo que se configura como a extrema fase de acumulação e proliferação de dispositivos, Foucault está interessado em como esses dispositivos interferem agindo nas correlações de força no centro das populações no contexto capitalista.

Na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histórica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada uma correlativa de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens (Foucault, 2019a, p. 114).

O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito (Agamben, 2009, p. 38).

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 2019a, p. 115).

Não é por acaso que Foucault fala constantemente como a sexualidade se constitui como um domínio a se conhecer a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível dentro das populações e não no imperativo domínio do Estado. “Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem as constitutivas de sua organização” (Foucault, 2019a, p. 100).

Para o que propomos estudar, vamos pensar a relação entre Foucault, Agamben e Burckhardt tendo como ponto principal dentro do conceito de dispositivo que, tanto em Foucault, Agamben e Burckhardt, o uso e a racionalidade do dispositivo referem-se ao modo de funcionamento de práticas que se inserem em um conjunto de poder. Em suma, o dispositivo é da ordem de relações de poder e suas respectivas tensões no interior dessas relações dentro da sociedade.

Mesmo após a consolidação da trilogia sobre a história da sexualidade, a falta de uma definição e conceituação para o termo dispositivo persegue Michel Foucault. Em *Microfísica do poder*, é questionado: “Hoje, você fala mais em dispositivos, disciplinas. Estes conceitos substituem os precedentes que você estaria abandonando no momento?”. Em resposta sobre o termo e conceito de dispositivo, ele responde: “A respeito do dispositivo, encontro-me diante de um problema que ainda não resolvi” (Foucault, 2019b, p. 367).

Mesmo que não solucionado por completo o problema, entendemos que o conceito de dispositivo, na perspectiva de Foucault, se aplica às formações sociais, como é o caso do discurso social, amplamente estudado por ele, em que estão implicadas diversas dimensões que devem ser consideradas para a sua compreensão, pois são constitutivas do discurso. Para Foucault, “O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (Foucault, 2019b, p. 367).

E é nesta perspectiva que analisamos as instituições, os mecanismos e dispositivos no contexto social existente na narrativa de Jorge Amado, *Capitães da Areia*. Utilizamos os dispositivos e mecanismos que correlacionam forças na narrativa literária como forma estratégica de preenchimento de um vazio no campo discursivo do processo de equitação nas relações de forças e resistências dos grupos populacionais ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros. Em outras palavras, estruturamos e apresentamos a composição de forças que fazem resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros em *Capitães da Areia*.

2.5 A Imprensa em *Capitães da Areia*

No ano de 2022, a Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil publicou, em razão das comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, *A imprensa no processo de independência do Brasil: Hipólito José da Costa, o Correio Braziliense e as Cortes de Lisboa de 1821*. Os textos organizados por José Theodoro Mascarenhas Menck apresentam as contribuições da imprensa brasileira no processo de Independência do Brasil e a sua trajetória até o início da terceira década do século XXI. “Os jornais já são abordados como fonte histórica pelos historiadores, com bastante frequência, desde os anos 80 do século passado; e há bem mais tempo já são tratados sistematicamente como objetos historiográficos, neste caso por aqueles historiadores que se dedicam a história da Imprensa” (Barros, 2023, p. 7).

A imprensa apresentada neste tópico é aquela que surgiu a partir estrutura da prensa móvel, criada por Gutenberg, no século XV. Designa-se imprensa o coletivo dos meios de comunicação que produzem materiais impressos que objetivam uma comunicação informativa, como exemplo, o *Correio Brasiliense*, jornal impresso que teve sua atuação efetiva no Brasil, a partir do século XIX. “Já o advento da imprensa diária, no século XVIII, fez da leitura dos jornais um novo ritual, sobretudo para as camadas urbanas mais cultas. Seu impacto na vida política é indiscutível, alterando as formas do discurso, a relação entre representantes e representados e as vias de acesso a carreira política” (Miguel; Biroli, 2010, p. 7).

O ambiente social que se configurou a partir do surgimento dos jornais impressos influenciou direta ou indiretamente o cotidiano das pessoas, mudando a forma como percebiam o mundo. No prefácio de *A imprensa no processo de independência do Brasil*, Helena Chagas diz: “A imprensa é inseparável da vida política. É quando sentimos, observamos, expressamos e, pela linguagem, colocamos em contexto aquilo que nos envolve, que somos capazes de dar um sentido histórico à nossa vida e entrelaçar passado e presente” (Chagas, 2022, p. 13).

A imprensa é, ao mesmo tempo, uma instituição, um mecanismo e um dispositivo de correlações de forças que, por meio de diversas estratégias, direciona sua mensagem para o interlocutor, fazendo com que um grande contingente de pessoas aviste o mundo por seu ponto de vista. Assim, configura-se como uma poderosa ferramenta formuladora e criadora de opiniões, saberes, normas, valores sociais. “Há algo, porém, que mudou pouco: as relações de poder. Nesses dois séculos, ao longo de governos democráticos, autoritários, absolutistas ou populares, a relação entre o poder e a imprensa passou por momentos de convergência e de confronto” (Chagas, 2022, p. 14).

Entendemos que a imprensa, na sua constituição formal, tem por objetivo realizar uma comunicação informativa para a sociedade. No entanto, comunicação e poder são dois conceitos que caminham juntos. A partir dessa constatação, podemos pensar e analisar sobre o poder da imprensa como dispositivo de comunicação no âmbito da sociedade e como esta imprensa atua na construção de formas de ser e agir dos indivíduos, bem como a sua influência nas interações relacionais entre os diversos grupos populacionais. “É pela narrativa, pela sua verbalização, que somos capazes de olhar para nós mesmos e para nosso entorno, perceber nossas angústias, sublimar nossos traumas” (Chagas, 2022, p. 13).

Uma questão a ser pensada é: a imprensa pode ser um instrumento de manipulação a serviço de interesses de empresas particulares ou governamentais para que, através dela, seja possível reordenar as percepções dos diferentes grupos que compõem uma sociedade? “Historicamente, o poder tenta, de várias formas, conter essa instituição indócil. Uma dessas formas é simplesmente proibi-la, censurá-la, levar aos ferros o jornalista e o tipógrafo” (Chagas, 2022, p. 15).

A imprensa brasileira se desenvolveu com objetivo de promover a divulgação dos fatos, sejam eles de natureza social, econômica, cultural, religiosa ou política. “O contato rotineiro com os meios de comunicação ampliou nossa vivência e deu novos sentidos às interações e experiências que constituem as identidades dos indivíduos e codificam seus comportamentos” (Miguel; Biroli, 2010, p. 7). Mesmo diante de todas as formas possíveis de cerceamento político e econômico, a imprensa no Brasil sobreviveu e registrou à sua maneira os principais acontecimentos históricos do país e a sua própria história:

A história da imprensa no Brasil é povoada por confrontos, perseguições e também por uma outra modalidade de repressão por parte do Estado, a censura. D. João VI instituiu a censura no Brasil em março de 1821, pouco antes de retornar a Portugal. Praticada no primeiro reinado, a censura foi reduzida, a partir de 1827, a um controle que perduraria, com altos e baixos, até o fim da República Velha. Seu recrudescimento se daria no governo de Getúlio Vargas, já na década de 1930, em que a mão de ferro do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não deixava qualquer forma de expressão escapar ao seu controle: jornais e revistas, programas de rádio, filmes, teatro, até manifestações cívicas e festas populares. Após o fim do primeiro período Vargas, voltaria a limitar-se a coibir avanços nos costumes (Chagas, 2022, p. 16).

A imprensa atuante no Brasil, os mecanismos e dispositivos que estão sob seu controle, podem ser considerados uma fonte de poder atuante nas correlações de poder? Em seu artigo *As três faces do Quarto Poder* (2010), Afonso Albuquerque afirma: “No Brasil, como em outros países, tornou-se um clichê descrever o papel político que caberia à imprensa desempenhar nos

termos de um Quarto Poder” (Albuquerque, 2010, p. 92). O autor apresenta três definições para o Quarto Poder que se articulam com diferentes concepções acerca do tipo de relação que caberia à imprensa manter com o governo (*Fourth Estate*, *Fourth Branch* e Poder Moderador).

Paulo Henrique Amorim produziu e publicou dois importantes títulos sobre a temática da imprensa. O primeiro é intitulado *O Quarto Poder: uma outra história* (2015); e o segundo, *Manual inútil da televisão e outros bichos curiosos* (2016). No processo de escrita, Amorim remonta sua jornada e experiências à frente das bancadas e nos bastidores dos principais órgãos da imprensa brasileira. Com seu conhecimento político e domínio das estratégias midiáticas, o autor rememora os principais acontecimentos das décadas finais do século XX e os anos iniciais do XXI. “Todas as noites, o Jornal Nacional dava ordem, prioridade e nexos às variadas e aparentemente autônomas manobras dos corsários para derrubar a Dilma. Não havia entre eles, necessariamente, senso de rumo ou alvo na conspiração cotidiana” (Amorim, 2016, p. 10-11).

Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento*, dialogam sobre a indústria cultural apresentando como o poder de manipulação da imprensa pode atuar como uma espécie de controle social que contribui para o processo de massificação da sociedade. Em prateleiras midiáticas, ofertam de tudo, desde algumas verdades até as piores mentiras. A verossimilhança marca seus produtos e define o modo de ser, de pensar e agir. “A imprensa não passou de uma invenção grosseira” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 17).

A televisão, o cinema, o rádio, os jornais, as revistas, os anúncios em grandes tábuas horizontais são utilizados na atualidade como mecanismos e dispositivos interacionais objetivando a total massificação do indivíduo. “Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-los, se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 100).

O próprio Jorge Amado desenvolveu uma relação profícua com a imprensa, o escritor exerceu ofício em diversos jornais do país. Joselia Aguiar, autora de *Jorge Amado: uma biografia*, registrou a relação de Jorge Amado com a imprensa e as ruas das cidades baianas. Essa relação fica evidente através do conhecimento que o autor apresenta em sua escrita. Com uma idade menor do que tinha algumas das personagens do romance *Capitães da Areia*, Jorge Amado já ganhava as ruas das principais cidades baianas: “Aos doze anos, Jorge se engajou na sua ação mais radical até ali. Na volta das férias de 1926, fugiu rumo a Itaporanga, cidade vizinha a Estância, onde vivia o avô paterno. Esse autoexílio de infância teria durado entre um e três meses” (Aguiar, 2018, p. 24).

O espírito aventureiro, desbravador, investigador perseguia o jovem Jorge Amado que, tão logo pôde, se enveredou pelas ruas e pelas redações de jornais das cidades baianas. A mudança de regime escolar agilizou o início do processo: “Devia ter quinze anos quando conquistou o regime externo. Em quartos alugados, passou a percorrer endereços diversos da Cidade da Bahia, sempre nas imediações do centro antigo. O lugar fixo eram as redações de jornal, onde começaria a enxergar a escrita com mais afinco” (Aguiar, 2018, p. 25-26).

Jorge Amado participou ativamente da comunicação oficial de diversos grêmios estudantis: “Até ali, a vocação se impunha nos reveses da política estudantil. Nas redações de jornal também começou a ganhar as ruas que tanto desejava, a de uma cidade que escolheu para ser sua” (Aguiar, 2018, p. 26). Não demorou muito para o início da atuação profissional de Jorge Amado como repórter em jornais da Bahia: “Como repórter iniciante nas páginas policiais do *Diário da Bahia*, Jorge assumiu como função correr delegacias, hospitais e necrotérios” (Aguiar, 2018, p. 27).

Jorge Amado ansiava, através da sua militância política, reinventar o país. O Brasil de Jorge Amado é um Brasil multifacetado, composto majoritariamente por uma mestiçagem populacional e um sincretismo religioso abundante. Por isso, os anseios de Jorge Amado como integrante na produção da imprensa jornalística já estavam muito além das pequenas notas impressas nas páginas policiais: “Os dias como repórter de polícia não durariam. Mal começou, atreveu-se a incursionar pelo debate político. Quando chegava aos dezesseis anos entrou para *O imparcial*” (Aguiar, 2018, p. 27-28).

A imprensa em *Capitães da Areia* é a mesma imprensa para qual escrevia Jorge Amado? Em *Capitães da Areia* é perceptível que as publicações de notícias sobre as crianças em situação de rua são ações políticas que demonstram uma representação de ideias de indivíduos ou grupos sociais sobre aquelas crianças. O que está delineado no romance do escritor pode ser considerado uma realidade verossímil quando analisamos os jornais que circulavam na época. O jornal baiano *ETC* publicou, em 26 de maio de 1930: “Infelizmente, muito se há de fazer, para se evitarem os menores abandonados, entregues ao leu da sorte muita vez em caminho da delinquência” (Etc., 1930, p. 5).

Em nome da sociedade das cidades baianas, a imprensa, com suas publicações de páginas inteiras, pressiona para fazer com que os órgãos governamentais responsáveis se posicionem quanto à questão das crianças em situação de rua nos centros urbanos: “E a lamentação de todos é a mesma – pois se o governo os abandona... quando é mister entender que as maiores realizações num dado país nasceram da vontade dos particulares, com auxílio do governo e, por vezes, sem isto” (Etc., 1930, p. 5).

A instauração do Estado Novo, além de mudanças conjecturais no exercício da forma política de governo, acentua também uma maior participação da imprensa nos debates dos principais acontecimentos e nos diversos aspectos político-sociais do país. Em *História cultural da imprensa: Brasil: 1900-2000* (2007), Marialva Barbosa registra: “O período inaugurado em novembro de 1930 e que passa à história como Estado Novo é marcado por ambiguidades também no campo jornalístico” (Barbosa, 2007, p. 103). Porém, segundo a autora; “não se pode considerar de forma unânime que toda a grande imprensa sofre negativamente com a política do período ditatorial de Vargas” (Barbosa, 2007, p. 103).

A imprensa, tanto em *Capitães da Areia*, quanto a oficial na realidade histórica dos anos 1930, que exerce a função de interlocutora entre as elites das cidades baianas e as autoridades, exigindo do Estado, através de suas instituições, uma solução para os problemas de criminalidade e de todas as formas de violências praticadas pelas crianças em situação de rua. “Com o grande número dessas crianças que se educam às sarjetas das ruas e dão-se à prática do crime, avulta o trabalho da Polícia. Não há prisão que sirva de corretivo por isso não se pense fácil a extinção desses menores a caminho da criminalidade” (Etc., 1930, p. 5).

O imparcial, jornal para ao qual Jorge Amado escrevia, também publicou matérias sobre as crianças em situação de rua nas cidades do Estado da Bahia. Na edição 01209 de 09 de janeiro de 1935, sucursal do Estado da Bahia, a reportagem informa: “Entre os grandes problemas gerais da vida de um Estado, está, certamente, num dos primeiros planos, o problema da infância abandonada” (O Imparcial, 1935, p. 4). Na primeira sentença frasal, é informado o problema social e, em seguida, é realizada uma convocação aos homens do governo para que façam alguma coisa em relação ao problema citado: “Nos lugares onde há um pouco de interesse relativamente à vida pública, chama ele a atenção dos homens do governo, impelindo-os a fazerem alguma coisa, em seu benefício” (O Imparcial, 1935, p. 4).

Analisando os textos ficcionais que apresentam os Capitães da Areia para os leitores e as publicações dos jornais daquela época, é perceptível a correlação entre o contexto real e o ficcional descrito pelo autor. As situações de abandonos descritas em *Capitães da Areia* são as mesmas publicadas pela imprensa brasileira dos anos de 1930. Jorge Amado conhecia as duas realidades e a partir delas valorizou a voz das crianças em situação de rua. Em um paratexto ao final do romance *Capitães da Areia*, Zélia Gattai Amado afirma: “Para escrever Capitães da areia, Jorge Amado foi dormir no trapiche com os meninos. Isso ajuda a explicar a riqueza dos detalhes, o olhar de dentro e a empatia que estão presentes na história” (Amado, 2008, p. 271).

A imprensa em *Capitães da Areia* cumpre sua função de informar a sociedade baiana sobre as crianças em situação de rua e, ao mesmo tempo, é ela também que estigmatiza,

marginaliza e tipifica o grupo de crianças como criminosos: “Já por várias vezes o nosso jornal, que é sem dúvidas o órgão das mais legítimas aspirações da população baiana, tem trazido notícias sobre a atividade criminosa dos Capitães da Areia, nome pelo qual é conhecido o grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a nossa urbe” (Amado, 2008, p. 11).

Com objetivo de informar sobre as crianças em situação de rua, compreendemos que a imprensa ficcional converge para a imprensa real. Na edição n. 08904 de 18 de novembro de 1936, a reportagem informa: “A assistência devida pelo Estado a infância constitui ainda, infelizmente um dos mais sérios problemas a resolver entre nós. E assistência sob todos os aspectos: médico-sanitário, educativo e judiciário” (A Noite, 1936, p. 1). E, com o mesmo tom da imprensa ficcional, estigmatiza os grupos de crianças em situação de rua como criminosos: “A assistência escolar também é deficiente, mas, de todas as deficiências de que somos culpados para com as crianças, a mais clamorosa é a falta de assistência à infância abandonada, vagabunda e delinquente, que enche as ruas de nossas urbes” (A Noite, 1936, p. 1).

A imprensa presente em *Capitães da Areia* denuncia e exige que providências sejam tomadas pelas autoridades governamentais: “O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reforma de crianças ou as prisões” (Amado, 2008, p. 11-12). Dessa forma, a imprensa ficcional em *Capitães da Areia* converge para a ideia da imprensa real representada pelo jornal ETC, sendo ainda mais incisiva na ideia de extinção das crianças em situação de rua nas cidades baianas: “Não há prisão que sirva de corretivo por isso não se pense fácil a extinção desses menores a caminho da criminalidade” (Etc., 1930, p. 5).

Em relação às cobranças feitas pela sociedade aos juzizados de menores, também encontramos uma similitude interessante nas respostas dos juzizados aos respectivos jornais. Em *Capitães da Areia*, o Juiz responde sobre a retirada das crianças das ruas: “Não cabe ao juizado de menores capturar os pequenos delinquentes. Cabe velar pelo seu destino posterior. Ainda nestes últimos que decorreram mandei para o reformatório de menores vários menores delinquentes ou abandonados” (Amado, 2008, p. 16). Em nota do jornal *A Noite*, edição n. 08891 de 03 de novembro de 1936, o juiz de menores, Saboia Lima, solicita retificação em informação do jornal sobre sua atuação à frente do Juizado de Menores.

Sr. redator d' A Noite. Saudações. A bem da verdade solicito retificação na parte da reportagem ontem publicada sobre menores abandonados, quando declara que encontrei menores esquecidos nos asilos e que organizei um fichário para controlar a vida de todos os jurisdicionados. Este fichário já existia e não existem menores esquecidos (A Noite, 1936, p. 12).

No jornal *A Noite*, em edição n. 08963 de 25 de janeiro de 1937, foi publicada uma matéria informando que o capitão e chefe de polícia, Filinto Muller, colocou em prática as medidas sugeridas pelo juiz de menores, Saboia Lima, demonstrando colaboração entre as forças constituídas para uma melhor forma de repressão aos grupos de crianças em situação de rua.

A imprensa, refletindo a opinião pública clama contra o espetáculo doloroso que apresentam as ruas da nossa capital. Assistimos ao espetáculo de menores pelas ruas jogando a bola e as cartas, tomando as traseiras dos ônibus, enchendo as feiras, as portas dos cinemas e cafés. Trata-se de um mal generalizado que exige correção, o que só poderá ser efetivado com a colaboração leal e efetiva da Polícia e do Juizado de Menores. O chefe de Polícia, atendendo a que o serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância, organizado pela Polícia Civil, além de apresentar resultados apreciáveis e de grande utilidade à população, se encontra intimamente ligado à questão de proteção de menores, e, ainda, em atenção ao que sugere o juiz Saboia Lima (*A Noite*, 1937, p. 2).

Ao final da carta enviada ao fictício “Jornal da tarde”, em *Capitães da Areia*, o Juiz de Menores, após rebater as afirmações do chefe de polícia de que o mesmo não tinha ordem daquele juizado para agir contra a delinquência infantil e se esquivar de algumas responsabilidades a ele atribuídas e atribuí-las a outros órgãos e diretamente ao próprio chefe de polícia, também assume um posicionamento de colaboração com o chefe de polícia para agir contra os menores delinquentes: “O que quero deixar claro e cristalino, sr. diretor, é que o dr. chefe de polícia pode contar com a melhor ajuda deste juizado de menores para intensificar a campanha contra os menores delinquentes” (Amado, 2008, p. 17).

É também pela imprensa oficial que podemos perceber como foi a recepção e a crítica especializada ao romance *Capitães da Areia* de Jorge Amado. No ano de 1937, quando foi publicado, o jornal *A Noite*, na edição n. 09206, publicada em 27 de setembro de 1937, traz uma crítica sobre o livro que mais tarde será queimado em praça pública e noticiado pela mesma imprensa que o divulgou em 1937.

Jorge Amado dá em ‘Capitães da Areia’ o último romance de uma série que realizou com o propósito de fixar tipos, costumes e ambientes sociais baianos. Este romance é uma opulenta afirmação da vitalidade mental do jovem escritor, evidentemente uma das figuras mais representativas da nova geração de romancistas brasileiros. Denominou-se capitães da areia a um grupo de crianças vagabundas, cujas proezas chegaram a exigir a atenção da imprensa e das autoridades (*A Noite*, 1937, p. 2).

Por serem considerados propagandistas do credo vermelho, os livros de Jorge Amado são queimados em praça pública. Sobre a queima de livros publicados por Jorge Amado, Marcos

A. da Silva, no texto “Claro-escuro de Estado Novo e depois (sobre os Subterrâneos da liberdade)”, escreveu: “A destruição em praça pública de exemplares de *Capitães da Areia* e outros livros de Amado demonstrou, dolorosamente, que o objetivo crítico do autor foi atingido. E o livro *Capitães da Areia* trouxe jovens marginalizados e combativos, na direção revolucionária” (Silva, 2015a, p. 80).

A experiência e o conhecimento que Jorge Amado adquiriu desde sua juventude transitando pelas ruas das cidades da Bahia e pelas diversas redações de jornais possibilitou que ele pudesse construir como escritor uma representação da imprensa em *Capitães da Areia* que se aproximasse da imprensa oficial daquela época. Chegando ao Rio de Janeiro em 1930, foi para a casa de seu primo, Gilberto Amado: “Estava lá de visita o diretor de *O Paiz*, onde o primo assinava coluna regular. Jorge saiu com uma vaga garantida no jornal, e um salário de 500 mil-réis por mês. Poucos dias depois, compareceu à redação de *A Crítica*, onde arranjou outro emprego, a 350 mil-réis mensais” (Aguiar, 2018, p. 40).

É importante ressaltar que a relação de Jorge Amado com o jornalismo e a imprensa brasileira seguiu até os últimos anos de sua vida. Esta relação, duradoura e profícua entre Jorge Amado e a imprensa, possibilitou a publicação de suas crônicas sobre a Segunda Guerra Mundial no periódico baiano *O Imparcial*, entre 1942 e 1945. As crônicas foram organizadas por Benedito Veiga em um volume intitulado *Jorge Amado na hora da guerra* (2012). “*O Imparcial* era um periódico de propriedade do coronel Franklin Lins de Albuquerque, político e mandatário do sertão do São Francisco, pai de Wilson Lins; este último escritor e grande amigo de Amado. O jornal circulava de terça-feira a domingo” (Veiga, 2012, p. 13).

A imprensa ficcional apresentada em *Capitães da Areia* pode ser considerada um deslocamento do conhecimento sistemático adquirido por Jorge Amado enquanto jornalista atuante dentro das redações da imprensa oficial. O contato rotineiro com as diversas informações que chegavam das ruas das cidades brasileiras e que eram publicadas nos jornais possibilitou com que o autor pudesse criar e personalizar uma imprensa fictícia que conseguisse abarcar todo o arcabouço pluralizado de *Capitães da Areia*. Jorge Amado não só fora dormir no trapiche, ele também circulou pelas ruas em que circulavam as crianças em situação de rua, ele escreveu e leu suas narrativas para os *Capitães da Areia*.

Evidenciamos que a atuação da imprensa oficial e ficcional impactou diretamente na vida das crianças em situação de rua. A imprensa, como conjunto dos dispositivos coletivos de comunicação para as massas, é indiscutivelmente responsável por promover compreensões sobre as condições sociais dos grupos populacionais de uma sociedade e, nesta condição, pode produzir discursos que reforçam estereótipos e estigmatizam grupos populacionais

historicamente violentados, hostilizados e marginalizados. Em *História cultural da imprensa: Brasil: 1900-2000* (2007), Marialva Barbosa registra: “A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalisão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo do Rio de Janeiro, que funciona nas cercanias do poder” (Barbosa, 2007, p. 103).

O princípio da imprensa não é ser partidária, no entanto, através de análises, é possível percebermos que parte da imprensa assumiu, em diversos momentos da história brasileira, posicionamentos com fortes características político-ideológicas. Segundo Roberto Mendes Pereira e Uara Luísa G. Almeida, “Os jornais não são políticos, mas podem se tornar veículo da política. Ou seja, na medida em que os jornais assumem suas ideologias e aspectos políticos tornam-se também instituições políticas, passando a ser um meio propagador de ideias do cotidiano político” (Pereira; Almeida, 2016, p. 93).

O ambiente social é fortemente influenciado pelas informações que os meios de comunicação de massa fazem chegar até ele e tanto a imprensa ficcional quanto a imprensa oficial se utilizaram do termo extinção como modo operante para dar uma solução ao incômodo causado pelas crianças em situação de rua: “Não se pense fácil a extinção desses menores a caminho da criminalidade” (Etc., 1930, p. 5). “O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do juizado de menores no sentido da extinção desse bando” (Amado, 2008, p. 11). Assim, os Capitães da Areia da ficção de Jorge Amado e todas as crianças brasileiras em situação de rua na realidade deste país resistem e sobrevivem ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros que ainda hoje está em curso na sociedade brasileira.

2.6 Os Capitães da Areia reproduzindo o projeto biopolítico de aniquilação dos outros

Tratar da temática sobre a violência é uma articulação que leva os pesquisadores para um campo de atuação que exige compreensão de diversos pontos que se convergem e divergem abruptamente em diferentes sentidos. No campo dos estudos literários, essa compreensão exige uma percepção ainda mais aguçada por parte do pesquisador. Aline Santos de Brito Nascimento nos alerta: “Alguns críticos até consideram o uso da temática da violência e a representação da marginalidade como estratégia perigosa, por correr o risco de repetir um certo modismo, ou por perder a tênue fronteira que separa o real e o ficcional” (Nascimento, 2015, p. 143).

Em *História dos crimes e da violência no Brasil* (2017), Mary Del Priore afirma: “A violência está sendo considerada como força exercida por uma pessoa, um grupo, um Estado com o intuito de forçar alguém/algo para conseguir alguma coisa. A violência contra minorias acontece desde a época em que éramos uma colônia de Portugal” (Del Priore, 2017, p. 8).

Em *Literatura, violência e melancolia* (2013), Jaime Ginzburg afirma: “Alguns textos literários podem nos permitir observar as possíveis motivações que levam personagens a matar, ou de modo mais geral, a realizar atos agressivos. Permitem discutir essas motivações, ponderar se são duvidosas, vagas, determinadas mais ou menos calculadas” (Ginzburg, 2013, p. 7).

Em *No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje* (2008), analisando as questões sobre a ficção literária e a violência na literatura contemporânea, Tânia Pellegrini afirma que “É inegável que a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundante a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, interfere também na experiência criativa e nas expressões simbólicas” (Pellegrini, 2008, p. 42).

Quando observamos a obra *Capitães da Areia*, compreendemos que a violência é um elemento constitutivo dentro da narrativa e que ela se constitui com marcas intrínsecas de violência porque a cultura social daquela época também se consolida por práticas violentas. Isso se confirma na realidade quando lembramos que o momento histórico da ficção é um reflexo do real, uma vez que o tempo histórico real é de um regime político autoritário e ditatorial, o Estado Novo. Isso converge novamente para Tânia Pellegrini quando aponta que, “Nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia” (Pellegrini, 2008, p. 42).

Outro ponto de convergência é o fato de *Capitães da Areia* ser um romance que tem seu desenvolvimento centrado na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia considerada um

grande centro urbano que acumula características que propiciam uma ampliação das práticas de violências. “O desenvolvimento da literatura urbana, por sua vez, segue um caminho paralelo, dando outro matiz à representação da violência. Desde os primórdios do romance brasileiro, a cidade surge como o ‘polo modernizador’, centro de valores, hábitos e costumes da civilização europeia” (Pellegrini, 2008, p. 43). A partir dos pressupostos, concordamos com a afirmação de Tânia Pellegrini de que “Não há como negar que a violência assume o papel de protagonista destacada na ficção brasileira urbana” (Pellegrini, 2008, p. 44).

Não há um espaço social ou geográfico em que os Capitães da Areia não sejam submetidos às práticas de violências. As ruas, os bares, os prostíbulos, as delegacias, os orfanatos, os lazaretos, os reformatórios, as igrejas, em todos esses lugares citados na narrativa, encontramos práticas violentas contra as crianças em situação de rua. Na delegacia, Sem-pernas é insistentemente agredido pelo delegado e policiais. No reformatório, Pedro Bala é torturado por dias seguidos. No orfanato, Dora teve toda sua vitalidade de criança absorvida. No sertão, Volta Seca viu sua mãe ser expulsa de suas terras. Na igreja, o bispo e o cônego estigmatizam os Capitães da Areia. Nas ruas, incansavelmente se esquivam dos guardas.

A violência praticada pelo grupo de crianças em situação de rua, Capitães da Areia, é o reflexo distorcido da violência sofrida por eles; e é essa violência que é aplicada por representantes das instituições que deveriam protegê-los. Segundo Aline Santos de Brito Nascimento, “A violência é atribuída também às autoridades, que, presume-se deveriam zelar pelos menores abandonados. Enfatiza-se também que a violência gera violência” (Nascimento, 2015, p. 146). As instituições mantidas pelo Estado são espaços de reprodução de violência: “O orfanato também é outro ambiente considerado insalubre para o desenvolvimento da criança, segundo o enredo da obra. Não tão violento quanto o reformatório, mas considerado uma espécie de prisão” (Nascimento, 2015, p. 147).

Os Capitães da Areia reproduzem o projeto biopolítico de aniquilação dos outros? Considerando o fato de que Pedro Bala, chefe dos Capitães da Areia, e outros meninos do grupo de crianças em situação de rua praticam atos de homofobia, inclusive condenando a “pederastia” entre eles e expulsando os homossexuais do grupo, compreendemos que, na narrativa, *Capitães da Areia* existem práticas preconceituosas e violentas que apontam como verdadeira a sentença de que os Capitães da Areia reproduzem o projeto biopolítico de aniquilação dos outros: “Pedro Bala, no meio do sono que estava, pensou, a princípio, que se tratasse de um caso de pederastia. E ficou atento para expulsar o passivo do grupo, pois uma das leis do grupo era que não admitiriam pederastas passivos” (Amado, 2008, p. 47).

Além da condenação da homossexualidade passiva dentro do grupo, outro ato de violência praticado por meninos do grupo Capitães da Areia eram os estupros, por exemplo, derrubando as meninas que atravessam o areal e forçando-as a práticas sexuais não consensuais. Na primeira parte do romance, no subtítulo “Docas”, presenciamos a narrativa de um estupro: a menina voltava da casa de sua avó e foi violentada sexualmente pelo chefe dos Capitães da Areia no momento em que desviava seu caminho pelo areal. “Pedro Bala acariciava seus seios e ela, no fundo de seu terror, começava a sentir um fio de desejo, como um fio de água que corre entre montanhas e vai engrossando aos poucos até se transformar em caudaloso rio. E isso com que crescesse o seu terror” (Amado, 2008, p. 91).

O primeiro fato citado como ato de violência praticado pelos Capitães da Areia, a homofobia e as reações violentas contra a “pederastia” dentro grupo, pode ser explicado por um fator externo ao próprio grupo de meninos em situação de rua. Compreendemos ser este fator externo mais uma forma de violência praticada pela sociedade contra os meninos, fazendo com que eles reproduzam a homofobia como uma forma de violência. É perceptível a condenação das relações de homoafetividade dentro daquela sociedade preconizada por valores de heteroafetividade na qual os Capitães da Areia estão inseridos. A exemplo, temos a relação das crianças em situação de rua com o padre José Pedro, membro de uma instituição, a Igreja Católica, que condena veementemente a homossexualidade.

O próprio chefe dos Capitães da Areia, Pedro Bala, foi induzido a combater a pederastia dentro do grupo após considerações do padre José Pedro. Mas, com muitas dificuldades, o padre foi superando a resistência dos meninos que com o passar do tempo o tinham como amigo: “Mas esperava que Deus o inspirasse um dia e até lá ia acompanhando meninos, conseguindo por vezes evitar atos de malvadeza das crianças. Fora mesmo ele um dos que mais concorreram para exterminar a pederastia no grupo” (Amado, 2008, p. 112). A princípio os argumentos do religioso não surtiram grandes efeitos sobre Pedro Bala e os outros meninos mais velhos do grupo: “Enquanto ele lhes disse que era necessário acabar com aquilo porque era pecado, uma coisa imoral e feia, os meninos riram nas suas costas e continuaram a dormir com os mais novos e bonitos” (Amado, 2008, p. 112).

No entanto, o religioso aprendeu com seus primeiros fracassos e mudou a sua forma de abordagem com os meninos do grupo: “E isto foi uma das suas grandes experiências no sentido de como agir para tratar com os Capitães da Areia” (Amado, 2008, p. 112). Em uma outra investida, mais bem elaborada e apoiada por um amigo estimado entre os Capitães da Areia e, mesmo causando exclusões entre os que já eram excluídos, o padre José Pedro obteve o resultado almejado contra o terrível pecado da pederastia: “Mas no dia em que o padre, desta

vez ajudado pelo Querido-de-Deus, afirmou que aquilo era coisa indigna num homem, fazia um homem igual a uma mulher, pior que uma mulher, Pedro Bala tomou medidas violentas, expulsou os passivos do grupo” (Amado, 2008, p. 112).

Os valores religiosos preconizados pelo padre José Pedro não afetavam diretamente Pedro Bala e os outros meninos do grupo, porém os valores patriarcais ligados aos preconceitos machistas disseminados pela sociedade patriarcal o fizeram agir e tomar uma atitude contra a pederastia e os seus próprios colegas pederastas do grupo: “Por assim dizer, Pedro Bala arrancou a pederastia entre os Capitães da Areia como um médico arranca um apêndice doente do corpo de um homem. O difícil para o padre José Pedro era conciliar as coisas. Mas ia tentando e por vezes sorna satisfeito dos resultados” (Amado, 2008, p. 112).

Podemos perceber que os Capitães da Areia não se tornam apenas homofóbicos, eles se tornam uma força de exclusão dos excluídos. Entretanto, isso não é seguido totalmente à risca e presenciamos momentos conflituosos envolvendo as tomadas de decisões entre os líderes e outros meninos do grupo. É o caso de Almiro e Barandão, que tiveram o duplo azar de serem descobertos por serem homossexuais e por Almiro ter contraído a varíola: “Almiro foi o primeiro dos Capitães da Areia que caiu com o alastrim. Uma noite, quando o negrinho Barandão o procurou no seu canto para fazer o amor (aquele amor que Pedro Bala proibira no trapiche), Almiro lhe disse: Tou com uma coceira danada” (Amado, 2008, p. 144).

As manifestações se misturaram. E, entre a descoberta da homossexualidade e a varíola, as duas causavam medos e assombros diferentes nos meninos. Sem-Pernas era o mais exaltado e logo deu seu veredito pela expulsão de Barandão e Almiro por serem pederastas e de Almiro por estar infectado pela varíola: “Antes de tudo, Sem-Pernas falou com sua voz fanhosa para Barandão: Agora tu vai ter bexiga na piroca, negro burro. Barandão o olhou assustado. Depois, Sem-Pernas falou para todos, apontando Almiro com o dedo: Ninguém aqui vai ficar bexiguento só por causa deste fresco” (Amado, 2008, p. 145). Almiro resiste aos ataques de Sem-Perna e invoca a sua condição de ser um membro do grupo: “Tu não pode fazer isso. Eu sou um do grupo. Espera Bala chegar” (Amado, 2008, p. 146). Volta Seca conteve Sem-Pernas sob a mira de sua arma. No entanto, quando Pedro Bala, João Grande e Professor chegam ao trapiche, a situação se resolve e o desfecho não se deu pela expulsão dos meninos, sejam eles pederastas ou bexiguentos.

Em outro episódio de violência entre os Capitães da Areia que demarca preconceito e machismo foi a chegada da menina Dora e seu irmão Zé Fuinha ao grupo. Após a morte de seus pais, foram despejados da casa em que viviam no morro e encontraram Professor e João Grande. Então Dora e Zé Fuinha foram convidados a irem para o trapiche. Quando chegam, a presença

de Dora, uma menina da mesma idade das meninas que eram derrubadas no areal, causa um alvoroço entre os meninos que a viam como um objeto de satisfação sexual que deveria ser possuído por eles. Com a intervenção de Professor e João Grande, eles aguardam a chegada de Pedro Bala que decide sobre a permanência temporária dela no grupo.

Neste caso, prevaleceu mais uma vez a condição social e, claro, o carisma de Dora para que ela e o irmão fossem acolhidos e respeitados dentro do grupo. Existia um código de leis entre os meninos do grupo, não muito bem organizado, mas existiam regras que delimitavam as ações entre eles: “O Sem-Pernas pensou que ele ia esconder qualquer coisa que furtara e não queria mostrar aos companheiros. E aquilo era um crime contra as leis do bando” (Amado, 2008, p. 46). Também não era permitido roubar coisas um dos outros: “Amanhã tu vai embora... Não quero mais tu com a gente. Vai ficar com a gente do Ezequiel, que vive roubando uns dos outros” (Amado, 2008, p. 48).

Em relação ao estupro, pensaremos que esse ato abominável é consequência de uma vida violenta e violentada em que vivem as crianças em situação de rua. A construção da narrativa em torno do episódio de estupro praticado por Pedro Bala, chefe dos Capitães da Areia, obedece a uma concepção romanesca de satisfação da euforia heroica e melodramática do naturalismo. Segundo Eduardo de Assis Duarte, “Mesmo quando ataca a mocinha indefesa no areal, o personagem se mostra ‘sensível’ à resistência da menina. O texto compatibiliza o ímpeto naturalista da satisfação carnal com a faceta virtuosa, necessária ao herói romanesco” (Duarte, 1996, p. 115).

O ato de violência sexual foi consumado, “mas sobrevém um fluido sentimento humanista de ‘justiça entre iguais’, comum nas representações amadianas da marginalidade. Diante do soluço ‘cheio de ódio e desprezo’ de sua vítima, Pedro Bala se arrepende, não sente mais ‘desejo nem raiva, só tristeza no seu coração’” (Duarte, 1996, p. 115). Após o ato de violência, o arrependido Pedro Bala volta a sentir toda a angústia e melancolia que o assola por toda a vida.

Ele a leva até as proximidades de seu destino final: “Ela soluçou mais alto, ele foi chutando areia. Agora se sentia mais fraco que ela, a mão da negrinha pesava na sua como se fosse chumbo. Largou a mão, ela se afastou dele. Pedro não protestou. Queria não a ter encontrado” (Amado, 2008, p. 94).

Se “Os estudos da violência, às vezes, deixam de lado o problema da empatia” (Ginzburg, 2013, p. 12), em *Capitães da Areia*, o sofrimento da vítima afetou profundamente o agressor: “Ela chorava e aquele choro foi angustiando Pedro Bala, foi fazendo com que voltasse sua inquietação do começo da noite, a visão de seu pai morrendo na luta, a visão de Omolu anunciando vingança” (Amado, 2008, p. 94).

O sentimento de arrependimento gera em Pedro Bala um estado de melancolia que o faz refletir sobre o ato violento que acabara de praticar contra a menina, porque “O melancólico confronta-se com os limites da existência constantemente, pois associa sua perda à incerteza quanto à possibilidade de qualquer coisa possa de fato fazer sentido. A aproximação entre violência e melancolia leva a reflexões importantes” (Ginzburg, 2013, p. 12).

O sentimento de culpa aumenta quando, ao se afastar do alcance dos braços de Pedro Bala, a menina o amaldiçoa para sempre, e com todas as suas forças “rogou praga com uma voz que o encheu de medo: Peste, fome e guerra te acompanha, desgraçado. Deus te castiga desgraçado. Filho de uma mãe, desgraçado, desgraçado – sua voz solitária atravessava a rua, abalava Pedro Bala” (Amado, 2008, p. 94).

Podemos perceber que o episódio de violência sexual também pode ser considerado um marcador de transformação e mudança de concepção por parte de Pedro Bala. Isso fica evidente quando ele, como chefe dos Capitães da Areia, impede o estupro coletivo da menina Dora: “Na dialética entre corrupção e virtude, o herói busca redimir suas culpas e o texto equilibra a agressão do areal com o gesto de líder protegendo Dora do estupro coletivo no trapiche” (Duarte, 1996, p. 116).

Porém, o processo de redenção ainda não está completo. Pedro Bala passa pelo inferno do reformatório para receber todas as pragas que contra ele foram lançadas pela menina violentada no areal. “Ao final, dá-se a redenção pela tomada de consciência, mas não sem antes passar o herói pelo sacrifício da prisão e da tortura” (Duarte, 1996, p. 116). “A sede o maltrata. Assim deve ser o inferno. Pirulito tem razão de ter medo do inferno. É por demais terrível. Sofrer sede e escuridão. Cospe cuspe grosso. A sede aperta sua garganta” (Amado, 2008, p. 206).

O sofrimento no pequeno espaço da cafua, como espaço figurado do inferno em vida, faz com que Pedro Bala refletisse sobre sua condição humana: “A imagem da prisão como espaço infernal contém a chave para compreender a passagem de Pedro Bala da rebeldia delinquente para a disposição revolucionária” (Duarte, 1996, p. 116).

Ele pensa em Dora presa no orfanato, nos companheiros do grupo, em seu pai que fora morto pela polícia durante um movimento de greve, pensa na negrinha que havia derrubado no areal: “Preso na cafua, o protagonista se dá conta da relação metonímica entre o inferno e o reformatório e aquele maior, vivido nas ruas pelos capitães da areia, pois que ambos se caracterizam pelo sofrimento e ausência de liberdade” (Duarte, 1996, p. 117). A morte de Dora é o ápice do processo de redenção de Pedro Bala. Renascido, Pedro Bala irmana-se aos revolucionários comunistas e marca uma nova trajetória para ele e para os Capitães da Areia.

3 A RESISTÊNCIA AO PROJETO BIOPOLÍTICO DE ANIQUILAÇÃO DOS OUTROS EM *CAPITÃES DA AREIA*

Para apresentar e explicar o que é e como ocorrem os processos de resistência, Michel Foucault parte da seguinte proposição: “lá onde há poder há resistência, e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 2019a, p. 104). Estamos no cerne do poder, não há nada que esteja ou se mantenha necessariamente fora de um campo de atuação do poder. Estamos inevitavelmente submetidos e correlacionados ao poder. A resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros em *Capitães da Areia* existe porque nessa obra há uma correlação de forças e uma fonte expressiva de poder, o Estado.

De qual poder estamos falando? A partir da narrativa amadiana em *Capitães da Areia*, estamos nos referindo ao tipo de poder que é exercido por uma pessoa ou instituição sobre outras pessoas e outras instituições, aquele poder que também pode ser e é exercido por um grupo populacional sobre outros grupos populacionais. É aquele tipo de poder que se concretiza sobre o poder exercido sobre o outro. Segundo Byung-Chul Han, “O poder é o poder de um ser humano sobre outro ser humano” (Han, 2019, p. 37).

As correlações de forças e de poder mantêm a sociedade e seus diversos grupos populacionais engendrados em instituições, mecanismos e dispositivos de poder que seguem exercendo forças sobre todas e quaisquer ações que individualmente ou coletivamente sejam empreendidas pelos grupos sociais. As correlações de poder existem em função da resistência e vice-versa. “Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão” (Foucault, 2019a, p. 104).

Toda essa rede de correlações de poder se estrutura e se estabelece em função da resistência que a ela tenta arrefecer através da própria multiplicidade de poder. Significa que as correlações de poder estão em convergência com as correlações de resistências que, ao cabo de tudo, também são correlações de poder. Os pontos de resistência se manifestam em cada ponto de correlação de poder. “Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário” (Foucault, 2019a, p. 104).

As correlações de poder e as correlações de resistências coexistem e mutuamente engendram, estruturam as instituições, os mecanismos, os dispositivos, o próprio Estado. Para Michel Foucault, não existe apenas uma resistência:

Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição, à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota (Foucault, 2019a, p. 104).

A coexistência entre as correlações de poder e as múltiplas resistências demonstra que as resistências não se limitam em polos positivo e negativo, como situação e oposição; ao contrário, elas se complementam. A resistência não surge apenas para ser anulada e o poder não se estrutura para derrotar as resistências e assim se manter em um infinito ciclo de vitórias e derrotas. “As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível” (Foucault, 2019a, p. 104). Assim como ocorre a estruturação das correlações de poder, a estruturação das resistências se faz necessária. E é como são estruturadas e organizadas essas resistências que se obtém resultados positivos ou negativos. Para Foucault, as resistências

Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder (Foucault, 2019a, p. 104-105).

E é nesse campo de correlações de forças entre o poder e a resistência que analisamos as instituições, os mecanismos e dispositivos que o Estado como instituição hiperonímica utiliza para estabelecer, exercer e manter em curso o projeto biopolítico de aniquilação dos outros na correlação de poder existente em *Capitães da Areia*. Como decifrar os mecanismos e dispositivos do poder do Estado a partir de uma estratégia que faz coexistirem as correlações de forças entre o poder e a resistência? Para responder a nosso questionamento, utilizamos como base uma indagação de Foucault: “Quais são as relações de poder mais imediatas, mais locais, que estão em jogo? Como tornam possíveis essas espécies de discursos e, inversamente, como esses discursos lhes servem de suporte?” (Foucault, 2019a, p. 106).

Em *Capitães da Areia*, existe uma rede de poder montada em torno do Estado para executar determinadas ações que servem aos desejos da elite soteropolitana de aniquilar, extirpar o grupo de crianças em situação de rua conhecidos como Capitães da Areia. Segundo o discurso elitista, os meninos são um estigma social e, portanto, um estorvo, um estereótipo que deve ser extirpado da sociedade baiana. Como explicar o desenvolvimento dessa correlação de forças entre poder de aniquilação e resistência? Através do próprio discurso elitista de aniquilação e a premissa de que as correlações de forças de poder não existem sem uma correlação de forças de resistências, estruturamos as formas de resistências exercidas pelos Capitães da Areia para sobreviverem ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros, imposto pelo Estado em favor dos grupos elitistas.

Sabemos que a resistência exercida pelos Capitães da Areia não tem força para provocar um levante de grupos oprimidos pela elite e ocasionar uma grande ruptura no processo posto em curso com o projeto biopolítico de aniquilação dos outros, mas eles seguem inflamando certos pontos do corpo social, causando pequenas fissuras e impulsionando certos tipos de comportamentos sociais. Nesse sentido, avalia Aline Santos de Brito Nascimento (2017, p. 112): “são menores abandonados que, depois de adultos, conseguem assumir um papel fundamental, de liderança, na luta contra injustiças sociais em seu meio”. Então, questiona Foucault: “De que maneira o jogo dessas relações de poder vem a ser modificado por seu próprio exercício — reforço de certos termos, enfraquecimento de outros, efeitos de resistência, contra investimentos, de tal modo que não houve um tipo de sujeição estável dado uma vez por todas?” (Foucault, 2019a, p. 106).

O jogo de correlações se modifica em *Capitães da Areia* quando estruturamos a resistência exercida pelos grupos marginalizados. É importante ressaltar que as forças de resistência não residem apenas nos meninos do velho trapiche abandonado, estão pulverizadas, como pulverizados estão os mecanismos e dispositivos estatais. Os pontos de resistências em *Capitães da Areia* estão dispersos, diluídos na sociedade e entre os diversos grupos populacionais; eles são móveis, transitórios e se deslocam rompendo-se e se reagrupando quando necessário. Eles percorrem toda a cidade e todo o corpo social de um ponto a outro. Os Capitães da Areia “Gostavam de andar ao léu nas ruas da cidade, entrando nos jardins para fumar um cigarro sentado num banco, entrando nas igrejas para espiar a beleza do ouro velho, flanando pelas ruas calçadas de grandes pedras negras” (Amado, 2008, p. 72).

A resistência em *Capitães da Areia* está no velho trapiche abandonado, nas docas, nos braços dos estivadores, nos saveiros que vão e voltam do mar, nos terreiros, nas vozes que cantam cantigas para Omolu, nas praças, nas igrejas que badalam os sinos, no coração dos

Capitães da Areia, no amor de Pedro Bala e Dora, na inocência de Zé Fuinha, no ódio de Sem-Pernas, na força de João Grande, na sabedoria do Professor e no sexo dos amantes Gato e Dalva.

É preciso compreender que existe um jogo complexo e instável em que as correlações de forças, de poder e de resistência podem ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, sendo ao mesmo tempo ponto de partida de uma estratégia para o poder ou para a resistência. A resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros que está presente em *Capitães da Areia* é confirmada quando os grupos populacionais que sofrem as tentativas de aniquilação pelo poder que é exercido sobre eles resistem contra esse poder, por exemplo, quando Pedro Bala resgata Ogum de uma delegacia, quando os meninos esfarrapados sobrevivem à epidemia de varíola e, por fim, quando os Capitães da Areia se juntam ao movimento de greve dos trabalhadores que não cedem a outra força de poder que sobre eles é exercida.

3.1 O conceito de resistência em *Capitães da Areia*

A busca por uma definição da palavra resistência nos encaminhou para leituras diversas as quais nos permitiram definir que resistência é uma ação, ato ou efeito de resistir, resistência é não ceder, não sucumbir; é uma qualidade do que é resistente; pode ser também uma força com que um corpo reage contra a ação de outro; incluindo, resistência pode ser uma capacidade de uma pessoa de resistir a esforços físicos ou a contrariedades; tendência para suportar dificuldades, como doenças, fome, grandes esforços e, por último, pode ser uma recusa de submissão, uma oposição a algo ou alguém. Para Michel Foucault, “Essa resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (Foucault, 2019b, p. 360).

Propor o conceito e a definição da palavra resistência para esta tese é primordial para que possamos ter um real entendimento de tal termo. Alfredo Bosi foi o autor que desenvolveu em seu livro, intitulado *Literatura e resistência* (2002), a teoria de que a resistência é um conceito originariamente ético, e não estético, pois para ele o ato de resistir é não ceder a outra força. “Resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia” (Bosi, 2002, p. 118). É importante ressaltar que, entre as propostas apresentadas pelo autor, a que nos interessa neste estudo é a de aproximar nossa discussão a conceitos e elementos que são próprios da ética e da política e não da arte.

Com base no conceito de Alfredo Bosi, podemos confirmar que, em *Capitães da Areia*, teríamos a resistência estética da literatura escrita por Jorge Amado e a interna praticada pelos meninos do grupo, tendo em conta que a resistência é um movimento interno ao foco narrativo e que a escrita resistente não resgata apenas o que foi dito uma só vez no passado distante, resgata também o que foi calado. “A resistência de que se queixa a todo momento o paranoico é a consequência da falta de resistência e do vazio que produz em seu torno aquele que se coloca fora de foco. Ele não pode parar. A ideia que não encontra nenhum apoio firme na realidade insiste e torna-se fixa” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 157).

De acordo com Alfredo Bosi, existe uma literatura e uma teoria de resistência e reação ao poder e ao controle exercido pelo Estado sobre os grupos populacionais. Existe também uma divergência entre o poder do Estado e o das populações por ele subjugadas. Isso é o que podemos chamar de resistência. Em *Capitães da Areia*, há uma necessidade histórica e literária de que se organize uma proposta de resistência ao processo de aniquilação dos outros. Essa resistência existe na narrativa literária de Jorge Amado e pretendemos apresentá-la.

Ultrapassando a estrutura narrativa de Jorge Amado no que se trata da resistência, o que nos interessa é a maneira pela qual, décadas depois, esse projeto biopolítico de aniquilação dos outros prossegue de forma instituída e por isso muito mais perigosa, devido a um alinhamento entre as elites sociais, o Estado e instituições do poder que reproduzem o modelo de uma história de dominação de séculos anteriores através da biopolítica que nos dias atuais tem suas bases institucionalizadas e previstas por diversos códigos de leis do Estado.

Os poderes políticos, o Estado e as municipalidades, aos quais essas instituições foram legadas como herança do absolutismo, haviam preservado para elas uma parte daquela independência das relações de dominação vigentes no mercado, que os príncipes e senhores feudais haviam assegurado até o século dezenove (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 109).

Em um momento de estado de exceção, há, por força de lei, a supressão do estado de direito e os indivíduos perdem, por um tempo determinado, sua liberdade de ir e vir. Por vezes esses momentos excedem os limites legais ou ultrapassam seu espaço de atuação suprimindo mais do que lhe permite o estado de exceção. Para Agamben, “O problema do estado de exceção apresenta analogias evidentes com o do direito de resistência. Discutiu-se muito, em especial nas assembleias constituintes, sobre a oportunidade de se inserir o direito de resistência no texto da constituição” (Agamben, 2004, p. 23).

É evidente que nenhum princípio teórico geral governa por completo e totalmente o conjunto das relações de forças em seu todo, e há de ser igualmente evidente que o processo de resistência baseado na oposição política e civil não tem resultados imediatos contra o poder maioritariamente exercido pelo Estado. Porém, como a *Constituição* permite, o estado de exceção, para Agamben, também deveria prever o direito de resistência. “Assim, no projeto da atual Constituição italiana, introduzira-se um artigo que estabelecia: Quando os poderes públicos violam as liberdades fundamentais e os direitos garantidos pela Constituição, a resistência à opressão é um direito e um dever do cidadão” (Agamben, 2004, p. 23).

No caso brasileiro, a *Constituição* de 1937, que foi outorgada por Getúlio Vargas, não considerava como um direito do povo a destituição do governo caso este desagradasse a população governada. Apesar de uma inegável afinidade entre o regime ditatorial instaurado em 1937 e os regimes fascistas europeus, algumas características daqueles regimes não aparecem no Estado Novo getulista. “O presidente foi definido como a autoridade suprema do Estado. A Carta outorgada de 1937 deveria ter sido submetida a um plebiscito como determinava o seu texto, mas naturalmente o ditador fez por esquecer esse compromisso” (Koshiba; Pereira, 1993, p. 312). O governo ditatorial varguista perseguiu seus opositores

intensamente. Segundo Florival Cárcere, “Milhares de opositores, civis e militares, encheram os cárceres da ditadura o Brasil entrava no Estado Novo, com a censura, prisões, as torturas, e o terror policial” (Cáceres, 1993, p. 279).

Considerar as preocupações estatais com a dominação das populações constitutivamente significativas para o Estado moderno é avaliar essa dominação do ponto de vista oferecido tanto pela resistência ao próprio Estado quanto pela lógica do Estado. Isso significa que é importante lembrar que as resistências são constantemente anuladas pelas correlações de forças do Estado. Em *Estado e forma política* (2013), as teorias de Alysso Leandro Mascaro afirmam que

O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação. Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomados, é, ao mesmo tempo, elemento necessário de sua constituição e da reprodução de suas relações sociais. O Estado é, na verdade, um momento de condensação de relações sociais específicas, a partir das próprias formas dessa sociabilidade (Mascaro, 2013, p. 19).

Basta que um grupo populacional saia às ruas para reivindicar direitos e deveres para que o Estado lance contra ele todo o seu poder de polícia que é assegurado pela *Constituição*. Existe um direito de resistência previsto na *Constituição Brasileira*? A resistência popular não se constitui como um direito garantido na e pela *Constituição Brasileira* porque o Estado se constitui pela forma política e a forma jurídica. “As formas política e jurídica não são dois monumentos que agem separadamente. Elas se implicam. Na especificidade de cada qual, constituem, ao mesmo tempo termos conjuntos. O poder do Estado é o poder que as normas jurídicas lhe conferem” (Mascaro, 2013, p. 39).

A questão é que a leitura e a interpretação em contraponto devem considerar ambos os processos, o do Estado impondo a dominação e o controle e o da resistência a ele, o que pode ser feito estendendo para uma perspectiva de descentralização e pulverização nas correlações de forças de maneira a incluir o que antes era forçosamente excluído e anulado pelo Estado:

Em todo caso, é certo que, se a resistência se tornasse um direito ou terminantemente um dever cujo não cumprimento pudesse ser punido, não só a constituição acabaria por se colocar como um valor absolutamente intangível e totalizante, mas também as escolhas políticas dos cidadãos acabariam sendo juridicamente normalizadas (Agamben, 2004, p. 24).

A princípio, pode parecer que o sentido e a atuação da resistência fiquem como algo vago, impróprio e estranho, mas, quando enxergamos a repressão do Estado quando as populações se mobilizam em uma resistência política explícita, compreendemos não só os sentimentos dos

grupos populacionais como também a necessidade de resistir daqueles grupos. Durante a análise da narrativa de *Capitães da Areia*, percebemos como a resistência praticada pelas crianças em situação de rua contribuiu de maneira significativa para que enxergássemos tais sentimentos, atitudes e referências e assim tornou-se um elemento fundamental na própria concepção cultural do que seja resistência ao poder do Estado constituído.

A repressão exercida pelo Estado sobre a resistência é clara quando ampliamos o conceito de repressão e de resistência. Acreditamos que se possa também questionar a partir da ampliação as formas de repressão e de resistência, nesse sentido entramos para o campo do que defendemos sobre a violência como forma de exercício de poder e repressão e a própria resistência aplicada da mesma forma. “Se, outrora, os burgueses introjetavam a coação em si mesmos e nos trabalhadores como um dever de consciência, agora o homem inteiro tornou-se o sujeito-objeto da repressão” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 168).

A repressão é uma ação de violência. Existe repressão que não seja um ato de violência? A resistência pode se comportar da mesma forma que se comporta o poder na sua ação repressiva? “A repressão das possibilidades pela resistência imediata da natureza ambiente prolongou-se interiormente, com o atrofiamento dos órgãos pelo medo” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 210). Como podemos estabelecer uma resistência a um biopoder, a uma biopolítica? Em *Corpos indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica*, Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira diz que

A resistência expressa-se como luta em nome da vida, de outra forma de vida, alheia aos desígnios do capital. Como recriar a vida previamente traçada? A luta é contra qualquer forma de subjugação, de submissão da subjetividade a qualquer tipo de poder. A luta pelo poder não faz mais nenhum sentido. Como compor linhas de forças que se consubstanciem em um antipoder? A aposta é na resistência como possibilidade, como modo de vida, como alargamento da esfera do ser, como processo de libertação baseado na livre expressão de diferenças (Oliveira, 2007, p. 16).

A aposta é na resistência como modo de vida. Deve-se abandonar a luta pela conquista do poder? Por quê? A luta deve fugir da esfera política? Para Oliveira, a luta deve fugir da esfera política e “inscrever-se na cultural, na medida em que visa outras conquistas e cria novas potências de vida. O espaço da política tem como elemento fundamental o poder. Na política o poder ganha papel crucial” (Oliveira, 2007, p. 16). Transfere-se a luta e a resistência do campo político para o campo cultural. Como Oliveira justifica isso?

A política tem por norte a noção de finalidade que, embora variável, enfatiza o fim em detrimento do meio, do processo. A resistência atual, ao não mais lutar pelo poder e não se guiar pela noção de finalidade, enfatizando o

processo como elemento fundamental, inscreve-se na esfera mais ampla da cultura. Explicitando: a tese aqui defendida é que a resistência na atualidade, em tempos de capitalismo global, consubstancia-se como ação cultural e não como ação política, na medida em que a ênfase não é mais no fim a ser alcançado e sim no processo como agente transformador. Ação cultural é a aposta. O poder sobre a vida transmuta-se em potência de vida: potência do instante vital (Oliveira, 2007, p. 16).

A questão é que a resistência que se propõe como forma de luta contra o biopoder e a biopolítica mesmo transmutando entre campos de atuação não alcança efetividade real se não se intensifica, uma vez que o poder instituído também transmuta para reprimir os grupos de resistência em qualquer campo de atuação. A repressão também segue o fluxo e transmutando-se, apropriando-se de novos elementos cria novas habilidades para manter-se atuante frente ao processo de resistência. Para Adorno e Horkheimer,

A humanidade, cujas habilidades e conhecimentos se diferenciam com a divisão do trabalho, é ao mesmo tempo forçada a regredir a estágios antropológicamente mais primitivos, pois a persistência da dominação determina, com a facilitação técnica da existência, a fixação do instinto através de uma repressão mais forte (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 40-41).

O papel desenvolvido pela repressão aplicada por parte do poder instituído foi de amplificar a resistência ao poder e à própria repressão por ele exercida. Michel Foucault considerou o pensamento sobre ideologia e repressão um obstáculo a ser superado. Em relação à repressão, afirma que “A noção de repressão por sua vez é mais perversa; em todo caso, tive mais dificuldade em me livrar dela na medida em que parece se adaptar bem a uma série de fenômenos que dizem respeito aos efeitos do poder” (Foucault, 2019b, p. 44).

Mas, para Foucault, o exercício do poder não nasce e se mantém apenas pela noção e prática repressiva: “Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não” (Foucault, 2019b, p. 44).

O que determina Foucault é que os efeitos, o estabelecimento e a manutenção de poder não se definem apenas pela repressão, porque existe uma concepção jurídica deste mesmo poder que é identificado como uma lei que diz não, ao mesmo tempo também existe uma aceitação deste poder porque ele é traduzido, imposto em forma de lei. Para Michel Foucault,

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer,

forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2019b, p. 44-45).

Estabelecendo e fixando ideias e pensamentos, existe um conceito de resistência, existe não uma, mas múltiplas formas de resistências, e essas se estabelecem através de diversos campos de atuação social que podem ser ou não interligados: política, arte, literatura, cultura, economia, religião etc. A concepção apresentada por Alfredo Bosi coloca a literatura como um forte elemento de resistência; essa está no campo maior, o da cultura, o que aproxima da defesa de Oliveira. Por que a cultura é o melhor campo de atuação de resistência?

A cultura parece-me o modo de entrada possível para dar conta da fluidez do objeto, de sua multiplicidade. A partir da perspectiva cultural a apreensão da contemporaneidade pode ser ampliada. O espaço da política tem como referencial o poder. A cultura, por não ter um porto único onde ancorar, está em toda parte, é, ela também, nesses tempos globais, fluída, móvel, mutante, não mais um objeto duro, mas composta de diferenças, contrastes, comparações, tendências, impermanências. Constitui-se em objeto heurístico contingente ao qual se pode recorrer para falar da diversidade e dos cambiantes, e inventar novos modos de convivência e apossamento da vida na atual realidade do mundo. Cabe pontuar que cultura é entendida aqui como o feixe de relações que permite a conversa entre partes distintas, aproximando-as (Oliveira, 2007, p. 18).

Entendemos que, quando Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira afirma que a cultura é o campo de atuação para onde devem ser concentradas as forças de resistência, ela não abandona o discurso da política, mas tão somente nega a atuação para a conquista de um espaço de luta através do campo político, ou seja, a manifestação total da cultura contra o poder, surte mais efeito que a ocupação de um espaço político dentro do poder. Sobre a resistência e as formas de luta contra o projeto de aniquilação dos outros, com as palavras de Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira, voltamos a nos perguntar:

O que é lutar pela vida hoje quando vivemos sob a égide de um biopoder que se exerce em todos os recantos da existência? Como se consubstancia a resistência em tempos globalizados quando o controle sobre os sujeitos é exercido de forma capilar, englobando a vida em todos os aspectos? O capital penetrou profundamente a vida humana, inscrevendo-se nos corpos, nas subjetividades, nos afetos, nos desejos. A resistência expressa-se, assim, como luta em nome da vida, de uma outra forma de vida, alheia aos desígnios do capital (Oliveira, 2007, p. 21).

Para sabermos como, onde e quando lutar, resistir, temos que saber o que é e como age o poder. Em *Microfísica do poder*, no subtítulo “os intelectuais no poder”, Michel Foucault

conversa com Gilles Deleuze sobre as relações entre teorias e práticas no processo de estabelecimento do poder e sobre a situação atual do poder e as formas de repressão. Foucault afirma que ainda desconhecemos o que é o poder. “Essa dificuldade - nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas - não virá de que ainda ignoramos o que é o poder? Afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração, mas talvez ainda não se saiba o que é o poder” (Foucault, 2019b, p. 137).

Se não sabemos o que é o poder, como estabelecemos uma resistência? Para Foucault, “A teoria do Estado, a análise tradicional dos aparelhos de Estado sem dúvida não esgota o campo de exercício e de funcionamento do poder. Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce?” (Foucault, 2019b, p. 138). A defesa nesta tese apresenta a resistência no campo da literatura que se enquadra em um macrocampo da esfera da arte e cultura. “Como responder a esse complexo jogo de forças que caracteriza o poder nas sociedades contemporâneas é o desafio que se coloca àqueles que a ele compõem. A luta atual é contra qualquer forma de subjugação, de submissão da subjetividade a qualquer tipo de poder” (Oliveira, 2007, p. 22). Para Oliveira,

As correlações de força que consubstanciam o poder engendram saberes. Para Foucault todos os saberes têm sua gênese em relações de poder, o que significa que não há saber neutro. Aponta, da mesma forma, que onde há poder há resistência, não como elemento que lhe é exterior, mas como sua parte intrínseca. A resistência é inerente ao poder. Assim como o poder não é uno, a resistência advém de uma multiplicidade de focos. [...]. As resistências nessa perspectiva, são plurais, únicas e não constituem como o negativo das relações de poder, fadadas à derrota. Assim como as relações de poder formam um tecido espesso que atravessa os aparelhos e instituições sociais sem se fixar exatamente em nenhum ponto específico, os pontos de resistência estão pulverizados pela sociedade. Há grandes rupturas, mas existem, sobretudo, pontos de resistência transitórios e móveis que causam deslocamentos e reagrupamentos na sociedade e nos sujeitos. Assim como o poder investiu sobre a vida, foi ela que se tornou o objeto da luta política (Oliveira, 2007, p. 24-25).

Existem correlações entre poder e resistência. Poderíamos pensar que a resistência é uma imagem invertida do poder? Segundo Michel Foucault, “Também não é isso, se fosse apenas isso, não haveria resistência. Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (Foucault, 2019b, p. 360).

A partir do próximo tópico, apresentamos os pontos de resistências identificados em *Capitães da Areia*. Para tal objetivo, rememoramos uma das premissas estruturadas por Michel Foucault sobre as relações de poder e resistência: “Digo simplesmente: a partir do momento em que há

uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 2019b, p. 360). Neste sentido, demonstraremos como se estabelecem as possibilidades de resistências em *Capitães da Areia* através de personagens que podem ser considerados agentes de resistência dentro da narrativa.

3.2 Padre José Pedro, Don'Aninha e Pirulito: a resistência da religião ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros em *Capitães da Areia*

O ponto central de estudo da história parte principalmente da observação dos fatos e fenômenos constituídos em cada tempo histórico. A partir de então, é realizada a conceituação dos principais termos em análises. Neste tópico, o termo central a ser conceituado é religião. Em *Sociologia das religiões e consideração intermediária*, sobre o conceito de religião, Max Weber afirma: “Nas origens, o comportamento comunitário com motivação religiosa ou mágica está voltado para este mundo. É impossível definir o que é religião no começo de um estudo. Quando muito, essa definição pode aparecer no final” (Weber, 2006, p. 41).

As manifestações de cultos aos desuses no território que constitui o Estado brasileiro são anteriores à chegada dos europeus, a partir dos séculos XVI e XVII. Os nativos que ocupavam e viviam nestas terras já manifestavam culturalmente cultos aos seus deuses. Com a chegada dos europeus que professavam a fé cristã, a imposição dessa religião transforma a relação religiosa primitiva em oposição, em resistência à religião cristã que invade o território das religiões pagãs. Em seu livro *O que é o candomblé* (2022), Rodrigo Mello Moraes afirma: “A igreja Católica estava perdendo espaço na Europa para as religiões protestantes e a descoberta do novo mundo foi terreno fértil para a implantação de novos espaços geográficos que tivessem como fé e religiosidade o cristianismo católico” (Moraes, 2022, p. 68).

Com a chegada dos africanos que foram trazidos na condição de escravizados de diversas partes do continente africano, essa correlação entre religiões ficou ainda mais intensa. Nesse momento nasceu a resistência através da religião, a de quem aqui vivia e a de quem aqui chegava. A mistura dessas vertentes religiosas transformou o território brasileiro em um “caldeirão” de manifestações religiosas. “De maneira mais objetiva, todas as religiões fazem parte do sistema de religiões atualmente praticadas no Brasil. No caso específico do candomblé, nunca foi aceita desde o século XVI, que para além disso foi alvo de violência simbólica sistemática” (Moraes, 2022, p. 19).

No Brasil imperial, as relações entre o Estado e a Igreja foram estabelecidas nos campos político e jurídico. Na *Constituição* de 1824, aparece latente o confessionalismo do Império, exprimindo, no seu Artigo 5.º, que a religião católica romana continuará a ser a religião do Império: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma, exterior do Templo” (Brasil, 1824).

Sobre religião em *Capitães da Areia*, abordaremos algumas questões presentes no texto literário, entretanto, não pretendemos esgotar as conceituações e as problemáticas que esse tema abarca; tão somente, propomos analisar, dentro do referido texto, as representações e implicações que envolvem a temática da religião a partir da religiosidade e de elementos do religioso no cotidiano das personagens da narrativa. Não insistiremos em explicar os condicionamentos que as experiências religiosas sofreram nas sociedades ao longo do tempo histórico.

Para cumprir tal objetivo, o embasamento teórico sobre religião e Igreja aqui apresentado é de autoria do historiador suíço Jacob Burckhardt. Em *Reflexões sobre a História*, o autor insere a Religião ao lado do Estado e da Cultura, usando a nomenclatura de “três potências” para se referir a elas. No capítulo são abordadas as inter-relações entre os conceitos e suas implicações nas sociedades em que estão instituídas:

As Religiões são a expressão das eternas e indestrutíveis necessidades metafísicas da natureza humana. Sua grandeza reside na sua capacidade ultra sensorial de complementação sobrenatural do ser humano e de representação de tudo aquilo que o ser humano não pode dar a si mesmo. Ao mesmo tempo, elas são o reflexo de povos e civilizações inteiras, projetados uns sobre os outros, ou melhor: a cópia e contorno que estes povos e civilizações projetam e formam no infinito (Burckhardt, 1961, p. 45).

Para Burckhardt, a influência das religiões sobre as culturas depende, naturalmente, muito do grau de sua aceitação ou validade na vida diária. As religiões querem para si os direitos de intervirem na educação dos indivíduos, das crianças, impregnando, através dos artifícios do medo, do pecado, da punição divina, a essência dos indivíduos. Para isso tenta utilizar os mecanismos e aparelhos do Estado e a força da Família:

Cada religião, a qual se desse a ela total liberdade de ação, utilizar-se-ia plenamente do Estado e da Cultura, tornando-os seus meros instrumentos e organizando a sociedade à sua maneira. Seus representantes, a hierarquia sacerdotal, substituiriam completamente qualquer outro governo. A Igreja e os bárbaros são os únicos a servirem-se da palavra. Este perigo é particularmente agudo nos Estados regidos por um direito sagrado, pois nele se reúnem o poder do Estado e o da Religião, que juntos cerceiam definitivamente a Cultura. Os sacerdotes são as personalidades mais poderosas do Estado (Burckhardt, 1961, p. 103-104).

A Igreja interfere, rotineiramente, no processo educacional, seja inserindo pautas, ou as impedindo de serem implementadas nas classes. A relação da Família com a Igreja aparenta ser mais rasa no conjunto familiar do que na extremidade do indivíduo. Porém, pelo individual ou pelo coletivo, a Igreja e as questões de religião sempre influenciam as decisões do cotidiano.

Uma religião, para se estabelecer em uma sociedade, depende da aceitação, da aprovação por diferentes camadas populacionais. Ela tem suas estruturas embasadas na força da convicção de seus fiéis seguidores.

As religiões são importantes, de qualquer maneira, como criações de indivíduos ou de momentos isolados. A Igreja sempre se debruçou sobre o processo educacional em todas as partes do mundo. Ela é parte integrante do tripé institucional responsável pela educação da sociedade junto ao Estado e à Família. Segundo Gilberto Freyre, no Brasil, “A educação jesuíta, enquanto pôde fazer sombra à autoridade do senhor da casa-grande sobre o menino, foi a mesma que a doméstica e patriarcal nos seus métodos de dominação, embora visando fins diversos dos patriarcais” (Freyre, 2004, p. 181).

É preciso também deslocar a manifestação religiosa e a religião da Igreja como instituição de Estado. Não entraremos no mérito de diferenciar esses dois termos, isso porque a Igreja não pode ser analisada como apenas mais uma instituição ou mais uma forma de agrupamento social. Em uma teoria geral sobre os estudos políticos e sociais, a Igreja diferencia-se substancialmente de outras instituições. Por isso, abordaremos, a partir de *Capitães da Areia*, a resistência na religião e não a resistência da religião ou da Igreja, mesmo sabendo que o religioso reflete o comportamento da religião e consequentemente da Igreja à qual ele pertence.

A religião em *Capitães da Areia* pode ser considerada uma forma de resistência? “A literatura militante comunista de Jorge Amado não é somente militante comunista, uma vez que destaca religiosidade, riso e libido entre os atributos da cultura e do poder populares” (Silva, 2015a, p. 74). Existem diversos pontos de tensão em relação às questões religiosas que podemos abordar dentro da narrativa amadiana, entretanto, escolhemos os três pontos que consideramos mais importantes para a proposta desta tese. A religiosidade pode ser observada a partir de três personagens: O padre José Pedro, o menor abandonado Pirulito e a mãe de santo, Dona Aninha.

As práticas religiosas em *Capitães da Areia* convergem para uma sintonia, uma harmonia que só pôde ser possível a partir de uma construção sincrética bem elaborada em suas bases por Jorge Amado. Essa construção harmoniosa não elimina preconceitos, desconfianças, ceticismos, medos que são sentimentos advindos, por exemplo, do desconhecimento das práticas religiosas. Em seu livro *O que é o candomblé* (2022), Rodrigo Mello Moraes afirma: “É impossível entender o candomblé sem partir do princípio de que ele é por si só, no seu âmago, ligado ao preconceito em seu próprio campo semântico. Quando se pensa ou se ouve a palavra candomblé, automaticamente vem a ideia preconceito junto” (Moraes, 2022, p. 16).

Assim como os grupos de crianças em situação de rua eram constantemente atacados de forma violenta pela polícia e pela imprensa, os terreiros de candomblé também eram por eles

vilipendiados e perseguidos constantemente. Na edição 01236, de 05 de fevereiro de 1935, sucursal do Estado da Bahia, o jornal *O Imparcial* publicou, em uma nota de queixa e reclamações: “Não é a primeira vez que bradamos contra as batucadas que perturbam o sossego público nas horas mortas da noite, quando a população necessita de repouso. Constituem verdadeiros desrespeitos à ordem e a tranquilidade esses candomblés, como o do Alto das Bananeiras” (*O Imparcial*, 1935, p. 8). Para Gildeci de Oliveira Leite, “Os artifícios da repressão foram fartamente publicados, sugeridos, incentivados e criados pela imprensa baiana e brasileira no início do século XX (Leite, 2015, p. 213).

Tanto em *Capitães da Areia*, ficção literária de Jorge Amado, quanto nas cidades baianas dos anos de 1930, as práticas religiosas de matrizes africanas lutam e resistem para manterem vivas suas tradicionais manifestações religiosas que são constantemente atacadas de forma violenta pela elite e pela polícia. As ações da polícia na tentativa de combater e proibir os terreiros de candomblé, que naquela época eram considerados ilegais, eram intensas e poderiam ser encontradas estampadas nas páginas de diversos jornais. Joselia Aguiar diz que, nos Jornais,

Entre os casos de polícia, enquadravam-se os terreiros: a toda hora sofriam invasões, pais e mães de santo eram espancados e presos, seus objetos de culto, quando não apreendidos, eram destruídos nas perseguições que tinham à frente em muitas vezes o delegado mais temido da época, Pedro de Azevedo Gordilho, o Pedrito (Aguiar, 2018, p. 27).

No texto “Capitães da Areia e a representação dos pretos, pobre e bandidos na literatura amadiana”, Aline Santos de Brito Nascimento explica como se concretiza a relação preconceituosa e violenta que a elite e a polícia dispensam aos terreiros de candomblé e outras manifestações religiosas de matrizes africanas: “É comum na obra amadiana a exaltação à identidade negra, especialmente às suas manifestações religiosas, a exemplo do candomblé, presente em obras como *Jubiabá*, *Tenda do Milagres*, *Compadre de Ogum*, *O sumiço da santa*, *Mar morto*, *Teresa Batista cansada de guerra*, entre outras” (Nascimento, 2015, p. 152).

Em *Capitães da Areia*, a perseguição a manifestações religiosas do candomblé está muito bem representada no subtítulo *Aventura de Ogum*, quando a mãe de santo, Don’Aninha, procura o chefe dos Capitães da Areia, Pedro Bala, para relatar uma batida policial em um terreiro de candomblé e, conseqüentemente, a prisão de Ogum. Com suas ações violentas, “a polícia atua como opositor direto, agindo com energia contra essa manifestação que, naquele contexto, era ilegal. Também é importante salientar que essa manifestação estava também intimamente ligada à comunidade negra e pobre” (Nascimento, 2015, p. 153).

A resistência contra o projeto biopolítico de aniquilação que persegue os grupos populacionais de negros e pobres na sociedade brasileira também se faz através de suas manifestações religiosas. No caso específico dos terreiros de candomblé, essa atuação era no sentido de extirpar, eliminar, extinguir do território brasileiro esse tipo de manifestação: “Não deixam os pobres viver... Não deixam nem o deus dos pobres em paz. Pobre não pode dançar, não pode cantar para seu deus, não pode pedir uma graça a seu deus. Não se contentam em matar os pobres a fome. Agora tiram os santos dos pobres” (Amado, 2008, p. 97).

Em *Capitães da Areia* é evidente a presença de um sincretismo religioso, esse que também pode ser um elemento que representa a força de resistência através da religiosidade das personagens no romance. Padre José Pedro e Pirulito são cristãos católicos, Don’Aninha e João Grande são adeptos do candomblé, o saveirista Querido-de-Deus é a representação do sincretismo entre a religião africana e a religião europeia. Entre eles, também havia os que não seguiam qualquer das práticas religiosas; era o caso de Pedro Bala e Professor.

Pirulito pensou que todos estavam condenados ao inferno. Pedro Bala não acreditava no inferno, Professor tampouco, riam dele. João Grande acreditava era em Xangô, em Omolu, nos deuses dos negros que vieram da África. O Querido-de-Deus, que era um pescador valente e um capoeirista sem igual, também acreditava neles, misturava-os com os santos dos brancos que tinham vindo da Europa. O padre José Pedro dizia que aquilo era superstição, que era coisa errada, mas que a culpa não era deles. Pirulito se entristeceu na beleza do dia. Estariam todos condenados ao inferno? (Amado, 2008, p. 111).

O padre José Pedro iniciou tardiamente seus estudos como seminarista. “O padre José Pedro não era considerado uma grande inteligência entre o clero. Era mesmo um dos mais humildes entre aquela legião de padres da Bahia. Em verdade fora cinco anos operário numa fábrica de tecidos, antes de entrar para o seminário” (Amado, 2008, p. 73). Ordenado padre, ouviu sobre um grupo de crianças em situação de rua conhecido como Capitães da Areia: “Há bastante tempo que o padre José Pedro ouvia falar nos Capitães da Areia e sonhava entrar em contato com eles, poder trazer todos aqueles corações a Deus. Tinha uma vontade enorme de trabalhar com aquelas crianças, de ajudá-las a serem boas” (Amado, 2008, p. 73).

A mãe de santo Don’Aninha era uma representante do candomblé na cidade de Salvador e não somente por isso era uma pessoa respeitada dentro e fora de suas práticas religiosas. “Don’Aninha era magra e alta, um tipo aristocrático de negra, e sabia levar como nenhuma das negras da cidade suas roupas de baiana. Tinha o rosto alegre, se bem bastasse um olhar seu para inspirar absoluto respeito. Nisso se parecia com o padre José Pedro” (Amado, 2008, p. 97). Tinha bons amigos entre os guardas da polícia, professores acadêmicos, saveiristas,

comerciantes e, principalmente, entre os Capitães da Areia: “Don’Aninha bem que merecia que um corresse risco por ela. Quando tinha um doente ela trazia remédios feito com folhas, tratava dele, muitas vezes curava” (Amado, 2008, p. 102-103).

O jovem Pirulito “se chamava Antônio e tinha ouvido dizer que Santo Antônio era brasileiro” (Amado, 2008, p. 36). Era um dos que mais demonstrava sua religiosidade entre os Capitães da Areia. No trapiche, mantinha um altar com imagens de alguns santos católicos, entre elas, um Santo Antônio e uma Nossa Senhora das Sete Dores. “Os outros, a princípio, faziam muita pilheria quando o viam de joelhos, rezando. Porém já haviam se acostumado e ninguém mais reparava. Era como se estivesse fora do mundo, não no velho e arruinado trapiche, mas numa outra terra, junto com Nossa Senhora das Sete Dores” (Amado, 2008, p. 36).

Pirulito encontrou sua vocação religiosa através das orientações e conversas com o padre José Pedro. “Porém o padre José Pedro terminara por conquistar a confiança de todos. E pelo menos em Pirulito descobrira uma vocação sacerdotal” (Amado, 2008, p. 77-78). O jovem pirulito era um dos meninos mais violentos do grupo Capitães da Areia, isso foi antes de iniciar seus estudos religiosos com o padre José Pedro. “Pirulito fora a grande conquista do padre José Pedro entre os Capitães da Areia. Tinha fama de ser um dos mais malvados do grupo. No dia que o padre José Pedro começou a falar de Deus, do céu, de Cristo, da bondade e da piedade, Pirulito começou a mudar” (Amado, 2008, p. 113).

A vocação religiosa, a prática religiosa de Pirulito tirou-o da condição de criança em situação de rua e o encaminhou para uma formação religiosa dentro de um seminário da igreja católica. Pirulito encontrava-se diante do Deus cristão para que ele pudesse, junto ao padre José Pedro, realizar um trabalho religioso junto a outras crianças que se encontravam nas mesmas condições de abandono que dantes também fora a dele. “Pirulito está marcado por Deus. Mas está marcado também pela vida dos Capitães da Areia. Desiste da sua liberdade, de ver e ouvir o espetáculo do mundo, da marca de aventura dos Capitães da Areia, para ouvir o chamado de Deus. Pirulito irá ser frade. Um dia talvez se ordene” (Amado, 2008, p. 233-234).

Os Capitães da Areia, participando ou não de práticas religiosas, são estigmatizados até mesmo por pessoas religiosas. Mesmo o padre José Pedro, lidando com os Capitães da Areia, apresenta ideias preconceituosas, principalmente em relação à homossexualidade entre algumas crianças do grupo. “Fora mesmo ele um dos que mais concorreram para exterminar a pederastia do grupo. E isto foi uma das grandes experiências no sentido de como agir para tratar com os Capitães da Areia. O difícil para o padre José Pedro era conciliar as coisas” (Amado, 2008, p. 112-113).

A aproximação entre o padre José Pedro e o grupo Capitães da Areia, marcada por uma forte resistência dos meninos, não foi fácil. No início, existia uma desconfiança sobre as intenções do religioso para com o grupo. “Mas o padre José Pedro tinha sido operário e sabia como tratar os meninos. Tratava-os como a homens, como a amigos. E assim conquistou a confiança deles, se fez amigo de todos, mesmo daqueles que, como Pedro Bala e o Professor, não gostavam de rezar” (Amado, 2008, p. 77).

As elites baianas detêm o poder político e não se ocupam em dissimular seu escárnio aos pretos e pobres, independente de qual prática religiosa, sejam eles cristãos católicos ou adeptos do candomblé. Os bispos, as beatas, as autoridades governamentais desferem todo o seu cinismo contra os pretos, os pobres, os religiosos, as crianças em situação de rua que ousam fazer resistência contra os poderes que eles exercem. O diretor do reformatório é agressivo, machista, misógino e preconceituoso em sua carta-resposta às denúncias feitas pelo padre José Pedro e dona Ricardina sobre os maus-tratos aplicados às crianças dentro da instituição:

O que me abismou, sr. Diretor, foi a carta do Padre José Pedro. Este sacerdote, esquecendo as funções do seu cargo, veio lançar contra o estabelecimento que dirijo graves acusações. Esse padre (que eu chamarei padre do demônio, se me permitir uma pequena ironia, sr. Diretor) abusou das suas funções para penetrar no nosso estabelecimento de educação em horas proibidas pelo regulamento e contra ele eu tenho de formular uma séria queixa: ele tem incentivado os menores que o Estado colocou a meu cargo à revolta, à desobediência (Amado, 2008, p. 21-22).

O arcebispo mandou convocar o padre José Pedro. “Padre José Pedro treme, pensando que novamente vão lhe ralhar, vão falar de seus pecados. Mas dessa vez o cônego não ralha. Anuncia que o arcebispo resolveu lhe dar uma paróquia. Ia para o meio dos cangaceiros. E os cangaceiros são como crianças grandes” (Amado, 2008, p. 233-234). Os Capitães da Areia acompanham o padre José Pedro à estação de trem. “Pedro Bala diz: O senhor foi bom para a gente, padre. Um homem bom. A gente não vai esquecer o senhor. Se despede. Entra no vagão. O trem apita, é como uma despedida” (Amado, 2008, p. 235).

Na literatura amadiana em particular existe uma relação que sistematiza as práticas religiosas para além de um sincretismo acolhedor em que a mestiçagem é a base que sustenta a religiosidade que o autor descreve. Isso porque toda a literatura de Jorge Amado converge para o Brasil, para o povo brasileiro, em um sentido mais específico para a Bahia. “Em toda a sua atividade de escritor, Amado jamais se afastará de sua terra e do povo que nela habita. Homem de seu tempo e de seu país, Amado, mesmo distante, não se afasta da Bahia, não se esquece do Brasil” (Duarte, 2015, p. 16).

Através da obra literária de Jorge Amado, é possível percebermos que as perseguições não foram suficientes para eliminar as práticas culturais religiosas dos negros. Mesmo com as perseguições por parte dos cristãos, as práticas religiosas dos negros resistiram e resistem. A resistência nas práticas religiosas que presenciamos em *Capitães da Areia* é uma resistência plural. É uma resistência que não se encontra articulada, organizada com uma liderança, mas sim pulverizada entre os espaços de poder e os grupos populacionais negros e pobres que colaboram entre si para fazer uma resistência ao poder instituído que persegue e oprime.

3.3 Pedro Bala, Sem-Pernas e Volta Seca: a violência como resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros em *Capitães da Areia*

A teoria que apresentamos sobre o exercício do poder e a violência como forma de resistência nesta tese não terá amplificação para o desenvolvimento de explicações conectadas às teorias da psicologia ou outra ciência com as mesmas pertinências elucidativas. Para além de Michel Foucault, utilizaremos para as especificações sobre a relação entre poder, resistência e violência o pensamento dos filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, expresso em *Dialética do Esclarecimento* (1947), e do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, descrito em *Topologia da violência* (2017).

Especificamente para uma compreensão sobre o conceito de violência e suas abordagens teóricas, apresentamos os escritos de Hannah Arendt (2022), Marilena Chaui (2021), Slavoj Žižek (2014) e Robert Muchembled (2012). As teorias sobre violência que apresentamos para compor o desdobramento desta tese não têm a pretensão de justificar o círculo de violência, mas tão somente apresentar uma alternativa de pensamento sobre a resistência como forma de poder e a violência como uma de suas formas de atuação.

O homem é um ser violento e, em sua trajetória histórica, tem desfechado atos de violência contra tudo e todos. A violência dos/nos seres humanos manifesta-se de infinitas maneiras, desde o processo de abstração ao fato concreto compreendido pela força física até o verbal subscrito pela linguagem. O que é violência? “Tendo surgido no início do século XIII em francês, a palavra ‘violência’, que deriva do latim *vis*, designando a ‘força’ ou o ‘vigor’, caracteriza um ser humano com um caráter colérico e brutal. Ela define, também, uma relação de força visando a submeter ou a constringer outrem” (Muchembled, 2012, p. 7).

Analisando a definição apresentada por Robert Muchembled em *História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias* (2012), torna-se factualmente evidente que os seres humanos têm manifestado a violência como expressão de força ao longo de sua existência. Para Byung-Chul Han, “Há coisas que não desaparecem; dentre elas está a violência. A aversão à violência não é algo característico da Idade Moderna. Ela é apenas proteica e, dependendo da constelação social, suas formas de manifestação se modificam” (Han, 2017, p. 7).

Em *Violência: seis reflexões laterais* (2014), Slavoj Žižek afirma: “Se há uma tese unificadora nas reflexões que se seguem, é a de que existe um paradoxo semelhante no que diz respeito a violência. Os sinais mais evidentes de violência que nos vêm à mente são atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais” (Žižek, 2014, p. 17). Quando o autor elabora sua teoria sobre a violência, ele traça um ponto de partida e apresenta duas formas de

violência, a saber, a violência subjetiva e a violência objetiva, diferenciando-as e marcando-as nos seus respectivos campos de atuação, que são, segundo o autor, representados pela “linguagem e suas formas” e pelos “sistemas econômicos e políticos” (Žižek, 2014, p. 17).

Eis o ponto de partida, e talvez até mesmo o axioma, do presente livro: a violência subjetiva é somente a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. Em primeiro lugar, há uma violência ‘simbólica’ encarnada na linguagem e em suas formas. Em segundo lugar, há aquilo que eu chamo violência ‘sistêmica’, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento de nossos sistemas econômico e político (Žižek, 2014, p. 17).

Para Žižek, a violência subjetiva é visível e a violência objetiva é invisível. E, portanto, elas não podem ser analisadas do mesmo ponto de vista. “A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista” (Žižek, 2014, p. 17). Segundo Žižek, “a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico” (Žižek, 2014, p. 17-18). Em contrapartida, na mesma direção, ele afirma que “a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado ‘normal’ de coisas” (Žižek, 2014, p. 18).

A violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim, a violência sistêmica é de certo modo algo como a célebre ‘matéria escura’ da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões ‘irracionais’ de violência subjetiva (Žižek, 2014, p. 18).

Em *Sobre a violência*, no prefácio, Celso Lafer apresenta o texto e a trilha narrativa que a autora persegue para consolidar sua teoria sobre a violência: “A violência multiplica, com os instrumentos que a tecnologia fornece de maneira cada vez mais exponencial, o vigor individual. A violência destrutiva do poder está, no entanto, muito presente na vida do século XX” (Lafer, 2022, p. 11). Nesse bojo, no primeiro capítulo, Hannah Arendt já demonstra preocupação com os estudos sobre a temática da violência:

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. Isso indica que a violência e sua arbitrariedade foram consideradas corriqueiras e, portanto, negligenciadas; ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos (Arendt, 2022, p. 22).

Seguindo os teóricos já apresentados, percebemos que Hannah Arendt também mantém o foco em apresentar uma violência multifacetada que transcende os sentidos comuns e assume formas diversas perante seus objetivos. Através de suas reflexões sobre os acontecimentos do século XX, a autora afirma que “O desenvolvimento técnico dos implementos da violência alcançou agora o ponto em que nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar seu uso efetivo no conflito armado” (Arendt, 2022, p. 17).

Marilena Chaui, em *Sobre a violência* (2021), persegue os mesmos objetivos dos teóricos já citados quando, por exemplo, concorda com Slavoj Žižek sobre os sentidos ampliados e as dimensões da violência no decorrer do tempo histórico da humanidade; e com Hannah Arendt, acerca da necessidade de debruçarmos sobre o tema da violência na tentativa de compreendemos seus desdobramentos na evolução da humanidade. “Estamos acostumados a identificar a violência e a criminalidade. Todavia, se formos aos dicionários, observaremos que seu sentido é muito mais amplo e que ela possui não apenas dimensão física, mas também psíquica e simbólica” (Chaui, 2021, p. 35).

Na apresentação do livro *Sobre a violência*, Luciana Chaui-Berlinck nos permite compreender que corriqueiramente nós “observamos a violência, a percebemos, mas nem sempre refletimos sobre ela”. Segundo a estudiosa, “A violência é tema de investigação e preocupação de muitos pensadores. Filósofos de todos os tempos teceram ideias sobre ela. É tema que sempre nos captura, pois a reconhecemos em nós mesmos e em nossas relações” (Chaui-Berlinck, 2021, p. 17).

Especificamente, os teóricos que aqui apresentamos escrevem sobre a temática da violência e seus desdobramentos mencionando o século XX como um dos momentos da história da humanidade que marcou acentuadamente o desenvolvimento das diversas formas e práticas de violência. Para Hannah Arendt, “Estas reflexões foram provocadas pelos eventos e pelos debates dos últimos anos visto contra o plano de fundo do século XX, que, como Lênin previu, tornou-se de fato um século de guerras e revoluções” (Arendt, 2022, p. 17).

A temática consoante à literatura mundial, desde os primórdios, está repleta de práticas de violência pelos seres humanos e esta é uma forma de expressão de poder que pode ser consolidada de diversas maneiras. Para Jaime Ginzburg, “Existem casos na literatura em que a violência ocorre sem que seu ato corresponda à expressão de uma honra ou de uma ambição. A força destrutiva voltada sobre o outro pode manifestar-se não de modo dirigido, mas intransitivo” (Ginzburg, 2013, p. 6).

A violência reproduzida pelos meninos, menores abandonados e delinquentes da narrativa de Jorge Amado, é só mais um reflexo da violência real que assolou e marca a evolução humana no universo. A violência foi o princípio, está sendo o meio e será o fim. Onde ela teve início, investigamos; como está sendo, sentimos; e como será, supomos. Para a execução de um gesto simples e para garantir a sobrevivência de uma espécie, Adorno e Horkheimer conjecturam:

Os homens rastreiam a caça, as mulheres cuidam do trabalho que pode ser feito sem um comando rígido. Quanta violência foi necessária antes que as pessoas se acostumassem a uma coordenação tão simples como essa é impossível determinar. Nela, o mundo já está dividido numa esfera do poder e numa esfera profana. Nela, o curso da natureza enquanto eflúvio do mana já está erigido em norma, que exige a submissão. Mas, se o selvagem nômade, apesar de toda a submissão, ainda participava da magia que a limitava e se disfarçava no animal caçado para surpreendê-lo, em períodos posteriores o comércio com os espíritos e a submissão foram divididos pelas diferentes classes da humanidade: o poder está de um lado, a obediência do outro (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 30).

A partir do delineado sobre as origens da violência, podemos concluir que a violência é algo inerente ao ser humano e é uma forma de expressão de poder. Ela pode ser utilizada como forma de resistência contra um poder exercido de forma violenta? Se o poder é violento e atua de forma violenta contra os grupos populacionais que consideram resistência, oposição ou ameaça à sua dominação e controle, deveria a resistência se organizar de forma diferente do que se organiza o poder? Voltamos então à defesa de que os Capitães da Areia são violentos para impulsionar uma resposta ao poder que é extremamente violento com a sua condição social. Se o poder é violento, por que a resistência não pode ser?

Retornamos para o livro *Microfísica do poder*, de Michel Foucault, para explicar e responder à pergunta. No subtítulo “Não ao sexo rei”, originalmente publicado em 1978, o autor responde a uma série de perguntas sobre pontos específicos de suas publicações anteriores, novamente no centro das perguntas, o primeiro livro da trilogia sobre a história da sexualidade. Colocando alguns conceitos importantes em discussão, como os exemplos revolução e política, poder e resistência, Foucault trabalha as relações entre esses termos, explicando como são dependentes e complementares entre si: “Se a política existe desde o século XIX, é porque existiu a Revolução Francesa. Então não é uma espécie, uma região daquela. É a política que sempre se situa em relação à revolução” (Foucault, 2019b, p. 359).

A revolução, a política, o poder e a resistência são desejáveis? Para Foucault, “fazer política sem ser um político é tentar saber com a maior honestidade possível se a revolução é desejável” (Foucault, 2019b, p. 359). Para ele, “é explorar esse terrível terreno movediço onde

a política pode se enterrar” (Foucault, 2019b, p. 359). Existem relações intrínsecas entre revolução e política, assim como também existem entre poder e resistência. Ao observar o questionamento: “Se a revolução não fosse mais desejável, a política continuaria sendo o que você diz que ela é?” (Foucault, 2019b, p. 359), Michel Foucault responde:

Não, não creio. Seria preciso inventar outra ou alguma coisa para substituí-la. Nós vivemos talvez o fim da política. Pois é verdade que a política é um campo que foi aberto pela existência da revolução e se a questão da revolução não pode mais ser colocada nesses termos, então a política pode desaparecer (Foucault, 2019b, p. 359).

Chegando ao ponto de discussão sobre poder e resistência, vemos que as relações se mantêm e incorrem de uma causa que podemos denominar de ação e reação, ou seja, poder e resistência, o primeiro como ação e o segundo como reação, não anulando a possibilidade de alternância de posicionamento entre as duas forças. Questionado: “Voltemos à sua política, àquela que você consignou em *A vontade de saber*. Você diz: ‘Onde existe poder, existe resistência’. Você não restabelece essa natureza que há pouco você queria descartar?” (Foucault, 2019b, p. 360). Foucault responde: “Não acredito. Essa resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea” (Foucault, 2019b, p. 360).

A resistência que o autor defende que existe não é uma força estanque, imóvel, é algo em movimento e articulado como o próprio poder. Seria a resistência “a imagem invertida do poder?” (Foucault, 2019b, p. 360). Foucault responde que “Também não é isso. Se fosse apenas isso, não haveria a resistência. Para resistir, é preciso que a resistência seja igual o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (Foucault, 2019b, p. 360).

Entendemos que podemos conceber que a resistência – para que seja um verdadeiro e efetivo ato de resistir – tem que ser igual ao poder. Onde existe poder, existe resistência e o comportamento da resistência deve ser igual ao comportamento do poder. Provocado por uma suposição de que seria o poder e a resistência “quase uma tautologia”, enfaticamente Foucault rechaça afirmando:

Absolutamente. Não coloco uma substância da resistência em face de uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinantes e segundo uma estratégia precisa (Foucault, 2019b, p. 360).

Nos conceitos entre poder e resistência, o autor defende que as estratégias de análise sobre as correlações de poder precisam ser revistas. “Penso que seria necessário tentar aprimorar essa análise das correlações de forças” (Foucault, 2019b, p. 361). Foucault critica a existência de apenas dois modelos de possibilidades de análise das correlações de forças e poder, o do direito: poder como lei, e outro guerreiro ou estratégico em termos de relações de forças. O primeiro ele considera inadequado por não descrever o poder; o segundo, por ser calcado em recursos pré-fabricados e metafóricos traduzidos em esquemas formais, e é o mais utilizado.

O Estado exerce a violência para manutenção da dominação sobre os grupos populacionais que possam representar qualquer tipo de ameaça à sua hegemonia. Theodor Adorno e Max Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento*, mais especificamente no “Excurso II - Juliette ou Esclarecimento e Moral”, apresentam uma discussão para demonstrar como o sistema deve ser conservado em harmonia com a natureza e como é exercida a relação de poder entre o forte e o fraco, entre o dominador e o dominado. Sobre a natureza como espaço de disputas pelo poder através de práticas violentas, os autores afirmam:

Mas o que, verdadeiramente, está nas leis dessa mãe sábia é a lesão do fraco pelo forte, já que, para chegar a esse procedimento, ele não faz senão usar os dons que recebeu. Ele não precisa se revestir, como o fraco, de um caráter diferente do seu: ele só coloca em ação os efeitos do caráter que recebeu da natureza. Por isso, tudo o que daí resulta é natural: sua opressão, suas violências, suas crueldades, suas tiranias, suas injustiças... são, pois, puras como a mão que as gravou; e quando ele usa de todos os seus direitos para oprimir o fraco, para despojá-lo, não faz senão a coisa mais natural do mundo... (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 84).

Sobre o uso do poder e as estratégias de resistência, podemos dizer que não se apresentam organizadas e coordenadas como deveriam se apresentar, porém, na objetividade de Jorge Amado, compreendemos que a reconfiguração dessa condição de enfrentamento entre poderes instituídos e resistências dos grupos populacionais subjugados pelo poder opressor se estabelece quando o autor demonstra que existe uma precoce adulteração comportamental da infância e que ela é causada por questões políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas que interrompem com força bruta, com violência com objetivo de extirpar da sociedade a criança categorizada como estigma social, enviando-a para o reformatório ou para a prisão, instituições onde é submetida a uma ação disciplinar violenta exigida pela sociedade e exercida pelo Estado.

As personagens mais violentas da narrativa de Jorge Amado são também as que mais sofreram com a violência exercida pela sociedade e pelo Estado. Pedro Bala, Sem-Pernas e Volta Seca são as crianças da narrativa que tiveram suas vidas particularmente marcadas pela violência aplicada pela maior representação de um Estado opressor, a polícia. O Sem-Pernas é

o mais terrível entre os Capitães da Areia: “Ridicularizava tudo, era um dos que mais brigavam. Tinha mesmo fama de malvado. Uma vez fez tremenda crueldade com um gato que entrara no trapiche. E um dia cortara de navalha um garçom de restaurante para furtar apenas um frango” (Amado, 2008, p. 37).

Quando adentramos na leitura, encontramos um Sem-Perna carente, triste, violentado pela família, pela sociedade e pela polícia: “Um dia em que teve um abscesso na perna o rasgou friamente a canivete e na vista de todos o espremeu rindo” (Amado, 2008, p. 37). Mas, indo mais a fundo, percebemos que o Sem-Pernas, coxo de uma das pernas, o que rendeu o apelido, queria, como todos os meninos de sua idade, outra coisa: “No mais fundo de seu coração ele tinha pena da desgraça de todos. E rindo e ridicularizando era que fugia da sua desgraça. Era como um remédio. O que ele queria era felicidade, era alegria era fugir de toda aquela miséria, de toda aquela desgraça que os cercava e os estrangulava” (Amado, 2008, p. 37-38).

Por que o Sem-Perna é tão violento? A violência que foi aplicada à vida do menino é a violência que reproduz a violência praticada por Sem-Pernas. O Sem-Pernas não dormia durante a noite, tinha sonhos terríveis com os policiais que o submeteram a uma terrível sessão de tortura quando o levaram preso por mendigar para se alimentar. “Nunca tivera família. Vivera na casa de um padeiro a quem chamava de ‘meu padrinho’ e que o surrava. Fugiu logo que pôde compreender que a fuga o libertaria. Sofreu fome, um dia levaram-no preso” (Amado, 2008, p. 38). Preso, o que queria o Sem-Pernas? O que ele com certeza não queria era a violência. O que quer o Sem-Pernas?

Ele quer um carinho, uma mão que passe sobre os seus olhos e faça com que ele possa se esquecer daquela noite na cadeia, quando os soldados bêbados o fizeram correr com sua perna coxa em volta de uma saleta. Em cada canto estava um com uma borracha comprida. As marcas que ficaram nas suas costas desapareceram. Mas de dentro dele nunca desapareceu a dor daquela hora. Corria na saleta como um animal perseguido por outros mais fortes. A perna coxa se recusava a ajudá-lo. E a borracha zunia nas suas costas quando o cansaço o fazia parar. A princípio chorou muito, depois, não sabe como, as lágrimas secaram. Certa hora não resistiu mais, abateu-se no chão. Sangrava. Ainda hoje ouve como os soldados riam e como riu aquele homem de colete cinzento que fumava um charuto (Amado, 2008, p. 38-39).

O Sem-Pernas encontrou o Professor, um dos líderes do grupo, e, por meio dele, foi incorporado aos Capitães da Areia e ficou com eles. Coxo, abandonado pela família, torturado, espancado, humilhado pela polícia, dispositivo do Estado que deveria protegê-lo, Sem-Pernas acumula todo rancor e tipos de ódio pela sociedade que o oprime, o categoriza como elemento que deve ser extirpado, aniquilado do convívio social. Com tantos estigmas sociais e

deteriorações físicas, Sem-Pernas possuía desqualificações importantíssimas para que fosse incorporado ao grupo de menores abandonados e delinquentes juvenis e:

Não tardou a se destacar porque sabia como nenhum afetar uma grande dor e assim conseguir enganar senhoras, cujas casas eram depois visitadas pelo grupo já ciente de todos os lugares onde havia objetos de valor e de todos os hábitos da casa. E o Sem-Pernas tinha verdadeira satisfação ao pensar em quanto o xingariam aquelas senhoras que o haviam tomado por um pobre órfão. Assim se vingava, porque seu coração estava cheio de ódio. Confusamente desejava ter uma bomba (como daquelas de certa história que o Professor contara) que arrasasse toda a cidade, que levasse todos pelos ares. Assim ficaria alegre (Amado, 2008, p. 39).

Quando o Sem-Pernas compreende o lugar que ele ocupa na sociedade, ele se torna a personificação do fraco que luta contra o forte, o dominado que insurge contra a dominação e a violência contra ele naturalmente explicável pela teoria burguesa de dominação. “Quando o fraco se defende, ele comete, pois, uma injustiça, a saber, a injustiça de sair do caráter que a natureza imprimiu nele: ela criou-o para ser escravo e pobre, ele não quer submeter-se a isso, eis aí sua falta” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 84). Na lógica do poder, Sem-Perna, ou seja, o fraco, quando reage, comete uma injustiça contra a justiça estabelecida; isso é passível de aumento da repressão por parte do forte, o Estado. “É na violência, por mais que ela se esconda sob os véus da legalidade, que repousa afinal a hierarquia social. A dominação da natureza se reproduz no interior da humanidade” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 91).

O Sem-Pernas, assombrado pelo medo de reviver a tortura e toda a violência que foi aplicada contra o seu frágil corpo coxo quando foi levado para a cadeia como preso por mendicância, aplicava sobre os próprios colegas mais fracos do grupo uma forma de violência que pudesse fazê-lo sentir-se forte perante a miséria que ele vivia. “O Sem-Pernas sentia que uma angústia o tomava e que era impossível dormir. Se dormisse viriam os maus sonhos da cadeia. Queria que aparecesse alguém que ele pudesse torturar com dichotes. Queria uma briga. Pensou em ir acender um fósforo na perna de um que dormisse” (Amado, 2008, p. 47).

Abandonemos mais uma vez o Sem-Pernas para falarmos de outro importante personagem de *Capitães da Areia*. Volta Seca é um dos líderes do grupo de meninos abandonados e sua história se confunde com a história dos sertanejos castigados pela seca e pela violência gerada nas disputas pela posse de terras no Nordeste brasileiro. Antes de se incorporar ao grupo dos Capitães da Areia, Volta Seca vivia com sua mãe em um dos grandes sertões de Pernambuco. A dureza da vida e o sofrimento imprimidos a Volta Seca como uma personagem da narrativa de Jorge Amado possuem muitas verossimilhanças com a vida real e ficcional de muitos outros homens, mulheres e crianças dos rincões dos sertões brasileiros.

Antigamente ele e sua mãe tinham um pedaço de terra. Ela era comadre de Lampião, os coronéis respeitavam sua terra. Mas quando Lampião se internou pelo sertão de Pernambuco os coronéis ficaram com a terra da mãe de Volta Seca. Ela desceu para a cidade para pedir justiça. Morreu no caminho. Volta Seca continuou a caminhada com seu rosto sombrio. Muita coisa aprendeu na cidade, entre os Capitães da Areia. Aprendeu que não era só no sertão que os homens ricos eram ruins para com os pobres. Na cidade, também. Aprendeu que as crianças pobres são desgraçadas em toda parte, que os ricos perseguem e mandam em toda parte. Sorriu por vezes, mas nunca deixou de odiar (Amado, 2008, p. 246-247).

O amargor de vidas e mortes nos sertões brasileiros sentido por homens, mulheres e crianças pode ser conferido em outros escritos de autores nordestinos, como: Graciliano Ramos, *Vidas Secas* (1938), Raquel de Queirós, *O Quinze* (1930), João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida Severina* (1955), João Guimarães Rosa, *Grande sertão veredas* (1956). Jorge Amado foi um entre eles que fizeram da literatura um lugar de expressão de muitos dos sentimentos mais profundos que podem ser sentidos pelo ser humano.

Por que Volta Seca é tão violento? Por que os olhos são tão sombrios? Volta Seca é só mais um personagem que foi castigado pelas mazelas sociais infligidas a milhões de brasileiros diariamente. Após chegar à cidade de Salvador e incorporando-se ao grupo de menores abandonados e “delinquente”, por ser este grupo social o único que o aceitaria, Volta Seca passa a nutrir e direcionar todo seu rancor, seu ódio contra a sociedade, os coronéis e as instituições que o excluíram do convívio social tomando de assalto as terras de sua mãe e forçando-os à migração para a cidade, o que levou sua mãe à morte e ele ao completo abandono social.

Volta Seca era afilhado de Lampião e se exemplava nos feitos do padrinho. Cada notícia que traziam de seu padrinho nos jornais deixava Volta Seca alegre ao ouvi-la da boca de seu amigo Professor. E Volta Seca repetia que um dia ia se juntar a seu padrinho na luta contra os coronéis e a polícia que tomavam as terras dos pobres dos sertões brasileiros: “O rosto sombrio de Volta Seca se iluminou. Sua boca apertada se abriu num sorriso. E ainda feliz deixou o Professor, que apagava a vela, e foi para seu canto. Levava o jornal para cortar o retrato do grupo de Lampião. Dentro dele ia uma alegria de primavera” (Amado, 2008, p. 49).

Virgulino Ferreira da Silva (1898-1938) é uma personagem histórica que dividiu e divide opiniões entre historiadores, sociólogos e outros estudiosos de sua trajetória nos sertões nordestinos. Volta Seca, que idolatrava seu padrinho, é o espelho ou reflexo de Lampião. Herói ou Vilão? Acreditamos que essa pergunta ainda não tem uma resposta definitiva e nunca teremos senão opiniões sobre a trajetória emblemática de Lampião e seu bando de cangaceiros. Mas, para Volta Seca, seu padrinho, Virgulino Ferreira da Silva é:

O herói Lampião, herói de todo o sertão de cinco estados. Dizem que ele é um criminoso, um cangaceiro sem coração, assassino, desonrador, ladrão. Mas para Volta Seca, para os homens, as mulheres e as crianças do sertão é um novo Zumbi dos Palmares, ele é um libertador, um capitão de um novo exército. Porque a liberdade é como o sol, o bem maior do mundo. E Lampião luta, mata, deflora e furta pela liberdade. Pela liberdade e pela justiça para os homens explorados do sertão imenso de cinco estados: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia (Amado, 2008, p. 247).

A violência externada por Volta Seca é direcionada para fora do grupo de crianças, diferente de Sem-Pernas, Volta Seca, assim como João Grande e Pedro Bala, é um dos maiores e mais fortes, que protegem os menores e mais fracos, de injustiças dentro e fora do próprio grupo. Ao fim de sua jornada junto aos Capitães da Areia, Volta Seca regressa ao sertão e se junta ao bando de seu padrinho, Lampião:

Mas quem vai na rabada de um trem é Volta Seca. Uma tarde a polícia o pegou quando o mulato despojava um negociante da sua carteira. Volta Seca tinha então dezesseis anos. Foi levado para a polícia, o surraram porque ele xingava todos, soldados e delegados com aquele imenso desprezo que o sertanejo tem pela polícia. Ele não soltou um grito enquanto apanhou. Oito dias depois o puseram na rua, e ele saiu quase alegre, porque agora tinha uma missão na vida: matar soldados de polícia (Amado, 2008, p. 245).

No caminho, na rabada de um trem, o sertanejo de rosto sombrio sente os cheiros das flores, das comidas, avista cachorros magros nas portas de casas de barro, sente os campos amigos e enxerga as margens dos trilhos por onde corre o trem como as margens onde vivem os pobres de toda a sociedade brasileira. Volta Seca vê: “Homens magros que lavram a terra para ganhar mil e quinhentos dos donos da terra. Só caatinga é que é de todos, porque Lampião libertou a caatinga, expulsou os homens ricos da caatinga, fez da caatinga a terra dos cangaceiros que lutam contra os fazendeiros” (Amado, 2008, p. 247).

Chegando ao sertão, Volta Seca busca pelo bando de seu padrinho, Lampião. Volta Seca quer lutar junto com seu padrinho para libertar os homens, mulheres e crianças que sofrem a exploração dos ricos que tomam suas terras e os expulsam, forçando a escravidão ou a migração para a mendicância nos grandes centros urbanos: “O sertão comove os olhos de Volta Seca. Aqui tudo é lírico, pobre e belo. Só a miséria dos homens é terrível. Mas estes homens são tão fortes que conseguem criar beleza dentro desta miséria. Que não farão quando Lampião libertar toda a caatinga, implantar a justiça e a liberdade?” (Amado, 2008, p. 247).

Os sertanejos que permaneciam nas terras que eram tomadas pelos coronéis eram explorados, os que fugiam eram marginalizados e sofriam pelo desprezo e pela violência social. Se embreassem no cangaço eram perseguidos, presos, e tinham suas costas rasgadas quando

eram chicoteados pela polícia, mas eram temidos por todos. Na Bahia, quando preso por tentar roubar a carteira de um homem: “Também o chicote da polícia, feitor dos ricos, rasgou as costas de Volta Seca. Todos o temerão um dia também” (Amado, 2008, p. 248).

Volta Seca também queria ser temido e para isso seria cangaceiro e, na “rabada do trem”, vai ao encontro de seu padrinho, Lampião: “O trem para no meio da caatinga. Volta Seca pula fora do vagão. Os cangaceiros apontam os fuzis, o caminhão que os trouxe está parado no outro lado da estrada, os fios do telégrafo cortados. Na caatinga agreste não se vê ninguém” (Amado, 2008, p. 248). Volta Seca encontra seu padrinho:

Volta Seca pensa que seu coração vai estalar de alegria. Encontrou seu padrinho, Virgulino Ferreira Lampião, herói das crianças sertanejas. Chega para junto dele, um outro cangaceiro o quer afastar, mas ele diz: - Meu padrim... - Quem é tu? - Sou Volta Seca, filho de tua comadre... Lampião o reconhece, sorri. Os cangaceiros estão entrando nos vagões de primeira, não são muitos, uns doze. Volta Seca pede: - Meu padrim, deixe eu ficar com você... Me dê um fuzil. - Tu ainda é um menino... - Lampião olha com seus olhos escuros. - Não sou mais não, já briguei com soldado... Lampião grita: - Zé Baiano, dá um fuzil a Volta Seca... Olha o afilhado: - Tu guarda esta saída. Se um quiser arribar, mete fogo (Amado, 2008, p. 248-249).

E, junto a Lampião, Volta Seca tem a oportunidade de extravasar todo seu ódio acumulado, todas as formas de violências acumuladas e conservadas pela raça humana desde a criação do mundo e infligida sobre os oprimidos irrompem-se dos olhos e escorrem no rosto sombrio de Volta Seca. A violência provocada pela polícia faz com que Volta Seca acredite que, matando o policial, extinguiria a violência, mesmo que seja a violência pela violência. “O indivíduo obcecado pelo desejo de matar sempre viu na vítima o perseguidor que o forçava a uma desesperada e legítima defesa” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 91).

Os soldados são encostados numas árvores. Zé Baiano prepara o fuzil, mas a voz de Volta Seca faz um pedido: - Deixe pra mim, padrim. Eles me bateram na polícia, bateram em muito menino. Levanta o fuzil, qual é o sertanejo que não tem boa pontaria? Seu rosto sombrio tem um riso que o enche todo. Cai o primeiro, o segundo tenta fugir, mas a bala o alcança nas costas. Depois Volta Seca corre para cima dele com o punhal, sacia sua vingança. Zé Baiano diz: - Este menino é dos bons... - A mãe dele era um bicho, minha comadre... - lembra Lampião orgulhoso (Amado, 2008, p. 248-249).

Pedro Bala é o terceiro personagem que abordamos para discutir sobre a violência como forma de resistência. No tempo da narrativa, Pedro Bala tem 15 anos de idade e é o atual líder dos Capitães da Areia. Sendo ele mais uma criança marcada pela violência, destaca-se como uma personagem central por assumir a chefia do grupo de meninos em situação de rua na cidade de Salvador. “Desde cedo foi chamado assim, desde seus cinco anos. Hoje tem 15 anos. Há dez

que vagabundeia nas ruas da Bahia. Nunca soube de sua mãe, seu pai morreu de um balaço. Ele ficou sozinho e empregou anos em conhecer a cidade” (Amado, 2008, p. 29).

O processo que leva Pedro Bala a assumir a chefia do grupo de crianças abandonadas é também o que o marca como um indivíduo central da força de resistência exercida pelos meninos em situação de rua. Ele disputa com Raimundo, que é maior, mais velho e mais forte, a chefia dos Capitães da Areia. Vencendo o combate corporal, Pedro Bala recebe o reconhecimento dos outros membros como chefe do grupo: “Todos reconheceram os direitos de Pedro Bala à chefia, e foi desta época que a cidade começou a ouvir falar nos Capitães da Areia, crianças abandonadas que viviam do furto” (Amado, 2008, p. 29).

Pedro Bala, na condição de chefe, planejava e organizava com autoridade as ações coletivas do grupo. Ao resistir com violência contra um ato de violência praticado por Raimundo contra um dos meninos do grupo, Pedro Bala é marcado com um corte em seu rosto, gerando assim o seu principal estigma, uma cicatriz. Para o grupo de crianças denominados Capitães da Areia, a violência não é uma exceção, ela é a regra. E, segundo Foucault, “É justamente a regra que permite que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam. Em si mesmas, as regras são vazias, violentas e não finalizadas; elas são feitas para servir a isto ou àquilo” (Foucault, 2019b, p. 69).

A chefia do grupo é conquistada por Pedro Bala com uso da violência. No fluxo de violência contra violência, é produzida mais violência. O uso da violência é regra para que o Estado, através de suas instituições, mecanismos e dispositivos, mantenha a dominação e o controle sobre as populações e também se apresenta a violência como regra para que os grupos populacionais submetidos ao processo de dominação e controle violentos exerçam uma resistência. Para Michel Foucault, “A regra é o prazer calculado da obstinação, é o sangue prometido. Ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida” (Foucault, 2019b, p. 69).

Quando a violência se torna a regra, ela estigmatiza os grupos populacionais e particularmente seus indivíduos. A cicatriz de Pedro Bala é uma marca, um estigma gerado pela regra estabelecida, a violência. Ela é o elemento que estigmatiza o grupo de crianças em situação de rua e seu chefe, Pedro Bala. Sobre a regra e sua aproximação com a violência, Michel Foucault intensifica: “Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência” (Foucault, 2019b, p. 68).

Pedro Bala é o chefe do grupo e é respeitado entre seus pares, os Capitães da Areia, ele também é reconhecido por outros grupos sociais; pelos marítimos e saveiristas (Querido-de-

Deus): “Ajudaram o Querido-de-Deus a desembarcar a pescaria, que fora boa. Iemanjá o tinha ajudado. Um homem que tinha banca no mercado comprou toda a pescaria” (Amado, 2008, p. 88). Também pelos doqueiros (João de Adão): “João de Adão, um estivador negro e fortíssimo, antigo grevista, temido e amado em toda a estiva, estava sentado num caixão. Só chamava Pedro de Capitão Pedro e gostava de conversar com eles. Ofereceu um pedaço de caixão a Pedro Bala. Boa-Vida se acocorou na sua frente” (Amado, 2008, p. 84).

Em memória de seu pai (Loiro), um estivador que participou e foi morto em um movimento grevista, Pedro Bala também era reconhecido pelos grevistas e revolucionários (Alberto): “Um dia iria fazer uma greve como seu pai... Lutar pelo direito... Um dia um homem assim como João de Adão poderia contar a outros meninos na porta das docas a sua história, como contavam a de seu pai” (Amado, 2008, p. 88). Os religiosos também tinham o chefe dos Capitães da Areia como um amigo (Padre José Pedro / Don’Aninha): “O chefe dos Capitães da Areia ia pouco aos candomblés, como pouco ouvia as lições do padre José Pedro. Mas era amigo tanto do padre como da Mãe-de-santo, e entre os Capitães da Areia quando se é amigo se serve ao amigo” (Amado, 2008, p. 97).

Sem-Pernas, Volta Seca, Pedro Bala e todas as outras crianças em situação de rua que compõem o grupo Capitães da Areia são profundamente marcados pela violência e a reproduzem durante toda a narrativa. No reformatório, Pedro Bala é preso e torturado, privado do sono, água e comida: “É o chefe dos tais de Capitães da Areia. Veja... O tipo do criminoso nato. Traz todos os estigmas do crime na face. Com esta idade já tem uma cicatriz. Espie os olhos... Não pode ser tratado como um qualquer. Vamos lhe dar honras especiais” (Amado, 2008, p. 202).

Em suma, o maior ato de resistência praticado por Sem-Perna também é um extremo ato de violência, o suicídio. O destino de Sem-Pernas é anunciado delicadamente pelo autor em diversos momentos da narrativa. O maior ato de resistência e de violência praticado por Pedro Bala foi se unir aos grevistas, aos movimentos revolucionários liderados pelos comunistas, inimigos declarados do Estado brasileiro. O maior ato resistência e de violência praticado por Volta Seca foi se incorporar ao bando de cangaceiros liderados por seu padrinho, Lampião, o maior de todos os bandidos declarados como inimigos pelo Estado brasileiro.

Os atos de violência sofridos ou praticados pelos Capitães da Areia não são aprazíveis. Em uma vida marcada pela violência, o que se reproduz é violência. Em um momento de diversão, quando chega e se instala na cidade o carrossel de Nhozinho França, percebemos que o carrossel, suas luzes e sua música fizeram com que os Capitães da Areia se sentissem por uma noite o que eles realmente eram, crianças, apenas crianças: “A alegria do carrossel e da música

aplacava a violência existente nos meninos. Volta Seca não pensava em Lampião nesse momento. Pedro Bala não pensava em ser um dia o chefe de todos os malandros da cidade. O Sem-Pernas em se jogar no mar, onde os sonhos são todos belos” (Amado, 2008, p. 68).

3.4 Dora: o amor como resistência em *Capitães da Areia*

A personagem Dora apresenta uma evolução interessante na narrativa de *Capitães da Areia*. A segunda parte do romance, intitulada “Noite da grande paz, da grande paz dos teus olhos” é um ciclo voltado para apresentar o desenvolvimento desta importante personagem. Assim como outras personagens femininas das obras de Jorge Amado, Dora se destaca pelo protagonismo que assume dentro e fora do trapiche em companhia dos Capitães da Areia. Sobre Jorge Amado e a inserção de personagens femininas em suas obras, o pesquisador Márcio Henrique Muraca afirma: “É importante mencionar que o papel feminino na militância política já aparece em sua obra empenhada na década de 1930” (Muraca, 2015, p. 228).

A menina Dora encontra o grupo de crianças em situação de rua conhecido como Capitães da Areia. Seu destino e as vidas dos meninos abandonados se entrelaçam no subtítulo “Filha de bexiguento”, onde são narradas as condições que levaram Dora e seu irmão, Zé Fuinha, a viverem nas ruas após a morte de seus pais. Os irmãos, sobreviventes da epidemia de varíola, órfãos, sozinhos, abandonados: “Dois dias depois descia do morro o último caixão feito pela varíola. Dora não soluçava. Corriam as lágrimas pelo seu rosto, mas enquanto o caixão descia, ela pensava era em Zé Fuinha, que pedia o que comer. O irmãozinho chorava de dor e de fome” (Amado, 2008, p. 168).

Após peregrinação por alguns lugares da cidade em busca de um refúgio para si e o irmão, Dora encontra-se com João Grande e Professor: “Dora sentou num banco, chamou o irmão. Os garotos que jogavam se levantaram também. Ela desembulhou os pães, deu um a Zé Fuinha. Os garotos a olhavam. O preto estava com fome, ela bem viu” (Amado, 2008, p. 172). Comovidos com a desgraça que eles bem conheciam, João Grande e Professor convidam a menina e o irmão para irem com eles para o velho trapiche: “Vem com a gente. A gente dorme num trapiche... Não é um palacete, mas é melhor que a rua” (Amado, 2008, p. 173).

Ao chegarem armou-se uma confusão, pois no grupo só tem meninos e a chegada de Dora causa agitação. Com o passar do tempo, Dora foi aceita pelo grupo. Todos viam na jovem menina uma companheira, uma irmã, uma mãe que cuidava dos outros meninos menores e dava amor e carinho a todos eles. “Professor e Gato ficaram vendo ela coser. Em verdade não era uma maravilha de costura, mas eles nunca tinham tido ninguém que remendasse suas roupas. A camisa estava rasgada de cima a baixo. Dora mandou que ele sentasse, começou a coser no corpo dele mesmo” (Amado, 2008, p. 179).

Com o passar do tempo, Dora decide estender suas atividades junto ao grupo e decide ir junto com eles para as aventuras nas ruas. Está decidida, nada vai mudar a sua decisão. Vestiu-

se como a maioria dos meninos, usava calças e amarrava na cintura um cordão. O vestido era usado por cima e servia como uma blusa. “Andava com eles pelas ruas, igual a um dos Capitães da Areia. Já não achava a cidade inimiga. Agora a amava também, aprendia a andar nos becos, nas ladeiras, a pongar nos bondes, nos automóveis em disparada. Era ágil como o mais ágil” (Amado, 2008, p. 189).

Dora diz a Pedro Bala que ele é noivo dela, e mesmo sem saber o que é amar os dois se sentem apaixonados, se amam. Pedro Bala reuniu-se com o grupo e combinou para confrontar o grupo de Ezequiel e, juntos, deram uma surra neles para se vingarem do que tinham feito com Pedro Bala. Com intensa atividade dentro do grupo Capitães da Areia, Dora foi pega e recolhida a um orfanato. Pedro Bala foi preso e levado para o reformatório. “Um mês de orfanato bastou para matar a alegria e a saúde de Dora. Nascera no morro, infância em correrias no morro. Depois a liberdade das ruas da cidade, a vida aventureira dos Capitães da Areia. Não era uma flor de estufa. Amava o sol, a rua, a liberdade” (Amado, 2008, p. 217).

Pedro Bala foge do reformatório para resgatar Dora, sua noiva e amada do orfanato que a deixa doente a cada dia. Veio uma febre, ela esteve na enfermaria. Quando voltou estava macilenta” (Amado, 2008, p. 217). O amor por Dora transborda em Pedro Bala. Preso no reformatório, ele quer a liberdade para ir em busca da liberdade de Dora: “A liberdade era Dora também. Não era só o sol, andar livre nas ruas, rir no cais a grande gargalhada dos Capitães da Areia. Era também sentir junto a si o cabelo loiro de Dora, ouvir ela contar coisas do morro, sentir os lábios dela sobre os seus lábios feridos” (Amado, 2008, p. 203).

O amor que nasce e cresce entre o chefe dos Capitães da Areia e a menina Dora extrapola o conhecimento que eles tinham sobre o amor. O amor por Dora faz com que Pedro Bala resista aos dias de torturas na cafua do reformatório: “Os membros e a cabeça de Pedro Bala doem. Tem sede, ainda não bebeu nem comeu neste dia” (Amado, 2008, p. 204). Antes de conhecer Dora, Pedro Bala não conhecia essa maneira de amor: “Ele nunca tivera uma ideia perfeita do amor. Que era ele, senão uma criança abandonada nas ruas, que pela força e agilidade e coragem conseguira chefiar o grupo mais valente de meninos abandonados, os Capitães da Areia? Que podia saber de amor? (Amado, 2008, p. 203-204).

Todos os meninos do grupo mantinham sentimentos afetivos por Dora. Com o passar do tempo, Dora foi bem aceita pelo grupo. Agora todos viam na jovem menina uma mãe, onde ela cuidava dos outros meninos e dava amor e carinho de mãe a todos eles, que passaram a respeitá-la e a dar carinho também: “Depois ela foi como uma mãe para todos. E como uma irmã também. Mas para ele desde o primeiro momento fora diferente. Fora também uma

companheira de brinquedos como para os demais, irmã querida. Mas fora também uma alegria diversa da que dá uma irmã” (Amado, 2008, p. 204).

Dora, com seu amor fraterno, transformou o grupo de crianças em situação de rua em uma extensa família, criando e reestabelecendo entre eles uma relação que os meninos já não tinham por sua condição de terem sido e estarem abandonados pelas suas famílias biológicas e viverem em situação de rua. Em *Capitães da Areia*, a menina Dora transformou o amor em resistência quando tornou-se mãe, irmã, amiga, noiva e esposa. “Ela era mãe, irmã e amiga dos Capitães da Areia. Para Pedro Bala é noiva, um dia será esposa. Não a podem ter num orfanato como uma menina sem ninguém. Ela tem um noivo, uma legião de irmãos e de filhos de quem cuidar” (Amado, 2008, p. 204).

O amor de Dora pelos meninos e o amor deles por ela têm efeitos de resistência porque eles encontram nesse amor as forças que precisam para resistirem às mazelas sociais. Dora é um exemplo de valentia como fora a mãe de Volta Seca, Rosa Palmeirão, Maria Cabaçu e a companheira de Lampião: “Mais valente porque é apenas uma menina, apenas está começando a viver” (Amado, 2008, p. 205). Tinha apenas 13 anos: “Estivera no orfanato, fugira dele, igual a Pedro Bala fugindo do reformatório. Tivera coragem para morrer, consolando seus filhos, irmãos, noivos e esposo que eram os Capitães da Areia” (Amado, 2008, p. 258).

Durante a noite, a mãe de santo Don’Aninha vai até o trapiche para tentar curar Dora da febre; enquanto ela tenta espantar a febre da menina, uma grande paz reina no trapiche. A mãe de santo vai embora. Dora, ardente em febre, chama por Pedro Bala, seu noivo, se entrega a ele como sua esposa. No mundo, o amor é um elemento que pacifica os corações. A violência nunca é pacificada pela violência, ela é pacificada pelo amor. O amor é uma forma de resistência e o amor de Dora pelos Capitães da Areia e seu esposo foi uma forma de resistência.

Ela parecia não sentir a dor da posse. Seu rosto acendido pela febre se enche de alegria. Agora a paz é só da noite, com Dora está a alegria. Os corpos se desunem. Dora murmura: - É bom. Sou tua mulher. Ele a beija. A paz voltou ao rosto dela. Fita Pedro Bala com amor. Agora vou dormir. Deita ao lado dela, segura sua mão ardente. Esposa. A paz da noite envolve os esposos. O amor é sempre doce e bom, mesmo quando a morte está próxima. Os corpos não se balançam mais no ritmo do amor. Mas nos corações dos dois meninos não há mais nenhum medo. Somente paz, a paz da noite da Bahia (Amado, 2008, p. 221-222).

Dora se entregou totalmente com o amor de esposa para Pedro Bala e com o amor fraterno para os Capitães da Areia, seus companheiros de aventuras nas ruas da cidade de Salvador. Pedro Bala acordou no meio da noite, viu que Dora estava gelada, não tinha mais pulsação;; aos poucos os outros meninos foram acordando e viram que Dora estava morta: “Na madrugada,

Pedro põe a mão na testa de Dora. Fria. Não tem mais pulso, o coração não bate mais. O seu grito atravessa o trapiche, desperta os meninos” (Amado, 2008, p. 222).

Querido-de-Deus leva o corpo de Dora para o mar, onde será jogado. Sem se conformar com a morte de Dora, Pedro Bala vai atrás da pequena embarcação de Querido-de-Deus, que o salva quando já está voltando. Pedro Bala pensa em Dora como uma estrela, e a procura pelo céu. “Uma estrela de longa cabeleira loira, uma estrela como nunca tivera nenhuma na noite de paz da Bahia. A felicidade ilumina Pedro Bala. Para ele veio também a paz da noite. Por que agora sabe que ela brilhará para ele entre mil estrelas no céu sem igual da cidade negra” (Amado, 2008, p. 225).

O amor de Dora é resistência porque seu amor de irmã, de noiva, e de esposa modificou sentimentos entre os Capitães da Areia. Porém, a maior incidência do amor de Dora se deu sobre Pedro Bala. “Antes que ela aparecesse, ele nunca pensara nesta palavra: noiva. Gostava de derrubar negrinhas no areal. Era outra maneira de amor, pensava numa confusão. Ele nunca tivera uma ideia perfeita do amor” (Amado, 2008, p. 203-204). O amor por Dora e a dor por sua morte precoce transformaram Pedro Bala, marcando uma nova perspectiva de vida para o ex-chefe dos Capitães da Areia e, agora, herói entre os revolucionários comunistas.

3.5 Professor: a educação e a leitura como resistência em *Capitães da Areia*

A escola é um dispositivo de poder e controle em que percebemos a atuação das forças de poder que compõem o campo de correlações de forças institucionais de um Estado. Para Michel Foucault, “A escola torna-se um aparelho de aprender, onde cada aluno, cada nível e cada momento, se forem bem combinados, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino” (Foucault, 2014, p. 162-163). No caso do sistema educacional brasileiro, em *Escola e democracia* (2018), Dermeval Saviani afirma que “A constituição dos chamados ‘sistemas nacionais de ensino’ data de meados do século XIX. Sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado” (Saviani, 2018, p. 5).

Em diversas composições textuais de Jorge Amado, percebemos que a escola, como instituição responsável pela educação formal dos indivíduos, é um elemento ausente; quando presente, é apresentada como algo inacessível ou de difícil permanência para as crianças de grupos populacionais não elitizados. A exclusão de crianças de grupos populacionais marginalizados do espaço escolar, a exemplo, os *Capitães da Areia*, se inscreve em outra sentença proferida por Dermeval Saviani: “O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa” (Saviani, 2018, p. 5).

Dermeval Saviani, em *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (2013a), especificamente no tópico “Sobre a natureza e especificidade da educação”, traça um paralelo entre a educação como fenômeno próprio dos seres humano como elemento constituidor que perpassa pela compreensão da natureza humana: “Sabe-se que a educação é um fenômeno dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana” (Saviani, 2013a, p. 11).

Desta maneira, Dermeval Saviani apresenta uma relação de interdependência entre a educação e o trabalho como condição para a existência humana: “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (Saviani, 2013a, p. 11). Quando analisamos a literatura de Jorge Amado, percebemos que não foi em *Capitães da Areia* a primeira vez em que a temática da escola foi abordada e apresentada pelo autor. É perceptível que a proposta de interdependência entre a educação e o trabalho elaborada e descrita por Dermeval Saviani está presente nos seis primeiros romances

amadianos, ou seja, desde *O país do carnaval* (1931) até *Capitães da Areia* (1937), a escola foi citada por Jorge Amado.

Em *O país do carnaval*, primeiro romance, publicado em 1931, Jorge Amado nos apresenta os perfis de alguns de seus personagens, entre eles, cita o fracasso escolar de um jovem piauiense, imigrante, recém-chegado à Bahia: “Ricardo Braz nascera no Piauí. Rapaz, teve que emigrar para tentar a vida na Bahia. Conseguiu entrar para a Escola Agrícola, para abandoná-la logo depois por falta de recursos. Por fim, arranjava um emprego público e estava a se formar na Faculdade de Direito” (Amado, 2011a, p. 35).

Em *Cacau*, publicado originalmente em 1933, também encontramos uma gama de personagens caracterizados como indivíduos periféricos e marginalizados que, sendo filhos de trabalhadores do campo, saveiristas e operários, vão seguir o caminho dos progenitores e pouco ou nunca frequentaram o espaço escolar: “Escola, nome sem sentido para eles. De que serve a escola? Não adianta nada. Não ensina como se trabalha nas roças nem nas barcaças. Alguns, quando cresciam, aprendiam a ler. Somavam pelos dedos. Escola de libertinagem, sim, era o campo com as ovelhas e as vacas” (Amado, 2010, p. 88).

Em *Suor*, publicado originalmente em 1934, encontramos exemplares dos diversos tipos sociais criados por Jorge Amado. Entre eles figuram marginalizados que ocupam um casarão transformado em cortiço para abrigar essa massa marginalizada que habita o centro da cidade de Salvador: “O letreiro, com o nome do cortiço, era de letras desiguais, azuis e vermelhas, umas mais altas, outras mais baixas. Quem entrasse dava com ele pendurado na varanda do primeiro andar. Pouca gente sabia, porém, que nos fundos do 68 havia um cortiço” (Amado, 2011b, p. 81).

Em *Jubiabá*, romance publicado em 1935, ou seja, dois anos antes da publicação de *Capitães da Areia*, o protagonista, Antônio Balduino, já travava suas batalhas para explicar o quanto a escola formal era desnecessária diante de sua condição social: “Quando você crescer o que é que vai ser? Ele respondeu prontamente: Jagunço. Não sabia de carreira mais bela e mais nobre, carreira que requeresse mais virtudes, saber atirar e ter coragem. Você precisa é de ir para a escola, diziam. Ele perguntava a si mesmo para quê” (Amado, 2008b, p. 20).

Para Antônio Balduino, sua condição social e sua perspectiva de vida marcava o quanto a escola era um elemento desnecessário para ele: “Nunca ouvira dizer que jagunço soubesse ler. Sabiam ler os doutores e os doutores eram uns sujeitos moles. [...]. Também sua tia não sabia ler, e, no entanto, era respeitadíssima no morro, ninguém mexia com ela, ninguém tirava prosa” (Amado, 2008b, p. 20). Percebemos que a existência social e laboral do protagonista não tem uma relação efetiva ou imediata com o conhecimento adquirido no espaço escolar.

Mar morto, publicado em 1936, um ano antes de *Capitães da Areia*, também faz menção à escola como um elemento que não se faz presente para os grupos populacionais mais pobres: “Estivera pouco tempo na escola. Não levavam lá, ele, e os demais filhos dos mestres de saveiro e dos canoieiros, mais que o tempo de aprender a soletrar uma carta e a garatujar um bilhete, se esforçando para botar um rabo embaixo da última letra da assinatura” (Amado, 2008c, p. 47). Os filhos dos mestres de saveiros e dos canoieiros não precisavam ir para a escola para aprenderem a profissão que aprenderiam com seus pais. Assim, a escola não tem relação com o trabalho desenvolvido por esses grupos populacionais.

Em todos os casos citados nos romances amadianos, percebemos que realmente existe uma relação entre a escola e o trabalho e que essa relação é o marcador de uma subsistência material seguida de uma inexistência social. Em *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* (2013a), Dermeval Saviani apresenta a teoria de que, “Para sobreviver, o homem precisa extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência” (Saviani, 2013a, p. 11). Desta maneira, o autor compreende que “o processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a consequente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; tal processo nós podemos traduzir na rubrica ‘trabalho material’” (Saviani, 2013a, p. 11-12).

A percepção da importância da instituição escolar como elemento formador social está justamente na sua ausência. A escola não se faz presente na vida das crianças e a falta da formação escolar e sua participação na formação social do grupo de meninos é latente. A escola é a instituição moldadora da criança que nela está inserida por desígnios de valores, mas o grupo de crianças em situação de rua *Capitães da Areia* é moldado pela ausência dela. Diferente de como ela é pensada e posta para a sociedade elitizada. Segundo Philippe Ariès:

O costume mais geralmente aceito na educação das crianças é colocá-las em colégios. Essas instituições têm suas vantagens: as crianças fazem aí conhecimentos e amizades vantajosas, que muitas vezes duram até o fim da vida. Elas aproveitam também os benefícios da emulação: as crianças adquirem aí a coragem louvável de falar em público sem empalidecer à vista dos homens, o que é absolutamente importante àqueles que devem assumir cargos importantes (Ariès, 2006, p. 244).

A escola não faz parte do cotidiano e da vida dos *Capitães da Areia*, sendo assim, uma formação segundo os moldes apontados por Ariès seria impossível, inacessível àqueles meninos em situação de rua. Em *Capitães da Areia*, por exemplo, o espaço escolar é mencionado, no entanto, não se faz presente na vida das crianças em situação de rua. A escola como espaço formal de educação é uma instituição inacessível para os *Capitães da Areia*. A educação

brasileira no século XX apresentava características de ser excludente. Segundo Connell, “No início do século XX, os sistemas educacionais eram, em sua maioria, nítida e deliberadamente estratificados: segregados por raça, gênero e classe social, divididos entre escolas acadêmicas e técnicas, públicas e privadas, protestantes e católicas” (Connell, 1995, p. 14).

A educação, sem dúvidas, sempre foi um problema nacional. A palavra escola é citada por 18 vezes no romance, com maior ocorrência no subtítulo “Manhã como um quadro”, onde se desenvolve um diálogo entre Professor e Pedro Bala, que dialogam sobre uma escola a que eles nunca tiveram e não têm acesso: “Que é que tu sabes? Que é que eu sei? A gente nunca andou em escola. Eu tenho vontade de fazer a cara dos homens, a figura das ruas, mas nunca tive na escola, tem um bocado de coisa que eu não sei...” (Amado, 2008, p. 137).

Por que a marginalização é um fator preponderante de exclusão das crianças em situação de rua e de outros grupos populacionais marginalizados socialmente? Segundo Saviani,

Nesse quadro, a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade. Isso porque o grupo ou classe que detém a maior força se converte em dominante se apropriando dos resultados da produção social, tendendo, em consequência, a relegar os demais à condição de marginalizados. Nesse contexto, a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização. Nesse sentido, a educação, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, converte-se num fator de marginalização já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção da marginalidade cultural e, especificamente, escolar (Saviani, 2018, p. 4).

A educação deveria ser um instrumento de correção da marginalidade, de equalização social, porém, como perceptível na ficção de *Capitães da Areia* e na percepção da realidade brasileira apresentada por Dermeval Saviani, não é isso o que acontece e, assim, ela, a educação, se torna uma alavanca propulsora que segue empurrando velozmente grupos sociais inteiros para à exclusão escolar e conseqüentemente para a marginalidade social.

O marginalizado já não é, propriamente, o ignorante, mas o rejeitado. A educação, como fator de equalização social, será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais. A educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, aceitem-se mutuamente e respeitem-se na sua individualidade específica (Saviani, 2018, p. 6-7).

João José, o Professor, gostava de ler e alimentava seu gosto pela leitura com livros furtados nas casas que assaltavam durante as noites da grande cidade baiana: “João José, o Professor, desde o dia em que furtara um livro de histórias numa estante de uma casa da Barra, se tomara perito nestes furtos. Nunca, porém, vendia os livros, que ia empilhando num canto do trapiche, sob tijolos, para que os ratos não os roessem” (Amado, 2008, p. 32).

João José é a resistência através da leitura, do aprendizado, e o autodidatismo é o elemento que o coloca em vantagem entre os outros meninos do grupo, daí seu lugar de destaque e liderança entre os líderes dos Capitães da Areia: “João José era o único que lia correntemente entre eles e, no entanto, só estivera na escola ano e meio. Mas o treino diário da leitura despertara completamente sua imaginação e talvez fosse ele o único que tivesse uma certa consciência do heroico de suas vidas” (Amado, 2008, p. 32).

Com persistência, João José detinha certo grau de domínio sobre a escrita e a leitura se comparado aos colegas de grupo que nunca pisaram no chão de uma escola: “Lá está ele, no mais longínquo canto do casarão, lendo à luz de uma vela. João Grande pensa que aquela luz ainda é menor e mais vacilante que a da lanterna da Porta do Mar e que o Professor está comendo os olhos de tanto ler aqueles livros de letra miúda” (Amado, 2008, p. 31-32).

Com singular habilidade para o desenho, João José era um artista que retratava em pedaços de papéis seus companheiros e pessoas que andavam pelas ruas. Quase sempre agradavam os retratados e recebia alguns níqueis pelo seu trabalho artístico: “O Professor, com um pedaço de lápis e uma tampa de caixa, desenhou Volta Seca vestido de cangaceiro. Tinha um jeito especial para desenhar e por vezes ganhava dinheiro fazendo desenho, nas calçadas, de homens que passavam, de senhoritas que iam com os noivos” (Amado, 2008, p. 80).

As crianças em situação de rua não se livravam da violência entranhada na sociedade brasileira e praticada pelos aparatos de poder. Mesmo com talento artístico, Professor não recebia tratamento especial dos guardas que constantemente o expulsavam dos espaços públicos:

Ele recolhia os níqueis e então ficava a retocar o desenho feito a giz, a ampliá-lo, a colocar homens de cais e mulheres da vida, até que um guarda o expulsava da calçada. Por vezes já tinha um grupo espiando e havia quem dissesse: Este menino promete. É pena que o governo não olhe essas vocações... e lembravam casos de meninos de rua que, ajudados por famílias, foram grandes poetas, cantores e pintores (Amado, 2008, p. 80-81).

A oportunidade de João José surge quando ele e Pedro Bala estão na cidade alta em uma manhã e ele desenhou o retrato de um homem que deixa com ele seu cartão e pede que o procure. Professor conhecia a Escola de Belas-Artes, mas não acreditava ser possível um sujeito

com sua condição social fazer parte de um grupo tão seletivo e renomado de artistas: “Um dia andei de penetra, me meti numa sala. Tava tudo vestido de camisa, nem me viram. Estavam pintando uma mulher nua... Se um dia eu pudesse... João de Adão disse que um dia a gente pode ter escola. Professor parecia ter perdido a alegria do dia” (Amado, 2008, p. 137).

João José foi para o Rio de Janeiro estudar arte. Foi através dos estudos e da arte que o menino em situação de rua, conhecido entre os Capitães da Areia pelo apelido de Professor, encontrou a sua forma de fazer e se tornar resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros. Não gostava de rezar, mas apreciava a leitura dos livros que, mesmo sabendo da sua pouca inclinação ao religioso, o padre José Pedro lhe trazia sempre. “Ninguém sabia, no entanto, que um dia, anos passados, seria ele quem haveria de contar em quadros que assombrariam o país a história daquelas vidas e muitas outras histórias de homens lutadores e sofredores” (Amado, 2008, p. 32-33).

Frequentando uma escola de arte no Rio de Janeiro, João José, o Professor, extraiu os meios de que necessitava, não só para a sua subsistência como já fazia antes enquanto menino em situação de rua, mas também produziu a sua própria existência através do trabalho que exercera após a educação formal que recebera. “Para sobreviver, o homem precisa extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Assim, o processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material” (Saviani, 2013a, p. 11).

Desta maneira, percebemos que a escola, a educação para a criança em situação de rua, João José, adquiriu um valor, no sentido de que ela o projetou para uma nova forma de alcançar as suas necessidades de subsistência material e de transformar a sua condição de abandono alcançando uma existência humana. Esta transição de um lugar para outro que ocorre na vida de Professor, através do processo de valoração da escola, da educação está em consonância com as teorias que Alfredo Bosi apresenta em *Literatura e Resistência* (2002), e as ideias que Dermeval Saviani descreve em *Educação: do senso comum à educação filosófica* (2013b).

Para Alfredo Bosi, “O valor é objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação” (Bosi, 2002, p. 120). Para Dermeval Saviani, “A reflexão sobre os problemas educacionais inevitavelmente nos levará a questão de valores. Com efeito, se esses problemas trazem a necessidade de uma reformulação da ação, torna-se necessário saber o que se visa com essa ação, ou seja, quais são os seus objetivos” (Saviani, 2013b, p. 43).

A intencionalidade da vontade como força propulsora das ações atingiu em cheio o Professor após a morte de Dora: “Um dia Professor entrou no trapiche e não acendeu sua vela,

não abriu um livro de histórias, não conversou. Para ele toda aquela vida tinha acabado desde que Dora fora levada pela febre” (Amado, 2008, p. 229). Em um momento de reflexão, ele percebeu que sua vida perdera alguns significados. “Para Professor tudo tinha uma nova significação. O trapiche ficara como a moldura de um quadro: Agora Professor olhava o trapiche como para uma moldura sem quadro. Inútil. Para ele deixara de ter significação, ou tinha uma significação terrível demais” (Amado, 2008, p. 230).

Professor precisa extrair novos sentidos para sua vida, precisa mudar a sua condição de subsistência material e também compor a sua existência humana através da educação e do trabalho. “Mudara muito naqueles meses após a morte de Dora, andava calado, o rosto sério, e entrara em relações com aquele senhor que certa vez, num passeio da rua Chile, conversara com ele, lhe dera uma piteira e seu endereço” (Amado, 2008, p. 230).

Para Alfredo Bosi, “No homem de ação, a realização dos valores tem um compromisso com a verdade de suas representações. O valor, nessa esfera das práxis, se provará pela coerência com que o homem justo se comporta a partir da sua decisão” (Bosi, 2002, p. 121). Em *Capitães da Areia*, professor se torna o homem que assume a realização dos valores e tem o compromisso com as verdades de suas representações: “Que adianta a vida da gente? Só pancada na polícia quando pegam a gente. Todo mundo diz que um dia pode mudar... Padre José Pedro, João de Adão, tu mesmo. Agora vou mudar a minha. Vou estudar com um pintor do Rio. Um dia vou mostrar como é a vida da gente...” (Amado, 2008, p. 230).

A escola/educação/leitura/estudo como forma de resistência em *Capitães da Areia* se apresenta como tema central e se efetiva no fim do processo, através da ação da intencionalidade da vontade como força propulsora e da motivação para a partida inicial neste processo, quando a criança em situação de rua, João José, o Professor, passa pelo fluxo de transição da subsistência material e da existência humana utilizando o valor do objeto, a escola, para alcançar os seus objetivos.

O objetivo era colocar seus quadros em exposição na rua Chile: “Um dia tu ainda bota um bocado de pintura numa sala da rua Chile, mano” (Amado, 2008, p. 137). A resistência em *Capitães da Areia* é um elemento presente e perene em toda a narrativa e é também uma força que agora “vem dos quadros de Professor, onde meninos esfarrapados lutam naquela exposição da rua Chile” (Amado, 2008, p. 267).

3.6 Os Capitães da Areia podem ser considerados agentes da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros?

Os Capitães da Areia podem ser considerados agentes da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros? Para responder a esta questão que está no cerne desta pesquisa, pensamos em três formas de compreendermos a resistência a partir da narrativa amadiana em *Capitães da Areia*: a primeira, pela via da literatura enquanto sistema; a segunda, pela obra literária, *Capitães da Areia*, publicada em 1937, em um contexto histórico de resistência ao cenário político-social ditatorial; a terceira, pela composição do grupo populacional de crianças em situação de rua Capitães da Areia.

Ressaltamos que aquilo que chamamos literatura enquanto sistema ou sistema literário é aquela que, no caso brasileiro, segundo Antonio Candido, em *Iniciação à literatura brasileira* (2023), foi se configurando a partir de meados do século XVIII e se consolidou até ao século XIX: “Nesse tempo podemos considerar como configurado e amadurecido o sistema literário do Brasil, ou seja, uma literatura que não consta mais de produções isoladas, mesmo devidas a autores eminentes, mas é atividade regular de um conjunto numeroso de escritores” (Candido, 2023, p. 52).

Embora não consideramos haver uma dissociação entre a literatura como sistema, da obra literária *Capitães da Areia* e do grupo populacional de crianças em situação de rua denominado Capitães da Areia, pensamos em uma separação apenas para definirmos os três tipos de ação de resistência: a primeira no contexto macro, no campo do sistema literário; a segunda no contexto médio, momento histórico, a obra literária *Capitães da Areia*; e a terceira no contexto micro, no campo interno da narrativa literária *Capitães da Areia*. “A resistência, como postura e ato, pode ter inúmeras faces, bem como formas plurais de tratamento teórico-metodológico” (Sarmiento-Pantoja, 2014, p. 9).

Hoje, em grande parte da produção literária, é a percepção da presença da opressão social dos grupos populacionais elitistas sobre os grupos populacionais marginalizados que demonstra a presença de formas multifacetadas e articuladas de resistências. A resistência pela literatura se dá justamente pelo fato de que, na literatura de *Capitães da Areia*, a realidade e a ficção se associam em defesa dos grupos populacionais excluídos e silenciados por séculos. “A resistência é o ponto de partida da militância. A parceira principal desta militância é a literatura. Em primeiro lugar, a literatura transgressiva. Trata-se de uma literatura que não se acomoda a propósitos ou intenções de fora do campo da cultura e da arte” (Zilberman, 2021, p. 11).

A literatura apresenta-se como uma forma alternativa para problematizar o social e caracteriza-se como meio discursivo alternativo para dar visibilidade aos grupos populacionais marginalizados. “A literatura se torna, assim, um espaço de interlocução e um abrigo. Não toda ela, porque a arte também pode servir aos poderosos, domesticada e conivente” (Dalcastagnè, 2018, p. 9). Para Antoine Compagnon, “A literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão ao poder. Contrapoder, revela toda a extensão de seu poder quando é perseguida” (Compagnon, 2009, p. 42).

A resistência exercida pela obra *Capitães da Areia* ocorre no contexto histórico da Revolução de 1930 e na estruturação da geração de 1930, grupo de escritores engajados no realismo político-social da época. Em *Os Subalternos da liberdade: lembrar para não esquecer* (2015), Márcia Rios da Silva afirma: “A resistência desses heróis e de outros oriundos da classe trabalhadora atravessa toda a história ao enfrentarem o Estado Novo, que fechou o congresso, impôs censura à imprensa, prendeu líderes políticos e sindicais, a fim de viabilizar a criação de um Estado capitalista burguês” (Silva, 2015b, p. 30).

A resistência exercida pelos grupos populacionais marginalizados em *Capitães da Areia* se estabelece contra a estigmatização, o preconceito, o escárnio, a desqualificação e a opressão contra as crianças em situação de rua. Podemos perceber essas práticas nitidamente materializadas nos discursos das autoridades legalizadas do Estado, da Imprensa, da Igreja e da elite soteropolitana. A esfera social dominante emite desprezo pelos espoliados e desvalidos, e isso se evidencia através da linguagem que se traduz em ofensas pejorativas e estigmatizadoras que insinuam total desqualificação aos grupos populacionais marginalizados e em particular ao grupo de crianças em situação de rua, os Capitães da Areia.

O que se expressa em *Literatura e resistência* (2002), de Alfredo Bosi, condensa o que propomos como as três vertentes explicativas sobre a literatura: enquanto sistema; a obra literária *Capitães da Areia*; e o grupo de crianças em situação de rua, presentes na narrativa de Jorge Amado, podem ser considerados forças de resistência. No que concerne à primeira vertente explicativa, situamos a literatura enquanto sistema como forma de resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros. Segundo Alfredo Bosi,

Por sua vez, a narrativa, quando atinge certo grau de intensidade e profundidade, supera a rotina da percepção cotidiana e liberta a voz de tudo quanto esta abafou e apartou da conversa. É nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente (Bosi, 2002, p. 135).

A literatura como campo de conhecimento permite muitas interrogações ao mesmo tempo que sua escrita proporciona respostas a questões político-sociais importantes. *Capitães da Areia* é uma narrativa que segue na contramão do sistema político social estabelecido e mantido pelas forças do Estado para a manutenção dos privilégios das elites soteropolitanas. A segunda vertente explicativa, de por que a obra literária *Capitães da Areia* pode ser considerada uma força de resistência, também pode ser verificada em Alfredo Bosi:

A escrita resistente do pós-Naturalismo emprestou voz aos múltiplos fantasmas do sujeito que estavam recobertos pela fôrma de gesso da máscara social. A escrita resistente não resgata apenas o que foi dito uma só vez no passado distante e que, não raro, foi ouvido por uma única testemunha, também o que é calado no curso da conversação banal, por medo, angústia ou pudor, soará no monólogo narrativo do diálogo dramático (Bosi, 2002, p. 134-135).

Capitães da Areia, enquanto romance situado no âmago do Estado Novo, estava engajado, associado aos movimentos de resistência e denúncias consubstanciados pelo realismo político-social adotado como prática política pelos escritores da geração de 1930. Nesse sentido, traduz todo o escárnio das elites soteropolitanas quanto a situação de marginalidade em que vivia a maioria da população baiana e, em particular, as crianças em situação de rua, os Capitães da Areia.

Em *Relembrando Jorge Amado* (2021), Benedito Veiga confirma que “As palavras do autor descrevem, com presteza, a concretude temática que persiste até hoje: o problema do menor abandonado na sociedade brasileira; suas injunções e marcas; a distribuição injusta da riqueza, a carência de oferta de emprego e os salários miserandos” (Veiga, 2021, p. 17).

Em seu estudo intitulado *Leitura e Cidadania*, Eduardo de Assis Duarte destaca a repercussão da queima de livros em praça pública; entre as obras, diversas eram de Jorge Amado, entre os romances estava *Capitães da Areia*. “Há pouco mais de 60 anos, surgia na literatura brasileira um livro marcado pelo estigma da incineração pública. Censurado e perseguido no momento de seu lançamento, *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, aparece às vésperas da decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937” (Duarte, s/d, n.p.).

O movimento de resistência em *Capitães da Areia* e do grupo de crianças em situação de rua não é uma resistência que se perceba organizada até o momento em que os líderes do grupo são apresentados a Alberto, representante comunista que insere os Capitães da Areia em uma participação efetiva do movimento revolucionário, operando para a manutenção dos movimentos grevistas dos trabalhadores dos bondes. A resistência não era organizada

politicamente, entretanto, ela sempre existiu entre eles. Segundo Alfredo Bosi, a resistência exercida pelos grupos populacionais marginalizados em *Capitães da Areia* se consolida porque

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (Bosi, 2002, p. 134).

É o caso de Pedro Bala, que é filho de um operário que foi morto em confronto com a polícia em um movimento grevista. Participando da revolução, ele se insere como resistência dentro do foco narrativo de *Capitães da Areia* como obra literária que faz parte de um sistema literário. Desta maneira, tendo em vista que a revolução na narrativa caminha para a universalização, compreendemos que “O tema da resistência se universaliza na cultura existencialista” (Bosi, 2002, p. 129). A revolução e a resistência se universalizam em *Capitães da Areia* através do protagonismo de Pedro Bala como agente da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros dentro da revolução comunista.

Os Capitães da Areia, como grupo de crianças em situação de rua, sozinhos não representam a totalidade da resistência contra um projeto biopolítico nefasto de aniquilação dos outros, mas também a resistência se faz e se concretiza através da obra literária *Capitães da Areia* e, principalmente, através da literatura enquanto sistema. O que fica evidente na obra *Capitães da Areia* é que, embora existam muitas formas de resistência nos campos político, econômico, cultural, social e religioso, inúmeras batalhas ainda precisem ser vencidas. Porém é primordial sabermos que as vozes da ficção e da realidade na literatura não ecoaram em vão.

Olhando para as práticas de violência e a perseguição que o grupo de crianças em situação de rua sofre dentro da narrativa de *Capitães da Areia*, compreendemos que eles são uma força de resistência porque, em 1937, o Brasil estava sob um regime autoritário que suprimiu o Estado democrático de direito e as práticas institucionais para com essa categoria de infância foram de violência e exclusão. Rizzini e Celestino registram: “No período histórico em foco, o atendimento propagado pelo Estado brasileiro dirigido a crianças e adolescentes pobres era definido a partir do processo de classificação destes, seja como órfãos, abandonados ou delinquentes” (Rizzini; Celestino, 2016, p. 231).

Os Capitães da Areia são agentes sociais de resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros porque “A infância é um tempo social, a criança é um agente, protagonista nas tramas do cotidiano” (Freitas, 2016, p. 10). A resistência em *Capitães da Areia*

exercida pelo grupo de crianças em situação de rua é algo que existe porque eles resistem a uma prática constante de violência com objetivação de aniquilar, de extingui-los como categoria social. Os Capitães da Areia, do início ao fim da narrativa, encontram meios de sobreviverem, de resistirem às investidas aniquiladoras exercidas pelos poderes estatais. “É nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real” (Bosi, 2002, p. 135).

O que resiste ao final da ficcionalidade de *Capitães da Areia* é uma junção de verossimilhanças entre o ficcional e o real. É o quadro que conta a história dos meninos em situação de rua da cidade de Salvador exposto na galeria de arte da rua Chile pelo artista João José, o Professor. É a notícia do jornal que registrou o salto do menino cocho sobre as grades de proteção de um precipício para não ser preso e violentado pela polícia. É a união de Volta Seca aos cangaceiros que lutam contra os desmandos político-econômicos dos coronéis. O que resiste em *Capitães da Areia* enquanto ficcionalidade do real é a participação e incorporação de Pedro Bala, filho de um doqueiro, aos movimentos político-sociais organizados pelos comunistas contra o regime ditatorial instaurado em 1937. “E aqui são os valores mais autênticos e mais sofridos que abrem caminho e conseguem aflorar à superfície do texto ficcional” (Bosi, 2002, p. 135).

Em *Capitães da Areia*, as crianças em situação de rua são agentes da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros porque elas são personagens protagonistas que se recusam a aceitarem as condições político-sociais impostas a elas pela elite baiana. São sujeitos sociais que sofrem todo o desprezo da sociedade na qual estão inseridos, mas persistem e lutam contra as forças que os estigmatizam, desqualificam, marginalizam e os aniquilam socialmente. É por isso que, para Alfredo Bosi, “A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente” (Bosi, 2002, p. 135).

Os esforços estético-literários realizados por Jorge Amado conduziram sua literatura ao patamar de objeto de representação de uma realidade descrita através do cotidiano ficcionalizado. O autor faz de sua escrita verossímil uma forma de alcançar uma transposição literal do real para o ficcional. Na base de toda a realidade político-social que é descrita por Jorge Amado, está a ficcionalidade; ou seria o inverso? Na base de toda a ficcionalidade que é descrita por Jorge Amado em suas narrativas, está a realidade político-social? Jorge Amado transforma a verossimilhança entre o real e o ficcional em um motor que impulsiona sua literatura e, de maneira natural, expressa a sua percepção da realidade político-social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese procuramos confirmar a hipótese de que o grupo de criança em situação de rua, Capitães da Areia, pode ser considerado um agente da resistência ao projeto biopolítico de aniquilação dos outros. O romance *Capitães da Areia* representa na literatura o realismo político-social brasileiro. Jorge Amado constrói a narrativa de forma que leva o leitor a refletir sobre um dos maiores problemas sociais ainda presentes nos dias atuais, o abandono de crianças e adolescentes pelas suas famílias e pelo Estado brasileiro. Um dos aspectos que destacamos nesta pesquisa é a relação intimista que a narrativa amadiana apresenta em consonância com a realidade brasileira, demonstrando uma característica de verossimilhança que aproxima a literatura à realidade social de crianças e adolescentes brasileiros em situação de rua.

A leitura de *Capitães da Areia* e de parte significativa de sua fortuna crítica nos revelou não somente a militância política de Jorge Amado, mas também, a sua contribuição para uma melhor compreensão e conscientização de uma realidade histórico-social acerca das desigualdades sociais, das violências e das resistências dos grupos sociais estigmatizados, marginalizados e excluídos do direito de acesso a direitos básicos de forma sumária pelas forças políticas elitistas instituídas e exercidas contra eles pelo projeto biopolítico de aniquilação. Essa interpretação sobre a aproximação entre a literatura amadiana e a realidade histórico-social pode ser consubstanciada pela afirmação de Aline Santos de Brito Nascimento: “A literatura dá visibilidade ao processo histórico da sociedade retratada em Jorge Amado [...] já que a obra amadiana evidencia muito a história do lugar, como a sua formação étnica e o desenvolvimento econômico” (Nascimento, 2022, p. 15). Essa afirmativa converge com o que declara Alfredo Bosi: “É nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real” (Bosi, 2002, p. 135).

Capitães da Areia permanece atual por todos os elementos que o compõem e por demonstrar o protagonismo de um grupo de crianças e adolescentes em situação de rua atuando, por exemplo, em um movimento grevista e tendo, ao final, um de seus líderes incorporado aos movimentos grevistas brasileiros e aos projetos políticos do Partido Comunista Brasileiro em meados do século XX. O romance elabora a história daquele tempo e se projeta como uma denúncia social que se mantém latente ainda hoje, não como um amontoado de páginas escritas a serem esquecidas, mas como um processo de contestação de um momento histórico.

Em *Capitães da Areia*, presenciamos, através do realismo político-social, um desdobramento estético-artístico que se alicerça pela combinação entre o projeto político militante de Jorge Amado e uma denúncia social transposta para a narrativa literária.

Aproximado ao momento histórico brasileiro, encontramos um romance carregado de verossimilhanças que marca o estilo do escritor. Porém, sobre o realismo político-social imbricado nos romances amadianos e sua aproximação com a realidade histórica, nos alerta Aline Nascimento: “confirmando que os romances de Jorge Amado são fortemente ligados à história, mas não são textos históricos, são obras de ficção” (Nascimento, 2022, p. 278).

Capitães da Areia é um exemplo de ficção produzida por Jorge Amado para não deixar esquecer a condição político-social do povo brasileiro. O clima de aventura projetado na narrativa acentua-se através das peripécias de crianças e adolescentes em situação de rua. O uso de situações do cotidiano de um centro urbano, atrelado aos questionamentos das estruturas político-sociais-econômicas, são os elementos que demarcam e impulsionam as ações de resistência ao poder biopolítico de aniquilação dos outros, o qual subjuga, humilha e aniquila grupos populacionais inteiros para manter os privilégios de uma elite patriarcal dominante.

Nesta tese a dinâmica trajetória intelectual de Jorge Amado e suas várias posições no campo político-social foram consideradas tendo em vista as relações sociais com os demais agentes dentro das relações de poder e todas as questões sociais que sua obra implicam para a compreensão de determinados segmentos da sociedade brasileira. Essa perspectiva amadiana não surge por acaso, ela nasce para reagir ao desencantamento e para acentuar valores e sentimentos humanos, e é isso o que demonstra a consciência do autor sobre o descaso brasileiro em relação aos menores abandonados da capital soteropolitana.

O conjunto da obra literária de Jorge Amado favorece a uma crítica sistemática à ordem político-social brasileira, quando demonstra como e por quais motivos grupos sociais secularmente marginalizados são vítimas da discriminação e da opressão por parte das elites e instituições que operam como dispositivos de controle do Estado. Nesse sentido, é preciso mencionar especialmente as formas de violência, as tentativas de aniquilação, exclusão e marginalização desses grupos populacionais, a exemplo dos *Capitães da Areia*.

Existe um volume considerável de análises das obras de Jorge Amado, porém, ainda há muitas considerações críticas para serem realizadas. Como sabemos, a produção ficcional do autor é extensa e merece estudos acadêmicos mais aprofundados, não apenas por fornecer aspectos pertinentes para a compreensão de um momento histórico ou grupos e tipos sociais ilustrados pelo autor em seus escritos, mas sobretudo por oferecer aos pesquisadores contemporâneos a possibilidade de análise a partir da visão político-social de um escritor que viveu e participou ativamente, buscando formas diversas de compreender a sociedade brasileira.

A conclusão desta tese nos direciona para outros caminhos que já vislumbramos através dos desdobramentos dos principais conceitos trabalhados, entre eles, a possibilidade de

pesquisas futuras que possam contribuir para a compreensão da prática do abandono de crianças e adolescentes pelas famílias e pelo Estado. Pretendemos, em novos projetos, uma imersão para outros romances de autoria de Jorge Amado e, junto a isso, enveredarmos para um trabalho a nível local, realizando uma abordagem sobre o abandono de crianças e adolescentes em situação de rua no espaço geográfico e no contexto histórico-literário do Estado do Espírito Santo.

A abordagem histórica e literária sobre o abandono de crianças e adolescente em situação de rua em *Capitães da Areia* nos levou ao encontro de um acervo jornalístico riquíssimo que possibilitará o desenvolvimento de pesquisas futuras robustas sobre as temáticas da criança e da infância e o abandono a um nível local. Isso pode ser consubstanciado, é claro, principalmente por uma historiografia nacional academicamente referenciada, a qual grande parte foi devidamente apresentada durante o desenvolvimento desta tese.

Ao fim de todo este processo de leitura, interpretação e análise sobre *Capitães da Areia*, Jorge Amado e parte significativa de sua fortuna crítica, nos deparamos com um sentimento estranho que nos faz refletir sobre o que é real e o que é ficcional, o que é literatura e o que é história na ficcionalidade amadiana. Na Bahia e no Brasil, existem e resistem capitães da areia, estivadores, doqueiros, malandros, moleques, saveiristas, caixeiros viajantes, prostitutas, vitalinas, mães de santos, padres, jornalistas, quitandeiros, delegados, policiais, cortiços, tabernas, terreiros, delegacias, orixás; existe realidade e ficção. Verossimilhanças. No Brasil real e ficcional, criados por Jorge Amado, nós somos a Revolução, uma Pátria e uma Família.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC; Argos, 2009.
- AGUIAR, Joselia. **Jorge Amado: uma biografia**. São Paulo: Todavia, 2018.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. As três faces do Quarto Poder. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 92-104.
- AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008a.
- AMADO, Jorge. **Jubiabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.
- AMADO, Jorge. **Mar morto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008c.
- AMADO, Jorge. **O país do carnaval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.
- AMADO, Jorge. **Suor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.
- AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder: uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- A NOITE, Edição n. 08891, Nota: “Reportando o senhor Juiz de Menores”, **A noite**, 03/11/1936, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22menores%20a%20bandonados%22&pagfis=36484. Acesso em: 22 fev. 2020.
- A NOITE, Edição n. 08904, Matéria: “Crianças delinquentes e abandonadas: a reforma em perspectiva do Juizado de Menores”, **A noite**, 18/11/1936, p. 1). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22menores%20a%20bandonados%22&pagfis=37006. Acesso em: 22 fev. 2020.
- A NOITE, Edição n. 08963, Matéria: “Menores abandonados”, **A noite**, 25/01/1937, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&Pesq=%22menores%20a%20bandonados%22&pagfis=39590. Acesso em: 22 fev. 2020.

A NOITE, Edição n. 09206, Nota: “Livros”, **A noite**, 27/09/1937, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=queima+de+livros&hf=hemerotecadigital.bn.br&pagfis=48004. Acesso em: 07 abr. 2023.

A NOITE, Edição n. 09324, Nota: “Infância”, **A noite**, 26/01/1938, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=%22menores%20a%20bandonados%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=51075. Acesso em: 22 fev. 2020.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil: 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D’Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica: um mapa conceitual**. Trad. Luisa Rabolini. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017.

BERGAMO, Edvaldo. **Ficção e convicção: Jorge Amado e o neo-realismo literário português**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BÍBLIA, Sagrada. **BÍBLIA de Estudo Palavras-Chave Hebraico e Grego**. Antigo e Novo Testamentos. Edição Brasileira. 3. ed. Trad. Degmar Ribas Jr. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUENO, Isabela Simões. O inimigo no espaço colonial e o discurso sobre raça como operador bionecropolítico. **Kínesis**, v. XII, n° 32 (Ed. Especial), julho 2020, p.102-112. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/10644>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**: elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador Dom Pedro I em 25 de março de 1824. Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Presidente Getúlio Dornelles Vargas em 10 de novembro de 1937. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 01 ago. 2023.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões sobre a História**. Trad. Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

CÁCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993.

CHAVES, Flávio Loureiro. **História e literatura**. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2017b.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. São Paulo: Todavia, 2023.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. São Paulo: Todavia, 2023.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2017a. p. 171-193.

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CHAGAS, Helena. Prefácio. In: MENCK, José Theodoro Mascarenhas (Org.). **A imprensa no processo de independência do Brasil: Hipólito José da Costa, o Correio Braziliense e as Cortes de Lisboa de 1821** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. p. 11-18.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. (Orgs.). ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. Apresentação. In: CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. (Orgs.). ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-26.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para que?** Trad. Laura Taddei Bandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CONNELL, R. W. Pobreza e educação In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 11-42.

CRUZ, Adriana Alves dos Santos; SARMENTO, Daniel, RIOS; Roger Raupp. Apresentação. In: **Desigualdade: o flagelo do Brasil**. 1. ed. Ribeirão Preto, São Paulo: Migalhas, 2022. p. 3-7.

DALCASTAGNÈ, Regina. Apresentação In: DALCASTAGNÈ, Regina, DUTRA, Paula Queiroz, FREDERICO, Graziela. (Orgs.). **Literatura e direitos humanos**. Porto Alegre: RS Zouk, 2018. p. 9-12.

DEL PRIORE, Mary. As mutações da família brasileira. In: **Aventuras na História**. Grupo Perfil. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/mary-del-priore-as-mutacoes-da-familia-brasileira.phtml>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: **História das crianças no Brasil**. (Org.). DEL PRIORE, Mary. 7. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020. p. 7-17.

DEL PRIORE, Mary; MULLER, Angélica. Prefácio: História dos crimes e da violência no Brasil. In: (Orgs.). DEL PRIORE, Mary; MULLER, Angélica. **História dos crimes e da violência no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 7-10.

DIÁRIO DA MANHÃ, Edição n. A00195, Nota: “Menores”, **Diário da manhã**, 06/04/1924, p. 2). Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=572748&pagfis=21590>. Acesso em: 14 fev. 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Jorge Amado na era dos extremos. In: FRAGA, Myriam, FONSECA, Aleilton, HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado: literatura e política**. Salvador. Casa de Palavras, 2015. p. 13-22.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record. Natal, RN: UFRN, 1996.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Leitura e cidadania**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/leitura%20e%20cidadania.htm>. Acesso em: 04 ago. 2023.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Trad. Miguel Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, LDA. 2010.

ETC., Edição n. 00127, Nota: “Menores abandonados”, **Etc.**, 26/05/1930, p. 5). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=165573&Pesq=crian%c3%a7as&pagfis=933>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FONTE, Teodoro Afonso da. Evolução do conceito de exposto em Portugal. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda / Editora PUC Minas, 2010. p. 40-57.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora. WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado). 10. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FREITAS, Marcos Cezar de. Prefácio à 9ª edição revista e ampliada. In: Marcos Cezar de Freitas. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 9-17.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo. Global, 2004.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro, LTC. 2019.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORNAL DO BRASIL, Edição n. 00276A, Cartas: “Ano da criança”, **Jornal do Brasil**, 11/01/1980, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22Menores%20a%20bandonados%22&pagfis=42486. Acesso em: 30 jul. 2023.

KOSHIBA, Luiz. PEREIRA, Denise Manzi Frayze, **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Atual, 1993.

LAFER, Celso. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. p. 9-13.

LEITE, Gildeci de Oliveira. Ofício de Obá: “discurso no aché do opô afonjá”. In: FRAGA, Myriam, FONSECA, Aleilton, HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado**: literatura e política. Salvador. Casa de Palavras, 2015. p. 207-215.

LOUZEIRO, José. **Infância dos mortos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

MACHADO, Ana Maria. **Romântico, sedutor e anarquista**: como e por que ler Jorge Amado hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. p. 7-34.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATA, Anderson Luís Nunes da. **O silêncio das crianças**: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literaturas). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2006.

MAY, Rollo. **Poder e inocência**: uma análise das fontes de violência. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, Luís Felipe, BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 7-24.

MORAES, Rodrigo Mello. **O que é o Candomblé?** Vitória: Editora Milfontes, 2022.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MURACA, Márcio Henrique. Mariana, Marieta e Manuela: três visões do feminino em *Os subterrâneos da liberdade*. In: FRAGA, Myriam, FONSECA, Aleilton, HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado**: literatura e política. Salvador. Casa de Palavras, 2015. p. 227-238.

NASCIMENTO, Aline Santos de Brito. Capitães da Areia e a representação dos pretos, pobre e bandidos na literatura amadiana. In: FRAGA, Myriam, FONSECA, Aleilton, HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado**: literatura e política. Salvador. Casa de Palavras, 2015. p. 139-159.

NASCIMENTO, Aline Santos de Brito. **Identidade e resistência afro-brasileira na obra de Jorge Amado**. Feira de Santana, BA: UEFS. Editora Ilhéus, BA: Editus, 2022.

NASCIMENTO, Aline Santos de Brito. **Tradição, tradução, hibridismo e resistência da identidade afro-brasileira na literatura amadiana**. 2017. 226 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória. 2017.

O IMPARCIAL, Edição n. 01209, Nota: “Menores abandonados”, **O imparcial**, 09/01/1935, p. 4). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=720933&pagfis=774&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 19 fev. 2020.

O IMPARCIAL, Edição n. 01236, Nota: “Queixas e reclamações: Um candomblé em Plataforma”, **O imparcial**, 05/02/1935, p. 8). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720933&pasta=ano%20193&pesq=candombl%C3%A9&pagfis=216>. Acesso em: 15 abr. 2023.

OLIVEIRA, José Carlos. Os meninos de Uganda. **Jornal do Brasil**, Edição n. 00138ª, 24/08/1980, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22jos%c3%a9%20carlos%20oliveira%e2%80%9d&pagfis=15488. Acesso em: 30 jul. 2023.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **Racismo de Estado e suas vias para fazer morrer**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21313>. Acesso em: 22 abr. 2023.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **Corpos indisciplinados**: ação cultural em tempos de biopolítica. São Paulo: Beca, 2007.

PELLEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. In: DALCASTAGNÈ, Regina (Org.). **Ver e imaginar o outro**: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea. Vinhedo: Horizonte, 2008. p. 41-56.

PEREIRA, Roberto Mendes Pereira; ALMEIDA, Uara Luísa G. Os donos da palavra: poder e imprensa em São Francisco-MG (1960-2000). In: RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. (Org.). **A história na imprensa, a imprensa na história**. Jundiaí, SP: Paco, 2016. p. 71-95.

RAMOS, Ana Rosa Neves. Notas sobre Capitães da Areia. In: ARAUJO, Bohumila S. de, CAETANO, Maria do Rosário, FRAGA, Myriam. (Orgs.). **Jorge Amado e a sétima arte**. Salvador: EDUFBA. Casa da Palavra, 2012. p. 141-151.

RESENDE, Haroldo de. Apresentação. In: **Michel Foucault**: o governo da infância. (Org.). RESENDE, Haroldo de. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 7-9.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funabem. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 229-249.

RIZZINI, Irene. Prefácio à 2ª edição. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 7-9.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

RIZZINI, Irene. **Vida nas ruas**: crianças e adolescentes na rua: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

ROCHA, João Cezar de C. Apresentação: Roger Chartier e os estudos literários. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). **Roger Chartier; a força das representações**: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011. p. 7-17.

RODRIGUES, Natália Centeno; VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha; TEIXEIRA, Rodrigo Fernandes. Reminiscências da Violência Estatal: a reparação psíquica através de uma clínica política. **Psicologia: ciência e profissão**, 2017 v. 37 (núm. esp.), 133-148. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/69rHcGwQtS66gCmgFgSxkRs/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SÁ, Alexandre Franco de. Prefácio. In: ESPOSITO, Roberto. **Bios**: biopolítica e filosofia – Trad. Miguel Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, LDA, 2010. (VII-XIII).

SARMENTO-PANTOJA, Augusto; UMBACH, Rosani Ketzer; SARMENTO-PANTOJA, Tânia (Orgs.). **Estudos de literatura e resistência**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 7-9.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 43. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013a.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à educação filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013b.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Marcos A. da. Claro-escuro de Estado Novo e depois (sobre os Subterrâneos da liberdade). In: FRAGA, Myriam, FONSECA, Aleilton, HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado**: literatura e política. Salvador. Casa de Palavras, 2015a. p. 73-105.

SILVA, Márcia Rios da. Os Subalternos da liberdade: lembrar para não esquecer. In: FRAGA, Myriam; FONSECA, Aleilton; HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado**: literatura e política. Salvador. Casa de Palavras, 2015b. p. 25-34.

SOUZA, Ana Carolina Cruz de. No rastro das memórias: *Um chapéu para viagem* no universo de Jorge Amado. In: FRAGA, Myriam; FONSECA, Aleilton; HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado**: literatura e política. Salvador. Casa de Palavras, 2015. p. 161-165.

TEIXEIRA, Édeni de Lima; FREITAS, Ramiro Ferreira de. Entre Foucault e Mbembe: da biopolítica à necropolítica no século XXI. **Cadernos Cajuína**, v. 6, N. 1, 2021, p. 84-94. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/451>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VASCONCELOS, Liliane. Ecos amadianos na representação da cidade contemporânea. In: FRAGA, Myriam; FONSECA, Aleilton; HOISEL, Evelina. (Orgs.). **Jorge Amado**: literatura e política. Salvador. Casa de Palavras, 2015. p. 217-226.

VEIGA, Benedito. **Jorge Amado na hora da guerra**. São Paulo: Alameda, 2012.

VEIGA, Benedito. **Relembrando Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2021.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Introdução. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda / Editora PUC Minas, 2010. p. 7-11.

VIEIRA, Alice. **O prazer do texto**: perspectivas para o ensino de literatura. São Paulo: EPU, 1989.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões e consideração intermediária**. Trad. Paulo Osório de Castro. Lisboa, Portugal, Relógio D'Água, 2006.

ZILBERMAN, Regina. Prefácio: ensinar é preciso, resistir também. In: MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. (Org.). **A função da literatura na escola**: resistência, mediação e formação leitora. São Paulo: Parábola, 2021. p. 7-11.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.